**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**
**INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM**

MATHEUS DA SILVA MEDEIROS

# A FORMULAÇÃO DE UM SABER LINGUÍSTICO NO *MANUAL DE COMUNICAÇÃO LGBTI+*

**CAMPINAS**
**2022**

**MATHEUS DA SILVA MEDEIROS**

# A FORMULAÇÃO DE UM SABER LINGUÍSTICO NO *MANUAL DE COMUNICAÇÃO LGBTI+*

Dissertação apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Linguística.

**Orientadora: Profª. Drª. Ana Cláudia Fernandes Ferreira**

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELO ALUNO MATHEUS DA SILVA MEDEIROS, E ORIENTADA PELA PROFª. DRª. ANA CLÁUDIA FERNANDES FERREIRA

**CAMPINAS**

**2022**

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem
Tiago Pereira Nocera - CRB 8/10468

M467f

Medeiros, Matheus da Silva, 1998-
A formulação de um saber linguístico no *Manual de Comunicação LGBTI+* / Matheus da Silva Medeiros. – Campinas, SP : [s.n.], 2022.

Orientador: Ana Cláudia Fernandes Ferreira.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. História das ideias linguísticas. 2. Análise do discurso. 3. Linguagem e línguas. 4. Gramática comparada e geral - Gramatização. 5. Minorias sexuais e de gênero. I. Ferreira, Ana Cláudia Fernandes, 1973-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

**Título em outro idioma:** The formulation of a linguistic knowledge in the Manual de Comunicação LGBTI+
**Palavras-chave em inglês:**
History of linguistic ideas
Discourse analysis
Language and languages
Grammar, Comparative and general - Grammatisation
Sexual and gender minorities
**Área de concentração:** Linguística
**Titulação:** Mestre em Linguística
**Banca examinadora:**
Ana Cláudia Fernandes Ferreira [Orientador]
Claudia Regina Castellanos Pfeiffer
Mara Ruth Glozman
**Data de defesa:** 28-03-2022
**Programa de Pós-Graduação:** Linguística

**Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)**
- ORCID do autor: https://orcid.org/0000-0002-8356-9379
- Currículo Lattes do autor: http://lattes.cnpq.br/4070635327045730

**BANCA EXAMINADORA:**

**Ana Cláudia Fernandes Ferreira**

**Claudia Regina Castellanos Pfeiffer**

**Mara Ruth Glozman**

**IEL/UNICAMP**
**2022**

**Ata da defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertação/Tese e na Secretaria de Pós Graduação do IEL.**

*Às vítimas da pandemia de COVID-19*
*e da necropolítica dos governos em todo o mundo,*
*onde o capital permanece escorrendo lama e sangue*
*por todos os poros,*
*da cabeça aos pés*

# AGRADECIMENTOS

Um texto é sempre uma obra feita a muitas mãos. Dizer o contrário seria repetir a ilusão de que o sujeito é "senhor da sua morada". O texto é um lugar de (des)encontros, tensões, dúvidas, paradoxos, afetos, desejos, acontecimentos... Um texto é lugar de história.

As pessoas carinhosamente lembradas nesta seção são parte dessa história. Cada uma contribuiu à sua maneira e de um modo particular para a realização desta pesquisa e para a minha formação como sujeito-pesquisador. Mais fundamentalmente ainda, cada uma delas continuamente contribuem para que eu seja minimamente razoável naquilo que somos: humanos. Elas foram a minha fortaleza e também foram minhas palavras quando eu me sentia incapaz de continuar dizendo. Elas ofereceram as condições para que eu pudesse continuar escrevendo. Este texto não seria o que é sem elas, então, é preciso lembrá-las e celebrá-las.

Por isso, agradeço...

a meus pais, Roselma e José, e à minha irmã, Vitória, pelas histórias e pelos momentos que compartilhamos em meu primeiro ano do mestrado, que foi também o primeiro ano da pandemia de COVID-19. Em meio a um momento tão terrível, tivemos a gentileza de fortalecermos nossos laços. Mesmo quando voltei a Campinas, sempre fazíamos vídeo-chamadas e vocês sempre se preocupavam com minha aparência de cansaço (ou com meu cabelo bagunçado, após um dia inteiro escrevendo em que não me atrevi a arrumá-lo).

a Henrique, o melhor presente de 2020. Às vezes, Henrique tem muita paciência comigo, pois estou frequentemente no mundo da Lua, mas às vezes não é possível. Em anos tão pesados e difíceis, é muito bom que tenhamos nos aperfeiçoado na arte de rirmos de nós mesmos, das bobagens que dizemos ou lemos e escutamos por aí... (e aí eu devo sempre me lembrar do dia em que víamos *RuPaul's Drag Race* e eu confundi a Tinker Bell com o Tinky-Winky dos Teletubbies. Você ria, e eu me justificativa dizendo repetidamente: "É tudo Tinky, é tudo a mesma coisa!").

a Mabu, por todas as mordidas e interrupções porque você queria brincar ou apenas receber atenção. Às vezes, era um alívio: o cachorro está mandando, então é hora de parar de trabalhar.

à Michelle e à Fran, meus alicerces e referências de amizade, braveza e persistência. Vocês tornam a vida mais leve e vivível. Faltam palavras que possam simbolizar o que vocês significam pra mim.

à Beatriz, à Sara, à Larissa, à Larissy, à Flávia e à Clara, pelas longas chamadas conversando sobre a vida e pela rede de apoio que criamos para suportar os baques que não

esperamos (e também aqueles que esperamos).

à Carol V., ao Henry e ao Lucas, por sempre estarem presentes. A essa altura, já temos mais de uma década de amizade, o que significa que entramos juntos nesse universo por vezes tenebroso da vida adulta. Às vezes, me pego me lembrando das nossas conversas, das dúvidas sobre o que éramos e sobre o que poderíamos ser, e de todas as memórias com vocês que tornam essa parte do passado confortável de se relembrar e reviver (relembrar é reviver).

ao Pedro, um grande amigo que o mestrado me deu. Eu simplesmente adoro o fato de que já perdemos as amarras e podemos até mesmo sustentar uma conversa inteira apenas por meio de reclamações. Jamais foi ingratidão, reclamar é extremamente terapêutico, recomendamos!

à profa. Dra. Maria José R. F. Coracini, pela escuta sensível e pela implacabilidade com as vozes da minha cabeça sempre que eu dizia bobagens sobre a minha capacidade (mas que, como você sempre alertava, precisam ser ditas; ou seja, não são bobagens coisa nenhuma...).

às professoras Vanessa Alves Pinto e Cármen Silvia Portela Santos, minhas grandes referências de potência, competência e sensibilidade. Quero ser como vocês quando crescer. Agradeço pelas trocas, pelo carinho e sobretudo pela confiança no meu potencial.

à profa. Dra. Sheila Elias de Oliveira, de quem fui PED nas disciplinas HL624 e HL323. A Sheila também foi minha professora na graduação e com ela sigo aprendendo hoje e sempre. Me lembro de que, ao fim da primeira disciplina em que fui seu PED, quando quis me candidatar mais uma vez, eu me perguntei antes de enviar o e-mail: "E se ela já tiver se cansado de mim?". Mas após o fim da primeira aula ficamos mais de uma hora conversando juntos sobre viagens e política, e aí percebi que era tudo coisa da minha cabeça.

à profa. Dra. Daniela Palma e ao prof. Dr. Lauro Baldini, pelas aulas nas disciplinas de pós-graduação naquele primeiro ano de pandemia. Tivemos uma única aula presencial em março, quando a pandemia ainda parecia uma coisa muito remota, e depois o universo pareceu ter virado de ponta-cabeça. Vocês nos tranquilizaram e foram capazes de proporcionar uma experiência produtiva e prazerosa, apesar de todos os pesares. Muito obrigado.

à profa. Dra. Claudia Pfeiffer e à profa. Dra. Mara Glozman, por gentilmente terem aceitado o convite para fazer parte da minha banca de qualificação e de defesa. E que discussões enriquecedoras compartilhamos juntos! Ter duas grandes referências intelectuais contribuindo para o amadurecimento deste trabalho foi de uma importância tremenda. Agradeço do fundo do meu coração. Estendo ainda esses agradecimentos à profa. Dra. Dantielli Garcia e ao prof. Dr. Phellipe Esteves, fazendo votos para que possamos nos encontrar presencialmente em breve.

à profa. Dra. Ana Claudia Fernandes Ferreira, minha orientadora. Quando você está com a Ana, mesmo quando tudo parece maior e mais pesado do que realmente é, ela te transmite a

sensação de que tudo dará certo. Ela acreditou no meu trabalho, me ofereceu sempre uma escuta atenciosa e é dona de um bom humor e de uma tranquilidade inabalável diante do meu espírito ranheta e dado a pessimismos. Obrigado por todas as contribuições e por todas as trocas que fortificaram a minha pesquisa e me fortaleceram como pesquisador. Nem todos têm a sorte de serem orientados pela Aninha. Sinto orgulho de ser seu orientando.

à Universidade Estadual de Campinas e a todo o seu quadro de funcionários, que resiste em tempos de "contingenciamento" de recursos e ataques ilógicos daqueles que pensam que fazemos "balbúrdia". A Unicamp, além de uma referência internacional em pesquisa, é uma universidade pública, gratuita, laica e de qualidade, e é por isso continuamos a lutar.

ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico ─ CNPq, pela bolsa de mestrado (processo nº 130659/2020-7) que possibilitou a realização desta pesquisa.

a todos aqueles que contribuem, de alguma forma, para a derrota do projeto político da extrema-direita no Brasil, com a consciência de que uma batalha vencida ou perdida não é, de maneira alguma, o fim da luta por um mundo mais justo: a luta continuará.

# RESUMO

Esta dissertação inscreve-se em uma posição discursiva no interior da História das Ideias Linguísticas e tem como objetivo a investigação de como se dá a formulação de um saber linguístico LGBTQIA+ no *Manual de Comunicação LGBTI+*, organizado por Toni Reis e publicado no ano de 2018. Nesse percurso, a partir do conceito de *manualização* (PUECH, 2018), desenvolvemos uma reflexão sobre o funcionamento do manual, compreendido nesta pesquisa como *instrumento linguístico* (AUROUX, 1992) e *instrumento de metassaberes* (ESTEVES, 2014). Essa perspectiva é justificada pela observação de que o *Manual* constitui saberes que são concomitantemente sobre a língua e sobre o mundo, a partir de uma dimensão normativo-pedagógica que tem efeitos sobre o modo como se organizam os saberes LGBTQIA+. Além disso, tendo em conta o propósito de compreender as condições de produção do material de análise, refletimos sobre a historicidade do discurso dos direitos humanos, sobre a consolidação do capitalismo neoliberal globalizado e seus impactos sobre a relação dos movimentos LGBTQIA+ com o Estado e com o Mercado, uma vez que organizações como a UNAIDS Brasil, relacionada às Nações Unidas e ao Banco Mundial, comparecem como um dos apoios institucionais à elaboração do *Manual*. Nesse processo, salientamos que a tensa e contraditória relação entre dominação e resistência é incontornável. Por fim, em um gesto de construção arquivística, desenvolvemos a análise do *Manual de Comunicação LGBTI+*, colocando-o ao lado de outros artefatos e materiais encontrados no ambiente digital, de maneira a mostrar que as "coisas-a-saber" (PÊCHEUX, 2006) constituídas nesse documento sempre poderiam ser organizadas de outra forma. Isso também nos permitiu contrastar as definições propostas para determinadas palavras com outras que também circulam, apontando para como os sentidos têm caráter provisório e estão sempre em movimento, apesar das tentativas de se obter um efeito de fechamento de sentidos e de precisão daquilo que se nomeia, o que Eni Orlandi chamou de "a equívoca busca pelo exato" (ORLANDI, 2017b). Ao final do texto, comentamos como uma perspectiva liberal do discurso dos direitos humanos, o discurso pedagógico e o discurso da normatividade linguística se entrelaçam na constituição desse saber linguístico LGBTQIA+; além disso, lançamos mão do conceito de "gramatização inclusiva", aqui proposto, delimitando esse momento histórico no século XXI em que um conjunto de produções sobre a temática LGBTQIA+ começa a ser difundido a partir de instrumentos linguísticos como os manuais, e inscrevemos o *Manual de Comunicação LGBTI+* no interior desse acontecimento.



**Palavras-chave**: História das Ideias Linguísticas; Análise do Discurso; Linguagem e Línguas; Gramatização; Minorias sexuais e de gênero.

# ABSTRACT

The present dissertation is situated in the area of History of Linguistic Ideas, from a discursive perspective. The study's main goal is to investigate how a LGBTQIA+ linguistic knowledge is constructed in the *Manual de Comunicação LGBTI+*, written by Toni Reis and published in 2018. Moreover, from the *manualization* (PUECH, 2018) concept, an analysis on the manual's functioning was carried out. It is important to mention that this manual is considered, in this study, a *linguistic instrument* (AUROUX, 1992) and a *meta-knowledge instrument* (ESTEVES, 2014). This perspective is explained by analyzing that the *Manual* establishes knowledge that is simultaneously about language and about the world. This is done by a normative pedagogical approach that has effects on how LGBTQIA+ knowledge is structured. Besides the understanding on the production conditions of the analyzed material, this dissertation brings to light the debate on the historicity of human rights discourse on the consolidation of globalized neoliberal capitalism and its impacts on the relationship of LGBTQIA+ movements with the Government and the Market. This is due to the fact that organizations such as the UNAIDS Brazil, that is related to the United Nations and the World Bank, took part as one of the institutional partners on the elaboration of the manual. In this process, it is important to point out that the tense and inconsistent relation between domination and resistance is unavoidable. In conclusion, in an act of archival building, the *Manual de Comunicação LGBTI+* was analyzed by being compared side by side with other digital materials in order to show that "things-to-know" (PÊCHEUX, 2006) present in this material could have been organized in a different manner. This fact also made it possible to oppose the definitions given to certain words. This is because the meanings are temporary and are always changing, even though it is possible to see attempts to obtain closure and precision on some names; this is what Eni Orlandi calls "the misleading pursuit for precision" (ORLANDI, 2017b). At the end of the text, it is possible to find some comments on how the human rights, the pedagogical and the normativity discourses are intertwined in the LGBTQIA+ linguistic knowledge construction. In addition to that, the concept of "inclusive grammatization" is proposed, outlining this historical event in the 21st century in which a set of productions on the LGBTQIA+ theme started to be widespread in linguistic instruments such as the *Manual de Comunicação LGBTI+* as addressed in the present study.



**Keywords**: History of Linguistic Ideas; Discourse Analysis; Language; Grammatization; Sexual and gender minorities.

# SUMÁRIO

**PREFÁCIO** ..... **13**

**INTRODUÇÃO** ..... **15**

**1. DISCURSO, IDEOLOGIA E INSTRUMENTOS LINGUÍSTICOS** ..... **19**

**1.1 O CENÁRIO DA LUTA IDEOLÓGICA ENTRE CLASSES** ..... **23**

**1.2 UMA PERSPECTIVA DISCURSIVA SOBRE A LÍNGUA** ..... **25**

**1.3 MEMÓRIA DISCURSIVA** ..... **33**

**1.4 A FALHA NOS PROCESSOS DE INTERPELAÇÃO/IDENTIFICAÇÃO IDEOLÓGICA** ..... **31**

**1.5 O DIÁLOGO ENTRE A HISTÓRIA DAS IDEIAS LINGUÍSTICAS E A ANÁLISE DO DISCURSO** ..... **35**

**1.6 GESTOS DE HISTORICIZAÇÃO** ..... **40**

**1.7 POLÍTICA DE LÍNGUAS** ..... **42**

**1.8 LÍNGUA IMAGINÁRIA E LÍNGUA FLUIDA** ..... **44**

**1.9 A MANUALIZAÇÃO E A CONSTITUIÇÃO DAS COISAS-A-SABER** ..... **53**

**2. DIREITOS HUMANOS, NEOLIBERALISMO E OS MOVIMENTOS LGBTQIA+ NO BRASIL** ..... **55**

**2.1 A PROMULGAÇÃO DE UM CAVALO DE TROIA** ..... **59**

**2.2 A FACE HUMANA DO CAPITALISMO** ..... **61**

**2.3 OS MOVIMENTOS LGBTQIA+ NO BRASIL** ..... **66**

*2.3.1 O surgimento do grupo Somos* ..... *72*

*2.3.2 A epidemia de aids e o "novo" movimento LGBTQIA+* ..... *71*

2.3.2.1 Uma agenda para a dependência ..... 73

2.3.2.2 O processo de "onguização" ..... 74

2.3.2.3 Essa sigla não me representa! ..... 83

*2.3.3 A "maré rosa" se desmancha no ar* ..... *80*

*2.3.4 Novos tempos, mesmos ventos* ..... *84*

**3. A FORMULAÇÃO DE UM SABER LINGUÍSTICO NO MANUAL DE COMUNICAÇÃO LGBTI+** ..... **92**

**3.1 O MATERIAL DE ANÁLISE** ..... **93**

**3.2 A LÍNGUA AFIADA DO UNIVERSO GAY** ..... **101**

**3.3 A LÍNGUA PELAS LENTES DO MANUAL DE COMUNICAÇÃO LGBTI+ ..... 108**
**3.4 PÚBLICO-ALVO, DIREITOS HUMANOS E AS COISAS-A-SABER ..... 114**
**3.5 A MANUALIZAÇÃO E A MAQUINAÇÃO DO MUNDO: ROTAS DE COLISÃO ENTRE UNIDADE E DIVERSIDADE, RESISTÊNCIA E DOMINAÇÃO ..... 122**
*3.5.1 "Discutir letra é discutir perfumaria"?: os discursos revolucionários, a (in)completude e o impossível ..... 125*
*3.5.2 O sexo é biológico, o gênero é social?: um primeiro olhar para as definições do Manual de Comunicação LGBTI+ ..... 132*
*3.5.3 Mulher é xx, homem é xy?: a reprodução da lógica cis-heteronormativa na representação da intersexualidade ..... 141*
**4. NOMEAR, CLASSIFICAR E ASFIXIAR SENTIDOS ..... 147**
**4.1 "ASSEXUADO É O ERRADO, ASSEXUAL É O CERTO": SENTIDOS QUE SE EMBARALHAM E SE CONFUNDEM ..... 148**
**4.2 "A FAMÍLIA É A REALIZAÇÃO PLENA DO AMOR": DO "HOMOSSEXUAL" DO MOVIMENTO SOCIAL PARA O "HOMOAFETIVO" NO DISCURSO DO DIREITO ..... 151**
**4.3 "PESSOA DO GÊNERO MASCULINO" E "PESSOAS QUE MENSTRUAM": MOVIMENTOS ENTRE A REPRODUÇÃO E A CONTESTAÇÃO DOS DIZERES CIS-HETENORMATIVOS ..... 156**
**4.4 "PANSEXUAL É ATRAÍDO POR OBJETOS" E "BISSEXUAL É ATRAÍDO POR AMBOS OS SEXOS/GÊNEROS": A MANUALIZAÇÃO EM RELAÇÃO À UTOPIA DE UM MUNDO SEMANTICAMENTE NORMAL ..... 167**
**4.5 A HOMOGENEIDADE LÓGICA DE UM PROJETO DE SABER (OU TUDO AQUILO QUE A "FLUIDEZ DE GÊNERO" NÃO PODE ABARCAR) ..... 173**
**4.6 "O RÓTULO NA FRENTE DO MEU NOME ME LIMITA, MAS PRECISO DELE PARA ME AFIRMAR": A INEXATIDÃO DOS SENTIDOS, A VONTADE DE VERDADE E A POSSIBILIDADE DE POESIA NA LÍNGUA ..... 182**
**5. A GUERRA CONTRA AS PALAVRAS ..... 190**
**5.1 POLITICAMENTE CORRETO E DIREITOS HUMANOS ..... 191**
**5.2 POLITICAMENTE CORRETO COMO LÍNGUA IMAGINÁRIA ..... 201**
**5.3 A REVOLUÇÃO SERÁ DOMESTICADA? ..... 211**
**UM NOVO MOMENTO DE GRAMATIZAÇÃO? ..... 219**
**REFERÊNCIAS ..... 227**

# PREFÁCIO

Os relógios, calendários, documentos e cronogramas, todo esse aparato que um dia começamos a mobilizar para administrar e controlar o tempo, podem indicar que esta pesquisa foi realizada entre os anos de 2021 e 2022. Mas eu tenho uma teoria um pouco diferente. Na minha teoria, esta pesquisa começou um pouco antes. Talvez até mais anteriormente do que eu imagino...

É importante para mim situar este trabalho no contexto mais amplo da minha formação na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), onde sou aluno desde o ano de 2016. É possível que esse tenha sido o momento em que se germinou em mim algo diferente, lá nos primeiros anos de orientação com a professora Dra. Mónica Zoppi Fontana. De lá para cá, uma profusão de acontecimentos marcou a vida política brasileira: um impeachment forjado por meio de um golpe parlamentar, ataques à produção científica e à universidade pública, uma reforma trabalhista e previdenciária que obscureceu o horizonte dos brasileiros, a ascensão de um governo negacionista de extrema-direita e uma pandemia que sequestrou mais de 600 mil vidas apenas no Brasil. Fui tomado de assalto por cada um desses acontecimentos, que têm também este trabalho como um de seus efeitos. Este trabalho foi escrito durante uma pandemia que fez a maior parte de suas vítimas quando já havia uma (aliás, não só uma) vacina desenvolvida, mas que não foi comprada e distribuída a tempo para salvar essas vidas. No mesmo período, o Ministro da Economia dizia, sem saber que estava sendo gravado, que a longevidade da população era prejudicial para as contas do país. Mas antes disso tudo, este trabalho já vinha sendo escrito. Dentro de mim, algo já vinha incomodando...

A produção do saber é sempre um gesto político, o que me coloca diante dos acontecimentos que me afetam e daqueles sentidos que reclamam por significar. Por essa razão, este trabalho é atravessado por ecos de uma necessária tomada de posição contra a maquinação de uma República da Morte[1], amparada ainda nas políticas capitalistas neoliberais que, objetivando a fragilidade do laço social, promovem repetidos ataques à sociedade, à coletividade, às organizações sindicais, às lutas trabalhistas, aos direitos sociais como a previdência, o seguro-desemprego, a saúde pública, a educação pública, gratuita e de qualidade. Nessa conjuntura, tenho em mente a importância de identificar os modos pelos quais a ideologia

[1] Tomo a expressão por empréstimo de Antônio Carlos de Almeida Castro, na matéria "Extermínio: cumplicidade mórbida", publicada em 19/03/2021 no site Poder360. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/opiniao/coronavirus/exterminio-cumplicidade-morbida-por-kakay/> Acesso em 28 set. 2021.

dominante tem domesticado os movimentos de resistência de diversos tipos, subvertendo sua radicalidade para posteriormente (re)erguer suas bandeiras, acomodando-as na direção da reprodução das relações entre classes. Polir e envernizar o motor da luta de classes para que ele não faça ranger e reverberar o som de alguma *outra* coisa que ainda não encontra condições para se materializar...

As Repúblicas da Morte do mundo ocidental, em geral, têm se esforçado para parecer inclusivas e igualitárias, humanas e preocupadas com os avanços sociais (que, não à toa, são chamados de "avanços dos direitos humanos"), enquanto induzem as nossas populações a diferentes formas de exposição à morte. É do meu interesse observar como as novas formas de captura dos discursos revolucionários estão relacionadas à ideologia dominante do capitalismo neoliberal em sua forma globalizada e a suas organizações transnacionais, paradoxalmente comprometidas com os direitos humanos, com as políticas de austeridade e com a defesa da propriedade privada.

O meu entendimento é o de que essa conjuntura tem incidido também sobre a produção de instrumentos linguísticos no século XXI. Em nosso tempo, as militâncias dos novos movimentos sociais têm reivindicado outras rotas de sentido e modos outros de se dizer sobre os sujeitos identificados como mulheres, pretos, pretas, travestis, transgêneres, *queer*, LGBTQIA+, o que tem levado à produção de artefatos que versam sobre as maneiras de dizer bem e corretamente, sem supostamente incorrer em preconceitos. Nos indagamos até que ponto essas formas de resistência, às vezes patrocinadas por algumas dessas organizações transnacionais, ao reproduzir as ilusões liberais relativas à relação entre língua e sujeito e ao se acomodar às reivindicações linguísticas descoladas de uma crítica estrutural mais ampla, já não têm emergido domesticadas no interior da dominação. Isso não torna as demandas menos legítimas nem diminui sua importância, mas certamente torna o debate fundamental. Como lembra Marx (2011, p. 25), em passagem clássica, "os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita...". Há um conjunto de determinações político-ideológicas que atuam na direção de limitar o potencial subversivo de lutas históricas, e olhar para como suas demandas têm se materializado em artefatos também históricos nos permite observar como se dá esse conflito.

Em razão disso, este trabalho foi escrito com muito incômodo, mas também me parece que "criar problemas" é fundamental para a nossa posição de historiador-analista. Enquanto houver incômodo, será um bom caminho.

# INTRODUÇÃO

Existem diferentes versões do episódio bíblico de Babel. A versão narrada na Bíblia Sagrada[2] apresenta um mundo em que toda a humanidade falava a mesma língua e as mesmas palavras, até que os homens tiveram a ideia de construir uma cidade em uma torre que chegasse até os céus. O objetivo dessa tarefa seria o de impedir que a humanidade se dispersasse pela superfície da terra[3]. Ao fim do episódio, as pretensões do povo são frustradas pela ira divina, que impõe como castigo a dispersão: a língua é confundida e dividida, os homens são espalhados por toda a superfície e a cidade recebe o nome de Babel.

Em nota, os tradutores referem-se ao episódio como uma explicação para a diversidade de povos e línguas. Esse aspecto em particular do texto bíblico, na sua relação com sentidos fundantes sobre a organização das comunidades humanas, me interessa pelo movimento de significar a divisão dos povos e de suas línguas como um "castigo". Nessa narrativa, que oferece também uma explicação para a incompletude que é concomitante ao sujeito e às línguas, a divisão e a heterogeneidade são significadas como uma característica indesejável, entendidas em paralelo com a dispersão e como desalinhada com uma certa "utopia da busca de uma língua homogênea, universal (...), cuja principal característica central seria a transparência" (ZANDWAIS, 2012, p. 175-6).

Essa utopia atravessa a história das relações e constituições dos agrupamentos humanos, tendo como efeito, em condições de produção específicas, a fundação de unidades imaginárias (de língua, povo, nação, cultura etc.): pretensamente consensuais, homogêneas e estabilizadas. Ela ressoa ao longo da história. Em *Comunidades Imaginadas*, texto em que discute a constituição da ideia de nação e os nacionalismos, Benedict Anderson postula que a nação é uma unidade política imaginada, em que a projeção das relações sociais como horizontais dissimula a existência das assimetrias e hierarquias. Nesse projeto, que fundamentou a base para a constituição dos Estados nacionais da forma como conhecemos hoje, "independente da desigualdade e da exploração efetivas que possam existir dentro dela, a nação sempre é concebida como uma profunda camaradagem horizontal" (ANDERSON, 2008, p. 34).

Nos discursos científicos, a lógica da estabilidade, relacionada à ideia de exatidão, aparece configurada sob a forma da ilusão de uma ciência régia, como alerta Michel Pêcheux

---

[2] BÍBLIA, A. T. Gênesis. In: BÍBLIA. Bíblia Sagrada. Ed. Pastoral. Tradução de Ivo Storniolo e Euclides Martins Balancin. São Paulo: Sociedade Bíblica Católica Internacional; Paulus, 1990, p. 23.

[3] Há também versões em que se conta que o objetivo seria o de buscar a proteção contra outro possível grande dilúvio pós-Noé, e outras em que os homens teriam construído a torre de Babel para que pudessem alcançar os céus, como forma de se tornarem deuses.

(2006), um dos principais fundadores da linha francesa de Análise do Discurso e uma de nossas principais referências nesta pesquisa. Essa ilusão se mostra no desejo e na necessidade de disjunções e categorizações, na instauração de um mundo semanticamente normal que se apresenta como a verdade exata e absoluta sobre todas as coisas. Há urgência de controle do real, de exaustivamente interpretá-lo para alcançar as verdades universais como se essa interpretação não fosse falha, como se o discurso científico pudesse se constituir a partir de um lugar outro em que não houvesse ideologia... Um dos pontos que me interessam aqui é entender como essa urgência se expressa para além dos discursos científicos e dos fundantes dos Estados nacionais modernos, embora como efeito deles, materializando-se nas discursividades militantes em suas práticas cotidianas de resistência. É a partir desse conflito que me foi possível formular esta proposta de pesquisa sobre um recente processo de manualização (PUECH, 2018; GARCIA & SOUZA, 2016) de saberes LGBTQIA+[4], em sua relação com a construção de verdades e de espaços discursivos logicamente estabilizados para a obtenção de legitimidade, credibilidade e reconhecimento diante da sociedade.

À luz dos trabalhos desenvolvidos pelo programa de História das Ideias Linguísticas, em diálogo com o quadro teórico-metodológico e político da Análise do Discurso pêcheutiana, tomo como observatório a formulação de um saber linguístico LGBTQIA+ no século XXI. É meu objetivo analisar como esse saber se significa, como certos sentidos são mobilizados e outros são esquecidos; e como certos sentidos comparecem como cristalizados e a-históricos, pelo trabalho da ideologia na produção das evidências e na ilusão de transparência dos sentidos, embora as discussões de gênero e sexualidade sejam um terreno de disputas por sentidos[5] que não cessam de acontecer. Nem teria como ser diferente. Essas disputas estão ainda relacionadas aos confrontos com que se deparam os movimentos LGBTQIA+ na conjuntura atual, de modo que os imaginários construídos são constantemente negociados, nunca finalizados e sempre disputados, mesmo que se projetem como estáveis e fixos, de onde emana a ambivalência da

[4] Estamos cientes de que há um conjunto de nomeações para os movimentos LGBTQIA+ que circulam atualmente e que elas possuem diferentes graus de legitimidade. Neste trabalho, nós adotaremos a sigla "LGBTQIA+", a não ser quando estivermos analisando recortes em que o modo de nomeação do movimento é outro. Essa questão das siglas será retomada analiticamente em alguns momentos do trabalho. Além disso, de modo a enfatizar que aquilo que convencionalmente se chama "movimento LGBTQIA+" não é um movimento uniforme e homogêneo, optamos por chamá-lo de "movimentos LGBTQIA+". Com isso, enfatizamos que não desconhecemos as divisões que constituem o movimento e que, quando apontamos para tendências históricas, sabemos que elas não aconteceram sem que houvesse contradição.

[5] Essas disputas a que nos referimos não acontecem em um terreno isolado, mas no discurso, e devem ser compreendidas e remetidas ao cenário contraditório das relações entre classes. A Semântica da Enunciação também trabalha com a questão da disputa quando trata, por exemplo, dos espaços de funcionamento da língua, chamados de *espaços de enunciação*: "que se dividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante" (GUIMARÃES, 2002, p. 18).

sua relativa consolidação. Aqui se faz presente o retorno daquela que nunca deixou de ressoar: a utopia da busca pela universalidade, estabilidade e transparência dos sentidos e sujeitos, sem falhas ou dispersão. Como se, de alguma forma, sempre voltássemos a Babel...

Ademais, também é preciso dizer que esta dissertação foi intitulada "A formulação de um saber linguístico no *Manual de Comunicação LGBTI+*". Nesse momento, vale retomar Eni Orlandi (2012), para quem constituição, formulação e circulação são momentos igualmente relevantes no que diz respeito à compreensão dos processos de produção do discurso: 1) a constituição como a dimensão dos saberes anteriores que, a partir da memória discursiva, intervêm sobre o dizer e organizam as repetições, produzem as lacunas; 2) a formulação como a dimensão determinada pela constituição em que a linguagem ganha vida, em que se dá corpo aos sentidos e onde o sujeito articula o seu dizer, afetado pela ilusão de que é ele quem determina o que diz; por fim, 3) a circulação como a dimensão "onde os dizeres são como se mostram" e em que "os 'meios' não são nunca neutros" (ORLANDI, 2012, p. 11). Compreendemos que uma análise que articule as três instâncias é necessária para a compreensão da discursividade do *Manual de Comunicação LGBTI+*, e se dizemos "formulação" no título, é apenas porque ela é a nossa entrada no texto: é a partir dela que escutamos as relações de sentido e a constituição histórica dos dizeres e dos sujeitos, em sua complexidade e com as suas contradições.

Tendo isso em vista, no primeiro capítulo, apresentaremos o quadro teórico da História das Ideias Linguísticas em sua relação com a Análise do Discurso, em que traremos à baila os trabalhos desenvolvidos por autores como Michel Pêcheux, Louis Althusser, Sylvain Auroux e Eni Orlandi. No segundo capítulo, de modo a possibilitar a construção de uma reflexão produtiva referente à relação do *Manual de Comunicação LGBTI+*[6] com as suas condições de produção, nos deteremos sobre a constituição histórica do discurso dos direitos humanos, a consolidação de um capitalismo neoliberal em sua forma globalizada e sobre como os movimentos LGBTQIA+ brasileiros foram impactados pelas transformações políticas e sociais das últimas décadas, tendo em vista a incontornável relação contraditória entre dominação e resistência.

A análise do *Manual de Comunicação LGBTI+*, bem como as reflexões desencadeadas a partir do movimento analítico, serão desenvolvidas nos capítulos três, quatro e cinco. O *Manual*, que conta com um sem-número de apoios institucionais, foi organizado por Toni Reis e publicado de forma online no ano de 2018. Esse documento se apresenta como uma referência

[6] Em alguns momentos no decorrer desta pesquisa, nos referiremos a nosso material de análise apenas como "*Manual*", com inicial maiúscula e marcação em itálico.

para jornalistas, comunicadores e demais interessados na história e luta LGBTQIA+, expõe os principais símbolos da comunidade, alguns termos considerados "mais corretos" e definições para categorias de identificação de sujeitos LGBTQIA+[7], ao mesmo tempo em que sustenta o objetivo de ser uma ferramenta que contribui para a transformação social. É do meu interesse analisar como esse objetivo se significa e que transformação social é essa, tendo no horizonte sua inscrição na discursividade dos direitos humanos e o funcionamento da manualização, bem como as transformações recentes dos movimentos LGBTQIA+ brasileiros no cenário nacional e global de avanço do capitalismo em sua forma neoliberal. Ao lado do *Manual*, pretendo trabalhar também com outros documentos pertinentes para a análise, notadamente a *Aurélia, a dicionária da língua afiada* e o *Minidicionário Aurélio* no capítulo três; e a cartilha *Politicamente Correto & Direitos Humanos* no capítulo cinco.

No decorrer da minha pesquisa, observei que nos últimos anos um conjunto de produções sobre a temática LGBTQIA+ começou a proliferar em diversos âmbitos do conhecimento, incluindo aí o cotidiano. Como parte desse acontecimento, tem-se elaborado glossários, cartilhas, dicionários e manuais, enquanto um processo de instrumentalização linguística que vai, aos poucos, ganhando reconhecimento e legitimidade. Explicitar essas condições de produção, lançando mão do conceito, aqui proposto, de *gramatização inclusiva*, é parte de um objetivo que pretendo cumprir na seção final deste trabalho.

[7] Quando falamos sobre os "sujeitos LGBTQIA+", não os compreendemos a partir de uma perspectiva essencializante, mas de acordo com a concepção de que a identidade, conforme Eni Orlandi (1998a), é um movimento na história. Dessa forma, os "sujeitos LGBTQIA+" são sempre "sujeitos autoidentificados como LGBTQIA+" em determinado lugar e em determinado tempo histórico.

# 1. DISCURSO, IDEOLOGIA E INSTRUMENTOS LINGUÍSTICOS

Existe uma conhecida metáfora, desenvolvida por Michel Pêcheux ao retomar Pierre Achard, que consideramos crucial para delimitar as implicações de se ter como referencial teórico-metodológico uma perspectiva discursiva. A metáfora é desenvolvida a partir de um provérbio chinês: "Quando lhe mostramos a lua o imbecil olha o dedo". Tecendo como tal provérbio está relacionado à interpretação em Análise do Discurso, Pêcheux (1999, p. 54-5) pondera:

> Com efeito, por que não? Por que a análise de discurso não dirigiria seu olhar sobre os gestos de designação antes que sobre os designata, sobre os procedimentos de montagem e as construções antes que as significações? A questão da imagem encontra assim a análise de discurso por um outro viés: não mais a imagem legível na transparência, porque um discurso a atravessa e a constitui, mas a imagem opaca e muda, quer dizer, aquela da qual a memória 'perdeu' o trajeto de leitura (ela perdeu assim um trajeto que jamais deteve em suas inscrições).

Nesse sentido, a interpretação em Análise do Discurso é menos sobre a busca pelo implícito ou pelo significado, o que suporia que a linguagem é transparente e pode ser, assim, lida e decifrada, como se estivéssemos prestes a desvendar seus segredos. Da perspectiva que adotamos, não entendemos que nosso objetivo é a busca pela existência de um significado "por trás" da linguagem. Na verdade, pretendemos nos deter sobre os efeitos de transparência produzidos pelo trabalho ideológico, que se dissimula pela produção dos efeitos de evidência de sujeito e de sentido, e do qual a produção de instrumentos linguísticos como o *Manual de Comunicação LGBTI+* não se encontra à parte.

Antes de mais nada, é preciso dizer algumas palavras sobre o conceito de *ideologia* como desenvolvido por Althusser (1985), devido às repercussões da teoria althusseriana nos estudos de Pêcheux, bem como apresentar alguns de seus desdobramentos para a teoria pecheutiana.

Em primeiro lugar, para Althusser, a ideologia não tem história. Ela tem uma estrutura e um funcionamento que a fazem a-histórica, já que esse funcionamento se apresenta da mesma forma imutável na história: sob a determinação da luta de classes.

Em segundo lugar, a ideologia é uma "representação" da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência. Esta tese, como elaborada por Althusser, divide-se, em outras duas: (i) a ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência e (ii) a ideologia tem uma materialidade. A partir de (i), Althusser afirma que a ideologia tem uma *natureza imaginária*, que sustenta a deformação imaginária da relação dos homens com suas condições reais de existência; já em (ii), a

existência material da ideologia se realiza sempre em um aparelho: a ideologia é sempre prática, e não meramente uma "ideia".

Por fim, em terceiro e último lugar, a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos. O sujeito é sempre-já ideológico, na medida em que sujeito e ideologia se constituem mutuamente: só há ideologia porque há indivíduos que possam ser constituídos como sujeitos, e o sujeito assim se realiza pela ideologia. Essa tese tem implicações que são basilares para a Análise do Discurso, fundada no entremeio da Linguística, da Psicanálise e do Materialismo Histórico. A ideologia opera de forma que o caráter ideológico da interpelação dissimula a própria existência: o sujeito tem a ilusão de ser sempre uno e autônomo, nas palavras de Pêcheux (1997b, p. 155), "único, insubstituível e idêntico a si mesmo". Dessa forma, o sujeito desconhece os rituais ideológicos que operam sobre a constituição da sua subjetividade e que produzem também as evidências discursivas, corroborando a ilusão de que a linguagem é transparente e unívoca. Conforme Pêcheux (1997b, p. 160, grifo do autor),

> é a ideologia que fornece as evidências pelas quais "todo mundo sabe" o que é ser um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado "queiram dizer o que realmente dizem" e que mascaram, assim, sob a "transparência da linguagem", aquilo que chamaremos *o caráter material do sentido* das palavras e dos enunciados.

O conceito de ideologia leva a alguns desdobramentos na Análise do Discurso. Em *A semântica e o corte saussuriano*, Haroche, Pêcheux e Henry (2008, s. n.) lembram que, em uma dada formação social, em determinado período da história, é possível observar um estado de relações de classe, relativo ao modo de produção específico que domina essa formação. Essas relações: (1) são colocadas em prática pelos aparelhos estatais, os quais, por sua vez, expressam as hierarquias correspondentes a esse modo de produção; e (2) remetem a posições políticas e ideológicas relativas a posições de classe, e que não se referem a indivíduos em específico, mas a formações que mantêm entre si uma relação de antagonismo, de aliança ou de dominação.

O conceito de *formação ideológica* é formulado no interior dessa reflexão e definido pelos autores como um "conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem 'individuais' e nem 'universais', mas que se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas em relação às outras"; e que, por isso, refere-se ao estado das relações de dominação entre classes em uma formação social. As formações ideológicas comportam necessariamente uma ou várias formações discursivas a elas interligadas, "que determinam o que pode e deve ser dito [...] a partir de uma posição dada numa conjuntura dada" (PÊCHEUX, 1997b, p. 160, grifo do autor). Nessa perspectiva, o sentido de uma palavra não existe em si mesmo, mas desliza conforme "*as posições sustentadas por aqueles que as*

*empregam*, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas".

Desse modo, a relação entre a *interpelação ideológica*, as *formações ideológicas* e as *formações discursivas* é compreendida da seguinte forma: "os indivíduos são 'interpelados' em sujeitos-falantes (em sujeitos de *seu* discurso) pelas formações discursivas que representam 'na linguagem' as *formações ideológicas* que lhes são correspondentes" (PÊCHEUX, 1997b, p. 160-1, grifo do autor). A língua é a base dos processos discursivos e estes são o espaço de encontro e confronto das divisões ideológicas que movimentam as sociedades humanas.

No que diz respeito ao funcionamento das formações discursivas, que remetem a posições no discurso, elas também se dissimulam pelo efeito ideológico de transparência dos sentidos. Nas palavras de Pêcheux (1997b, p. 162), "toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao 'todo complexo com dominante' das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas". O autor propõe chamar como *interdiscurso* esse "complexo com dominante" do qual as formações discursivas dependem, embora elas dissimulem essa relação de dependência em seu funcionamento. Isso porque, para que se determine *o que pode e deve ser dito*, é necessário que haja algo que *fale antes* e que acaba por determinar quais são os dizeres possíveis no interior de uma formação discursiva: os dizeres que não devem ou não podem ser ditos, mas de alguma forma presentes pela atuação do interdiscurso, bem como aqueles que poderiam ser ditos, mas não são. Em estudos mais recentes (DE NARDI, 2003; INDURSKY, 2008), destaca-se o estatuto poroso e heterogêneo dessas formações, de maneira que elas não são entendidas como homogêneas e fechadas em suas próprias determinações, mas como domínios de saber que também comportam a divergência e a contradição, o que possibilita que os sujeitos se inscrevam e se reinscrevam, entre processos de identificação e desindentificação.

Trazendo novamente a metáfora que abre este capítulo e as considerações sobre a transparência da linguagem como efeito ideológico que produz a evidência dos sentidos, consideramos que é papel do analista questionar tais evidências e apontar a sobredeterminação da história e das formações sociais sobre a constituição de sujeito e sentido: é preciso um olhar mais demorado para o dedo que aponta a lua. Como salienta a pesquisadora Eni Orlandi (2017, p. 23), trata-se de não estacionar "na análise de conteúdo (o que o texto quer dizer) mas no como estes textos dizem o que dizem" e produzem sentidos, tendo em conta a articulação entre linguagem, história e ideologia. Os sentidos que se produzem sobre determinado objeto não estão descolados da história e os acontecimentos têm uma materialidade histórica, possibilitam a circulação de uma memória de sentidos. Conforme Ferreira (2015, p. 27), essa materialidade

é compreendida em relação "às condições históricas que tornam possível a produção (materialização) de determinados acontecimentos, nas quais estão envolvidos o social, o político, o institucional, o ideológico e o simbólico".

Tocamos aqui a relação entre a materialidade histórica e as condições de produção do discurso, de maneira que entendemos que elas não podem ser dissociadas uma da outra. Tocar essa discussão nos inscreve em uma posição que, como afirma Orlandi (2017a), considera tanto o caráter material (os modos como o homem se organiza em sociedade) quanto o caráter histórico (como os homens se organizaram através da história) na relação entre a linguagem, sociedade e história, para "poder trabalhar a relação sujeito/sentido analisando as condições de produção (material) da vida política, social e elaborar a relação do imaginário com o real" (ORLANDI, 2017a, p. 74). Nesse sentido, a linguagem, com sua materialidade, é compreendida enquanto prática e trabalho *simbólico*, que medeia as relações que se estabelecem entre o sujeito e a realidade natural/social, uma vez que é pelo imaginário que os sujeitos vivenciam suas relações com as condições materiais de existência (ORLANDI, 2017a).

A materialidade histórica dos acontecimentos dá forma ao cenário das condições de produção do discurso. Tomando como exemplo o discurso de um deputado na Câmara, Pêcheux (1997a) sustenta que todo discurso é produzido a partir de condições de produção dadas: no caso do deputado, se pertence a um partido governista ou da oposição, se é porta-voz de um determinado grupo/interesse, etc. são elementos que o situam no interior das relações de força do campo político. Em suas palavras, "a um estado dado das condições de produção corresponde uma estrutura definida dos processos de produção do discurso a partir da língua" (PÊCHEUX, 1997a, p. 79), o que supõe a impossibilidade de analisar qualquer discurso conjunto fechado em si mesmo: é necessário relacioná-lo à exterioridade, às relações de sentido possíveis e ao conjunto de discursos possíveis a partir de um determinado estado das condições de produção. É importante conceber o cenário das condições de produção como sempre aberto e sempre em *processo*, nunca acabado; isto é, como historicamente suscetível aos acontecimentos e transformações sociais que afetam os processos de significação e o estado das evidências ideológicas em um determinado lugar, em uma determinada temporalidade.

Para evitar as armadilhas da evidência, talvez seja necessário fazer-se como o imbecil do provérbio chinês. Isso nos encaminha para um olhar constantemente indagador sobre a materialidade do saber linguístico produzido no *Manual de Comunicação LGBTI+*, aliado ainda às condições de produção que permitiram a emergência de nosso material de análise, em consonância com as inquietações que são produzidas no encontro da Análise do Discurso com a História das Ideias Linguísticas.

## 1.1 O cenário da luta ideológica entre classes

Em um primeiro momento, é nossa intenção retomar uma das teses de Althusser que abordamos na seção anterior, segundo a qual a ideologia não é meramente um conjunto de *ideias*, mas de *práticas*, que se realizam materialmente em um aparelho. Essa tese, em específico, nos leva à teoria dos *Aparelhos Ideológicos do Estado* (AIE) para situar as condições ideológicas de funcionamento, imposição e realização da ideologia dominante em nossa formação social, estruturada sob um Estado capitalista[8]. Esses aparelhos ideológicos asseguram o poder nas mãos do Estado, na medida em que reproduzem as relações de produção e de exploração capitalistas para preservar a instituição estatal, em um funcionamento que, no entanto, também está sujeito à contradição.

Os *Aparelhos Ideológicos do Estado* (doravante AIE) são definidos por Althusser (1985, p. 68) como "um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas". O autor menciona como aparelho ideológico o AIE religioso (o sistema das diferentes igrejas), escolar (o sistema das diferentes escolas públicas e privadas), familiar, jurídico, político (o sistema político, os diferentes partidos), sindical, de informação (a imprensa, o rádio, a televisão), cultural, etc. Ressalta ainda que não se deve confundir os AIE com o *Aparelho Repressivo do Estado*, que compreenderia o governo, a polícia, a administração pública, o exército, etc. Para Althusser, os aparelhos do Estado funcionam tanto através da violência quanto através da ideologia, com a diferença de que os AIE funcionam predominantemente através da ideologia, e os Aparelhos Repressivos predominantemente através da violência.

Assim, os AIE cumprem um papel relevante na instauração e manutenção de uma ideologia dominante em uma formação social, mas esse processo não se dá descolado da luta de classes e da possibilidade de resistência das classes dominadas. Como explica Althusser (1985, p. 106), "a ideologia da classe dominante não se torna dominante por graça divina, ou pela simples tomada de poder do Estado. É pelo estabelecimento dos AIE, aonde esta ideologia é realizada e se realiza, que ela se torna dominante". O autor destaca, então, que tal processo, em que os aparelhos ideológicos realizam a sua ideologia (religiosa, escolar, familiar, jurídica,

[8] É importante dizer que não entendemos o Estado a partir de uma perspectiva essencialista, como se fosse um organismo fixo e estático no tempo. O Estado, capitalista ou não, é sempre palco de importantes disputas que se instauram e se movimentam na história.

etc.) na direção da "subordinação à ideologia dominante" (p. 89) não se dá sem conflitos e nunca efetiva a total submissão das classes dominadas, já que o estabelecimento dos AIE "não se dá por si só, é, ao contrário o palco de uma dura e ininterrupta luta de classes: antes de mais nada contra as antigas classes dominantes e suas posições nos antigos e novos AIE, em seguida contra a classe explorada" (p. 106).

Em outras palavras, para manter-se dominante, a ideologia deve reproduzir-se e colocar-se em constante conflito com a ideologia da classe dominada e com a antiga ideologia dominante, o que nos faz situar os AIE não só como o lugar da reprodução das relações estratificadas entre classes, mas também como o lugar da resistência e da contradição; há espaço, com isso, para a transformação.

Estes aspectos são evocados por Pêcheux em sua leitura da teoria althusseriana em *Semântica e Discurso*. O autor enfatiza que "ao falar de 'reprodução/transformação, estamos designando o caráter intrinsecamente contraditório de *todo modo de produção que se baseia numa divisão entre classes, isto é, cujo 'princípio' é a luta de classes*" (PÊCHEUX, 1997b, p. 144, grifos do autor). Nessa esteira, Pêcheux afirma que não se pode dizer que a ideologia se reproduz à forma de um *Zeigeist* ("mentalidade" de uma época), igual e homogênea a todos os sujeitos de uma sociedade: seria como dizer que o processo de assujeitamento à ideologia dominante se completa sempre, de forma que não haveria resistência ou luta de classes. Da mesma forma, o autor defende que não se pode atribuir *a cada classe sua ideologia*, como se essas classes fossem homogêneas entre si e múltiplas divisões não se manifestassem em uma mesma classe.

Os AIE, nesse sentido, não devem ser compreendidos como dispositivos que atuam somente na direção da reprodução, pois eles também comportam as condições ideológicas de transformação. Com base em Althusser, Pêcheux (1997b, p. 145, grifos do autor) afirma:

> os aparelhos ideológicos do Estado não são, apesar disso, puros instrumentos da classe dominante, máquinas ideológicas que reproduzem pura e simplesmente as relações de produção existentes [...] os aparelhos ideológicos do Estado constituem, simultânea e contraditoriamente, o lugar e as condições ideológicas da transformação das relações de produção (isto é, da revolução, no sentido marxista-leninista). *De onde, a expressão 'reprodução/transformação' que empregamos*.

Partindo desse ponto, Pêcheux dá um passo adiante ao dizer que as condições contraditórias de reprodução/transformação são constituídas, em uma dada formação social, em um dado período da história, pelo *conjunto complexo* dos aparelhos ideológicos do Estado, levando em conta as relações de contradição-desigualdade-subordinação entre esses aparelhos. Com isso, o autor defende que não é possível afirmar que esses aparelhos contribuem

*igualmente* para a reprodução ou transformação das relações de produção, e que o caráter regionalizado e desmembrado desses aparelhos (Religião, Família, Escola, Justiça, Ciência, etc.), bem como as relações de desigualdade-subordinação entre eles mesmos, remete ao *cenário da luta ideológica de classes* e à existência das *formações ideológicas* enquanto instância regionalizada desse cenário.

Em outro texto, Pêcheux retorna à questão da reprodução das relações de produção capitalistas pelos AIE para sinalizar que o trabalho de Althusser vinha sendo amplamente interpretado como um trabalho de sociologia funcionalista, em que a palavra "reprodução" remeteria a uma "repetição eterna de um estado idêntico de coisas" (GADET; PÊCHEUX, 2011, p. 96). Como explica Pêcheux, partir das relações de produção para pensar o funcionamento da ideologia implica necessariamente considerar a resistência à reprodução, ou seja, a "multiplicidade de resistência e revoltas heterogêneas que se entocam na ideologia dominante, ameaçando-a constantemente" (p. 96). Essa perspectiva implica ainda considerar as ideologias dominadas como "uma série de efeitos ideológicos que emergem da dominação e que trabalham contra ela por meio das lacunas e das falhas no seio dessa própria dominação" (p. 97), em oposição também à evidência ideológica de que a reprodução das relações de produção se dá de maneira contínua e natural (DE NARDI, 2003).

Nesse panorama, importa dizer, em um próximo subcapítulo, qual é o lugar da língua no cenário das lutas ideológicas, em sua relação com o discurso, a ideologia e a resistência. Para tanto, fazemos coro a Pêcheux na oposição a uma concepção de luta ideológica que toma a existência da sociedade como anterior e evidente, em que as forças contraditórias que nela se confrontam só poderiam ser assim. Questionar as evidências de sujeito, sentido e de classe é uma das proposições da Análise do Discurso, e na esteira desse pensamento, propomos discutir na próxima seção os desdobramentos produzidos por uma teoria materialista dos sentidos para as noções de *língua* e *discurso*.

## 1.2 Uma perspectiva discursiva sobre a língua

Afinal, o que entendemos como *língua*?

À primeira vista, a questão pode parecer simples, mas essa impressão desmorona diante das mais variadas noções de língua que circulam em conversas informais, documentos oficiais, dicionários, cartilhas, letras de música, redes sociais e nas diferentes áreas do saber científico. É possível encontrar a noção de língua como código, sistema, ferramenta, reflexo,

interação, atividade, entre um sem-número de outras noções. Como observa Ferreira (2003), delimitá-la, descrevê-la ou analisá-la é tarefa difícil diante da multiplicidade de olhares teóricos possíveis e de sua opacidade constitutiva.

É a partir de um ponto de vista materialista que pensamos a relação entre língua e história, que faz intervir a ideologia no processo de constituição dos sentidos e sujeitos. As mesmas palavras e enunciados de uma mesma língua não têm o mesmo sentido, como efeito das relações de dominação produzidas na história, a qual não existe sem a contradição. Essas relações intervêm sobre a língua, inscrevem diferenças de sentido e produzem deslocamentos, ainda que o sistema da língua seja o mesmo. Em Pêcheux (1997b, p. 91, grifos do autor),

> O sistema da *língua* é, de fato, o mesmo para o materialista e para o idealista, para o revolucionário e para o reacionário, para aquele que dispõe de um conhecimento dado e para aquele que não dispõe desse conhecimento. Entretanto, não se pode concluir, a partir disso, que esses diversos personagens tenham o mesmo *discurso*: a língua se apresenta, assim, como a base comum de *processos* discursivos diferenciados, que estão compreendidos nela na medida em que, como mostramos mais acima, os processos ideológicos simulam os processos científicos.

Sendo assim, o discurso é dotado de uma materialidade linguística e se constitui como um observatório privilegiado para o estudo das assimetrias e disputas sociais, sendo o lugar material da luta ideológica e das contradições que dividem os sentidos e os sujeitos. Com relação à língua, Pêcheux retoma a afirmação de Paul Henry de que ela é apenas *relativamente autônoma*. Ela é regida por sua própria estrutura fonológica, morfológica e sintática que constitui o sistema autônomo linguístico, mas também determinada pelo encontro com a história e a ideologia que compõe o tecido discursivo.

Na sequência, situando o termo *indiferença* e *utilização* em uma dimensão de *prática de classe*, e não de conduta subjetiva, Pêcheux postula que a indiferença da língua à luta de classes caracteriza a autonomia relativa do sistema linguístico, mas por sua vez, as classes não são indiferentes à língua: elas a utilizam de um modo determinado, especialmente na luta política, de maneira que "todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes" (PÊCHEUX, 1997b, p. 92). Isso não quer dizer que a língua se divide em "línguas de classes", cada qual com suas próprias "gramáticas de classes", ou que a língua possa ser reduzida a um instrumento de comunicação utilizado para determinado fim. Na verdade, a língua aparenta a unidade, e a partir dessa aparência que se autoriza a divisão.

A formação social estabelecida em grande parte das democracias ocidentais do nosso tempo estrutura-se sob a forma das divisões entre classes e organiza-se em torno de um Estado, amparado por um aparelho jurídico. O processo de constituição desses Estados nacionais se deu

ao lado da implementação de determinadas *políticas linguísticas*[9], com suas particularidades em cada espaço nacional, que visavam ao estabelecimento de uma língua nacional, única para todos. O interesse por uma língua única e homogênea está intimamente relacionado à dissimulação das relações desiguais entre classes no funcionamento do aparelho do Estado, fenômeno este já observado por Pêcheux (1997b, p. 148) em *Semântica e Discurso*:

> a relação de classes é dissimulada no funcionamento do aparelho de Estado pelo próprio mecanismo que a realiza, de modo que a sociedade, o Estado e os sujeitos de direito (livres e iguais em direito no modo de produção capitalista) são produzidos-reproduzidos como 'evidências naturais'.

Dessa maneira, a ideologia dominante na formação social capitalista produz evidências que dissimulam as assimetrias e as relações históricas de dominação, e que produzem uma concepção de língua também homogênea e sem conflitos. Com isso, a língua atravessada pela história dá lugar a uma língua que se apresenta como unívoca, transparente e homogênea.

Como afirmam Schons e Mittmann (2009, p. 299):

> Tomar a língua como plana, transparente, unívoca e homogênea é deixar-se levar pelas ilusões provocadas pela própria ideologia dominante, que, em sua ânsia por manter a todo custo um imaginário de sociedade sem conflito de classes, impõe o monologismo, o sentido único, nas constantes tentativas de silenciar o que sempre vem irromper: o próprio jogo de forças entre as ideologias.

Nesse sentido, Ferreira (2003) aponta para a distinção que há entre a concepção de língua como trabalhada pelos linguistas e a língua como concebida pelo analista do discurso. Da nossa perspectiva, com base em Gadet e Pêcheux (2004), falamos sobre a língua tomando em conta que as contradições históricas a desestabilizam, e que o *equívoco* irrompe do encontro entre o impossível (linguístico) com a contradição (histórica). A presença do equívoco torna impossível que falemos sobre uma univocidade linguística, uma vez que, enquanto palco de confrontos sociais e ideológicos, ela tende à dispersão e é afetada pelos processos revolucionários que emergem do interior da ideologia dominante. Segundo Gadet e Pêcheux (2004, p. 64),

> a irrupção do equívoco afeta o real da história, o que se manifesta pelo fato de que todo processo revolucionário atinge também o espaço da língua: 1789, 1870, 1917... essas datas históricas correspondem na linguagem a momentos privilegiados: a instauração do francês nacional, a "mudança de forma" da métrica francesa tradicional introduzida por Rimbaud, e o surgimento das "vanguardas" literárias, poéticas e linguísticas, no campo do Outubro russo.

[9] Ver subcapítulo 1.7.

Nessa direção, nosso olhar encontra-se situado em uma perspectiva materialista, que compreende a exterioridade como constitutiva dos processos discursivos. Isso nos leva a considerar a língua como "dotada de natureza instável, heterogênea por formação e contraditória" (FERREIRA, 2003, p. 196), em que dela "e de seu encontro com a história surge a possibilidade de trabalhar o equívoco, que irrompe como lugar de resistência inerente à língua e à sua constituição" (p. 196).

É nesse sentido que Pêcheux (2006, p. 53) afirma que "todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro". Ele acrescenta que todo enunciado ou sequência de enunciados abarca pontos de deriva possíveis, de forma que a significação é um processo aberto. O equívoco possibilita a emergência de formas outras de significação, uma vez que os sentidos sempre podem ser outros e irromper das brechas discursivas da ideologia dominante como *acontecimento*. Há algo que sempre escapa às tentativas de delimitação, controle e interdição: a noção de equívoco alude também àquilo que escapa, ao *impossível* que determina tudo aquilo que "não pode não ser assim"; assim, há "pontos de impossível" na língua, aos quais Pêcheux se refere como "real" (PÊCHEUX, 2006). A incompletude é constitutiva do discurso e de um real da língua que não se deixa simbolizar.

Dessa maneira, situamos a língua enquanto objeto afastado das noções de código, instrumento ou reflexo (de algo). A língua não é um código, pois não é compreendida por nós através de uma concepção mecanicista: ela não está ali para ser meramente utilizada, mas participa constitutivamente dos processos de interpelação/identificação dos indivíduos em sujeitos. A língua também não é um instrumento de um sujeito que pode se utilizar da língua para seus objetivos e posteriormente deixá-la de lado, pois essa concepção pressupõe um sujeito "fora da língua" e senhor de si mesmo, que não é cindido por um inconsciente. É a perspectiva de um sujeito autônomo, que tem controle sobre a língua e sobre o que diz, incorporando a ilusão de que nele está a origem do sentido. A língua também não é um reflexo, pois a noção de reflexo pressupõe que os sentidos são literais e que há equivalência entre linguagem e mundo. Esse movimento apaga a complexa relação existente entre língua, ideologia e história, e pressupõe novamente um funcionamento mecanicista da língua, em detrimento de seu funcionamento falho e equívoco advindo de sua inscrição na história para significar.

## 1.3 Memória discursiva

Dizer que a língua é relativamente autônoma supõe a existência de um grau de autonomia, mas que é relativo devido à sobredeterminação da história sobre os processos discursivos. Como lugar material do discurso, é a partir da língua que se produzem os efeitos de sentido, afetados por fissuras, atravessamentos e pela instabilidade das relações sociais no terreno da divisão de classes. Os movimentos contraditórios de reprodução/transformação materializam-se nos processos discursivos e engendram os processos de repetição, negação e transformação dos dizeres, provenientes de algum lugar *anterior*, já que não têm origem no próprio sujeito.

Como temos visto, o trabalho ideológico faz operar o efeito de produção das evidências, que se naturalizam por repetição. A repetição permite que as evidências sejam proferidas e sedimentadas como verdade, de maneira que se estabilizam sentidos (invariavelmente inscritos nas relações de poder) que determinam ideologicamente o discurso. A regularização dos discursos se faz pela memória discursiva, que se coloca enquanto condição para o dizível. Conforme Pêcheux (PÊCHEUX, 1999, p. 52),

> Tocamos aqui um dos pontos de encontro com a questão da memória como estruturação da materialidade discursiva complexa, estendida em uma dialética da repetição e da regularização: a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer "os implícitos" (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível.

Essa memória, da mesma forma que possibilita a regularização do dizer, também é lacunar e equívoca. Zoppi-Fontana e Ferrari (2017) apontam para a íntima relação existente entre memória e esquecimento: ao mesmo tempo que está presente nas formulações, a memória funciona por meio de um "esquecido", "não-sabido". Cabe aqui discorrer sobre os esquecimentos estudados por Pêcheux : o n. 1, da ordem do inconsciente, refere-se ao fato de que, no processo de filiação a um determinado saber, o sujeito tem a ilusão de ser a origem do sentido e do dizer, desconhecendo que seus dizeres são afetados pela memória e pela formação discursiva em que está inserido, isto é, "o sujeito-falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina" (PÊCHEUX, 1997b, p. 173); o n. 2 se trata do esquecimento pelo qual o sujeito "seleciona, no interior da formação discursiva que o domina [...], um enunciado, forma ou sequência, e não um outro" (PÊCHEUX, 1997b, p. 173), ou seja, é o esquecimento de que tudo poderia ser reformulado ou ser dito de outro modo. O esquecimento, como afirmamos, é concomitante à atuação da memória discursiva, a qual, a partir da interpelação ideológica e da inscrição do sujeito em uma formação discursiva, fornece os já-ditos necessários ao dizer. Como afirmam Zoppi-Fontana e Ferrari (2017, p. 11-12), a memória discursiva

> é constitutivamente afetada pelas falhas que atravessam a língua e as contradições que estruturam a história, o que se materializa no seu caráter necessariamente lacunar e equívoco. Memória, portanto, estruturada pelo esquecimento, que funciona por uma modalidade de repetição vertical, que é ao mesmo tempo ausente e presente na série de formulações: ausente porque ela funciona sob o modo do desconhecimento, de um não-sabido, não-reconhecido, que se desloca, e presente em seu efeito de retorno, de já-dito, de efeito de pré-construído, de recorrência das formulações, produzindo a estabilidade dos objetos do discurso. (ZOPPI-FONTANA; FERRARI, 2017, p.11-12)

Esses esquecimentos, na sua relação com a memória, são fundamentais para a produção discursiva, pois permitem que os sujeitos se "esqueçam" da formação discursiva que os domina e se apropriem dos saberes pré-existentes para formular o próprio dizer, afetados pelo esquecimento de que os dizeres são recuperados e pré-existentes. Há uma interessante analogia desenvolvida por Andreu-Funo (2012) que ilustra os efeitos dos esquecimentos para a produção discursiva, em que o sujeito tem a ilusão de ser a origem do que diz. A autora relembra o conto infantil *João e Maria*, como registrado pelos irmãos Grimm, em que as crianças são levadas para a floresta para serem abandonadas pelo pai e pela madrasta. De modo a poderem refazer o caminho de volta, João e Maria deixam uma trilha de migalhas durante o percurso, mas que se tornam alimento para os pássaros. João e Maria ficam, assim, entregues às variadas trilhas e perigos da mata. No entanto, é o desaparecimento das migalhas que possibilita que eles vivam suas aventuras na floresta.

Da perspectiva discursiva, memória e esquecimento devem ser compreendidos um em relação ao outro, pois se entrelaçam no discurso. Que sentidos são lembrados, repetidos e que outros são apagados? A filiação discursiva se dá diante de qual rede de memória e de sentidos? A memória em Análise do Discurso, como salienta Freda Indursky (2011), não é de natureza cognitiva ou psicologizante, mas social; e é a partir dos processos de "regularização" que devemos compreendê-la.

Mas como são produzidos os processos de repetibilidade e regularização dos sentidos? Na perspectiva da Análise do Discurso, esses processos não devem ser confundidos necessariamente como repetições literais. Como analisa Indursky (2011), as repetições frequentemente podem levar a deslizamentos, ressignificações e fissuras na regularização dos sentidos. Conforme Achard (apud PÊCHEUX, 1999) as remissões, retomadas e efeitos de paráfrase, ao mesmo tempo que produzem "efeitos de série" que permitem a repetição e regularização de determinados sentidos, é sempre suscetível ao acontecimento, que faz ruir a regularização discursiva e perturba a memória: provoca, então, a interrupção da série e desmancha a regularização, "desloca e desregula os implícitos relacionados ao sistema de regularização anterior" (PÊCHEUX, 1999, p. 52).

Dito de outro modo, o funcionamento lacunar da memória permite o surgimento de rupturas e brechas no discurso, que passam a constituir outras redes de sentido e modos outros de inscrição na história. É o que Pêcheux denomina como *acontecimento,* quando há o "ponto de

encontro de uma atualidade e uma memória" (PÊCHEUX, 2006, p. 17). Nesse sentido, o acontecimento deve ser compreendido enquanto dimensão constitutiva do discurso, pois há na "própria existência do discurso a possibilidade de interromper uma série de repetições, dando lugar a uma 'desestruturação-reestruturação' da memória e das práticas discursivas" (ZOPPI-FONTANA, 2014, p. 30).

A memória não pode ser dissociada do esquecimento. Isso porque o processo de se acionar certos sentidos na memória implica necessariamente que outros sentidos sejam esquecidos, para que aqueles possam irromper. Os sujeitos se deparam com a impossibilidade de se dizer tudo ou se lembrar tudo, de modo que sempre há um excluído, um esquecido no jogo discursivo afetado pelas condições histórico-sociais que movimentam a relação entre memória e esquecimento. Como afirma Ferreira (2012, p. 147 apud MEDEIROS, 2016), a memória implica "uma relação da linguagem com a história e pensá-la requer observar as relações conflituosas dos aspectos de historicidade com os processos de linguagem".

## 1.4 A falha nos processos de interpelação/identificação ideológica

> *"[...] na luta política, ideológica e filosófica, as palavras são também armas, explosivos, ou ainda calmantes e venenos. Toda a luta de classes pode às vezes, ser resumida na luta por uma palavra, contra uma outra. Algumas palavras lutam entre si como inimigas. Outras são o lugar de um equívoco: a meta de uma batalha decisiva, porém indecisa".*
>
> ─ Louis Althusser

Nos últimos subcapítulos, situamos a questão da ideologia e da língua em relação à luta de classes e aos processos de reprodução/transformação. Em nosso trabalho, cabe destacar que enfocamos uma instância regionalizada do cenário político-ideológico de nossa formação social, em que se entrecruzam os discursos dominantes e de resistência, em sua relação tensa, porosa e contraditória, sobre gênero e sexualidade no *Manual de Comunicação LGBTI+*. Apesar de tratar-se de um (necessário) recorte, não deixamos de lado que esses discursos são produzidos no seio de uma formação social capitalista e encontram-se, ambos, mais ou menos ancorados a uma formação ideológica dominante, na medida em que a ruptura com ela não é completa. Nesse processo, retomam-se determinados sentidos sobre gênero e sexualidade e não outros, em sua relação com as múltiplas políticas de exploração perpetradas a partir das relações

de produção capitalistas e com a possibilidade de uma transformação social, que é domesticada no interior da dominação. Dessa forma, compreendemos que as políticas de dominação de gênero e sexualidade estão inscritas em um conjunto mais amplo que visa à manutenção das relações de produção e políticas de exploração capitalistas, ainda que sejam necessárias adaptações e transformações para conservá-las.

Para o cumprimento dos nossos objetivos, consideramos fundamental refletir sobre a relação tensa entre dominação e resistência, retornando à questão da interpelação/identificação ideológica para jogar luz sobre os lugares em que ela falha. Como lembra Pêcheux (1997b, p. 304), "não há dominação sem resistência: primeiro prático da luta de classes, que significa que é preciso 'ousar se revoltar'". Toda forma de dominação produz consigo formas heterogêneas de resistência em seu interior, pois todo processo de interpelação é um ritual sujeito à falha, e por isso mesmo, coloca o sujeito diante da possibilidade da ruptura e da transformação. Da mesma forma, a inscrição de um sujeito em uma posição de resistência não significa que o concebamos como regular, linear e estável, pois mesmo nessa posição ele é também determinado por formações discursivas em que se disputam sentidos, em que há deslize, equívoco.

Como já abordado a partir de Pêcheux (1997b), as formações ideológicas comportam uma ou várias formações discursivas a elas interligadas, "que determinam o que pode e deve ser dito [...] a partir de uma posição dada numa conjuntura dada" (p. 160); e as formações discursivas, por sua vez, "representam 'na linguagem' as formações ideológicas que lhes são correspondentes" (p. 161), bem como interpelam ideologicamente os indivíduos em sujeitos do *seu* discurso. Em outras palavras, em uma determinada formação ideológica, existem diversas formações discursivas em concorrência, construindo relações de oposição e concordância entre si. As formações discursivas correspondem a posições ideológicas, modos de ler e simbolizar a relação com o mundo, e a existência de várias delas no interior de uma formação ideológica corresponde à pluralidade de formas de ler, estar e pensar o mundo e as questões da vida em sociedade que se apresentam ao sujeito.

Nesse sentido, se vimos que os AIE são atravessados pela contradição e não atuam somente na direção da reprodução da ideologia dominante, isso se dá porque eles também comportam diferentes formações discursivas, inclusive as que emergem por meio da lacuna ou da falha para resistir às diferentes formas de dominação e exploração operadas na formação social capitalista em que se inscrevem. Nesse sentido, uma das questões que se coloca para a Análise do Discurso é identificar as desregularizações e deslocamentos que são produzidos na linguagem, em jogos de palavras, disputas de sentidos e *por* sentidos, pelos processos

assimétricos, contraditórios e heterogêneos que atravessam a história e afetam a língua, compondo o cenário ideológico da reprodução/transformação das relações de produção. Como afirma Pêcheux (1997b), simultaneamente à dominação pela ideologia da classe dominante, existe também a luta de classes, que leva a tomadas de posição da classe dominada por determinadas palavras, formulações, expressões, etc. e não outras, mas *contra* outras. Luta que, portanto, se manifesta na linguagem e na produção dos conhecimentos.

Deter-se sobre as contradições e heterogeneidades que concorrem em nossa formação social implica também identificar as evidências a partir das quais a ideologia capitalista cisgênera e heteronormativa organiza suas múltiplas formas de dominação e naturaliza-se como se tudo sempre houvesse sido assim. Para tanto, há de se considerar a presença da heterogeneidade, seja na classe dominada, seja na classe dominante; no interior de uma dada formação ideológica e também no interior das formações discursivas que lhes são correspondentes, a fim de explorar as assimetrias e contradições que atravessam *também* a resistência e constituem as lutas ideológicas de movimentos sociais como os LGBTQIA+. Isso significa rejeitar os discursos de "fim da história" e "fim das ideologias", que ganharam força à época do desmembramento da União Soviética e da consolidação do capitalismo neoliberal: o motor da luta de classes continua rangendo e os sentidos continuam em pleno confronto e movimento, nunca acabados ou completos. Isso pode ser observado nas lutas feministas, na luta LGBTQIA+, na luta pelos direitos trabalhistas, na luta contra a espoliação dos recursos naturais e nas mais variadas formas de reorganização de movimentos resistentes ao modelo político-econômico vigente.

Como sublinham Grigoletto, De Nardi e Sobrinho (2019), não há resistência sem sujeito, e é na/pela língua que o sujeito resiste. Da perspectiva que compartilhamos, o indivíduo é constituído como sujeito no processo de interpelação ideológica, orientado pela ideologia que domina uma dada formação social, em sua relação com os modos de produção. Pêcheux e Fuchs, em *A propósito da Análise Automática do Discurso*, referem-se ainda ao processo de interpelação como *assujeitamento*, de modo que "cada um seja conduzido, sem se dar conta, e tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade, a ocupar o seu lugar em uma ou outra das duas classes sociais antagonistas do modo de produção (ou naquela categoria, camada ou fração de classe ligada a uma delas)". (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 166)

Desse modo, o sujeito que concebemos tem a ilusão de que é autônomo e de que está exercendo sua livre vontade, efeito dos apagamentos produzidos pela ideologia no processo de interpelação, em que ela dissimula seu funcionamento pela produção das evidências. Esse apagamento produz também a ilusão de que a própria organização da sociedade é algo dado,

já-lá, e que só poderia ser assim e não de outra forma, de maneira que se obscurece a existência da luta de classes e se produz um sujeito que não se percebe afetado pela ideologia, mas senhor dos seus atos e senhor da língua.

Ao ser conduzido a ocupar uma posição nas relações de classe, o sujeito é também conduzido a reproduzi-las, o que é assegurado pelo funcionamento dos AIE enquanto instituições que concentram práticas e rituais que buscam perpetuar a ideologia dominante. As posições de classes se confrontam no interior desses aparelhos, o que levou à formulação em Pêcheux do conceito de *formações ideológicas* para caracterizar esse confronto entre forças políticas em uma determinada conjuntura ideológica. Dessa maneira, o processo de interpelação ideológica não se dá de forma geral ou linear, mas a partir da complexidade invariavelmente presente no cenário dos AIE, das formações ideológicas e das formações discursivas que lhes são correspondentes. Nas palavras de Pêcheux e Fuchs (1997, p. 167):

> Logo "a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos": esta lei constitutiva da Ideologia nunca se realiza "em geral", mas sempre através de um conjunto complexo determinado de formações ideológicas que desempenham no interior deste conjunto, em cada fase histórica da luta de classes, um papel necessariamente desigual na reprodução e na transformação das relações de produção, e isto, em razão de suas características "regionais" (o Direito, a Moral, o Conhecimento, Deus etc....) e, ao mesmo tempo, de suas características de classe.

Nesse cenário, uma questão nodal em nosso trabalho é: como é possível, afinal, falar em *resistência*? O que é resistência? E como falar sobre um sujeito que *resiste* se ele é conduzido, submetido?

Retomamos, então, uma retificação de Pêcheux (1997b), para chegar não a uma resposta final ou absoluta, mas ao menos a um ponto de deriva. Em tom autocrítico, o autor retorna à questão da interpelação ideológica em *Só há causa daquilo que falha ou o Inverno político francês: início de uma retificação* para destacar que tal processo deve ser compreendido justamente como um *ritual*; e como todo ritual, sujeito à falha, aos enfraquecimentos e brechas. É nessa direção que se deve analisar a reprodução e a transformação das relações de classe, materializadas nas práticas discursivas, como manifestações intimamente relacionadas e que, por isso, devem ser compreendidas uma em relação à outra. Pêcheux supõe se as rupturas e brechas que emergem do próprio interior das práticas realizadas pela ideologia dominante não estariam de algum modo relacionadas ao lapso e ao ato falho, enquanto bloqueio da ordem ideológica constituído na "origem não-detectável da resistência e da revolta: formas de aparição fugidias de alguma coisa 'de uma outra ordem', vitórias ínfimas que, no tempo de um relâmpago, colocam em xeque a ideologia dominante tirando partido de seu desequilíbrio" (PÊCHEUX, 1997b, p. 301).

Apesar disso, Pêcheux afirma que não se trata de tomar o lapso e o ato falho como base histórica de constituição das ideologias dominadas, pois "a condição real de sua disjunção em relação à ideologia dominante se encontra na luta de classes como contradição histórica motriz (um se divide em dois) e não em um mundo unificado pelo poder de um mestre" (PÊCHEUX, 1997b). É a partir da contradição, assim, que se pode falar em resistência, o que também nos leva a tomar reprodução e transformação como práticas que se atravessam, cujas fronteiras são menos fixas e delineadas do que aparentam. Esse recorte de um mundo que é cindido em dois — e que está sempre se dividindo — leva à formação de posições ideológicas entre classes e, por meio do processo de interpelação (ideologia), à constituição de sujeitos transpassados pela equivocidade (linguagem) e afetados pela ilusão de autonomia (inconsciente); dessa maneira, os sujeitos produzem deslocamentos em suas práticas discursivas, podendo tanto reproduzir (quando a intenção é transformar) quanto transformar (quando a intenção é reproduzir): suas intenções não lhes são acessíveis, lhes escapam. Nesse ponto, nos aliamos também a Orlandi (2017, p. 213), para quem "nos processos discursivos há sempre 'furos', falhas, incompletudes, apagamentos e isto nos serve de indícios/vestígios para compreender os pontos de resistência".

Nesse sentido, há de se ter a cautela necessária para evitar as ilusões liberais de autonomia, vontade e consciência que fazem parte da ideologia capitalista, assim como ter em conta que o discurso da militância LGBTQIA+ não se encontra isolado, mas em meio às disputas sociais, por meio das quais se reverbera e se faz ecoar nos artefatos produzidos sobre/por esses sujeitos.

## 1.5 O diálogo entre a História das Ideias Linguísticas e a Análise do Discurso

Como anteriormente situamos, nosso trabalho se realiza no encontro entre a Análise do Discurso e a História das Ideias Linguísticas. Os estudos brasileiros de História das Ideias Linguísticas foram inaugurados em uma parceria desenvolvida entre a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e a Universidade de Paris VII, na ocasião do estágio de pós-doutorado da pesquisadora Eni Orlandi, em Paris. Como relatado por ela, a cooperação com Sylvain Auroux foi indispensável para a criação de um projeto de História das Ideias Linguísticas no Brasil, que tratasse "da história do conhecimento metalingüístico em uma perspectiva abrangente inscrita na História da Ciência" (ORLANDI, 2001a, p. 11). Dessa forma, na busca de uma contribuição particular aos estudos de História das Ideias Linguísticas,

as pesquisas brasileiras aliaram o estudo da produção do conhecimento sobre a língua à história de constituição da própria língua enquanto imposta pela colonização.

De acordo com Sylvain Auroux (1992), os dicionários, assim como gramáticas, são entendidos como *tecnologias*, como *instrumentos linguísticos* que fazem parte do processo *de gramatização* das línguas: um processo em que se descreve e instrumenta as línguas. Segundo o autor, os instrumentos linguísticos são entendidos como uma extensão da língua, a partir da metáfora do martelo que prolonga o gesto da mão:

> A gramática não é uma simples descrição da linguagem natural; é preciso concebê-la também como instrumento linguístico: do mesmo modo que um martelo prolonga o gesto da mão, transformando-o, uma gramática prolonga a fala natural e dá acesso a um corpo de regras e de formas que não figuram juntas na competência de um mesmo locutor. Isso ainda é mais verdadeiro acerca dos dicionários: qualquer que seja minha competência linguística, não domino certamente a grande quantidade de palavras que figuram nos grandes dicionários monolíngues que serão produzidos a partir do Renascimento (o contrário tornaria esses dicionários inúteis a qualquer outro fim que não fosse a aprendizagem de línguas estrangeiras). Isso significa que o aparecimento dos instrumentos linguísticos não deixa intactas as práticas linguísticas humanas (p. 69-70).

Auroux afirma que o fenômeno da gramatização modificou profundamente a comunicação e o estado do patrimônio linguístico da humanidade. A gramatização, preconizando o "bom uso" da língua, contribui para a redução da liberdade de variação linguística, que seria muito maior se não existissem intervenções tecnológicas. Como efeito do fenômeno da gramatização, nos acostumamos a entender as línguas como homogêneas e idênticas em seu interior, ao mesmo tempo em que línguas pouco ou menos instrumentalizadas são mais suscetíveis ao desaparecimento. Assim, da mesma forma que Orlandi e Guimarães (2001), é possível dizer que gramáticas e dicionários, enquanto instrumentos linguísticos, permitem que os falantes tenham acesso a um corpo de regras que contribui para transformar a língua e para dar a ela uma forma.

A História das Ideias Linguísticas desenvolvida no Brasil, conforme Ferreira (2018), para além de gramáticas e dicionários, considera diversos outros modos de produção e organização do saber linguístico como *instrumentos linguísticos*, ou ligados a esses instrumentos. Tais artefatos são considerados como objetos históricos, como *discursos*: relatos de viajantes e de missionários, manuais, cartilhas, glossários, enciclopédias, parâmetros curriculares, museus, etc. Além disso, a autora acrescenta a essa lista artefatos do ambiente digital, como o buscador Google, o dicionário Google, os dicionários e enciclopédias online, entre outros. Nesse trajeto, levamos em consideração a produção de diferentes tecnologias de linguagem ao longo da existência da humanidade, possibilitadas por aquela que foi a *primeira revolução tecnolinguística* (AUROUX, 1992), e por isso, o primeiro de uma série de processos que transformariam profundamente a comunicação humana: o aparecimento da escrita.

Para Auroux, a *primeira revolução tecnolinguística*, assim, é condição para o desenvolvimento da segunda, a da gramatização das línguas. Uma de suas teses é que a gramatização transforma profundamente a comunicação humana porque dispõe aos países europeus um meio de conhecimento e domínio sobre as outras culturas do planeta. No processo de colonização brasileira, por exemplo, esse conhecimento foi utilizado para descrever as línguas indígenas, estabelecer contato com os povos originários, catequizá-los e doutriná-los. Por isso, o autor não hesita em comparar, a nível de importância, a revolução tecnológica da gramatização à revolução agrária no Neolítico ou à Revolução Industrial no século XIX.

Há ainda uma *terceira revolução tecnolinguística* apontada por Auroux: *a da mecanização da linguagem através da informatização*. (AUROUX, 1998 apud FERREIRA, 2015) Trata-se do desenvolvimento de aparelhos, *softwares* e sistemas operacionais que dão um tratamento eletrônico à linguagem natural e que se constituem como instrumentos que mecanicizam a comunicação. Se as três revoluções tecnolinguísticas constituem instrumentos linguísticos externos aos indivíduos, aqueles produzidos pela terceira revolução não são, ainda que mecanicizem a comunicação, autônomos: "esses instrumentos podem *formalizar* e *externalizar* capacidades humanas e até, em um sentido bem delimitado, substituí-las, mas sua autonomia é sempre dependente da/e determinada pela programação que foi construída para eles" (FERREIRA, 2015, p. 82, grifos da autora). A autora ainda reforça ainda que as revoluções tecnolinguísticas não são eventos isolados, pois "do mesmo modo que as reflexões metalinguísticas presentes em gramáticas, dicionários e em outras tecnologias de linguagem só puderam existir com o advento da escrita, tais tecnologias tornaram-se a condição de possibilidade de outras tecnologias" (FERREIRA, 2015, p. 81).

Posto isso, é importante que retomemos a questão que norteia este subcapítulo: quais as implicações de se trabalhar no encontro entre diferentes áreas, cada qual com o seu quadro teórico, como a História das Ideias Linguística (doravante HIL) e a Análise do Discurso (doravante AD)? Se realizamos esse movimento, é porque acreditamos que esses domínios têm muito o que conversar. Nos somamos, assim, a um amplo conjunto de autores que, antes de nós, já situavam seus trabalhos nesse fecundo entremeio entre a HIL e a AD. Ferreira (2018) remete a proficuidade dessa relação à conjuntura de institucionalização da HIL no Brasil, lançando um olhar para o título do primeiro projeto Capes/Cofecub da área, que é a "a construção de um saber metalinguístico e a constituição da língua nacional". Ferreira retoma os estudos de Orlandi e Guimarães (1996b) e nos mostra como, já a partir desse título, é possível notar como o papel da Análise do Discurso é decisivo, na medida em que se é possível olhar para a história contraditória da gramatização brasileira e evitar uma relação automática entre língua e nação, privilegiando, em vez disso, a

relação entre a língua e as *línguas em sua historicidade*, percorrendo, assim, "as tensões e contradições entre *língua imaginária* e *língua fluida*, entre *língua oficial*, *língua nacional*, *língua materna*, *língua estrangeira*, *língua transnacional*, *língua de fronteira*, e entre *língua portuguesa*, *língua geral*, *língua brasileira* etc." (FERREIRA, 2018, p. 21, grifo da autora).

A autora salienta que a AD não estabelece uma relação fundamental com a HIL, na medida em que esta é bastante heterogênea e comporta a inscrição de outras posições teóricas, mas contribui significativamente para a maneira como se constituiu o fazer científico em HIL no Brasil. Essa articulação entre uma e outra "vem indagando sobre os instrumentos linguísticos e suas relações com as instituições, o Estado, o mercado, a globalização, bem como com os novos modos de significação do sujeito em relação à identidade e à autoria e, ainda, em relação aos movimentos de resistência às formas de conformação técnica" (FERREIRA, 2018, p. 27)

Da mesma maneira, a partir de um percurso que toma a historicidade dos sujeitos e sentidos, a AD nos direciona também para um entendimento dos saberes científicos, como as ciências da linguagem, como conhecimentos que não são fechados e têm formas de organização na história (FERREIRA, 2015). Dessa maneira, a divisão, a legitimação e a disciplinarização dos saberes não são gestos que se constituem fora da relação com a realidade institucional de uma determinada sociedade, em uma determinada época, de forma que não se constituem como fora da ideologia.

Para Nunes (2008a), uma tomada de posição discursiva na articulação com a História das Ideias Linguísticas permite a constituição de um outro olhar sobre objetos historicamente negligenciados pela linguística moderna. O autor lembra que, para a linguística moderna saussuriana, instrumentos como os dicionários e as gramáticas eram compreendidos como objetos normativos; logo, não descritivos e não científicos. Já em nossa tomada de posição, esses instrumentos são lidos em relação com as suas condições de produção, seus modos de dizer a relação da sociedade com a história, de maneira a considerar a materialidade linguística e compreendê-los como documentos opacos, que instauram evidências sobre língua, história e sociedade, (re)produzindo sentidos que se consolidam na memória discursiva.

Nesse sentido, a prática de constituição de conhecimentos sobre a língua ou sobre a história da língua está diretamente relacionada aos processos históricos que legitimam determinados saberes em detrimento de outros, uma vez que as divisões políticas que estruturam a nossa formação social atravessam os espaços de produção de conhecimento. Esses espaços são, assim, *políticos*, e mantêm estreita relação com a luta de classes que movimenta a formação social capitalista. Dessa perspectiva, compreendemos os instrumentos linguísticos produzidos pela gramatização como objetos inscritos em uma conjuntura histórica, política e econômica invariavelmente marcada por

tensões, que se materializam discursivamente nesses documentos. Como objetos históricos, ideológicos e discursivos, os instrumentos linguísticos comportam a divisão e a contradição que afetam materialmente a língua, o que remetemos à definição de *político* em Guimarães (2002):

> É a contradição que instala este conflito no centro do dizer. Ele se constitui pela contradição entre a normatividade das instituições sociais que organizam desigualmente o real e a afirmação de pertencimento dos não incluídos. O político é a afirmação da igualdade, do pertencimento do povo ao povo, em conflito com a divisão desigual do real, para redividi-lo, para refazê-lo incessantemente em nome do pertencimento de todos no todos (GUIMARÃES, 2002, p. 17).

Artefatos como os dicionários, as gramáticas e os manuais são constituídos por esse componente normativo de divisão do real. Na esteira da reflexão sobre a produção do conhecimento linguísticos, nos lembramos de uma importante indagação posta por Eni Orlandi em *Terra à vista*: "Que língua nós apagamos para ter uma língua nacional (o português)? De que língua (ou línguas) foi necessário nos distanciarmos historicamente para termos uma língua portuguesa?" (ORLANDI, 1990, p. 74). A institucionalização do português como língua oficial do Estado brasileiro, na direção do apagamento das línguas indígenas e africanas que se falam (e que se *falavam*) em nosso território, e a constituição da evidência do Brasil como um país monolíngue não foram processos pacíficos, mas que orquestraram a dissolução dos traços da história e das lutas políticas. A força político-coercitiva do Estado e a instrumentação linguística são componentes ativamente integrados a tal processo, na medida em que a institucionalização de uma língua oficial "se firma ao longo do tempo por meio de dispositivos legais e institucionais que fornecem o esteio a processos de instrumentação e institucionalização dessa língua" (ZOPPI-FONTANA, 2015, p. 222). É pela instrumentação linguística que uma língua é colocada à disposição para os falantes como um corpo de regras a ser ensinado pela Escola e incorporado pelos sujeitos, como se esse saber produzido sobre ela fosse unívoco, neutro e ahistórico.

A produção do conhecimento sobre a língua, como estamos argumentando, é concomitante à constituição das evidências e à produção de apagamentos discursivos, e por isso, deve ser analisada em sua intrínseca relação com a luta de classes, as explorações políticas perpetradas na formação social capitalista e as ideologias racistas, xenofóbicas, elitistas, misóginas e homotransfóbicas que a dominam, tomando ainda os instrumentos linguísticos produzidos pela gramatização como parte da história da língua e da sociedade que a fala. Nesse desdobramento, assim como Modesto e Souza (2019), compreendemos que os instrumentos linguísticos

> não servem apenas a uma mera representação de uma língua, já que desempenham um papel muito maior dentro de um projeto de poder que visa a controlar e domesticar os tempos e os espaços linguísticos. Logo, a gramática e o dicionário são duas tecnologias que gramaticizam a língua, descrevendo-a através de certa visão, em geral, prescritiva e normativa, bem com instrumentalizando-a, isto é, tornando-a disponível para que se possa

> ensiná-la e para que se possa aprendê-la, tendo sempre os interesses das classes dominantes como suporte (MODESTO; SOUZA, 2019, p. 217).

É nesse sentido que, ao tomar os dicionários como *objetos discursivos*, Elias de Oliveira (2006) defende a importância de refletir sobre seu lugar de leitura como norma inquestionável, de modo que seja possível indagá-lo enquanto um dizer que se inscreve na história e que é político. Entendemos que essa posição deve ser estendida a outros instrumentos linguísticos, como os manuais, e a "todas as formas discursivas que, de algum modo, tendem a controlar as normas linguísticas" (MODESTO; SOUZA, 2019), nesse gesto, também incidindo sobre o movimento dos sujeitos na história.

## 1.6 Gestos de historicização

Do encontro entre a AD e a HIL, deriva-se um quadro teórico-analítico que nos conduz à constante indagação sobre os documentos e artefatos linguísticos e seus modos de produzir sentidos sobre a língua e a sociedade. Entendendo tais documentos como objetos discursivos, nos interrogamos sobre a sua pretensa neutralidade e sobre os imaginários que se produzem para a relação entre sujeito, língua e mundo, em sua articulação com as relações históricas de dominação que se confrontam em nossa formação social. Mas mesmo que nossa posição nos leve a *indagar* ou *interrogar*, mostra-se tão importante quanto constituir um *lugar de escuta*: nosso lugar de historiador-analista é, sobretudo, um lugar de escuta, que permite, de acordo com as questões que orientam nossos estudos, ter em consideração os gestos de interpretação que são produzidos pelos instrumentos linguísticos; e desse modo, "empreender gestos de leitura das condições de produção dos discursos teórico-científicos ou, pelo menos, ditos teórico-científicos, os quais trazem a língua para o centro de suas formulações" (MODESTO; SOUZA, 2019). Também nos alinhamos a Nunes no entendimento de que "ler os documentos de arquivo conduz a explicitar os gestos de interpretação que subjazem a sua elaboração, evitando-se reproduzir uma história já dada, fixada, e mostrando seu processo de construção" (NUNES, 2008b, p. 82).

Nessa direção, um olhar que enfatize a historicidade da ciência relaciona a produção do saber a suas condições de produção, em seu diálogo com autores, teorias, acontecimentos, arquivos e instituições que compõem o acervo de conhecimentos antecedentes, aos quais Auroux (2006 apud NUNES, 2008b) denomina *horizonte de retrospecção*. Essa perspectiva nos coloca diante da impossibilidade de conceber o conhecimento como uma realidade universal, ahistórica ou instantânea, em benefício de uma concepção de conhecimento enquanto *realidade histórica*; isto é,

como dotado de uma espessura temporal que também se projeta para o futuro, caracterizando o *horizonte de projeção*. Com isso, não se trata de prever ou pré-determinar o trajeto dos sentidos, mas remeter a uma (des)continuidade de discursos que os sentidos projetam, a partir da sua inscrição na cadeia de já-ditos que se constituem como memória. Enfatizamos esse aspecto devido à nossa compreensão do conhecimento como um campo disputado, em que diversas teorias conflitam, "não somente co-ocorrem, mas concorrem na busca pelo lugar de legitimidade e cientificidade" (MODESTO, 2015, p. 91). Por isso, deve-se ter em conta que o conhecimento não é linear, cronológico ou contínuo, mas atravessado por interrupções, descontinuidades e pelas disputas derivadas da coexistência de saberes. A organização do conhecimento pode mesmo incorrer em um apagamento desses conflitos. Voltaremos a este ponto quando tratarmos da relação entre a manualização e o discurso pedagógico. Em outros casos, os saberes conflitantes não são apagados, mas recuperados para que sejam negados ou refutados:

> O saber seria, pois, construído numa constante projeção e retrospecção de seus horizontes. Um ir-e-vir. Movimento a partir do qual um saber se impõe (ou tenta se impor) sobre os outros na constante relação dos saberes que estrutura os horizontes de retrospecção e projeção. O que significa que sem memória não há saber. (MODESTO, 2015, p. 91)

Dessa maneira, tanto a retrospecção quanto a projeção remetem à inscrição dos saberes no interdiscurso. O trabalho do analista é fundamentalmente de escuta às relações de sentido, os já-ditos negados, afirmados ou esquecidos. Na intersecção com a HIL, trata-se de observar como os dizeres se amarram na formulação de um saber sobre a língua, em sua relação com os horizontes de retrospecção, de projeção e com a estabilização de sentidos, produzindo ainda um efeito de fechamento, como se esse saber se encerrasse em si mesmo. Em outras palavras, a partir de nossa leitura de Nunes (2005) e Glozman (2020), entendemos que o diálogo profícuo entre a AD e a HIL nos permite empreender *gestos de historicização*, considerando a densidade dos debates políticos-linguísticos e a perspectiva de que a língua tem uma espessura, de maneira que

> trabalhar a historicidade na leitura de arquivos leva a realizar percursos inusitados, seguindo-se as pistas lingüísticas, traçando percursos que desfazem cronologias estabelecidas, que explicitam a repetição de mecanismos ideológicos em diferentes momentos históricos, que localizam deslocamentos e rupturas. Desse modo, o arquivo não é visto como um conjunto de "dados" objetivos dos quais estaria excluída a espessura histórica, mas como uma materialidade discursiva que traz as marcas da constituição dos sentidos. (NUNES, 2006, p. 1-2)

Há, assim, *historicidade*, o que nos mobiliza na direção de empreender gestos de leitura que reconstituam os percursos históricos dos sentidos.

## 1.7 Política de línguas

A produção de um conhecimento sobre a língua implica necessariamente que se adote uma perspectiva, que se tome posição diante do seu objeto. O que é língua? O que é linguagem? O que é conhecimento? Essas são algumas das perguntas ─ para as quais há diferentes respostas, conforme as diferentes e desiguais divisões do saber ─ que atravessam a constituição do conhecimento sobre a linguagem e a implementação de políticas linguísticas. Assim, em outras palavras, toda e qualquer política linguística implica necessariamente o reconhecimento de uma determinada concepção sobre língua, linguagem e conhecimento, em sua relação com os processos históricos de dominação que conduziram à fabricação de determinadas políticas linguísticas (e não outras). Essas políticas produziram historicamente diferentes efeitos sobre a sociedade, inscritas no jogo contraditório da unidade e da diversidade, dominação e resistência, e tiveram como efeito a legitimação de um imaginário dominante sobre a língua, sedimentados como aquilo que *todo mundo sabe*. Língua que é transparente. Língua que é de todos os brasileiros. Língua que é sempre regular.

Entretanto, a produção de políticas linguísticas, como qualquer processo discursivo, é fundamentalmente atravessada pelo político, e por isso, pela contradição. Na linha dos trabalhos de Orlandi (1998), entendemos que um dos principais eixos desse conflito se faz presente na tensa relação entre unidade, diversidade e dominação, que é constitutiva da constituição das teorias linguísticas e da relação entre línguas. "Nessa relação equívoca entre língua/línguas a questão da língua é uma questão do Estado com suas políticas de invasão, de absorção das diferenças e de sua anulação", afirma Orlandi (1998, p. 13), antes de retomar Gadet e Pêcheux para lembrar que tal anulação supõe antes que essas diferenças sejam reconhecidas.

A questão da unidade é colocada pela própria ideologia dominante capitalista, estruturada sob a forma do Estado de Direito e da unidade política da nação, cujo efeito é a produção de "um 'todos' imaginário que esquece as lutas de classes, as relações de dominação e resistência no espaço do Estado nacional" (SILVA SOBRINHO, 2015, p. 201). É pela inscrição em tais condições de produção que funciona a disputa entre unidade e diversidade, dominação e resistência, no jogo contraditório "entre a igualdade juridicamente autorizada e a absorção politicamente negociada da diversidade" (ORLANDI, 1998, p. 12) que se materializa nas políticas linguísticas. Em sua leitura do texto de Orlandi, Ferreira (2020a) coloca ênfase sobre como a conjugação e o entrelaçamento discursivo entre a unidade, a diversidade e a dominação traz implicações para o fazer analítico:

> são três posições que correspondem a diferentes razões, com princípios éticos diferentes e que estão quase sempre em relação de contradição. Segundo a autora, a análise deve fazer face a essa relação contraditória e não apagá-la. Isso significa considerar que, na relação entre unidade e diversidade, por exemplo, pode haver movimentos de resistência e, ao mesmo tempo, movimentos de absorção, de domesticação da resistência, de dominação. (FERREIRA, 2020a, p. 11)

É de forma a desvincular-se da noção de política linguística como trabalhada pela Sociolinguística e colocar ênfase sobre o sentido materialista que Eni Orlandi (2007d) propõe que falemos de *políticas de línguas*, distanciando-nos das abordagens que pensam a relação entre as línguas, bem como as relações de sentido construídas nas relações entre elas, como inerentes; e daquelas que implicitam que podemos "manipular" as políticas linguísticas como queremos. Nossa posição se detém sobre o trajeto histórico que leva à emergência de determinadas políticas de línguas (e não outras) e seus efeitos relativos à produção de imaginários específicos sobre língua e sociedade, como forma de organizar as práticas sociais pela institucionalização de certos saberes e sentidos. Para a autora,

> não há possibilidade de se ter língua que não esteja já afetada desde sempre pelo político. Uma língua é um corpo simbólico-político que faz parte das relações entre sujeitos na sua vida social e histórica. Assim, quando pensamos em políticas de línguas já pensamos de imediato nas formas sociais sendo significadas por e para sujeitos históricos e simbólicos, em suas formas de existência, de experiência, no espaço político de seus sentidos. (ORLANDI, 2007d, p. 8)

Tratar o conhecimento sobre a língua como constitutivamente atravessado pelo político nos leva a interrogar, diante de um material de análise, sobre quais discursos sobre a língua são admitidos como verdadeiros e como eles determinam um conjunto de práticas no que diz respeito à administração das forças sociais, em relação de aliança e confronto, no ritmo disruptivo da reprodução/transformação. Interrogamos os conflitos entre unidade e diversidade, igualdade e diferença, na medida em que "a questão da linguagem é sempre a questão do reconhecimento ou da exclusão, do direito (universal, particular, singular), da identidade, da liberdade ou da coerção, pelo simbólico" (ORLANDI, 1988, p. 8).

De uma perspectiva materialista, com base em Orlandi (2007d), não entendemos que a consciência precede a experiência, mas se constitui a partir desta, o que nos permite indagar que *consciência* é construída pela produção do conhecimento tanto sobre a língua quanto sobre os acontecimentos históricos. Dizer como se deve praticar uma língua, para além de mostrar o funcionamento da ilusão de que é possível ter controle sobre os processos discursivos, é movimento que se inscreve na história e produz modos de significação, regulamentando "a língua com que os sujeitos vão fazer a história significar e, ao mesmo tempo, serão significados por essa mesma história" (MARIANI, 2006, p. 78). É nesse sentido que Orlandi coloca em

relação o *saber sobre a língua* e a *política de línguas*: "o saber sobre a língua, por seu lado, não é indiferente à política das línguas, ao contrário, é o cerne mesmo sobre o qual se assentam os modos de sua realização" (ORLANDI, 2007d, p. 8).

A partir das políticas de línguas, assim, é possível traçar os modos de institucionalização dos sentidos materializados nos instrumentos linguísticos (dicionários, gramáticas, manuais, etc.) e consolidados na memória discursiva. Sentidos que se tornam evidentes por efeito ideológico e são, portanto, legitimados como verdadeiros e corretos, sobretudo, *científicos, e não políticos* (LAGAZZI, 2007).

## 1.8 Língua imaginária e língua fluida

Já afirmamos isso anteriormente nesta dissertação: não concebemos a língua como código ou instrumento. Essas concepções, aliás, têm em comum a ilusão (da qual somos críticos) de que o sujeito está em pleno controle das palavras e dos processos de significação. Sujeito autônomo que governa sobre os sentidos. Sujeito que diz exatamente o que quer dizer. Na mesma linha das reflexões sobre as ilusões que se produzem sobre o sujeito dominado pela ideologia capitalista, um olhar atento a determinados nichos editoriais do mercado atualmente em circulação se depara com uma porção de títulos que prometem ao leitor o impossível: apresentar-lhe modos de se ter controle sobre a própria a língua, entendida enquanto um instrumento sobre o qual se pode ter domínio. Não questionamos o poder da linguagem, mas sim a ilusão de poder do homem perfeito que se apodera de um sistema perfeito para significar.

Vamos de encontro, assim, à historicidade e incompletude dos sentidos e dos sujeitos, à opacidade da linguagem, às formas de significar na história, aos modos de dizer e de não dizer, à irrupção do equívoco, da resistência materializada em uma língua que escapa ao domínio do homem, que às vezes faz dizer o que não se quer dizer e que não pode nunca dizer tudo. É indiscutível o caráter criador e o papel fundador da linguagem. Conforme Benveniste (1976), é a partir dela que se produz a realidade: "aquele que fala faz renascer pelo seu discurso o acontecimento e a sua experiência do acontecimento", de maneira que, fundamentada pela troca e pelo diálogo, a linguagem "para o locutor, representa a realidade; para o ouvinte, recria a realidade" (BENVENISTE, 1976, p. 26). Não é possível que tenhamos acesso direto à realidade, pois a realidade se instaura para nós, em uma perspectiva materialista, a partir da língua em seu contato com a história, na relação com os processos discursivos e ideológicos.

No mesmo capítulo, Benveniste, escreve sobre o *poder misterioso* da língua, onde se fundam indivíduo e sociedade pela faculdade humana de *simbolizar*:

> De fato é dentro da, e pela, língua que indivíduo e sociedade se determinam mutuamente. O homem sentiu sempre ─ e os poetas frequentemente cantaram ─ o poder fundador da linguagem, que instaura uma realidade imaginária, anima as coisas inertes, faz ver o que ainda não existe, traz de volta o que desapareceu. É por isso que tantas mitologias, tendo de explicar no início dos tempos alguma coisa pôde nascer do nada, propuseram como princípio criador do mundo essa essência imaterial e soberana, a Palavra. Não existe realmente poder mais alto, e todos os poderes do homem, sem exceção, pensemos bem nisso, decorrem desse. A sociedade não é possível a não ser pela língua; e, pela língua, também o indivíduo. (BENVENISTE, 1976, p. 27)

O poder da linguagem é o poder pelo qual se instaura a realidade. As sociedades humanas se fundam a partir dele e também organizam e constituem seus mitos basilares a partir da linguagem.

Tendo em vista esse poder fundamental, observamos, assim como fez Zandwais (2012), que a constituição de uma unidade imaginária em torno de uma língua nacional forjada como una e indivisível resgata um dos principais mitos que buscam explicar a existência da(s) língua(s): o "sonho perdido" de Babel. Mas esse mito também pode ser posto diante da imperfeição da língua. A divisão daquela língua original, una e indivisível, no ato da punição divina dá origem a outras línguas, a partir das quais os sujeitos não conseguem se comunicar. Se podemos pensar, por um lado, que esse mito busca dar uma explicação para a existência de diferentes línguas; por outro lado, o mito babélico pode também representar justamente a imperfeição da língua, o momento histórico em que o homem que sonha em ser Deus é colocado diante do impossível e de sua incompletude na linguagem. Ele não pode saber tudo ou comunicar tudo, e sua língua não pode tudo simbolizar. Nesse sentido, retiramos as lentes da punição divina sob a qual o mito é construído e retomamos a leitura de Ferreira (2015), para quem o poder fundador da linguagem é decorrente justamente da sua imperfeição. A incompletude é necessária para a constituição do dizer, pois é porque não se pode dizer tudo que se diz algo. Em suas palavras,

> Se a linguagem fosse perfeita, não haveria enganos, não haveria poetas, não haveria realidades imaginárias, não haveria fábulas, mitos, histórias, lembranças. Se a linguagem fosse perfeita, de fato, ela seria apenas um instrumento de informação e comunicação. Se a linguagem fosse perfeita, haveria, talvez, uma única língua, transparente, lógica, unívoca, e não haveria línguas... (FERREIRA, 2015, p. 87)

Se a linguagem tem o poder de construir realidades imaginárias e fundar sociedades, não podemos deixar de lado que tais movimentos de organizar e gramatizar as línguas são também tentativas de domesticação do real, daquilo que se caracteriza fundamentalmente pela

dispersão. Espalhar os homens, torná-los dispersos e converter suas línguas em objetos divididos, incompletos e imperfeitos foram as punições que destinariam toda a humanidade a organizar-se em torno da ferida da divisão. E é essa ferida que, de certa forma, se resgata com a formação dos Estados nacionais: "Lutar contra a dispersão dos povos, reunindo-os homens num mesmo território e identificando-os por meio de uma língua comum, cuja característica principal seria a transparência, parece ser uma forma de resgatar o 'sonho perdido' de Babel..." (ZANDWAIS, 2012, p. 176).

A pretensão de unidade da nação em torno de uma língua única, indivisível é apenas imaginária, como qualquer pretensão de unidade e coerência também é: "o real do discurso é descontinuidade, dispersão, incompletude, falta, equívoco, contradição" (SOUZA, 2011, p. 110). O discurso se realiza pelo funcionamento entre esses dois planos: "entre o real – plano do disperso – e o imaginário – plano do unificado" (SOUZA, 2011, p. 110).

Esse funcionamento conflitante se instaura também na produção dos instrumentos linguísticos, em maior ou menor medida, e de acordo com as condições de produção particulares de cada documento. Em uma reflexão sobre o papel do linguista em políticas públicas relativas ao ensino de línguas, detendo-se sobre três instrumentos linguísticos produzidos em condições particulares, Scherer (2012) analisa que quanto mais se detinha sobre as três propostas, mais entrava na velha problemática da luta contra Babel. Em suas palavras,

> Sim, porque em cada um dos instrumentos analisados o que fomos encontrando foi sempre a tentativa de se traçar uma política contra a babelização do mundo. O velho mito imaginário da possibilidade de uma língua opaca, limpa, clara, objetiva, sem problemas de compreensão, sem falhas, absoluta, única. E fomos entendendo que a política linguística de cada um dos instrumentos citados vai tentar fugir da babelização na saudade perpétua do tempo em que "toda a Terra era duma mesma língua e duma mesma fala" (SCHERER, 2012, p. 164).

Nesse sentido, a autora chama atenção para a existência do que ela chama de *desbabelização da língua e do sujeito*, isto é, os mecanismos de controle, limite e zona fronteiriça orquestrados para se falar de língua e sujeito, na busca interminável por suturar a ferida da divisão e suprimir a desordem. *Desbabelizar*, então, é um processo inverso ao da *babelização* e compreende os atos de nomear, classificar, delimitar, organizar, assentar e cristalizar; significa administrar o impossível sob a ilusão de transparência da língua e dos processos discursivos, a partir da constituição de fronteiras claras, evidentes e artificiais, em detrimento daquelas constitutivamente porosas e dinâmicas que mais se aproximam de corresponder ao real trajeto das línguas, sujeitos e sentidos.

Gramatizar, administrar, organizar, sistematizar... tais movimentos que se inscrevem no eixo da *desbabelização do mundo* nos remetem à distinção proposta por Orlandi e Souza

(1988) e Orlandi (2009) entre *língua fluida* e *língua imaginária*. Essa distinção é pensada por Eni Orlandi após uma experiência de campo em que a autora conviveu com povos indígenas Xerente e Assurini do Xingu. Diante da imensidão do rio Xingu, a pesquisadora se dá conta de que não *sabia* sua língua, tão imensa e fluida, uma vez que estamos presos ao português enquanto língua esquematizada, que é o imaginário de língua que nos interpela. Língua-sistema. Objeto-ficção (e que nem por isso tem menos existência que o real). Desconhecemos uma história dos processos de significação que estão em funcionamento e tomamos nossas línguas como "normas, coerções, línguas-instituição, a-históricas. É a sistematização que faz com que elas percam a fluidez e se fixem em línguas-imaginárias" (ORLANDI; SOUZA, 1988, p. 28).

Mas a língua não pode ser contida, limitada a um arcabouço de fórmulas e teorias, pois essa língua é movimento, mudança contínua, ela escorre e é fluida como as águas do rio Xingu. Não é língua fixa, mas porosa. É a língua que vai além das normas e pode ser observada nos processos discursivos, que é afetada pela ideologia e pelo inconsciente, língua que escorrega, que falha e sobre a qual não podemos ter controle:

> Em nosso imaginário (a língua imaginária) temos a impressão de uma língua estável, com unidade, regrada, sobre a qual, através do conhecimento de especialistas, podemos aprender, termos controle. Mas na realidade (língua fluida) não temos controle sobre a língua que falamos, ela não tem a unidade que imaginamos, não é clara e distinta, não tem os limites nos quais nos asseguramos, não a sabemos como imaginamos, ela é profundidade e movimento contínuo. Des-limite (ORLANDI, 2009, p. 18).

Trabalhar com a língua em funcionamento, como afirma a autora, significa trabalhar com essa tensão entre *língua fluida* e *língua imaginária*, como lugar em que se materializa o discurso na tensão entre unidade e dispersão, o estabilizado e o que não se estabiliza ou ainda não se estabilizou, o novo e o evidente. É importante ter em conta que a língua imaginária tem efeitos sobre o real e atravessa o imaginário dos sujeitos em sua relação com a língua, formando sentidos para como eles se colocam diante dela e do mundo. Podemos compreender como um desses efeitos uma certa expectativa de que o mundo também se apresente sob a forma de paradigmas e coerções, assim como se apresenta a língua imaginária, com definição e exatidão.

Em que termos é possível observar esse conflito entre língua imaginária e língua fluida no *Manual de Comunicação LGBTI+*, na produção de um conhecimento sobre língua e sujeito, é uma das questões para a qual reservaremos um olhar mais atento. Em nosso material de análise, a constituição de um discurso sobre os sujeitos LGBTQIA+ se entrelaça a discursos que são também sobre a língua, referentes a modos corretos de dizer/nomear, em detrimento de outros, considerados incorretos ou inadequados para uma certa filiação discursiva, em uma determinada conjuntura histórica. Os instrumentos linguísticos são redutos de línguas

imaginárias, da tentativa de regulação de uma língua que teima em fluir para outras direções, como os sujeitos também fluem para outros domínios independentemente de sua vontade. É preciso constituir um lugar de escuta para observar essas movimentações em nosso material de análise, tendo sempre no horizonte que o real do discurso é a dispersão.

## 1.9 A manualização e a constituição das coisas-a-saber

Ao lançar um olhar para o processo histórico de constituição dos movimentos LGBTQIA+ como conhecemos hoje, notamos que há alguns marcos dignos de nota para a compreensão das condições que possibilitam a emergência do *Manual de Comunicação LGBTI+*. Nas primeiras articulações do movimento na década de 1970, como veremos no próximo capítulo, os movimentos LGBTQIA+ vinham se construindo não só a partir de uma agenda de conscientização das discriminações de gênero e sexualidade, mas também a partir de uma agenda pró-democrática, isto é, de oposição ao Estado ilegal militar brasileiro. Ou seja, o movimento desponta em condições específicas da formação social brasileira e se transforma com ela no cenário da redemocratização, da consolidação do capitalismo neoliberal globalizado e da ascensão e queda do ciclo de governos de esquerda na América Latina nos anos 2000 e 2010. Nesse período, a partir de um diálogo com as discussões no campo dos Estudos de Gênero desenvolvidas nos países centrais, construíram-se espaços epistemológicos que abrigam os saberes feministas, LGBTQIA+ e *queer*. Saberes que, no entanto, não são unívocos, mas divididos, contraditórios.

E então, configura-se, nessas condições, o aparecimento de diferentes artefatos mais ou menos relacionados a esses saberes; entre eles, o manual que tomamos como material de análise, nomeado assim mesmo: é o "manual" de comunicação LGBTI+, e não "enciclopédia", "dicionário" ou "cartilha" (entre outras mil-e-uma possibilidades) de comunicação LGBTI+. É nesse sentido que indagamos: por que "manual"?

O dicionário online de sinônimos (sinônimos.com.br) apresenta 21 palavras que são categorizadas como possíveis sinônimos para a palavra "manual". Elas estão divididas em três acepções:

> Que é fácil de mover com as mãos:
> 1. leve, maneiro, manuseável, cômodo, portátil, movediço, prático.
>
> Livro sobre uma determinada matéria:

> 2 epítome, compêndio, curso, vade-mécum, prontuário, tratado, publicação, tutorial, compilação, guia.
>
> Livro de orações:
> 3 breviário, devocionário, missal, ritual.

Nos parece interessante recuperar o percurso de sentidos proposto pelo dicionário de sinônimos, na medida em que ele nos possibilita entrever uma rede de significações que circulam em torno da palavra "manual". Nessa rede, percorrem-se os sentidos de "manuseável", "cômodo" e "prático"; para "compêndio", "publicação", "tutorial", "compilação" e "guia"; até "devocionário", "missal" e "ritual", para mencionar apenas alguns. Um manual pode ser, assim, um objeto cômodo e prático, que pode ser levado no bolso; pode ser também um lugar em que se organiza saberes e a partir do qual se tem acesso a determinados conhecimentos; e pode ser ainda um objeto em que se contêm textos instrucionais e ritualísticos que orientam um tipo de celebração religiosa, mais especificamente, católica.

A partir de nossa inscrição na HIL, não é nosso objetivo propor uma definição categórica para o que é um manual, pois isso não se configura como uma questão para o nosso trabalho. Em vez disso, buscamos observar o funcionamento desse instrumento linguístico como um objeto de consulta, que organiza e faz circular saberes, ao mesmo tempo que provoca um efeito de sentido de legitimidade para os sentidos que nele circulam, tal como na leitura de Esteves (2014) sobre as enciclopédias. Além disso, com base no trabalho de Mariza V. da Silva e Claudia C. Pfeiffer (2014), é possível dizer que há em instrumentos linguísticos como manuais, cartilhas e guias um funcionamento em que o discurso científico é mobilizado no espaço específico da divulgação, o que também pretendemos comentar.

É de Esteves a afirmação, em sua leitura dos textos pêcheutianos, de que as enciclopédias fornecem sentidos para que o sujeito pragmático possa satisfazer as necessidades da vida cotidiana, enfim, "possa saber aquilo que deve saber" (ESTEVES, 2014, p. 48). Compreendemos que a elaboração do *Manual de Comunicação LGBTI+*, com seus respectivos apoios institucionais, é também um processo de constituição de *coisas-a-saber* (PÊCHEUX, 2006). Esse manual constitui-se como um documento que organiza as coisas-a-saber sobre sujeitos LGBTQIA+, nessa direção, construindo relações de sentido que se materializam na constituição dos saberes manualizados e se articulam a um modo específico de administrar o movimento dos sujeitos e dos sentidos. Será possível observar, assim, a formulação de modos de classificar, organizar e normatizar, que abordamos anteriormente quando tratamos da desbabelização da língua e do sujeito. Como afirma Pêcheux,

> o projeto de um saber que unificaria esta multiplicidade heteróclita das coisas-a-saber em uma estrutura representável homogênea, a idéia de uma possível ciência da estrutura desse real, capaz de explicitá-lo fora de toda falsa-aparência e de lhe assegurar o controle sem risco de interpretação (logo uma auto-leitura científica, sem falha, do real) responde, com toda evidência, a uma urgência tão viva, tão universalmente "humana", ele amarra tão bem, em torno do mesmo jogo dominação/resistência, os interesses dos sucessivos mestres desse mundo e de todos os condenados da terra... que o fantasma desse saber, eficaz, administrável e transmissível, não podia deixar de tender historicamente a se materializar por todos os meios. (PÊCHEUX, 2006, p. 35)

Com base na análise de Ferreira (2012) sobre a relação entre sujeitos, saberes e cidades no espaço das enciclopédias virtuais, nossa hipótese é a de que se apresenta no *Manual* um determinado número de coisas-a-saber sobre sujeitos LGBTQIA+, mas que não são *quaisquer* coisas-a-saber, o que será objeto de nossa investigação. Para além disso, fazemos eco às palavras da autora: "*o que se sabe* sobre algo não está diretamente relacionado com esse algo, tal como ele *existe* no mundo, mas como ele *significa* no mundo. E esse modo de significação é histórico, ideológico" (FERREIRA, 2012, p. 38). Por isso, é relevante pensarmos a relação do saber manualizado com tudo que (não) se falou, (não) se ouviu e (não) se escreveu sobre sujeitos LGBTQIA+, assim como com tudo que (não) poderia ser falado, (não) poderia ser ouvido e (não) poderia ser escrito sobre esses sujeitos. Dizer implica necessariamente um não dizer...

Nos interessa apontar para a existência da divisão. Como frisa Ferreira (2012, p. 38), "as escolas, as instituições universitárias, as enciclopédias, as gramáticas e as publicações especializadas, por exemplo, são lugares privilegiados desta divisão política e normativa que institui algo como um saber e que produz aí uma divisão". Um manual também funciona como um desses espaços. Espaço em que se organiza saberes. Espaço em que a divisão é legitimada. Mas também espaço em que as polêmicas são apagadas ou atenuadas.

Nesse sentido, é importante refletir sobre os manuais como instrumentos linguísticos que têm sua especificidade.

Retomamos inicialmente o que alguns autores já abordaram e já disseram sobre os manuais ou sobre o processo que os têm como produto: a *manualização*. Christian Puech (2018), assim como Dantielli Assumpção Garcia e Lucília Maria Abrahão e Souza (2016), ao tratarem da manualização, chamam atenção para a sua especificidade como modo de descrever e instrumentar uma língua com o objetivo de transmitir e vulgarizar saberes. Para as autoras, a constituição de saberes nos manuais se realiza pela didatização do que pode e deve ser dito e do que precisa circular sobre um determinado objeto, o que é efeito ideológico da naturalização de regiões de sentido como aceitas e evidentes (como se o algo a saber não pudesse ser outro ou constituído de outra maneira), deixando de fora aquelas consideradas indesejáveis. Em

Puech (2018, p. 221-2), a manualização é definida como "o processo pelo qual os saberes linguísticos se expõem e se difundem com fins operatórios de transmissão, apropriação, reinvestimento", assim como é tomada enquanto parte de um "processo mais vasto, o processo de disciplinarização dos saberes linguísticos, quer dizer, a constituição desses saberes em 'disciplina'".

Nos interessa, em um primeiro momento, comentar sobre como o processo de didatização está relacionado aos seus fins de transmissão e vulgarização. Para entender esse funcionamento, mobilizo o que Eni Orlandi (2006) chama de *discurso pedagógico*. Esse discurso é definido pela autora a partir de sua circularidade, uma vez que a partir dele constituem-se dizeres institucionalizados que se garantem e ainda garantem a instituição para o qual tendem: a instituição escolar. Além disso,

> em sua definição seria um discurso neutro que transmite informação (teórico ou científico), isto é, caracterizar-se-ia pela ausência de problemas de enunciação: não teria sujeito na medida em que qualquer um (dentro das regras do jogo evidentemente) poderia ser seu sujeito (credibilidade da ciência), e onde existiria a distância máxima entre emissor e receptor (não haveria tensão portanto), tendo como marca a nominalização e como frase de base a frase com o verbo ser (definições). Do ponto de vista do referente, o DP seria puramente cognitivo, informacional. (ORLANDI, 2006, p. 28)

Da nossa concepção, ressaltamos que o discurso pedagógico se difunde para além do espaço escolar, como na elaboração de materiais didáticos, a exemplo dos manuais. Orlandi compreende os discursos pedagógicos como uma forma de discurso autoritário[10], e é a partir dessa leitura que pretendemos observar o caráter normativo de instrumentos linguísticos como os manuais. Os discursos autoritários constituem-se pela contenção da polissemia, das divisões de sentido e das polêmicas, apagando-as para que o conhecimento compareça como revestido de um caráter de cientificidade, como verdades que contêm o movimento dos sentidos e dissimulam os conflitos discursivos. Nesse processo, instaura-se *aquilo que se deve saber*, que já é afetado pelo prestígio da legitimidade e dos modelos de conduta. Buscamos observar como o discurso pedagógico pode declinar para a normatividade, na instauração do que é certo e do que é errado, o que nos levaria a pensar que o processo de manualização tende a um viés normativo.

Silva e Pfeiffer (2014), em trabalho de análise sobre a publicação e divulgação de cartilhas temáticas, propõem um trajeto semelhante. As autoras frisam que as cartilhas temáticas

[10] Talvez seja possível pensar, em nossa conjuntura, em formas de discurso pedagógico que não sejam apenas autoritárias, também comportando espaços para o discurso polêmico. Neste trabalho, no entanto, não nos aprofundaremos nessa questão.

hoje extrapolam o aluno da rede formal de ensino, "marcando um modo muito singular de determinar formas de pertencimento ao Estado: uma pedagogização da vida em sociedade" (SILVA; PFEIFFER, 2014, p. 88). Nessa perspectiva, as cartilhas são observatórios de como funciona o discurso de divulgação científica na sociedade, de como se dá a relação entre ciência e ideologia e de como os saberes científicos são apropriados pelo Estado. Isso tem como efeito a "disciplinarização dos cidadãos" e um "trabalho pedagógico de educação de comportamentos" (SILVA; PFEIFFER, 2014). Nos interessa destacar que, no material de análise desta pesquisa, não comparecem entre as organizações que apoiaram a elaboração do *Manual* apenas instituições do Estado, mas também organismos relacionados ao Mercado globalizado[11], o que direcionará o nosso olhar também para como os saberes científicos são apropriados pelas organizações relacionadas ao Mercado. Dessa forma, não está em jogo apenas um processo de individuação dos sujeitos ao Estado de Direito, mas também a sua individuação a um Mercado que os interpela enquanto sujeitos-consumidores na formação social capitalista, onde são atravessados pela ilusão de que são responsáveis por seu comportamento, responsáveis pelo que dizem e responsáveis pelo que escolhem.

Essa responsabilidade não é mediada apenas pelo Estado. Isso também é observado pelas autoras na análise da *Cartilha Ilustrada sobre Economia Verde, Desenvolvimento Sustentável e Erradicação da Pobreza: O Futuro que Queremos*. No gesto de indagar a textualidade da cartilha com relação à dicotomização entre homem e natureza, em que aquele coloca esta em risco ao consumir cada vez mais (e o "consumo" é apresentado como algo que se dá isoladamente, e não no interior de uma cadeia de produção e exploração), Silva e Pfeiffer observam:

> Para que este futuro não seja colocado em risco, é preciso *organizar a relação do homem com a natureza*, por meio de organismos que ultrapassam as soberanias nacionais, desterritorializando o homem como um sujeito político vinculado a um Estado, colocando-o como um indivíduo que deverá se comportar e, portanto, ter responsabilidade global, mundial, frente à natureza, conforme lhe são disponibilizados determinados conhecimentos pedagogizados, em que as coisas a saber são distribuídas e estabilizadas na relação entre a ciência, o Estado e a sociedade. (SILVA; PFEIFFER, 2014, p. 98, grifos da autora)

Com base em Orlandi, as autoras afirmam que a individuação dos "problemas" e "soluções" levam ao apagamento do político, promovendo a estabilização de um discurso reformista que impossibilita o surgimento de uma outra ordem nas relações de força e de sentido, em um processo de silenciamento. Nesse sentido, buscaremos estar atentos na escuta aos sentidos para compreender como se formula um saber linguístico LGBTI+ no *Manual*, na

[11] No capítulo 2.3.2.2, explicamos o que entendemos por "Mercado", grafado assim, com inicial maiúscula.

sua relação entre discurso científico e discurso pedagógico, com os possíveis efeitos de apagamento da espessura política desse saber linguístico LGBTI+.

Em segundo lugar, salientamos que o *Manual de Comunicação LGBTI+* não é tão somente um instrumento de saber metalinguístico. A discussão empreendida por Esteves (2014) sobre os (des)encontros, aproximações, indistinções e limites entre as enciclopédias e os dicionários tornou possível essas reflexões sobre o manual. Tomando as enciclopédias como objeto de estudo, o autor observa que esses instrumentos não são usualmente objeto de investigação na HIL; e quando são, frequentemente se explora apenas verbetes e artigos que remetam a saberes metalinguísticos, deixando de lado um amplo campo de produção e relações de sentido que não são conduzidos para a análise. A distinção histórica entre os dicionários de língua e as enciclopédias se dá a partir da separação imaginária do conhecimento linguístico de outras ciências. Ou seja, os dicionários abordam a língua e as enciclopédias abordam os fatos, as ciências e as técnicas.

Nesse sentido, o autor sublinha que qualquer produção de conhecimento, seja dicionarística, seja enciclopédica, constitui-se como instrumento de dominação e de acesso a saberes, mas marca a diferença dos documentos enciclopédicos com relação aos instrumentos de gramatização, como definidos por Auroux. Enquanto gramáticas, dicionários, etc. produzem saberes metalinguísticos, as enciclopédias produzem *metassaberes*, "numa ilusão de apreensão, divulgação e ensino dos conhecimentos de diversas regiões do saber" (ESTEVES, 2014, p. 70). O documento enciclopédico funciona pela ilusão de que contém tudo aquilo que se precisa saber sobre algo e possibilita a divulgação de saberes da ordem do científico, do artístico, do tecnológico, etc. ao descrever as ciências, as histórias e as coisas do mundo. Dessa forma, Esteves assinala as enciclopédias como *instrumentos de metassaberes*:

> Enquanto os instrumentos de saber metalinguístico ocupam um espaço que se pretende descrever a língua pela língua (metalinguagem), os instrumentos linguísticos de metassaber ocupam outro, que se inscreve no desejo de descrever o saber pelo saber (metassaber), e necessariamente pela língua como base material. Isso se confirma pela regularidade com que as enciclopédias se anunciam, em seus elementos pré-textuais, como bibliotecas, como obras em que tudo que é necessário saber será encontrado (ESTEVES, 2014, p. 71).

Em outro trecho, o autor afirma:

> Se a gramatização descreve e instrumenta uma língua tendo como uma das bases o dicionário, o processo discursivo engendrado em enciclopédias também trabalha na ilusão de descrever e instrumentar, mas não a língua – embora através dela –, e sim os saberes das coisas do mundo e, em especial, as técnicas, as ciências, o conhecimento de vanguarda (ESTEVES, 2014, p. 73).

Na constituição de instrumentos de metassaberes ou de instrumentos linguísticos (ambos *objetos discursivos*) produzem-se efeitos de sentido a partir de gestos de interpretação diante da língua e das coisas do mundo. Como afirma Esteves (2014), esses instrumentos não são desprovidos de interpretação, mesmo que a imaginária suspensão da interpretação seja regularidade em dicionários, gramáticas e também nas enciclopédias. Essa ilusão de que a produção ou vulgarização do conhecimento não é ideológica, mas objetiva e descritiva, atravessa o imaginário de *como* se deve fazer ciência, afetada por regimes lógicos que conferem legitimidade a dizeres que, por supostamente estarem além da ideologia, não podem ser questionados, pois são legítimos, coesos e não apresentam falhas.

Nesse sentido, quando nos deparamos com as coisas-a-saber sobre determinado objeto, materializadas em artefatos como enciclopédias ou manuais, é importante dizer que não nos deparamos com o objeto em si, mas com um conjunto necessariamente restrito (pois não se pode dizer tudo) de coisas-a-saber que se constituiu sobre tal objeto. No manual, nos deparamos com o modo como certezas foram construídas e sentidos se consolidaram nos processos discursivos e ideológicos que tornaram possível a constituição de um determinado conhecimento. Há uma conjuntura histórica e institucional que possibilita a formulação de um saber sobre sujeitos LGBTQIA+, mas o conhecimento com o qual nos deparamos no *Manual de Comunicação LGBTI+* não é a descrição do real, pois a suspensão da interpretação é um efeito imaginário do conhecimento científico ou de divulgação científica.

Em suma, a manualização é um processo que abrange a didatização e a vulgarização dos saberes, no apagamento de suas polêmicas e no estabelecimento de um modelo de conduta, que tende a declinar para um discurso normativo. Além disso, na manualização, a instrumentação dos saberes das coisas do mundo se conjuga à descrição e instrumentação da língua. Há um entrecruzamento entre saber sobre o mundo e saber sobre a língua na maneira como se intervém na língua para apontar o "correto" ou "incorreto", na medida em que os manuais enquanto instrumentos linguísticos e instrumentos de metassaberes colocam em funcionamento um conjunto de orientações, regras ou parâmetros que conduzem os sujeitos e sentidos a modos específicos de significação, por exemplo, por meio da construção de imaginários de homogeneidade que servem para a constituição de modos de identificação estáveis, fixos e socialmente legitimados.

# 2. DIREITOS HUMANOS, NEOLIBERALISMO E OS MOVIMENTOS LGBTQIA+ NO BRASIL

Neste capítulo, partimos de uma posição discursiva na HIL para uma imersão em trabalhos de diferentes áreas do conhecimento, como as Ciências Sociais, a Teoria Crítica e a Filosofia. Esse diálogo nos permitirá mobilizar outras categorias e vislumbrar um horizonte de indagações que serão criticamente incorporadas, tendo em vista os objetivos deste trabalho e uma perspectiva materialista da linguagem. Em um primeiro momento, nos deteremos sobre a noção de *sujeito de direito*, sobre a emergência de um discurso dos direitos humanos e a expansão do capitalismo globalizado em sua forma neoliberal, uma vez que estes são elementos importantes da conjuntura político-econômico-ideológica que possibilita a produção do *Manual de Comunicação LGBTI+*. Em um segundo momento, vamos realizar uma história dos movimentos LGBTQIA+ no Brasil, a partir de um conjunto de textos teóricos que fazem parte do nosso trabalho de arquivo e que nos permitirão observar determinadas relações e divisões de sentido no interior dos movimentos LGBTQIA+ em relação ao momento histórico em que eles emergiram. Nesse gesto, fazemos a história na medida em que intervimos sobre os seus processos ao construir uma compreensão histórica e não outra, realizada a partir de uma determinada teoria, de um objeto específico, de um conjunto de questões. Compreendemos os grupos LGBTQIA+ como movimentos de resistência que produzem inquietações e deslocamentos no interior da ideologia dominante, enquanto contraditoriamente vão sendo assimilados por ela. É importante dizer que não pretendemos realizar um levantamento exaustivo, mas pontuar alguns marcos e indagações que retornarão quando nos detivermos sobre o material de análise.

Posto isso, nos voltamos para alguns preceitos basilares da Análise do Discurso, na medida em que refletir sobre a interpelação ideológica e sobre a forma-sujeito do *sujeito de direito* é importante para compreender os modos específicos de interpelação ideológica que acontecem em nosso tempo, com efeitos específicos, que nortearão nossos apontamentos sobre a relação entre sujeito, Estado e movimentos sociais em nosso tempo. Da perspectiva discursiva, um indivíduo é sempre-já sujeito, assujeitado à língua (na história) e constituído em relação concomitante com o simbólico. Falamos, sobretudo, sobre um sujeito que está condenado a interpretar (significar), como afirma Orlandi (1999, 2007a) em alguns de seus trabalhos. Como frisa a autora, "o homem está 'condenado' a significar. Com ou sem palavras, diante do mundo, há uma injunção à 'interpretação': tudo tem de fazer sentido (qualquer que ele seja). O homem está irremediavelmente constituído pela sua relação com o simbólico" (ORLANDI, 2007a, p.

29-30). Em outro trabalho, a autora (1999) menciona que a referida *injunção à interpretação* da qual o homem não pode escapar não se dá da mesma maneira em diferentes conjunturas históricas, sociais e políticas, pois a determinação histórica é dotada de formas materiais distintas nas diferentes formas sociais.

Tendo isso em vista, Orlandi (1999, 2007b, 2011) reflete sobre um segundo movimento de interpelação, posterior à interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia. Esse segundo movimento teórico remete à perspectiva de que a relação do sujeito com a linguagem é parte de sua relação com o mundo, em termos sociais e políticos. A pesquisadora fundamenta, assim, o processo de interpelação pelas formas de individuação do sujeito em relação ao Estado, que, por meio de suas instituições e discursos, produz um indivíduo identificado com esta ou aquela formação discursiva, a partir da qual ele se inscreve em uma posição-sujeito específica na formação social. Trata-se, como afirma Orlandi (2011, 2007b), da constituição de um sujeito que tem para com a sociedade uma relação política, como resultado de um processo (e não origem) referido ao Estado. É por meio desse processo que é individualizada a forma-sujeito histórica do capitalismo: "a forma de um indivíduo livre de coerções e responsável, que deve assim responder, como sujeito jurídico (sujeito de direitos e deveres) diante do Estado e de outros homens" (ORLANDI, 2007b, s.n.).

O modo de interpelação do sujeito capitalista, caracterizado ainda como sujeito de direito em sua relação com o Estado, é diferente, por exemplo, do sujeito medieval, delineado como sujeito religioso[12]. De maneira processual, e não imediata (e também não de forma que apague completamente o funcionamento daquele sujeito religioso)[13], a forma-sujeito histórica predominante torna-se a do *sujeito de direito*, em consonância com as transformações históricas e as novas relações entre sujeito, linguagem e mundo desenhadas pelo cenário político-econômico da ascensão do capitalismo comercial/industrial e da institucionalização do Estado de Direito. A ascensão da classe burguesa e os empreendimentos mercantilistas ao redor do globo passam a caracterizar o funcionamento de uma sociedade movida pelo capital, e este precisa sempre estar em pleno movimento para que haja lucro. Para tanto, a burguesia

[12] Cf. Haroche (1992).

[13] Em artigo em que se detém sobre os slogans feministas "nossos corpos nos pertencem" e "meu corpo, minhas regras", Laís Medeiros (2019) analisa um texto escrito por uma internauta ao Portal Geledés. No manifesto, inscrito no discurso feminista, a autora sublinha a menção à Igreja e seu poder moralizador, e ao mesmo tempo, o silenciamento em torno da questão do abordo e dos direitos reprodutivos, uma das pautas centrais do movimento feminista. Assim, a autora retoma o trabalho de Haroche em relação à transição gradual de um sujeito religioso para o sujeito de direito e afirma: "embora contemporaneamente o que prevaleça seja o sujeito jurídico, os traços do sujeito religioso não se apagaram por completo". (MEDEIROS, 2019, p. 171) Nos alinhamos a Medeiros quanto a esse comentário de que há traços desse sujeito religioso que ainda ressoam, e cujo atravessamento com as demandas dos movimentos sociais LGBTQIA+ também poderemos observar no decorrer do nosso trabalho.

orquestrou a dissolução das barreiras ao fluxo de capital de maneira a permitir seu acúmulo. Era preciso organizar as relações de produção para que fossem dotadas de certa flexibilidade e volatilidade, que permitisse à burguesia estabelecer/controlar mercados consumidores em todo o mundo e transformar tanto essas relações de produção (os séculos XVIII, XIX e XX são marcados por revoluções industriais) quanto o conjunto das relações sociais a seu modo e em seu benefício, impelindo nesse processo todas as sociedades a aderirem ao seu projeto caso não quisessem desmoronar. Nesse cenário, o "novo sujeito" precisa se identificar com o *espírito* de uma sociedade que funciona sob o modo da contradição; isto é, que está em plena mutação, mas ao mesmo tempo se subordina ao estabilizado e ao normativo (é o caso, por exemplo, das leis, que se ocupam da regulação da vida social dos indivíduos).

A revolução burguesa de 1789 ocorrida na França é um marco político que sinaliza a queda da dominação feudal-monárquica, a tomada de poder pela burguesia e a construção de um novo aparelho político, jurídico-administrativo e militar: o Estado de Direito. Tal revolução é ainda entendida por Pêcheux como uma revolução também linguística, marcada pela instauração de políticas linguísticas que visavam ao estabelecimento do francês nacional, língua "Una e Indivisível, como a República" (PÊCHEUX, 2012, p. 11).

Em vista disso, a formação dos Estados nacionais é acompanhada pela constituição de imaginários que dissimulam a existência das divisões (ou mesmo as suprimem) em benefício dessa unidade imaginária. Essa ideia é expressada já no primeiro artigo da *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, documento anunciado no mesmo ano da Revolução Francesa: "Os homens nascem e são livres e iguais em direitos". Observemos como o caráter histórico das assimetrias, das explorações políticas e da luta de classes é invisibilizado pelo jurídico, que projeta a liberdade e a igualdade como qualidades inerentes ao homem. Entendemos esse processo como relacionado a outro, como efeito do "assujeitamento ao Estado, sustentado sobre um imaginário de unidade, o qual remete a um efeito de homogeneidade da língua" (COSTA, 2013). O assujeitamento ao Estado implica a identificação com um projeto de nação, que passa necessariamente pela identificação com a língua nacional sob efeito da homogeneidade. É sob tais pilares que se constitui a unidade política imaginária dos Estados liberais modernos, que projetam as relações sociais como horizontais e dissimulam as assimetrias em seu interior, de modo a construir uma representação da nação como "profunda camaradagem horizontal" (ANDERSON, 2008, p. 34).

Esse ponto nos leva de volta à análise da cena revolucionária francesa realizada por Pêcheux (2012). Segundo o autor, a impossibilidade de aliança com a monarquia leva a burguesia à aliança popular, enquanto simultaneamente fabricava a sua própria ordem,

organizada sob a unidade formal fundada no Direito e engendrada pela difusão da língua nacional. O autor enfatiza, desse modo, como essas questões estão conectadas ao jogo da luta de classes:

> - a burguesia é obrigada a proclamar o ideal de igualdade frente à língua como uma das condições efetivas da liberdade dos cidadãos, organizando simultaneamente uma desigualdade real, estruturalmente reproduzida por uma divisão no ensino da língua e da gramática.
> - por seu lado, o proletariado experimenta progressivamente, sob a democracia burguesa, o *irrealizado* do movimento popular, e descobre pouco a pouco que a burguesia tem a necessidade vital de que esse ponto permaneça irrealizado: a dominação da ideologia jurídica introduz assim, por meio de seu universalismo, uma *barreira política invisível*, que se entrelaça sutilmente com as fronteiras econômicas visíveis engendradas pela exploração capitalista. (PÊCHEUX, 2012, p. 11, grifos do autor)

Para Pêcheux, o discurso do Direito culmina "na nova língua de madeira da época moderna, na medida em que ela representa, no interior da língua, a maneira política de negar a política". O Estado liberal fundado no Direito e em seus aparelhos tinha como princípio o estabelecimento de uma ordem jurídica que valesse para todos os indivíduos e para todas as classes sociais, organizando a unidade formal da nação pela introdução de *uma barreira política invisível*. Seja de um lado, seja do outro da barreira, instaura-se o imaginário de que as diferentes classes sociais são contempladas igualitariamente por direitos e deveres, já que as leis não eram específicas para uma ou outra classe social. Paralelamente, a professora e filósofa Marilena Chauí (2012, p. 99) sinaliza que é por meio do Direito que o Estado liberal burguês aparece como legal, isto é, "o papel do Direito é o de fazer com que a dominação não seja tida como uma violência, mas como legal, e por ser legal e não violenta deve ser aceita". Dessa forma, como afirma Pêcheux (2012), a ideologia jurídica permite conduzir as classes pela aparência da paz social e dissimula seu poder ditatorial e a manutenção de seus privilégios pela cortina das aparências democráticas.

Em resumo, o capitalismo precisa da existência das classes sociais para sustentar as diferentes formas de exploração e obtenção de lucro, mas, para que contorne as tendências revolucionárias e contenha a resistência à dominação, é preciso mais do que isso. É próprio da ideologia a dissimulação de seu funcionamento e a produção de evidências, e é próprio da ideologia capitalista turvar o contraditório para que ele não seja reconhecido como tal, tornando possível sua costura à malha da unidade formal da nação de modo a disfarçar-lhe as falhas e assimilar as tendências revolucionárias, no jogo contraditório da reprodução e da transformação. Nesse processo, faz operar também o imaginário da língua uma, homogênea e igual para todos. Como afirma Zandwais (2012, p. 175), "tratar de torná-la [a língua]

homogênea significa tratar de dispor de meios de controle sobre as modalidades de subjetivação dos sujeitos e, portanto, das formas de produção dos sentidos". Diferentes formas, relacionadas entre si, de apagamento do político.

## 2.1 A promulgação de um Cavalo de Troia

Desde a queda do absolutismo e o surgimento dos Estados liberais modernos, muitas foram as convulsões sociais, políticas e econômicas que assolaram o mundo e provocaram distensões e estiramentos entre capitalismo e democracia. Não é nosso objetivo elaborar um extenso panorama dessas crises. Consideramos relevante, no entanto, a apresentação de um panorama geral que torne possível compreender como se constitui a complexa relação entre sujeito, Estado, Mercado e movimentos sociais, o que nos possibilitará entender que condições permitem a emergência do *Manual de Comunicação LGBTI+*, que tomamos como material de análise.[14]

A constituição de um discurso dos direitos humanos é um marco para a relação dos movimentos sociais com o Estado de Direito sobre o qual pretendemos nos deter; para tanto, recorremos à leitura de Orlandi (2017). Como explica a autora, a discursividade dos direitos humanos remonta à Revolução Francesa e à Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (doravante DDHC) e tem como base os ideais de liberdade e igualdade gestados pelo Iluminismo no século XVIII. O que se observa é a institucionalização de uma concepção universalizante do homem, que marca tanto o imaginário dos povos quanto o direito constitucional moderno. Seja na DDHC, em que se lê, por exemplo, "Direitos naturais, inalienáveis e sagrados do Homem", como analisado por Silva (2013); seja na Declaração Universal dos Direitos Humanos (doravante DUDH), documento publicado pelas Nações Unidas em 1948, constrói-se um discurso que se projeta como natural, já-lá, o que tem como efeito o apagamento de sua historicidade. Na análise da DUDH, Orlandi (2017) aponta para esse movimento, por exemplo, em trechos da declaração como o seguinte: "considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana...". A palavra "inerente" atualiza o mecanismo de naturalização já observado na DDHC e, por efeito, apaga o caráter histórico e social da conquista desses direitos.

[14] Vale ainda destacar que os processos históricos, políticos e econômicos que abordamos aqui não aconteceram de maneira uniforme em todos os países e regiões do mundo, mas conforme as particularidades das disputas mais ou menos acirradas que estruturam cada formação social.

Esses documentos, entretanto, foram publicados em conjunturas históricas e políticas significativamente distintas. Em primeiro lugar, mesmo que tenha se expandido e servido de inspiração para as constituições de outros Estados nacionais, a DDHC é um documento aprovado por uma Assembleia Nacional Constituinte francesa na conjuntura revolucionária, constituindo as bases de uma Carta Magna nacional. A DUDH, por sua vez, é elaborada pelo Comitê de Redação da Declaração Universal dos Direitos Humanos e promulgada pela Organização das Nações Unidas (ONU). É interessante, pois nesse processo há uma transição do nacional para o transnacional, na medida em que os documentos das Nações Unidas são tratados internacionais que ultrapassam a ecosfera dos Estados nacionais, estabelecendo as bases a consolidação de princípios éticos e universais. Essa relação nacional/transnacional será um dos aspectos para o qual estaremos atentos ao olharmos para o material de análise.

Em segundo lugar, a DDHC está inscrita em um processo mais amplo de revolucionários franceses que visavam inaugurar uma nova ordem frente à queda do absolutismo. A DUDH, por sua vez, é elaborada em outro momento delicado: após o fim da Segunda Guerra Mundial e em meio a seus impactos sociais, econômicos e humanitários, marcados ainda pelo acirramento do conflito entre o bloco socialista-comunista e o bloco capitalista. Diferentemente de uma conjuntura de emergência dos Estados liberais, trata-se de um momento em que o capitalismo confronta o seu irrealizado: a constituição de um bloco socialista ao leste que irrompe formando sentidos para a existência de uma sociedade sem classes. Nas palavras de Orlandi (2017), é um momento crítico para a sociedade democrática burguesa, na medida em que o cotidiano da sociedade burguesa é atravessado pelo desrespeito (à vida, à liberdade, à segurança, ao direito ao trabalho, etc.), que precisa ser constituído como evidência para impedir que os sujeitos possam realizar uma leitura crítica dessa realidade, assim, revoltando-se contra as políticas de exploração. De modo a mantê-las, a própria ordem social burguesa engendra mecanismos para reduzir os efeitos da contradição constitutiva do seu funcionamento: se ela mesma sustenta as diferentes formas de exploração pelo trabalho (remunerado ou não remunerado) e marginalização social, precisa geri-las para evitar as revoluções anticapitalistas e manter o desrespeito como evidente. A autora enfatiza:

> Então, o que temos a dizer logo no início é que não é por acaso, desvio, ou falha que a sociedade burguesa desrespeita a dignidade do ser humano. É porque é assim que ela se estrutura e funciona. Por isso, a educação tem um lugar privilegiado e também por isso há a criação de mecanismos como a Declaração Universal dos Direitos do Homem: para lidar com esta ambiguidade, com este equívoco que é constitutivo do sujeito e do sentido produzido na conjuntura burguesa em que jogam liberdade e submissão, direitos e deveres, autonomia e responsabilidade (ORLANDI, 2017a, p. 165).

A ordem social burguesa se antecipa às reivindicações e demandas sociais e reafirma, dessa maneira, seu compromisso com a defesa da igualdade, reinstaurando a contradição constitutiva do capitalismo democrático. “A Declaração é um instrumento que se cria nessas condições. Sem mexer nas estruturas, e mesmo para não mexer nas estruturas — nada de revoluções — trazer para a comunidade internacional algum discurso que aplaque a necessidade de ‘outros’ sentidos” (ORLANDI, 2017a, p. 165). Nessa direção, o Direito, um dos mais relevantes sustentáculos do Estado liberal, cumpre um papel fundamental na incorporação dos princípios dos direitos humanos aos regimentos nacionais, fazendo eco às pressões de organizações internacionais relacionadas ao Mercado globalizado. O imaginário da igualdade de direitos (re)instaurado tem efeito pacificador sobre as resistências à dominação, domesticadas pelo reconhecimento da igualdade pelo Estado e pelas organizações transnacionais, que disseminam o discurso da pacificação global em benefício da manutenção das assimetrias e das relações imperialistas entre países do Norte e Sul global.

Isso não quer dizer que o funcionamento do discurso dos direitos humanos, em sua articulação com o Estado e com o Mercado, se dê sempre dessa maneira. É preciso sempre ter em conta que os textos têm níveis e dimensões bastante heterogêneos e que são diferentes as circunstâncias das condições de produção do discurso dos direitos humanos na América Latina, onde os grupos contrários às ditaduras militares formaram sentidos para os direitos humanos que não são os mesmos que aqueles presentes no discurso liberal de organizações como a ONU e a UNESCO. Não há espaço nesta pesquisa para trabalhar de maneira atenciosa essas tensões, sempre observando que mesmo o que se chama de América Latina não pode ser entendido como um “todo homogêneo”, mas pretendemos, no batimento entre descrição e interpretação das formas linguísticas do *Manual*, lançar um olhar para como as demandas de gênero e orientação sexual entranharam-se ao modo como organizações transnacionais significam os direitos humanos, o que será possível a partir da análise da presença da UNAIDS como apoio à elaboração do *Manual*. Esses sentidos não são fixos, mas disputados, na contradição entre organismos de direitos humanos (e outros) e a publicação de documentos liberais por instituições do Estado e/ou do Mercado.

## 2.2 A face humana do capitalismo

Consideramos que entender o funcionamento do neoliberalismo[15] (BROWN, 2019; FRASER, 2020; GUILBERT, 2020;) concomitantemente ao processo de globalização é fundamental para situar as condições de produção que configuram o cenário contraditório da relação dos sujeitos de movimentos sociais com o Estado na contemporaneidade.

Nos 1980, uma reorganização de forças leva à escalada ao poder de governos comprometidos com a implementação de políticas econômicas que visavam à proteção dos mercados, em detrimento dos gastos públicos com as políticas sociais, instituindo-se, assim, governos *para* os mercados. Os governos anglo-americanos de Thatcher, no Reino Unido, e Reagan, nos Estados Unidos, inauguram a era do capitalismo neoliberal, em um período que será marcado ainda pela dissolução da União Soviética e a decorrente transição do bloco socialista para o sistema econômico capitalista. Thierry Guilbert analisa como as medidas neoliberais propostas pelos governos eleitos têm sido naturalizadas como *a única solução possível*, com efeito de corte sobre os direitos historicamente conquistados, desregulamentação dos bancos e flexibilização de barreiras para a livre circulação do capital, em benefício do lucro do capital financeiro e das novas formas de exploração de trabalho, estas decorrentes da acelerada transformação e inovação tecnológica a partir da década de 1980.

Uma das razões apontadas pelo autor como determinantes para as condições de evidência do discurso neoliberal é a dissolução do bloco soviético ao fim da década de 80. Esse acontecimento, entre outros, produziria um efeito de "fim da história", permitindo que o capitalismo neoliberal se signifique enquanto o único sistema que funciona. Essa nova roupagem, a de “fim da história”, se dissemina pelas vias de um projeto globalizatório de expansão que, como observa Brown (2019), é capaz de exceder a soberania do Estado-nação a partir de parâmetros estabelecidos por organizações transnacionais, a exemplo do Banco Mundial ou do Fundo Monetário Internacional (FMI). Segundo a autora, o projeto neoliberal defende um conjunto de políticas que visam à privatização de propriedades e serviços públicos, flexibilização de leis trabalhistas e estabelecimento de tarifas amigáveis para investidores estrangeiros, “muitas vezes impostas pelo Fundo Monetário Internacional na forma de mandatos de ‘ajuste estrutural’ vinculados à reestruturação dos empréstimos e da dívida” (BROWN, 2019, p. 29). O poder público é solapado pelo poder privado (das empresas e dos mercados), de maneira que “o saldo final é uma crescente incapacidade dos poderes públicos de colocar rédeas nos poderes privados” (FRASER, 2018, p. 173), levando à deterioração da

[15] Embora não haja consenso entre a bibliografia especializada de que o neoliberalismo se constitua como algo diferente do liberalismo, que já apregoava a redução do Estado, nos alinhamos a Guilbert (2020) na observação de que uma “nova” forma do liberalismo surge a partir dos anos 1970.

democracia ou *desdemocratização*.[16]A expansão global do capitalismo neoliberal desautoriza a intervenção na realidade social para reduzir as desigualdades de poder produzidas pelo capitalismo, em um cenário de reorganização do capital para fazer frente às agitações políticas que se multiplicaram com a emergência dos novos movimentos sociais (feministas, antirracistas, anti-imperialistas, LGBTQIA+, ambientalistas, pró-reforma agrária, etc.). No tenso cenário ideológico da reprodução/transformação das relações de produção, na contradição entre dominação e resistência, algumas reivindicações são atendidas como efeito da luta social, ao mesmo tempo em que alguns movimentos vão sendo paulatinamente incorporados e conduzidos a uma atuação domesticada diante do Estado e das forças do Mercado.

Assim como Guilbert (2020), a pesquisadora Nancy Fraser (2020) enfatiza que o que se convencionou chamar *neoliberalismo* não é um bloco uniforme e sem contradições. Em seu trabalho, ela aponta para duas principais tendências divergentes no interior do neoliberalismo: o *neoliberalismo progressista* e o *neoliberalismo reacionário*. Essa divisão é justificada pela existência de diferentes formas de compreender as noções de direito e justiça que são forjadas no capitalismo: a primeira focada na *distribuição* (referente à alocação de bens visíveis e renda: quem merece renda?) e a outra focada no *reconhecimento* (como a sociedade divide o direito à legitimidade: quem merece direitos?). O que realmente diferencia o bloco neoliberal-progressista do bloco neoliberal-reacionário não é sua perspectiva em relação à distribuição, que é similar e igualmente predatória (por exemplo, liberalização e globalização da economia capitalista, desregulamentação de bancos, proteções para a livre circulação do capital, aumento do trabalho precarizado), mas sim a sua perspectiva em relação ao reconhecimento, uma vez que a versão reacionária do bloco neoliberal é pautada pela defesa de uma ordem social excludente: "etnacional, anti-imigrante e pró-cristã, se não abertamente racista, patriarcal e homofóbica" (FRASER 2020, p. 43). Com o declínio do bloco socialista e a decorrente naturalização das políticas neoliberais como fim da história, as políticas de distribuição

[16] A desdemocratização das formações sociais capitalistas neoliberais do mundo ocidental é explorada por Wendy Brown (2019) pela observação de como o projeto neoliberal, com suas políticas meritocráticas favoráveis às privatizações, desregulamentações e à precarização do trabalho, promovem o desmonte do poder de ação estatal sobre as divisões e contradições que estruturam essas sociedades. Os assaltos à democracia orquestrados pela precarização do trabalho e o aprofundamento das divisões sociais, no cenário de crise de prestígio do bloco neoliberal progressista nas primeiras décadas do século XXI, foram instrumentalizados no discurso da extrema-direita pela culpabilização do "roubo de emprego por migrantes, minorias e outros supostos beneficiários não merecedores da inclusão liberal" (BROWN, 2019, p. 13). Suas campanhas têm como mote a restauração da nação pela oposição ferrenha à invasão de outros povos, ideias, leis, culturas e religiões, mas mantêm o laço conciliatório com as políticas econômicas neoliberais. Brown cita os slogans de algumas dessas campanhas: *Make America great again* (Trump), *A França para os franceses* (Le Pen e Frente Nacional), *Take back control* (Brexit), *Nossa cultura, nosso lar, nossa Alemanha* (Alternativa para a Alemanha), *Polônia pura, Polônia branca* (Partido Polonês da Lei e da Justiça), *Mantenha a Suécia sueca* (Democratas Suecos) e, acrescentamos, *Brasil acima de tudo, Deus acima de todos*, slogan da campanha que elegeu o presidente Jair Bolsonaro em 2018.

deixariam de ser local de grandes divergências entre grupos hegemônicos no mundo ocidental. Na era do "fim da história", o capitalismo neoliberal é a única opção, restando ao eleitor escolher entre suas nuances.

Em nossa leitura, isso quer dizer que o discurso neoliberal-progressista também é atravessado pelas relações contraditórias entre classes, contribuindo para a perpetuação de uma ordem social excludente a partir de maneiras *outras*, mas tão inscritas no jogo tenso de forças entre dominação e resistência quanto o discurso neoliberal-reacionário. É nessa direção que interpretamos a observação de Fraser de que houve uma aliança entre Estado e as correntes liberais dos novos movimentos sociais, levando a uma incorporação das críticas à ordem burguesa, *sem mexer nas estruturas, e mesmo para não mexer nas estruturas*, se retomamos Eni Orlandi (2017a). Como efeito disso, questões como a inclusão e a diversidade entram na ordem do dia, mas sem romper com o discurso meritocrático que sustenta a divisão desigual dos recursos materiais no capitalismo. O *empoderamento* e a *diversidade*, palavras-chave da face humana do capitalismo neoliberal, não são para todos, mas para alguns que se mostrarem economicamente qualificados para tanto. Segundo Fraser (2020, p. 47)

> O programa neoliberal progressista para atingir uma ordem de status justa não visava a abolir a hierarquia social, mas "diversificá-la", "empoderando" mulheres "talentosas", pessoas de cor e minorias sexuais para que chegassem ao topo. E esse ideal era inerentemente específico a cada classe: voltado para garantir que indivíduos "merecedores" de "grupos sub-representados" poderiam atingir posições de prestígio e poder aquisitivo igual aos dos homens brancos heterossexuais de sua própria classe. A variante feminista diz isso; mas, infelizmente, não é a única. Focado em "afirmar-se" e "quebrar o teto de vidro", seus principais beneficiários só poderiam ser os que já possuíam o necessário capital social, cultural e econômico. Todos os outros seriam mantidos no andar debaixo.

Observamos, assim, um gesto pacificador pelo qual a ordem social burguesa mais uma vez se esquiva de mexer em sua estrutura, ao lado da afirmação dos direitos humanos[17] como política conciliatória da luta de classes e da relação destas com o Estado: as demandas para se corrigir assimetrias são reivindicadas ao Estado (raramente *contra* ele) e inscritas na disputa democrática mediada pelo Direito. Em contraste com a conjuntura histórica de afirmação dos direitos humanos na ONU, observamos em nossa conjuntura o fortalecimento do Mercado globalizado, mediando e arrefecendo as disputas políticas.

[17] Enfatizamos mais uma vez o caráter contraditório sobre o qual atua a discursividade dos direitos humanos na conjuntura do século XX. Em meio às ditaduras na América Latina, o apartheid na África do Sul, a imposição de medidas de ajuste fiscal aos países do sul global e o crescente empobrecimento das famílias ocasionado pelo corte de políticas sociais e enfraquecimento de direitos trabalhistas, paradoxalmente, é o mesmo Estado infrator dos crimes contra a dita inerente dignidade humana o responsável por incorporar os direitos humanos ao seu sistema jurídico, bem como garantir sua efetivação.

Em uma articulação com a perspectiva discursiva que adotamos, é possível fazer ainda mais algumas considerações. Em primeiro lugar, as divisões no interior do discurso neoliberal são classificadas como "progressista" e "reacionária" por Fraser, mas é importante que não tomemos esses blocos como homogêneos em seu interior. Em segundo lugar, o movimento apontado por Fraser em que há a assimilação da resistência dos movimentos sociais pela ideologia neoliberal nos suscita algumas indagações com relação ao funcionamento da contradição ideológica na tensa relação entre dominação e resistência. É porque a resistência também pode reproduzir os discursos da dominação e a dominação pode incorporar os discursos da resistência que não podemos tratar a emergência e atuação dos movimentos sociais como algo que se dá "fora da ideologia", mas no interior da ideologia dominante; por vezes, às turras com ela; outras vezes, em consonância com ela. Teremos isso em vista ao analisarmos o *Manual de Comunicação LGBTI+* e ao colocá-lo em paralelo com outros artefatos, relacionando esse instrumento linguístico a suas condições de produção e refletindo sobre como a maneira a partir da qual as demandas se textualizam no *Manual* pode ser remetida aos apoios institucionais relacionados a organizações transnacionais do capitalismo globalizado, na contradição entre a luta ideológica no interior das instituições e a inscrição em uma posição liberal na discursividade dos direitos humanos. Embora fuja aos objetivos da nossa pesquisa o desenvolvimento desta questão, trabalhamos com a hipótese de que o fortalecimento do Mercado em detrimento do poder do Estado, levado a cabo pelo declínio das políticas sociais de bem-estar social e pela ascensão econômica do neoliberalismo, provoca transformações e mutações fundamentais nesse "sujeito de direito" do nosso tempo, que é também assujeitado ao Mercado globalizado e a suas formas particulares de interpelação.[18]

Tendo isso em vista, revisitaremos nas próximas seções uma história dos movimentos LGBTQIA+ no Brasil, que é uma entre tantas outras que poderiam ter sido contadas. Enfatizamos esse aspecto para dizer que essa não é uma história única, pois ela sempre poderia ser contada de outra forma, a partir de outras perspectivas, que certamente iriam constitui-la e significá-la de outra maneira, bem como nela inscrever outros elementos e conflitos. Em nosso trajeto, a partir do que se diz, em determinadas obras, sobre a constituição dos movimentos LGBTQIA+ no Brasil, esperamos construir as condições para uma reflexão sobre a historicidade desses movimentos e de suas demandas, a ser realizada nos capítulos três, quatro

[18] O trabalho de Onice Payer (2005) é uma leitura de extrema relevância para uma reflexão sobre os desdobramentos no quadro teórico da AD que podem ser produzidos a partir de uma leitura das transformações sociais, políticas e econômicas que passam a caracterizar as condições de produção da contemporaneidade e consequentemente a requisitar novas formas de linguagem e sujeito.

e cinco. É nosso objetivo jogar luz sobre as rupturas, os conflitos e as contradições com que a militância se deparou nesse percurso, notadamente com relação às disputas institucionais.

## 2.3 Os movimentos LGBTQIA+ no Brasil[19]

Pedro de Souza (1997), em *Confidências da carne*, sublinha que a homossexualidade foi durante muito tempo vista e registrada como uma doença, tratada no interior da clínica, onde se providenciavam mecanismos para que o paciente fosse mantido no silêncio. A prática da chamada "sodomia" já era identificada e condenada no campo religioso, que a considerava pecaminosa, mas a grande diferença para o discurso sobre a sexualidade que se constitui no século XIX é que este último identifica o homossexual enquanto espécie, um tipo anômalo e perverso de ser humano, que precisa de tratamento. Assim, nas palavras de Spargo (2017, p. 18), "o homem do fim do século XIX que se envolvesse em uma relação sexual com outro homem era visto como 'homossexual' e encorajado a se ver como tal", de maneira que a ênfase era deslocada da prática da sodomia para a própria condição do sujeito. No campo médico-científico, constitui-se um discurso patologizante acerca desse grupo de sujeitos considerados aberrantes, os "homossexuais", palavra que abarcava um leque de práticas sexuais e identificações de gênero consideradas desviantes e anormais. Nesse processo, reiterou-se aquilo que se consolidou como "normal" na constituição das famílias do mundo burguês: as relações heterossexuais, monogâmicas e de caráter reprodutivo, de forma que as subjetividades que se constituíam nas regiões excluídas da zona da normalidade delimitada pelos saberes médico-científicos eram identificadas como portadoras de doenças e problemas de saúde.

Nessa conjuntura, como é possível viabilizar as condições de produção para a organização de um movimento homossexual e para a expressão de sua subjetividade na forma de sujeito de direito? Como afirmar uma identidade homossexual e a partir de quais dizeres? É certo que algo não pode surgir do nada, não há como conclamar novos sentidos sem que eles passem por um trabalho com o que se sedimentou na memória dos sujeitos-falantes. Portanto, trata-se de um processo constituído por movimentos discursivos de ruptura-repetição da cadeia de dizeres que sustentava a criminalização e marginalização das práticas sexuais homossexuais,

[19] Chamaremos os movimentos LGBTQIA+ como constituídos nas primeiras décadas até a década de 1990 de "movimentos homossexuais", pois, antes disso, a questão de uma outra denominação, mais inclusiva e/ou que trouxesse mais visibilidade às pautas de outras minorias sexuais e de gênero, ainda não tinha produzido o acontecimento da reformulação do nome do movimento.

reformulando, redizendo, reivindicando, dizendo novamente, deslocando, repetindo, repetindo, repetindo, até que nos interstícios da ideologia dominante, em uma conjuntura específica, esses dizeres irrompessem como algo diferente... No Brasil, as primeiras organizações dos movimentos homossexuais articulam-se em um momento histórico bastante repressivo para com os movimentos sociais: o Estado ilegal instaurado pela ditadura militar[20], de 1964 até meados de 1985, quando se inicia o período de redemocratização.

### *2.3.1 O surgimento do grupo Somos*

É apenas com a longa, gradual e demorada abertura mediada pelos militares a partir de 1974 que se criam condições para a constituição dos movimentos homossexuais.

Com a desaceleração do crescimento econômico, o descontentamento das classes médias com o regime militar e a mobilização estudantil de 1977 em São Paulo, as lutas sociais reflorescem e ganham as ruas. Nessas novas condições de produção, surgem veículos de imprensa alternativa de viés LGBTQIA+, como o jornal *Lampião da Esquina*, uma publicação homossexual que circulou de 1978 a 1981; e o boletim *Chanacomchana*, que circulou de 1981 a 1987.

Ainda em 1978, após o surgimento do *Lampião*, foi organizado o *Somos: Grupo de Afirmação Homossexual*. Segundo o historiador James N. Green (2018, 2019), um dos fundadores do *Somos*, o grupo inicialmente tinha entre dez e quinze pessoas em São Paulo e se reunia regularmente para debater a organização e o avanço dos movimentos homossexuais no Brasil. É interessante observar o funcionamento dessa nomeação, que se dá a partir do verbo "somos" e da "afirmação homossexual", em um gesto de inscrição da homossexualidade nos discursos públicos, para fora dos guetos e para fora do armário. O grupo se disseminou também em outros estados do país, com reuniões organizadas para discutir questões relacionadas à afirmação sexual. Tivemos acesso a uma nota publicada pelo jornal Lampião da Esquina sobre a criação do Somos no Rio de Janeiro:

[20] As práticas sexuais consideradas desviantes foram também alvo de repressão nesse período. Benjamin Cowen (2019) é um dos autores que mostram como Serviço Nacional de Informações (SNI) e a Polícia Federal produziam informes sobre sujeitos com acusações de homossexualidade, como suspeita de subversão. Da mesma forma, as operações de policiamento em São Paulo, por meio das táticas de blitz, miravam as travestis nas regiões centrais, boates e saunas frequentadas pelo público LGBTQIA+, presas arbitrariamente para fins de averiguação e realização de estudos de criminologia (OCANHA, 2019). Na Revista Militar Brasileira, uma publicação de prestígio que emanava do Ministério da Guerra, a homossexualidade era denunciada como declínio moral e parte de uma rede de práticas desviantes supostamente relacionadas entre si (COWEN, 2019).

> No rio, pessoal cria mais um grupo homo
>
> A primeira reunião do Grupo Somos carioca realizou-se no dia 15 de setembro. Compareceram 48 pessoas, sendo oito mulheres. Lá estava gente da Baixada Fluminense, da Cidade de Deus, de Copacabana, de Vila Isabel e outros lugares, o que garante, de saída, a heterogeneidade do grupo (isso é ótimo!), o que vai enriquecer as discussões internas, fortalecendo-o para a luta contra a repressão sexual. Aos interessados, pedimos para escrever para a Caixa Postal nº 135, CEP 25.000, Duque de Caxias, Rio de Janeiro. Esta caixa postal é de outra pessoa, do Grupo de Atuação e Afirmação Gay, que por enquanto – e com muito boa vontade – vai ficar recebendo as cartas endereçadas ao Somos-carioca. Prometemos para breve no LAMPIÃO uma matéria sobre o novo grupo. (LAMPIÃO DA ESQUINA, 1979, p. 2)

O título da nota nos chama atenção. Ele aponta para a existência desse momento no fim da década de 1970 em que se organizam grupos "homos" (é o funcionamento do advérbio "mais" que, por efeito de pré-construído, leva o leitor à conclusão de que outros grupos estão sendo criados). Esse grupo é identificado no texto pelo determinante "homo", que parece englobar tanto homens quanto mulheres assim identificadas[21]. Essa questão do nome é interessante, pois ela parece tornar-se mais forte concomitantemente à organização do movimento social: é preciso dizer à sociedade quem se é[22].

A nota ainda se preocupa em destacar a diversidade dos encontros na sequência "gente da Baixada Fluminense, da Cidade de Deus, de Copacabana, de Vila Isabel...", em que se aponta para uma divisão de classe relacionada aos lugares de onde os sujeitos se deslocam para as reuniões do grupo. Isso também pode ser percebido em uma sequência anterior: "Compareceram 48 pessoas, sendo oito mulheres". Embora o número de mulheres seja pouco expressivo diante do número de homens, a apresentação dessas informações mostra como o jornal significa o modo de organização desses grupos "homos", enfatizando a diversidade (de classe e de gênero), já que ela seria capaz de "enriquecer as discussões internas, fortalecendo-o para a luta contra a repressão sexual". O jornal celebra o que chama de "heterogeneidade" com dizeres entre parênteses: "isso é ótimo!".

A heterogeneidade significada como uma celebração pelo *Lampião da Esquina*, no entanto, produzia também tensões no interior do grupo, relacionadas ao estado da luta de classes na formação social brasileira. De acordo com Green (2018, 2019), a constituição de um grupo para discussão de questões sobre a causa homossexual não era consensual especialmente entre aqueles gays e lésbicas de classe média e alta, que tomavam distância dos movimentos seja por receio de comprometer um emprego estável ou bem remunerado, seja por se sentirem satisfeitos

[21] Voltaremos a este ponto no capítulo 2.3.2.3.

[22] Na década de 1970, havia um grupo teatral chamado *Dzi Croquettes*, cujas apresentações eram marcadas pela ambivalência sexual e de gênero. Não à toa, o grupo foi vítima do aparelho censor da ditadura militar. Uma de suas frases mais célebres na abertura de apresentações era: "Nem homem, nem mulher, gente". É interessante observar como o movimento da nomeação é diferente daquele que começaria a emergir no fim da década, quando surge o grupo *Somos*.

com a rede de apoio encontrada nos guetos. Embora as duas décadas anteriores tivessem conhecido um aumento progressivo no número de bares, restaurantes e bailes para sociabilidade homossexual, proporcionalmente ao aumento do poder de consumo dos sujeitos homossexuais como efeito do "milagre econômico", esse mesmo consumismo se constituía em uma barreira para a politização, em que muitos não entendiam a necessidade de organizar um movimento social.

Nessa conjuntura, demandas consolidadas pelos atuais movimentos LGBTQIA+, como a união civil ou o casamento igualitário, eram ainda inimagináveis para os militantes do *Somos*. No texto do jornal Lampião da Esquina, as demandas foram textualizadas como "luta contra a repressão sexual". Em Green (2019), a primeira reivindicação era a saída dos guetos, para posteriormente lutar pelo fim da classificação psiquiátrica do *homossexualismo* como doença, por direitos iguais na admissão empregatícia e pelo fim da lei que enquadrava a representação pública de homossexualidade como atentado "contra a moral e os bons costumes". Era necessário que os movimentos fossem capazes de imaginar o impossível. Imaginar o impossível implica reconhecer que os sentidos pelos quais se luta podem não estar incorporados à memória social e política dos sujeitos, mas que se pode construir e formar sentidos possíveis para outras condições de vida para os sujeitos homossexuais. Por essa razão, chama nossa atenção que uma das primeiras intervenções políticas do grupo tenha sido a redação de uma carta aberta[23] ao jornal *Notícias Populares* em protesto contra as reportagens negativas sobre gays, travestis e lésbicas: era uma maneira de contestar os já-ditos que sustentavam um imaginário historicamente construído sobre os sujeitos homossexuais que os associavam à criminalidade e à marginalização.

No relato de Green (2019), conforme o *Somos* crescia, ampliavam-se também as divergências sobre a agenda política dos movimentos homossexuais. Uma significativa questão que se colocava era se os movimentos deveriam forjar alianças com outros movimentos sociais e com as esquerdas. Parte dos integrantes olhavam com desconfiança para as esquerdas brasileiras, pois alguns tinham tido experiências negativas como vítimas de homofobia entre esses grupos. Um debate organizado pelo Centro Acadêmico de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo (USP) em 1979 deixou entrever esses e outros conflitos devido à polêmica entre diferentes setores da esquerda, membros do *Somos* e outros gays e lésbicas que atenderam ao evento:

[23] Infelizmente, não pudemos ter acesso a qualquer versão da carta aberta que foi divulgada.

> Os membros do Somos defendiam a necessidade de organizar-se apenas contra a discriminação de gays e lésbicas (raramente discutiam as travestis nestes foros) e outros defendiam a necessidade de priorizar a luta contra a ditadura. À 'luta específica' contrapunha-se a 'luta maior', como se houvesse uma contradição insolucionável entre as mobilizações para derrubar a ditadura e, ao mesmo tempo, as campanhas para eliminar preconceitos e discriminações sexuais. (GREEN, 2019, p. 190-1)

Refazer os percursos trilhados pelos antigos movimentos homossexuais é um gesto importante, pois permite que identifiquemos a existência de divergências que continuam ecoando, bem como as contradições que necessariamente atravessam os movimentos e que estão relacionadas à formação social capitalista periférica brasileira; desde o apagamento das vivências e experiências travestis nas discussões acadêmicas e naquelas dos movimentos homossexuais, até a minimização das reivindicações de minorias sexuais e de gênero diante de um projeto que pretendia restabelecer a democracia, mas era ainda assim excludente; ou ainda nas atitudes discriminatórias contra as lésbicas no interior do grupo *Somos*, chamadas de histéricas ao apresentar suas discussões sobre machismo e feminismo (FERNANDES, 2018).

Com relação aos grupos à esquerda, a *Convergência Socialista* foi um dos poucos com quem o *Somos* dialogou politicamente. A aliança com as lutas dos trabalhadores em greve levou, entre outras mudanças, à incorporação de uma crítica às condições de trabalho para pessoas homossexuais ao programa do *Somos*. Mas as divergências mais uma vez apareceram: uma ala do *Somos* temia que a *Facção Homossexual* da *Convergência Socialista* se ampliasse a ponto de controlar as discussões do grupo. Conforme Green (2019) e Quinalha (2019), em 1º de Maio de 1980, quando acontecia a greve geral dos trabalhadores metalúrgicos do ABC paulista e o então líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva foi enquadrado na Lei da Segurança Nacional do regime militar, os líderes do *Somos* propuseram que seus integrantes se engajassem na luta do movimento sindical. Parte dos movimentos rechaçariam esse engajamento, o que cindiria definitivamente um grupo que já se dividia entre aqueles que sustentavam uma posição autonomista e aqueles que propunham aliar-se com outros setores sociais. Apesar disso, o *Somos* marcou presença nas mobilizações dos trabalhadores, erguendo panfletos com dizeres como "Contra a intervenção nos Sindicatos do ABC" e "Contra a discriminação do trabalhador/a homossexual".

O ativismo e engajamento do *Somos* na luta por visibilidade, reconhecimento e pela redemocratização em plena ditadura militar marcou o início da articulação dos movimentos homossexuais brasileiros, que viriam a se diversificar e se transformar adjacentemente às transformações da formação social capitalista no Brasil. Na outra via, no que diz respeito ao conflito entre uma ala autonomista e outra que se articulava a outras lutas sociais, e também no

que diz respeito a outras divisões, estaremos atentos a suas ressonâncias na formulação de um saber linguístico no *Manual de Comunicação LGBTI+*.

### *2.3.2 A epidemia de aids e o "novo" movimento LGBTQIA+*

Nos anos 1980 e 1990, um importante acontecimento impactaria profundamente as estratégias de organização dos movimentos homossexuais brasileiros: o surgimento da epidemia do vírus HIV. Uma linha do tempo elaborada pela Fiocruz[24] sobre a epidemia do vírus HIV nos permite entrever como a infecção foi nomeada e significada os primeiros pacientes foram diagnosticados em solo brasileiro. Em 12 de junho de 1983, o jornal *Notícias Populares* publicava uma reportagem sobre os primeiros casos da aids no Brasil, com a seguinte manchete: "peste-gay já apavora São Paulo". É importante observar como a palavra "peste", inscrita em uma rede histórica de sentidos que a significa como um castigo bíblico, é articulada à palavra "gay" e tem como efeito a responsabilização desta população pela epidemia da doença. A relação imaginária entre o vírus HIV e os sujeitos homossexuais colocariam obstáculos para o combate à epidemia: para que mobilizar recursos contra uma doença que parecia atingir apenas as vidas historicamente ininteligíveis, fora da normatividade sexual e de gênero?

Esse apagamento de que a doença também poderia ser desenvolvida por sujeitos heterossexuais, além de (re)costurar uma relação entre a homossexualidade e a prosmicuidade/anormalidade, se funda no vazio deixado pelo conhecimento científico em um momento em que ainda não havia pesquisas sobre a doença. Esse vazio é preenchido por discursos religiosos e médicos, como sublinha Rafael Dias Toitio em *Cores e contradições*. Para líderes religiosos, a doença era fruto de uma ira divina que pretendia punir os pecadores; os médicos, por sua vez, a partir de um viés pretensamente científico e neutro, remetiam a doença às práticas sexuais desviantes e à utilização de estrogênio pelas travestis, assim como defendiam o fechamento de saunas e outros lugares de sociabilidade homossexual (TOITIO, 2016, p. 58).

Na sequência, o autor examina como tais discursos atrasaram as primeiras ações estatais na direção do combate à epidemia da aids: o imaginário de que a doença afetava majoritariamente homens gays de classe média, que contraíam o vírus no exterior e o traziam para o Brasil, contribuiu para que se construísse o entendimento de que o país tinha outras

[24] Disponível em: <http://www.ioc.fiocruz.br/aids20anos/linhadotempo.html>. Acesso em 19 out. 2021.

enfermidades e mazelas com as quais se preocupar. O imaginário de que a aids seria um castigo divino também reforçava a ideia de que não se deveria interromper o seu curso natural. Quando a doença havia se espalhado silenciosamente nos grandes centros urbanos, o pânico diante de um vírus desconhecido e mortal repercutia como ódio e discriminação contra soropositivos, em um cenário de

> recusa de médicos a realizar procedimentos cirúrgicos em pacientes com suspeita da doença, apelo à quarentena e à segregação, testagem compulsória de populações (como presidiários ou crianças abandonadas), dificuldades para conseguir tratamento em alguns hospitais públicos etc. A discriminação generalizada contra as pessoas soropositivas, doentes ou não, levou Herbert Daniel a falar em morte civil dos indivíduos infectados [...] (TOITIO, 2016, p. 59)

Em 1987, uma operação policial da Polícia Civil do Estado de São Paulo denominada *Operação Tarântula,* forjada na justificativa de combate à aids, perseguiu e prendeu arbitrariamente cerca de 300 travestis, acusadas de "ultraje ao puder público e crime de contágio venéreo" (FOLHA DE S. PAULO, 2018, s.n.). A operação foi suspensa alguns dias depois, após encontro do Secretário de Segurança com ativistas, mas expõe como os discursos de combate à aids foram mobilizados para produzir violência contra sujeitos LGBTQIA+. Na década de 1980, o combate à epidemia e o combate aos corpos fora da normatividade sexual e de gênero são políticas que se embaralham.

É justamente no interior e em razão desse quadro social e político que os então movimentos homossexuais são conduzidos a se reorganizarem em torno da luta antiaids, em um momento em que homens gays e travestis compunham inicialmente a maior parte dos doentes e o Estado era ineficaz na produção de políticas de combate à epidemia. Fundam-se, assim, diversos grupos e ONGs ligadas ao ativismo homossexual, que estabelecem políticas de assistência à população soropositiva, divulgam formas de prevenção e pressionam o Estado pela mobilização de recursos para o enfrentamento da epidemia. A pauta antiaids cumpre um papel fundamental na restruturação e no fortalecimento dos movimentos homossexuais na década de 1990, pois reconfigura a relação entre o movimento social e o Estado no mesmo período em que há o aprofundamento das políticas neoliberais no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003). Nessa década, após anos de estagnação, os movimentos homossexuais brasileiros tornam a se fortalecer mediante ações de financiamento promovidas pelo Governo Federal e pelo Banco Mundial, por meio do Programa Nacional de DST/Aids. O programa veio a se tornar uma das principais fontes de recurso dos grupos homossexuais que dedicavam suas ações ao combate à aids. Toitio propõe questionar de que maneiras a conjuntura político-econômica da década de 1990 materializou formas específicos de organização e atuação política dos

movimentos homossexuais, em estreita relação com as políticas neoliberais postas em prática pelo governo FHC e com o interesse do Banco Mundial em financiar um projeto de combate à aids no Brasil.

#### 2.3.2.1 Uma agenda para a dependência

Os primeiros anos da década de 1990 foram marcados por atraso e ineficiência do Estado no combate à epidemia, assolado ainda pelas denúncias de corrupção que levaram ao impeachment do ex-presidente Fernando Collor em 1992. Nessa direção, a eleição de Fernando Henrique Cardoso em primeiro turno no ano de 1995 significou não só a continuação de medidas neoliberais já implementadas por Collor, mas a constituição de um projeto de governo em que tais medidas ocuparam um lugar central, a partir de um plano referido como de "modernização", baseado, principalmente, em privatizações e na abertura da economia.

As medidas neoliberais foram implementadas gradualmente e também descontinuamente, no jogo contraditório dos interesses do Mercado globalizado e dos movimentos sociais e sindicalistas que obtiveram importantes conquistas na Constituição de 1988. Como analisa Brasílio Sallum Jr. (1999), a também chamada Constituição Cidadã garantiu a ampliação de limitações ao capital estrangeiro e diversificou os mecanismos de proteção social a trabalhadores e aposentados, enquanto o governo FHC apostou em medidas que alteraram as relações entre Estado e Mercado, como o fim dos limites impostos a empresas de capital estrangeiro, a concessão de serviços de telecomunicação, eletricidade, rodovias e ferrovias a empresas privadas, a lei de proteção à propriedade industrial e a preservação do programa de abertura comercial já implementado por Collor.

É nessa conjuntura que nos chama atenção, a partir da leitura de Toitio (2016), que o Banco Mundial tenha entrado em cena ao disponibilizar recursos financeiros para o Projeto de Controle da Aids e DSTI, acordado com o Estado brasileiro. Como lembra o autor, o Banco Mundial tornou-se o principal financiador do programa nacional de prevenção à aids, o que possibilitou ao Brasil uma atuação sem precedentes no controle da doença. Na linha dos planos de ajuste estrutural impostos pelas organizações transnacionais do capitalismo globalizado, que buscavam impor a abertura econômica e a diminuição dos gastos públicos aos países do Sul global, a concessão de empréstimos ao Brasil era uma forma do Banco Mundial influenciar a construção de políticas econômicas e sociais, indicando onde e de que forma o país deveria ou não investir. Por meio do estabelecimento de critérios para a contemplação por recursos pelo

projeto antiaids, o Banco Mundial determinava como se deveria administrar os gastos públicos e se desenhar a relação do Estado com a sociedade.

Como enfatizado, esse processo não aconteceu de maneira que não houvesse espaço para contradições: uma das exigências do banco era que os recursos financeiros não fossem utilizados para o tratamento de pessoas já diagnosticadas com HIV/aids (como políticas de assistência ou de distribuição de antirretrovirais), mas para políticas de prevenção. O investimento no tratamento de pacientes já diagnosticados com a doença era considerado pelo banco como demasiadamente oneroso e economicamente insustentável para o Estado, um investimento que não valia a pena em vidas que também não valiam a pena.

Apesar das restrições do Banco Mundial, que entravam em choque com a política de saúde estabelecida como direito universal pela Constituição de 1988, o Estado não só manteve a distribuição de antirretrovirais já em curso desde 1991, como ampliou o Sistema Único de Saúde (SUS). Dessa maneira, a implementação do programa de precarização neoliberal como uma nova forma de dominação ideológica no cenário político-econômico mundial encontrava a sua resistência no Brasil a partir da pressão dos movimentos sociais e da luta pela manutenção de conquistas da Constituição Federal. Paradoxalmente, ainda com base em Toitio (2016), o Banco Mundial assume a posição de um dos principais agentes financiadores da política antiaids, até mesmo divulgando relatórios e informações mais importantes sobre a pandemia, enquanto foi agente determinante para a implementação das políticas de dívida externa e ajuste estrutural na América Latina, que dificultaram a resposta à aids no continente.

#### 2.3.2.2 O processo de “onguização”

A possibilidade de captação de recursos públicos para o combate à aids, a partir da injeção de empréstimos financeiros via Banco Mundial, teve como um de seus efeitos o crescimento significativo de organizações LGBTQIA+ na década de 1990. É nesse período, mais especificamente no *I Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas que Trabalham com Aids* (EBGL-Aids), que se funda a ABGLT (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis), a primeira instância nacional dos movimentos homossexuais brasileiros. Como lembra Toitio (2016), o surgimento da ABGLT significava a possibilidade de uma representação nacional que se responsabilizasse por pressionar e levar as reivindicações dos sujeitos LGBTQIA+ ao Governo Federal. Mas em que termos se dá essa representação nacional e como isso está relacionado com a restruturação dos movimentos homossexuais?

As ações do Banco Mundial não podem ser lidas como neutras. Em realidade, a imposição das políticas de ajuste estrutural aos países do Sul global, sufocando as economias domésticas e aumentando a dependência externa, demonstra o compromisso da organização com a garantia da reprodução material da ideologia dominante capitalista em sua forma neoliberal. Emprestar é uma forma rentável de se obter lucro, sempre a juros altos e em benefício do endividamento que fragiliza os mercados internos, mas não é só isso. O Banco Mundial, ao lado de outras organizações transnacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Mundial do Comércio (OMC), a Organização Mundial da Saúde (OMS) e órgãos das nações Unidas, podem ser compreendidos como um conjunto de regiões especializadas relacionadas ao capitalismo globalizado. Elas inscrevem-se no jogo contraditório da reprodução/transformação das relações de força e constituem uma máquina, a que chamamos "Mercado", que não é homogênea, pois nem teria como ser dessa forma, mas em seu funcionamento, nessa conjuntura, trabalha para garantir o assujeitamento à ideologia dominante neoliberal.

O aumento no número de organizações LGBTQIA+ na década de 1990, um processo chamado de "onguização" (NOGUEIRA; PEREIRA; TOITIO, 2020), é efeito de uma das principais exigências do Banco Mundial para o acordo de concessão de empréstimo ao Estado brasileiro: as ONGs deveriam ter um papel central no investimento em políticas antiaids. E uma das questões colocadas por Toitio é por qual razão a participação das ONGs era uma exigência central da instituição.

As ONGs, em geral, se encarregam de reivindicar as pautas de interesse da população a partir de um funcionamento que não é o de uma empresa privada, mas que também não é o de um organismo incorporado ao aparelho estatal. Suas atividades e proximidade com a sociedade frequentemente lhes permitem chegar onde os serviços básicos precarizados não chegam, de modo que as ONGs amenizam o impacto do desmonte das estruturas básicas sem as quais a vida não é vivível. Sendo assim, exigir que as ONGs ocupem uma posição central na execução das políticas de aids é uma forma de o Mercado assegurar a reprodução da ideologia neoliberal e desobrigar o Estado de cumprir as suas funções. Toitio retoma, por exemplo, como FHC tomou posse com um discurso alinhado a instituições como o Banco Central: o Estado seria ineficiente, burocrático e corrupto; e por isso, deveria ser diminuído e limitado quanto às possibilidades de intervir no mercado e no fluxo do capital. Ao transferir atividades que seriam da competência do Estado, este desenvolve com as ONGs antiaids uma relação em que elas são prestadoras de serviço, na linha do corte dos gastos públicos objetivados pelos planejamentos econômicos neoliberais. Não seria necessário ampliar o quadro de funcionários do Estado,

conceder benefícios ou proteções, uma vez que é mais barato executar o trabalho por meio de uma ONG, mesmo que esse trabalho se realize em condições precárias ou por meio de contratações temporárias (TOITIO, 2016).

Além disso, a competição pelo financiamento foi outra questão que afetou a restruturação dos movimentos homossexuais. De modo a serem selecionadas para o projeto, as ONGs-aids precisavam se adequar às exigências dos editais, que exigiam que elas assimilassem o funcionamento de empresas privadas. O trabalho deveria ser técnico e racionalizado, os custos e benefícios deveriam ser calculados e hierarquias deveriam ser estabelecidas no processo de trabalho, pois as agências internacionais priorizavam a análise dos resultados. Na outra via, a atuação dos grupos contemplados com os recursos públicos transcendia o investimento no tratamento das pessoas já infectadas e a adoção de medidas de prevenção à doença, pois tratava-se também de combater o estigma, as formas de discriminação relacionadas à aids, construir diálogos e pavimentar sentidos outros sobre as vivências não-normativas de gênero e sexualidade. Nesse jogo tenso entre trabalho burocrático e militância, as ONGs eram cada vez mais absorvidas pelas exigências do projeto para o qual elas prestavam serviço, mais dependentes do Estado e tinham cada vez menos capacidade de pressão. Não à toa, a ABGLT esteve ausente tanto do *Fórum Social Mundial* quanto da *Marcha dos cem mil* em 1999, eventos importantes na luta contra as políticas neoliberais em solo brasileiro (TOITIO, 2016).

O documento intitulado *Política Nacional de DST/Aids: Princípios, diretrizes e estratégias*, elaborado pelo Ministério da Saúde (1999), é apenas um dos arquivos produzidos pelo Estado sobre a questão do combate à aids que tem um capítulo específico para o papel das ONGS. No capítulo, que se chama "articulação com a ONGs", são anunciadas estratégias, diretrizes e procedimentos:

> Articulação com Organizações Não-Governamentais:
> *Fortalecimento* das ONG nas ações de prevenção ás DST/aids, por meio da promoção de articulação política, técnica e financeira, preservando as características de colaboradores críticos da política pública de saúde, que se estabelece por meio de permanente interlocução. [...]
> Estratégias
> ─ apoio político, técnico e financeiro às ações da sociedade civil voltadas para a prevenção das DST/aids;
> ─ *fortalecimento* da estrutura institucional para a execução das ações de prevenção;
> ─ *fortalecimento* dos movimentos sociais, possibilitando-se respostas mais efetivas ao controle da epidemia;
> ─ promoção da sustentabilidade e da descentralização, favorecendo-se a inclusão de parceiros locais, de forma a se garantir a continuidade das ações. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 1999, p. 23)

É interessante notar que não há menção a uma questão LGBTQIA+, homossexual, lésbica ou de gênero/sexualidade nesse momento, de maneira que não há uma conjugação entre o combate à aids e ao estigma que atravessa sujeitos LGBTQIA+ e os tornaram mais vulneráveis à infecção. Mesmo que a maior parte dessas ONGs favorecidas fossem grupos articulados aos movimentos homossexuais, a questão LGBTQIA+ não aparecia configurada no discurso institucional. Em vez disso, o texto refere-se às ONGs de maneira geral, que devem atestar "existência jurídica" (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 1999, p. 24) para que possam ter seus projetos financiados e aprovados. A partir da exigência da inscrição no regime jurídico (organizações independentes não possuíam direito ao financiamento), conduz-se as organizações homossexuais ao desenvolvimento de atividades supervisionadas pelo Estado. Na outra via, nesse processo, seriam preservadas "as características de colaboradores críticos da política pública de saúde".

Nas estratégias, menciona-se três vezes a palavra "fortalecimento", cujo referente é diferente nas três menções presentes no recorte: "fortalecimento das ONGs", "fortalecimento da estrutura institucional" e "fortalecimento dos movimentos sociais". Esse movimento aponta para a existência de consonância entre fortalecimento das ONGs (quais?), de movimentos sociais (quais?) e da estrutura institucional do país, em um funcionamento intrincado e que se apresenta como evidente: movimentos sociais e ONGs se fortalecem, assim como o Estado. No entanto, se há sempre um referente para a palavra "fortalecimento", quando se diz "promoção da sustentabilidade e da descentralização", há um vazio sintático. Sustentabilidade do quê/de quem? Descentralização do quê/de quem? Descentralização do Estado, cujos serviços são delegados para as ONGs?

Em suma, é possível observar a partir de nossa leitura do texto como a conjuntura político-ideológica da década brasileira de 1990 conduz os movimentos sociais, incluindo os movimentos LGBTQIA+, em grande medida, a disputar a construção de políticas sociais e direitos civis diante do Estado. Por um lado, isso possibilitou "promover ações e investidas contra questões e contradições sociais de forma ampla e disseminada – ainda que limitada – em âmbito local e nacional, uma vez que os aparelhos e funcionários do Estado estão amplamente difundidos pelo país" (TOITIO, 2019, p. 33). Por outro, os movimentos também precisaram ajustar-se às demandas e exigências de instituições dominantes do Estado e do Mercado para serem reconhecidos e contemplados pelas políticas sociais. Nessa relação, grande parte dos movimentos LGBTQIA+ delineará as suas reivindicações em torno da evidência da luta por direitos, em detrimento da possibilidade de questionamento à estrutura macroeconômica, ao

empobrecimento populacional e à precarização dos serviços sociais, que contribuíram para a disseminação da aids.

2.3.2.3 Essa sigla não me representa!

Em meio às transformações dos movimentos LGBTQIA+ na década de 1990, a militância foi atravessada por um processo de incorporação às engrenagens do Estado capitalista. Paradoxalmente, embora o Banco Mundial pressionasse para que as políticas de controle da epidemia se detivessem sobre a prevenção, o sistema público de saúde brasileiro garantiu e ampliou a distribuição gratuita de antirretrovirais, e o financiamento de projetos de combate à epidemia permitiu às organizações LGBTQIA+ a realização de projetos de formação política e combate ao preconceito, custeando ações coletivas, sedes, materiais, viagens, encontros e reuniões (TOITIO, 2016). Nesse jogo contraditório entre a dominação e a resistência, as políticas voltadas para sujeitos LGBTQIA+ se confundiam com as políticas antiaids, na medida em que esses sujeitos eram reconhecidos apenas a partir desse prisma. Da mesma forma, esse processo teve como efeito uma acomodação dos movimentos às políticas neoliberais, que, ao encorajarem a concorrência pela captação de recursos e que as ONGs avaliassem e acompanhassem o trabalho umas das outras, ainda ampliaram os conflitos entre as ONGs, entre os gays com as lésbicas e entre os gays com as travestis e transexuais (TOITIO, 2016).

Ao lado disso, nesse período também se nota aquilo que Regina Facchini (2018) chama de "descentramento", a partir de um conjunto de elementos que compõem as condições de produção da época e permitem a emergência de outras nomeações para o movimento, como GLS (gays, lésbicas e simpatizantes) e GLBT (gays, lésbicas, bissexuais e transexuais). Facchini analisa que, na década de 1970, havia um "centramento" dos então movimentos homossexuais em torno da noção de "homossexualidade", como uma forma de produção de demandas pelo reconhecimento por um sujeito político estável, em que os movimentos se constituíam em torno da identificação homossexual como palavra que abarcaria todos os sujeitos do movimento, dos homens gays até as lésbicas e travestis. Vimos isso na publicação do jornal Lampião da Esquina, no capítulo em que tratamos do surgimento do grupo Somos em meio à ditadura militar. Esse "centramento" tinha como efeito a produção de um imaginário de unidade que dissimulava os conflitos internos e a dominância dos homens gays e de suas pautas no interior das organizações.

Entendemos que o processo de "descentramento" está relacionado a fraturas no interior dos movimentos LGBTQIA+ que não só dizem respeito às assimetrias de gênero, como vimos anteriormente, mas que são também potencializadas na nova conjuntura que se desenha no fim do século XX. Detendo-se sobre o projeto intitulado *Somos*, iniciado pela ABGLT em 1999 e que tinha como objetivo criar novas organizações e oferecer formação política, Toitio (2016) analisa que o fato de as organizações serem colocadas na condição de concorrentes fazia emergir conflitos, como as trocas de acusações entre militantes em 1997, no IX EBGLT (Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Transgêneros), referentes à subordinação de grupos ao governo e ao financiamento advindo do trabalho com a aids. Da mesma forma, a seleção de quem estava apto a receber os recursos colaborava para a emergência de novas divisões. Os projetos de financiamento delimitavam que o repasse de verbas seria prioritário para organizações que enfocassem pessoas "HSH" (homens que fazem sexo com homens), sob o argumento de que este era um grupo mais vulnerável à infecção pelo HIV. Isso significou, na prática, um direcionamento maior de recursos a grupos trans e de homens gays, em detrimento das organizações de lésbicas.

Nessa direção, o descentramento é um processo em que se materializa a fragmentação do sujeito estável projetado pelos movimentos na década de 1970, de maneira a dar visibilidade às divisões e a sujeitos antes encobertos pela palavra "homossexual" para que pudessem enunciar sobre si e reivindicar que pudessem se colocar como público-alvo dos projetos de financiamento. Era preciso atribuir-se um nome que marcasse a possibilidade de inteligibilidade diante do Estado capitalista. É, então, nesse momento que as letras começam a se diversificar e se consolidam as nomeações que remetem a diferentes posições-sujeito no interior dos movimentos LGBTQIA+. Nesse momento, ganham mais espaço para legitimidade e visibilidade as nomeações como "lésbica", "bissexual", "transexual" e "travesti", reconfigurando os modos de se significar o sujeito político dos movimentos.

Os movimentos LGBTQIA+, em sua relação com as condições de produção do funcionamento da máquina estatal capitalista e da intervenção do Mercado a partir do financiamento de políticas antiaids, são conduzidos a organizarem suas demandas, sobretudo, em torno da busca pela ampliação da visibilidade. Principalmente após a epidemia de aids, essa tem sido a principal forma de organização adotada pela militância, como salienta o pesquisador Henrique Caetano Nardi (2015). Para o autor, isso posiciona a militância diante do "desejo pelo desejo do Estado"[25] (BUTLER, 2003), levando a modos de obter inteligibilidade que emanam

[25] Ver capítulo 5.3.

da assimilação e cooptação pela lógica capitalista e cis-heteronormativa. Sabemos que nem sempre é assim. Mas salientamos que aparecer para o Estado capitalista para se obter financiamento é processo que se dá a partir de um nome, sem o qual não se reconhece a existência política dos sujeitos à margem e sem o qual eles não são reconhecidos pela arquitetura institucional. Isso é parte de um processo que leva movimentos LGBTQIA+ a serem convocados a atuar sob as rédeas mediadoras do capitalismo democrático, frequentemente conduzidos a não tocar na estrutura de uma máquina que induz os sujeitos assimetricamente à precariedade e à exposição à morte. Máquina que, aliás, se apresenta como atemporal...

Como já afirmamos anteriormente, não entendemos que o Estado seja fixo ou estático no tempo: ele é um dos objetos pelos quais se luta, em sua relação com o jogo da luta de classes que estrutura as sociedades capitalistas. Ao observar como os movimentos sociais são cooptados pela lógica capitalista e cis-heteronormativa, não defendemos que o Estado não deva ou não possa ser palco de disputas, mas buscamos apontar para o funcionamento discursivo da domesticação da resistência, da forma como se realiza em nossa época.

### *2.3.3 A "maré rosa" se desmancha no ar*

Na América Latina, o início do século XXI é marcado por intensas agitações sociais e realinhamentos políticos com o início da "maré rosa" ou "ciclo de governos progressistas" em países como a Venezuela, a Bolívia e a Argentina. No Brasil, após a experiência do projeto neoliberal de privatizações e desregulamentações, um partido com histórico de luta ao lado da classe trabalhadora e de movimentos populares, o Partido dos Trabalhadores (doravante PT), sobe ao poder após vitória por ampla margem de Lula. Seu projeto político, no entanto, é ambíguo. Na análise mais específica de autores como Victor Marques (2020), Saad Filho (2018) e Ricardo Antunes (2018), o início deste novo ciclo na política brasileira se desenha mais como uma tendência geral à continuidade do que à descontinuidade. Nesta seção, trataremos dessa ambiguidade e de como se conduziu a relação do Estado com os movimentos LGBTQIA+ na primeira década do século XXI.

Em primeiro lugar, o cenário de lutas sociais a partir do qual o PT havia emergido na década de 1980 já havia se desmobilizado. Como analisa Saad Filho (2018), instrumentos legais e administrativos que poderiam ter efetivado mudanças econômicas e sociais já tinham sido enfraquecidos pelas reformas estatais do governo FHC e faltava apoio no Congresso Nacional, o que sugeria que uma agenda revolucionária não era popular. A aliança eleitoral com o PL

(Partido Liberal), legenda relacionada ao neoliberalismo e às igrejas evangélicas, era um dos elementos que compunham uma base eleitoral ambígua e de difícil articulação em um programa político. Conforme as pesquisas projetavam a vitória eleitoral de Lula no pleito, crescia também as pressões do mercado financeiro e da mídia para que o presidenciável assumisse um compromisso com a continuidade das políticas econômicas de FHC e garantisse a arquitetura institucional do neoliberalismo.

Vejamos, a partir de alguns recortes, como algumas contradições do projeto político petista se manifestam na *Carta ao povo brasileiro*, documento apresentado por Lula em 2002 em um período de circulação intensa na mídia de que a vitória de um candidato do PT estava deixando os mercados instáveis (ANTUNES, 2018; SAAD FILHO, 2018).

> O Brasil quer mudar. Mudar para crescer, incluir, pacificar. Mudar para conquistar o desenvolvimento econômico que hoje não temos e a justiça social que tanto almejamos. Há em nosso país uma poderosa *vontade popular* de encerrar *o atual ciclo econômico e político*. (LULA, 2002, s.n.)
>
> O sentimento predominante em todas as classes e em todas as regiões é o de que *o atual modelo* esgotou-se. Por isso, o país não pode insistir nesse caminho, sob pena de ficar numa estagnação crônica ou até mesmo de sofrer, mais cedo ou mais tarde, um colapso econômico, social e moral. (LULA, 2002, s.n.)
>
> A sociedade está convencida de que o Brasil continua vulnerável e de que a verdadeira estabilidade precisa ser construída por meio de *corajosas e cuidadosas mudanças* que *os responsáveis pelo atual modelo* não querem absolutamente fazer. (LULA, 2002, s.n.)
>
> Não importa a quem a crise beneficia ou prejudica eleitoralmente, pois ela prejudica o Brasil. O que importa é que ela precisa ser evitada, pois causará sofrimento irreparável para a maioria da população. Para evitá-la, é preciso compreender que *a margem de manobra da política econômica no curto prazo é pequena*. (LULA, 2002, s.n.)
>
> [*O povo brasileiro*] Quer abrir o caminho de combinar o incremento da atividade econômica com políticas sociais consistentes e criativas. *O caminho das reformas estruturais que de fato democratizem e modernizem o país, tornando-o mais justo, eficiente e, ao mesmo tempo, mais competitivo no mercado internacional*. (LULA, 2002, s.n.)
>
> [*O povo brasileiro* quer] O caminho da reforma tributária, que desonere a produção. Da reforma agrária que assegure a paz no campo. Da redução de nossas carências energéticas e de nosso déficit habitacional. Da reforma previdenciária, da reforma trabalhista e de programas prioritários contra a fome e a insegurança pública.

A carta acena para a possibilidade de reforma agrária, tributária e para a "vontade popular" de "encerrar um ciclo político e econômico", mas também salienta que as eventuais mudanças serão "corajosas e cuidadosas" e que será "preciso compreender que a margem de manobra da política econômica no curto prazo é pequena". Aponta-se ainda para a necessidade de "democratizar" e "modernizar" o país, a partir de reformas estruturais que o tornem "mais

justo, eficiente e, ao mesmo tempo, mais competitivo no mercado internacional". As reformas previdenciária e trabalhista são colocadas ao lado dos "programas prioritários contra a fome e a insegurança pública".

Observemos como as reformas estruturais são entendidas como necessárias, mas se destaca que a margem de manobra da política econômica é pequena. É construído um certo consenso (a partir da "vontade popular" e de expressões como "o povo brasileiro quer") de que é preciso implementar mudanças para a modernização do país, que serão "cuidadosas" e se concretizarão pelas reformas estruturais que se mostram imprescindíveis, sob a pena de se expor à "estagnação econômica" ou ao "colapso econômico, social e moral" caso o país falhe em romper com o "atual ciclo econômico e político", que não é nomeado. Que ciclo é esse?

Além disso, a luta por um país "justo" deve ser concomitante à busca por um país "eficiente" e "competitivo". Essas construções linguísticas materializam a contradição do projeto lulista, que na prática se comprometeu a acordar suas intenções econômicas com o FMI, conceder isenções fiscais aos setores industriais e agrícolas, atender às pressões das grandes transnacionais e aprovar a Emenda Constitucional da autonomia do Banco Central, em benefício do livre-mercado. Não realiza a reforma agrária. Políticas sociais compensatórias como o Fome-Zero e o Bolsa-Família tiveram como efeito a ampliação da base de apoio ao governo, mas não confrontaram os pilares estruturais da realidade desigual brasileira. Além disso, nesse mesmo período, os capitais financeiros e produtivos obtiveram os maiores lucros da história brasileira recente (ANTUNES, 2018). As políticas assistencialistas rendem às gestões petistas anos de estabilidade social, marcados pela implementação de programas e direitos sociais, sem mexer nas estruturas do Estado democrático-capitalista e garantindo os interesses dominantes do capital.

É justamente durante as gestões petistas que os movimentos LGBTQIA+ encontram maior receptividade para o diálogo com o Estado. Tomamos aqui como base os trabalhos de Franco (2017) e Mello, Brito e Maroja (2012). Os primeiros marcos no que se refere às demandas dos movimentos LGBTQIA+ remontam: (1) ao Programa Nacional de AIDS, de 1988, que não era uma política exclusivamente voltada para a população LGBTQIA+; e (2) ao *Programa Nacional de Direitos Humanos 2*, elaborado e publicado ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso em 2002, e que, diferentemente da sua primeira versão, menciona a orientação sexual pelo viés do "direito à liberdade, opinião e expressão". É somente no primeiro mandato de Lula, em 2004, que é criado um programa voltado para a população LGBTQIA+ que significa esses sujeitos por rotas de sentidos outras que não apenas aquelas relacionadas às políticas antiaids, como o *Brasil sem Homofobia* (BSH), resultado de uma

parceria entre o Estado e lideranças LGBTQIA+. O BSH é o primeiro de uma série de projetos e medidas do Governo Federal, como a ampliação da *Secretaria Especial dos Direitos Humanos* em 2003, a *I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais* em 2008 e a elaboração do *Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais* em 2009.

Por outro lado, a relação entre o movimento social e o Estado brasileiro também é marcada por tensões. Nas gestões de Lula, não se avançou no Legislativo com as principais demandas dos movimentos, como a criminalização da homofobia, direitos sociais para sujeitos transgêneros ou o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Sua sucessora também vinculada à legenda do Partido dos Trabalhadores, Dilma Rousseff, ao ser pressionada por grupos políticos articulados com as igrejas evangélicas, lançou à época das eleições gerais de 2010 o manifesto *Carta aberta ao povo de Deus,* em que se comprometia com a defesa da família. Em nota posterior, às vésperas do segundo turno, a ex-presidenta afirmou o seu compromisso de não tomar "a iniciativa de propor alterações de pontos que tratem da legislação do aborto e de outros temas concernentes à família e à livre expressão de qualquer religião no País". Quanto ao *Programa Nacional de Direitos Humanos 3*, disse: "Está sendo revisto e, se eleita, não pretendo promover nenhuma iniciativa que afronte a família" (ROUSSEFF, 2010). Já na cadeira presidencial, novamente sob pressão das bancadas fundamentalistas evangélicas, vetou o programa *Escola sem Homofobia*, que estabelecia medidas específicas para o combate à homofobia no ambiente escolar, sob o argumento de que não permitiria a aprovação de "propaganda de opções sexuais".

A estabilidade social e econômica só veio a ser interrompida após o país sentir os impactos da crise econômica mundial. Após a destituição de Rousseff em um golpe parlamentar, o governo de seu vice, Michel Temer, inaugura uma relação de distanciamento com os movimentos LGBTQIA+, uma vez que a aprovação de projetos/emendas governistas impopulares, como as reformas trabalhista e previdenciária, dependia do apoio de grupos fundamentalistas no Congresso Nacional. Nesse terreno fértil para consolidação de uma nuance reacionária do projeto neoliberal-democrático, o governo extinguiu o Ministério dos Direitos Humanos em 2016 e chegou a reduzir a zero os repasses federais para programas específicos de defesa da comunidade LGBTQIA+, após progressivos cortes que já vinham sendo realizados desde 2015 (UOL COTIDIANO, 2017). Toni Reis, diretor da organização LGBTQIA+ *Grupo Dignidade* e a quem se credita o *Manual de Comunicação LGBTI+,* associou a redução nos investimentos em programas específicos voltados para a comunidade ao aumento do número de mortes de sujeitos LGBTQIA+ registrado naquele ano. Para além disso, as políticas de

segurança pública se basearam em intervenções altamente militarizadas, marcadas pelo aumento da violência e das violações aos direitos humanos.

No pleito de 2018, a vitória de Jair Bolsonaro, após anos de constituição de uma base eleitoral conduzida pela nostalgia da ditadura militar, significou mais um episódio no distanciamento entre os movimentos LGBTQIA+ e o Executivo. Como frisa Toitio (2019), Bolsonaro encontrou na profusão de discursos contra os direitos LGBTQIA+ uma forma de obter visibilidade política, mas sua candidatura apenas ganhou chances reais de vencer e obter governabilidade quando assumiu a agenda do capital financeiro. É preciso lembrar que, com o aumento do número de organizações LGBTQIA+ nos anos 1990 e 2000 em razão dos repasses federais, muitos militantes passaram a trabalhar com ações governamentais que envolviam a sociedade civil. Por isso, um Executivo hostil à diversidade sexual e de gênero, com a retirada de recursos e ainda com o desmonte dos direitos trabalhistas e sociais, afeta profundamente o conjunto dos movimentos (TOITIO, 2019).

### *2.3.4 Novos tempos, mesmos ventos*

Nas últimas seções, vislumbramos a relação incontornavelmente contraditória da resistência LGBTQIA+ com o Estado e o Mercado, um conjunto de instituições responsáveis por garantir a reprodução da ideologia dominante em nosso tempo. Essas instituições, no entanto, não são eternas nem homogêneas, mas palco de lutas que remetem ao cenário mais amplo das determinações da luta de classes em uma determinada formação social. Não só há conflitos entre instituições do Estado e do Mercado (e no interior delas), como também elas se transformam ao assimilar e incorporar parte das reivindicações de movimentos sociais à engrenagem da estrutura capitalista, embora normalmente preservando nesse processo a existência das mesmas instituições.

Isso tem levado ao desenvolvimento de novas formas de cooptação da resistência articulada a movimentos sociais. Na relação com o Mercado, por exemplo, é possível observar a constituição de um nicho consumidor LGBTQIA+ a quem as ações publicitárias se dirigem, a partir de palavras cuja circulação muito se intensificou nos últimos anos, como “representatividade” e “empoderamento”. Grandes empresas, como a Boticário e a Natura, apenas para citar dois exemplos, têm produzido peças publicitárias que colocam em cena determinados casais ou famílias LGBTQIA+, produzindo novos sentidos provenientes de uma perspectiva mercadológica. Para dar conta do irrompimento dessas novas formas de cooptação,

novas palavras começam a circular, tais como “pink money”, “pinkwashing” e “homonacionalismo”.

O “pink money”, ou ainda “dinheiro rosa”, tem sido descrito como o poder de compra de certos segmentos da comunidade LGBTQIA+, reconhecidos pelo Mercado, que passa também a lhes oferecer os seus produtos. Ao deter-se sobre esse desenvolvimento de ações publicitárias e produções culturais que têm os sujeitos LGBTQIA+ como público-alvo, Adriana Nunan (2003) observa que o sistema capitalista não deixa de enfatizar a heterossexualidade e a família nuclear, mas oferece principalmente a homossexuais um frágil reconhecimento, descolado da luta por mudanças sociais e políticas, suprimida pela legitimação do homossexual como “sujeito consumidor”. Essa relação é sempre excludente, já que aqueles que são reconhecidos pelo Mercado são os que têm poder de compra. Além disso, pode-se mencionar as estratégias de “pink washing”, ou “lavagem cor de rosa”, que se referem à apropriação por empresas ou pelo Estado das pautas dos movimentos LGBTQIA+ para se apresentarem como abertos(as), inclusivos(as) ou democráticos(as), ao mesmo tempo em que praticam ou endossam práticas antidemocráticas, na contramão da luta pela justiça social. Por sua vez, o “homonacionalismo” é descrito por Jasbir K. Puar (2015, p. 298) como “a utilização de ‘aceitação’ e ‘tolerância’ relativamente a sujeitos gays e lésbicas como barómetro de avaliação da legitimidade e capacidade para a soberania nacional”. Esses dois últimos processos são avaliados por Puar a partir de um olhar sobre a relação Israel/Palestina:

> Muito simplesmente, a lavagem cor-de-rosa foi definida como a utilização, pelo estado israelita, do seu excelente historial de direitos LGBT como forma de desviar as atenções e, nalguns casos, justificar ou legitimar, a sua ocupação da Palestina. Desenvolvendo o pensamento num campo recetivo de islamofobia globalizada significativamente alargada desde o 11 de setembro, e assente numa narrativa civilizacional acerca da modernidade dos israelitas, em contraste com a homofobia retrógrada dos Palestinianos, a lavagem cor-de-rosa tornou-se um rótulo utilizado com frequência para referir a promoção cínica dos organismos LGBT como sendo representativos da democracia israelita (PUAR, 2015, p. 306).

Em outro trabalho (MEDEIROS, 2020), notamos como clubes de futebol passaram a se manifestar nas redes sociais contra as manifestações homotransfóbicas em seus estádios após a criminalização da homotransfobia pela instância maior do Poder Judiciário brasileiro, o STF (Supremo Tribunal Federal)[26]. A criminalização provocou uma reação em cadeia: o STJD (Superior Tribunal de Justiça Desportiva) enviou um ofício aos clubes avisando que puniria com multa e perda de pontos clubes cuja torcida entoasse cânticos homofóbicos nos estádios.

[26] Para uma discussão mais atenciosa sobre a relação entre futebol, cis-heteronormatividade e torcidas LGBTQIA+, conferir Medeiros (2019), Medeiros e Zoppi-Fontana (2020) e Medeiros e Zoppi-Fontana (2021).

Como forma de conscientizar seus torcedores, os clubes da Série A do Campeonato Brasileiro naquele ano organizaram um *twittaço* contra a homofobia: os vinte clubes postaram o mesmo *tweet* em seus perfis, defendendo que as práticas homofóbicas não são piada e que são inaceitáveis nos estádios. Embora tenha sido uma manifestação inédita com relação à problemática da homofobia nos estádios, é preciso observar como a consolidação da criminalização da homofobia como uma reivindicação dos movimentos LGBTQIA+ não muda as regras do jogo, uma vez que os mais vulneráveis à punição pela criminalização são os mesmos: a população carcerária brasileira, uma das maiores do mundo, ainda é majoritariamente preta e pobre.

Neste capítulo, pretendemos oferecer um panorama das contradições que irrompem do interior dos movimentos LGBTQIA+, com ênfase para a sua relação com o Estado e com o Mercado. No próximo capítulo, iniciaremos a análise do *Manual de Comunicação LGBTI+*, que será posto ao lado de outros artefatos e materiais pertinentes para as questões colocadas pela análise. Nesse movimento, buscaremos levar em conta que há um conjunto de produções sobre a temática LGBTQIA+ que começa a ser difundido a partir de instrumentos linguísticos como os manuais. Nossa hipótese é que esses objetos são parte de um acontecimento que, enquanto um processo de instrumentalização linguística, vai, aos poucos, ganhando reconhecimento e legitimidade, ao passo que enfrenta também desafios que irrompem da relação com o Estado capitalista, o Mercado e a ideologia dominante cis-heteronormativa, como trataremos mais adiante.

# 3. A FORMULAÇÃO DE UM SABER LINGUÍSTICO NO MANUAL DE COMUNICAÇÃO LGBTI+

Neste início de capítulo, pretendemos lançar as bases das considerações metodológicas que orientarão a nossa análise. Na linha do que apresentamos no primeiro capítulo como o quadro teórico-metodológico que sustenta este trabalho, assumimos uma posição discursiva na articulação com a História das Ideias Linguísticas. Isso significa que, ao tomarmos objetos discursivos historicamente negligenciados pela linguística moderna, como as gramáticas, dicionários e outros artefatos de instrumentalização linguística, buscamos situá-los com relação às suas condições de produção e seus modos de dizer a relação da sociedade com a história. (NUNES, 2008a)

A Análise do Discurso é uma disciplina fundada no entremeio da linguística, do materialismo histórico e da psicanálise. Para Michel Pêcheux, um de seus fundadores, os processos discursivos se realizam na língua enquanto lugar material, onde se produzem os efeitos de sentido em relação com as contradições estruturantes das nossas sociedades capitalistas, com as evidências sobre língua, história e sociedade instauradas em cada tempo, em cada lugar.

É da língua que partimos e a ela que retornamos, mas a bem verdade, nunca deixamos de falar sobre ela. Isso porque entendemos que a língua está no centro de qualquer debate ou reivindicação que tenha algo a ver com as práticas e processos de identificação relacionados ao gênero e à sexualidade. Quando dizemos sobre as identidades construídas, reivindicadas e posteriormente ressignificadas por diferentes sujeitos na história (cientistas, juristas, psiquiatras, bispos e padres, pacientes, ativistas e mil-e-uma outras posições assumidas pelo sujeito do discurso), estamos falando sobre um processo que é fundamentalmente linguístico: sobre a constituição de evidências e imaginários a partir de certas nomeações, que concentram contraditoriamente as disputas de sentido em torno delas. Trata-se de uma batalha que é linguística, como são também as batalhas mediadas pelo sistema democrático.

Nesse sentido, palavras comuns no cotidiano (e outras nem tanto) como “homossexual”, “heterossexual”, “intersexual”, “cisgênero”, “transgênero”, “homem” e “mulher” nem sempre existiram ao modo como existem e circulam hoje; não são, por isso, verdades absolutas e consensuais sobre como são e como devem ser os sujeitos identificados com tais categorias. O que se convencionou chamar, em um dado tempo histórico, como “heterossexual” ou “homossexual” remonta às condições de produção do lugar e tempo histórico em que tais convenções surgiram, assim como as derivas de sentido estão relacionadas

às transformações e movimentos nas relações de dominação/subordinação que constituem a formação social. Nosso olhar para as reivindicações linguísticas materializadas em nosso objeto de pesquisa busca devolver a opacidade àquilo que se apresenta como evidente, sem com isso diminuir os efeitos que tais convenções têm sobre o real, o mundo e os sujeitos ao projetar imaginários de unidade e estabilidade.

Se enfatizamos que as categorias de identificação foram produzidas e criadas, é para indicar nosso afastamento de uma concepção de identidade como ponto de chegada e ponto de partida. De outra forma, buscamos situar que as nomeações às quais se vinculam essas identidades circulam em um contexto em que se materializam demandas para que elas se fixem, ao modo dos mecanismos de desbabelização da língua e do sujeito que tomam forma no discurso e que abordamos no primeiro capítulo. Como se produzem os mundos semanticamente normais das línguas e sujeitos desbabelizados? Analisar em que termos esse processo se realiza em nosso objeto de pesquisa é um dos objetivos do presente capítulo.

Em nosso trajeto até aqui, assumimos ainda a posição de que é redutivo falar sobre LGBTQIA+fobia fora do âmbito do capitalismo, já que é no interior deste sistema e enquanto ele se consolidava como tal que se desenvolveram conceitos como o de *raça* ou de *homossexual*, a partir do discurso médico-psiquiátrico no século XIX. A homossexualidade foi primeiramente descrita, compreendida e tratada pela psiquiatria, mas para tanto foi necessário à ciência *produzir* a homossexualidade para, então, tratá-la, acomodando como seus objetos de estudo aqueles que não se adequavam às diretrizes da ordem social da emergente nova ordem de trabalho e produção do mundo burguês-capitalista. As minorias raciais, sexuais e de gênero têm algo em comum: elas se relacionam com o capitalismo por meio do trabalho, ao mesmo tempo que enfrentam as narrativas de preconceito que perpetuam as posições de subordinação criadas para marcarem e violentarem seus corpos sem exterminá-los completamente. O sistema capitalista precisa, para sustentar-se, de sujeitos que façam várias vezes mais esforço para poderem sobreviver.

Isso significa que essas populações foram expostas a formas de aprisionar, controlar, curar e corrigir seus corpos para submetê-los e integrá-los a uma economia sustentada sob os pilares da congruência entre religião cristã, trabalho e família heteronormativa. Ao lado disso, constituíram-se diversas políticas administrativas, legais, científicas, linguísticas e midiáticas que endossaram projetos de construção de nacionalidade que, em maior ou menor medida, incluíram a supressão do negro, das populações originárias, do homossexual, do comunista. O capitalismo se beneficia da exploração da diferença e da hierarquização do proletariado de forma intrínseca. E como vimos, com particular ênfase em sua variação mais destrutiva, a

neoliberal, o capital desenvolve estratégias para cooptar a agenda radical de movimentos sociais e incorporá-los de modo a atender os seus próprios interesses, preservando a estrutura do modo de produção vigente. É nesse sentido que não interessa ao capital a dissolução de dicotomias como hétero/homo, mas reforçar essa diferenciação a partir dos discursos liberais da representatividade e do empoderamento, que preservam a estrutura de dominação ao mesmo tempo em que prometem diversificá-la, tornando-a palatável para a agenda já cooptada dos novos movimentos sociais.

Para efeitos de recorte, e tal como adaptamos de Fátima (2018) a partir de seu trabalho sobre o discurso religioso e expressão de gênero, compreendemos como condição de produção dos materiais sobre os quais nos debruçaremos a conjuntura de dominância histórico-ideológica capitalista que tem como um de seus principais alicerces o funcionamento da heteronormatividade como produto da história em sua construção ideológica. Essa heteronormatividade tem como um de seus fundamentos a heterossexualidade compulsória, que exige e regula o gênero como uma relação binária, consolidada como um sistema unívoco e coerente a partir do imperativo de uma heterossexualidade estável e oposicional. (BUTLER, 2003, p. 45) Nesse sentido, para além de determinar como os sujeitos legítimos e "normais" aqueles que se inscrevem na lógica de inteligibilidade da matriz heterossexual ─ delimitando, nesse movimento, aqueles que não estão inscritos nela ─, a construção ideológica da heteronormatividade interpela todos os sujeitos a organizarem suas vidas segundo esse modelo que se pretende coerente, superior e natural. Consideramos que, ao lado das expectativas e prescrições materializadas pela heteronormatividade, existe também a cisnormatividade como expectativa de que o sujeito se reconheça como pertencente ao gênero ao qual foi compulsoriamente identificado quando nasceu, e que sustenta as evidências da interpelação ideológica, como processo sempre-já-gendrado (ZOPPI-FONTANA; FERRARI, 2017), relativamente às nomeações identificatórias de sexo e gênero em nosso tempo.

"Não há dominação sem resistência", nos lembra Michel Pêcheux (1997b, p. 304). Afirmamos anteriormente, com base nos pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso, que toda forma de dominação produz consigo formas heterogêneas de resistência em seu interior, pois todo processo de interpelação é um ritual sujeito à falha e, por isso mesmo, coloca o sujeito diante da possibilidade da ruptura e da transformação. A proliferação de artefatos que tratam da temática LGBTQIA+ no século XXI, alguns mesmo elaborados enquanto política de um Estado fundado sob a ideologia dominante cisgênera e heteronormativa, é parte de um processo discursivo que remonta ao acontecimento das primeiras organizações homossexuais no país, ainda na década de 1970, sob a ditadura militar.

Tais organizações “ousaram se revoltar” e, com isso, convocaram a sociedade para tomar posição diante de um processo sócio-histórico que, materializado na violência dos discursos e práticas homotransfóbicas, legitimava a marginalização de sujeitos e fornecia as condições a partir das quais se estabelecia uma divisão entre as vidas que importam e as vidas que não importam.

A reivindicação da possibilidade de dizeres outros sobre os sujeitos LGBTQIA+ inscreveu a luta contra a dominação cis-heteronormativa no jogo de forças em que se constitui a memória discursiva, que é sempre concomitantemente confrontada pela regularização dos dizeres históricos e sentidos estabilizados, como também pela perturbação disruptiva do que Pêcheux se refere como alguma coisa “de outra ordem”, que possibilita a movimentação e o deslocamento dos sentidos regularizados no interior da ideologia dominante. A resistência organizada dos movimentos LGBTQIA+ se inscreve na disputa por sentidos outros em meio às contradições que atravessam a nossa formação social, e sua emergência enquanto movimento se deu no interior de uma conjuntura específica da mesma formação social. Por isso, a resistência é ela mesma contraditória, como a dominação também o é.

Para o presente estudo, em que tomamos como nosso objeto de análise o *Manual de Comunicação LGBTI+*, objetivamos uma investigação das formas de resistência dos movimentos LGBTQIA+ a partir desse artefato, em sua relação com a contradição e tocando a articulação entre sujeito, língua e ideologia. Nos debruçamos, assim, sobre a materialidade discursiva que constitui o *Manual* para compreender os modos a partir dos quais os movimentos falam e desenham a trajetória de resistência à ideologia cis-heteronormativa, a qual, lembremos, não está descolada dos modos de organização de uma sociedade capitalista.

Dessa maneira, adotamos um trajeto de leitura que coloca o *Manual de Comunicação LGBTI+* em paralelo com outros artefatos construídos em outros espaços e em outras temporalidades, em um trabalho de construção de arquivo que permitirá uma análise sobre o *corpus* delimitado ao início da pesquisa. O que me orienta nesse movimento é a compreensão pêcheutiana de arquivo como um “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão” (PÊCHEUX, 1994, p. 57). Esse trabalho metodológico certamente traz implicações para o *corpus*, que é afetado pelo trabalho de arquivo. Assim, o *corpus* é compreendido de forma dinâmica, o que torna possível a incorporação de novos elementos que sirvam aos objetivos do estudo, entre processos de descrição e interpretação, em que se recupera a memória do dizer e se relaciona o linguístico com a história e com o ideológico. (ZOPPI-FONTANA, 2005)

A construção do arquivo é orientada pelo interesse de entender que condições de produção são essas que permitem a emergência do *Manual de Comunicação LGBTI+*, de forma que nos seja possível interpretá-lo como parte de uma história de luta por sentidos que remonta ao surgimento, no Brasil, dos movimentos LGBTQIA+, que toma parte nas disputas e constituição de saberes. O nosso delineamento temporal é o século XXI, em que um conjunto de produções sobre a temática LGBTQIA+ começa a proliferar em diversos âmbitos do conhecimento. O material de análise e os artefatos à que o processo de leitura e análise desse *corpus* nos remetem, constituindo um arquivo mais abrangente, fazem parte, assim, de um acontecimento mais amplo, de um processo de instrumentalização linguística que vai, aos poucos, ganhando reconhecimento e legitimidade. As possibilidades de desenvolvimento são inúmeras e não há completude. Esperamos, com este trabalho, contribuir para as reflexões sobre o processo de instrumentalização linguística em que se inscreve o *Manual de Comunicação LGBTI+*, e como podemos falar, assim, em um *novo momento de gramatização do português brasileiro*.

Entre os principais materiais que fazem parte do processo de construção do arquivo e que constituem o *corpus* deste trabalho, estão:

(1) a *Aurélia, a dicionária da língua afiada*, publicada em 2006 pela Editora do Bispo, com autoria creditada ao jornalista Victor Angelo e a um pesquisador de codinome Fred Libi. No trajeto de construção do arquivo, consideramos que esse artefato (que não é qualquer artefato, é um dicionário) nos possibilita entrever as rupturas, tensões e contradições que dão forma a esse novo momento de gramatização, uma vez que os saberes LGBTQIA+ não são homogêneos nem constituídos *a priori*.

(2) a cartilha *Politicamente correto e direitos humanos* (QUEIROZ, 2004), um material elaborado em 2004 pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos, vinculada à Presidência da República; portanto, na constelação e conjuntura político-institucional do primeiro governo do Partido dos Trabalhadores. Consideramos a cartilha um documento relevante para os nossos objetivos, pois se trata de uma política pública de Estado, em que se trava o conflito entre (a) a manutenção de uma ideologia dominante e seus saberes (b) e a incorporação de reivindicações dos novos movimentos sociais, por meio de recomendações do que se deve ou não se deve dizer para contornar a reprodução de preconceitos no cotidiano. É ainda digno de nota que o gesto normativo que interpela os falantes a falar desta ou daquela maneira inscreve-se na perspectiva de respeito aos direitos humanos, algo que também está presente no *Manual de Comunicação LGBTI+*. Voltaremos a este ponto ao final do capítulo;

(3) a primeira versão do *Manual de Comunicação LGBTI+*, chamada *Manual de Comunicação LGBT* e publicada em 2010. O processo de reformulação e atualização nos chama atenção, na medida em que parece nos dizer que esse saber LGBTQIA+ está em transformação e não é um saber fechado, o que se manifesta também na mudança da sigla de LGBT para LGBTI+;

(4) o Minidicionário Aurélio (FERREIRA, 2010), mais especificamente a sua oitava edição, como uma referência normativa que nos permite contrastar os sentidos reivindicados pela militância e aqueles sedimentados como corretos em sua relação com a ideologia dominante;

(5) recortes de notícias e publicações que circularam no ambiente digital e a que a discussão que empreendemos possa nos remeter.

Esses textos fazem parte do arquivo construído para analisar o *Manual* e o gesto analítico de entrada nesse arquivo se dá por meio de *recortes* (ORLANDI, 1984) desses textos.

No que diz respeito ao gesto analítico, lembramos que a língua significa por meio da historicidade e da memória em que os dizeres se inscrevem, isto é, pela inscrição do histórico, ideológico e político no funcionamento da linguagem, o que nos permite olhar para a forma que toma a configuração do saber como um funcionamento discursivo. Esse funcionamento se dá por meio de uma *forma material* que se estabelece a partir do momento em que há um *recorte* (ORLANDI, 1984), mostrando um percurso de sentidos em relação com as perguntas postas pela pesquisa e que é balizado pela perspectiva de que não há discurso produzido de maneira isolada, mas segundo certas condições, a partir de uma dada posição, com palavras que já existiam na língua em seu trajeto particular de sentidos antes de serem mobilizadas pelo sujeito falante. A partir dos recortes sobre os textos do *corpus*, buscamos investigar como é formulado um saber linguístico LGBTQIA+ em nosso tempo. Um saber não é nunca atemporal ou imutável, mas histórico. Dessa maneira, compreender os saberes linguísticos LGBTQIA+ em sua heterogeneidade e em suas contradições significa remetê-lo às contradições da formação social capitalista, cisgênera e heteronormativa em que ele é produzido, que invariavelmente atravessam o discurso da militância, a despeito de quais sejam suas intenções.

Não temos a pretensão de analisar todo o conjunto do manual, e isso nem seria possível no espaço desta pesquisa. Por isso, nosso olhar será deslocado para recortes de certas definições e formulações que mais nos chamaram atenção.

Nesse sentido, no domínio dos trabalhos e pesquisas sobre a história das línguas e dos instrumentos linguísticos, tomada como uma história de sentidos (FERREIRA, 2018), será possível obter um panorama dos embates discursivos com que a militância se confronta no gesto

de constituição e legitimação de um determinado saber linguístico LGBTQIA+, em detrimento de outros meios e modos de constituição desse saber.

### 3.1 O material de análise

Para início de conversa, é importante apresentar o nosso material de análise, o *Manual de Comunicação LGBTI+*, bem como o grupo de trabalho que o realizou, incluindo aí o seu organizador. Essa versão do Manual, organizada pelo ativista Toni Reis e publicada em 2018, é uma obra feita a muitas mãos, como a Aliança Nacional LGBTI, o Grupo Dignidade e a rede GayLatino. Ainda aparecem diversos suportes institucionais de diferentes tipos: Realização (Gaylatino e Aliança Nacional LGBTI), Apoio institucional (Unaids, Somosgay, Robert Carr Fund, Fenaj, SindiJor PR, UFPR e NEAB), execução (Grupo Dignidade, IBDSEX, Espaço Paranaense da Diversidade LGBT e Cepac) e apoio (Grupo Arco-íris, Associação da Parada do Orgulho GLBT de São Paulo, ABRAFH e a Comissão Especial de Diversidade Sexual da OAB).

**Figura 1** – Capa do *Manual de Comunicação LGBTI+*

Na capa, há oito faixas coloridas que reportam à bandeira internacional dos movimentos de luta LGBTQIA+. Em cada faixa, há um rosto diferente, cada qual com diferentes características, o que remete à diversidade que os movimentos pretendem comportar em seu interior. Esses diferentes rostos e cores que ilustram o documento são retomados conforme a leitura dos capítulos e nas margens esquerda ou direita (intercaladamente) das páginas há uma barra que retoma as cores da bandeira. Outros elementos que compõem a ilustração do material são os registros fotográficos da 22ª Parada do Orgulho LGBT em São Paulo e no Rio de Janeiro, ocorrida em 2017, além de gráficos, quadros ilustrativos e símbolos dos movimentos LGBTQIA+.

Com relação à estrutura, o *Manual* se divide em duas partes, uma primeira que não é intitulada e uma segunda denominada "para abordar a população LGBTI+ na mídia". Cada uma dessas partes divide-se em cinco capítulos: "Sexualidade, gênero e sexo biológico", "Orientação sexual", "Identidade e expressão de gênero", "Discriminação, Preconceito e Estereótipo" e "Conquistas e avanços" são os cinco primeiros capítulos; "Não erre! Termos e comportamentos a evitar", "Substitua preconceito por informação correta", "Sugestões de pautas do Movimento LGBTI+", "Datas para se pautar" e "Bandeiras e Símbolos" são os capítulos da segunda parte.

Nos primeiros três capítulos, o leitor é apresentado a definições para palavras como *sexualidade*, *sexo*, *gênero biológico*, *intersexualidade*, *identidade de gênero*, *orientação sexual*, *homossexual*, *lésbica*, *homoafetivo*, entre outros. Algumas dessas definições serão analisadas neste trabalho um pouco mais adiante, mas importa já fazer duas observações: a primeira é que, no *Manual*, há uma indistinção entre "palavra", "termo" e "conceito", de maneira que essas nomeações se intercalam no momento de apresentar as definições ou de referir-se a elas; para manter uma regularidade no decorrer da análise, optamos por sempre dizer "palavra". A segunda observação é que o modo como essas palavras são organizadas lembra o discurso lexicográfico, a partir da estrutura palavra-definição e da sistematização em ordem alfabética (o que se realiza no segundo capítulo, mas não no primeiro). Silva e Pfeiffer (2014), na análise da cartilha *Pense bem*, também chamam atenção para um modo de fazer circular o conhecimento científico que se realiza pela forma do discurso lexicográfico, a partir da organização de um "Eco-dicionário" com 21 verbetes, seguindo a ordem alfabética. É interessante apontar para o efeito de evidência que se sustenta pela apresentação de definições para palavras de um determinado domínio do conhecimento, o que está em consonância com um processo comum aos discursos pedagógicos, que apagam os espaços de polêmica e o político na língua. Esse movimento é parte do que sustenta a construção de um imaginário de

língua e de domínio do conhecimento como algo que se pode dominar e controlar, o que produz "um efeito de completude da representação da língua ou do domínio do conhecimento" (SILVA; PFEIFFER, 2014, p. 103).

Os capítulos quatro e cinco destinam-se a definir palavras como "fobia" e "crime de ódio" e a divulgar pesquisas destinadas a catalogar crimes de LGBTQIA+fobia. Também é exposto um gráfico comparativo sobre a legislação internacional dos direitos LGBTQIA+ e, no quarto capítulo, há um infográfico sobre identidade sexual e de gênero que localiza categorias de "identidade e expressão de gênero", nos termos do manual, em partes específicas do corpo. Voltaremos a este ponto.

No quinto capítulo, são enfocadas a legislação brasileira e uma linha do tempo que afirma a presença de pessoas LGBTI+ em diversas sociedades ao longo da história. Essa linha do tempo também será retomada em nossas análises.

Os capítulos seis e sete dedicam-se a expor modos de dizer avaliados como ultrapassados, problemáticos e com carga preconceituosa, além de oferecer alternativas que os substituam.

O capítulo oito, por sua vez, sugere pautas para jornalistas, desde as mais específicas – como combater o descarte de sangue doado por homossexuais e travestis ou a desigualdade regional na proteção dessa população, até pautas mais gerais como o combate ao neonazismo – que tem na população LGBTQIA+ um alvo – e a defesa do Estado Laico, apresentado como forma de combate ao fundamentalismo religioso.

O capítulo nove organiza um calendário com datas de relevância mundial para a comunidade e o capítulo dez encerra o trabalho com uma lista de bandeiras e símbolos historicamente preciosos para a resistência LGBTQIA+.

Há, além disso, um texto de prefácio, de introdução e uma página de referências à bibliografia especializada consultada para a elaboração do documento.

A organização do *Manual*, que é um esforço combinado de diferentes tipos de instituições e organizações civis, inspira-se na iniciativa de outras organizações da América Latina e América do Norte e põe como objetivo a orientação dos meios de comunicação de massa, comunicólogos e estudantes com relação ao uso de uma terminologia atualizada e livre de preconceitos no que diz respeito ao debate e luta internacional por direitos LGBTQIA+. Para isso, os elaboradores consultaram bibliografias de referência, especialistas e sociedade civil. Nessa direção, o *Manual* toma como base outros manuais já produzidos em outros países da América Latina e da América do Norte, realizados por ONGs (Organizações Não-Governamentais) como a SOMOSGAY (Paraguai) e a Colômbia Diversa.

Nos chama atenção o apoio institucional da UNAIDS, programa das Nações Unidas que se dedica ao combate à aids e à redução do impacto socioeconômico da epidemia no mundo. O programa é um esforço conjunto de 11 organismos das Nações Unidas, dentre os quais o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Programa Mundial de Alimentos (PMA), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC), a ONU Mulheres, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Banco Mundial. Esse conjunto amplo de atores relacionados ao contexto do mercado globalizado e aos espaços geopolíticos transnacionais evidencia o interesse dessas organizações em intervir sobre as políticas públicas do espaço geopolítico nacional; o Banco Mundial, como vimos anteriormente, dá continuidade à política de atuação sobre os projetos relacionados com o combate à aids a partir do apoio à realização do Manual, sob o pretexto de reconhecimento da ameaça que a doença representa para o progresso e o desenvolvimento econômico. Simultaneamente, na esfera econômica, a mesma organização pressiona os governos de todo o globo (à exceção dos Estados Unidos, o único país com poder de veto no Banco Mundial) a aderir a suas políticas neoliberais de austeridade, que aumentam a desigualdade social, e a aceitar empréstimos em condições quase impossíveis de ser quitadas, o que aumenta a dependência externa (BRASIL DE FATO, 2019, s./n.). É preciso que tenhamos essa contradição no horizonte ao olharmos para o nosso objeto de pesquisa, mas trataremos mais especificamente desse aspecto no último capítulo.

Da mesma forma, a predominância de ONGs[27] e demais tipos de organização da sociedade civil no que se refere ao engajamento na produção do material nos aponta para uma tendência de continuidade do processo de "onguização" (NOGUEIRA; PEREIRA; TOITIO, 2020) dos movimentos LGBTQIA+, cenário que começou a se desenhar a partir da década de 1980. Tratava-se de um cenário que o aparecimento da aids levava a uma reorganização dos movimentos em torno de aspectos formais de organização institucional e garantia de direitos civis contra a discriminação. Com o financiamento, na década de 1990, de projetos de combate à aids relacionados ao Banco Mundial, as ONGs se multiplicaram ainda mais como forma de organização para captação de recursos. Nessa direção, quanto mais próximas essas organizações tivessem que estar do Estado, e quanto mais dependentes de projetos globais de

[27] Uma exceção é o suporte institucional da UFRPR (Universidade Estadual do Paraná), enquanto uma instituição que é parte do aparelho de Estado.

financiamento, menor era o potencial radical dos movimentos LGBTQIA+ na confrontação de pilares estruturais da ideologia dominante capitalista e cis-heteronormativa.

Tomemos como foco, em um primeiro recorte, os suportes institucionais que se colocam como de Realização: a *Gaylatino* e a *Aliança Nacional LGBTI+*. É interessante notar o funcionamento dessas nomeações, na medida em que "Gaylatino" significa a luta dos movimentos LGBTQIA+ por sua inscrição em um espaço transnacional, enquanto "Aliança Nacional LGBTI+" significa a luta por sua inscrição no espaço nacional. No site oficial da *Gaylatino*, o grupo se apresenta da seguinte forma:

> Somos una red de *gays latinos*
> Los hombres gays latinos nos unimos para incidir en las políticas públicas de nuestros países y militar de manera regional en el avance de los *derechos humanos*, en la atención al VIH y otras ITS y en políticas que garanticen nuestro derecho al placer.
> GayLatino nació en Curitiba (Brasil) en el 2015 de la mano de 60 activistas de países como Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, Colombia, Estados Unidos, Guatemala, México, Nicaragua. Paraguay, Perú y Uruguay.
> ¿Cuál es nuestro propósito?
> Nuestra red tiene el propósito de construir una cultura de apoyo y propósito colectivo para *hombres gays de América Latina, sus familias y comunidades*.
> Buscamos contribuir a la historia del movimiento regional LGBTI+ ahondando en la garantía plena de los *derechos humanos* incluyendo además la atención al VIH y la conquista del matrimonio igualitario.
> El patriarcado, el machismo, el colonialismo, el racismo y los fundamentalismos nos vulneran a *los hombres gays latinos* de diferentes maneras. *Derechos humanos* como el trabajo digno, la educación, la salud, la vivienda, servicios sociales, la justicia, la seguridad y otros nos son negados a causa de estas discriminaciones a las que nos vemos expuestos.
> Por eso unimos fuerzas en *una red de activistas, no de organizaciones*, para enriquecernos de diferentes perspectivas y liderazgos particulares y humanos (GAYLATINO, s.n., grifo nosso).[28]

Buscamos também informações sobre o grupo *Aliança Nacional LGBTI+* em seu site oficial:

> A Aliança Nacional *LGBTI+* é uma organização da *sociedade civil*, pluripartidária e sem fins lucrativos. Teve seu registro formal em 2003, passando a atuar como uma rede em 30 de maio de 2009, inicialmente na forma de uma lista de discussão na internet. Em 2016, deu início à organização do seu trabalho de *promoção e defesa dos*

[28] Em tradução nossa, "Somos uma rede de gays latinos. Nós, homens gays latinos, nos unimos para incidir sobre as políticas públicas de nossos países e militar de maneira regional pelo avanço dos direitos humanos, pela atenção ao HIV e outras ISTs e por políticas que garantam nosso direito ao prazer. A Gaylatino nasceu em Curitiba (Brasil) no ano de 2015 a partir de 60 ativistas de países como Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Estados Unidos, Guatemala, México, Nicarágua, Peru e Uruguai. Qual é o nosso propósito? Nossa rede tem o propósito de construir uma cultura de apoio e propósito coletivo para homens gays da América Latina, suas famílias e comunidades. Buscamos contribuir para a história do movimento regional LGBTI+, aprofundando a garantia plena dos direitos humanos, incluindo a atenção ao HIV e conquista do matrimônio igualitário. O patriarcado, o machismo, o colonialismo, o racismo e os fundamentalismos vulnerabilizam os homens gays latinos de diferentes maneiras. Direitos humanos como o trabalho digno, a educação, a saúde, a habitação, serviços sociais, a justiça, a segurança e outros nos são negados devido às discriminações a que somos expostos. Por isso, unimos forças em uma rede de ativistas, não de organizações, para nos enriquecermos com diferentes perspectivas e lideranças particulares e humanas." (Tradução nossa)

> *direitos humanos e cidadania, em especial da comunidade LGBTI+*, nos estados brasileiros através de parcerias com *pessoas físicas e jurídicas*.
> Para atingir seus objetivos, a Aliança Nacional LGBTI+ atua no âmbito nacional com *pessoas LGBTI+ e aliadas, bem como organizações das mais diversas naturezas interessadas* em apoiar a causa LGBTI+, a fim de *articular os/as diversos/as atores/as interessados/as em colaborar com esta luta* (ALIANÇA NACIONAL LGBTI+).

Os textos de apresentação disponíveis nos sites oficiais da *Gaylatino* e da *Aliança Nacional LGBTI+* nos apontam para as maneiras a partir das quais têm se organizado a militância LGBTQIA+ em nosso tempo. A *Gaylatino* se apresenta na primeira pessoa do plural ("somos una red de gays latinos"), que projeta a constituição de um "nós" cujos laços se realizam não só pela experiência da homofobia nas sociedades latino-americanas, mas também pela experiência de ausência de trabalho digno, educação, saúde, habitação, serviços sociais, justiça e segurança. A *Gaylatino* se significa como uma rede e como parte do movimento LGBTI+, no entanto, enquanto parte específica do movimento pela letra G de LGBTI+, a letra que identifica homens gays. Isso se demonstra nos trechos "somos una red de gays latinos", "hombres gays de América Latina, sus familias y comunidades" e "el patriarcado, el machismo, el colonialismo, el racismo y los fundamentalismos nos vulneran a los hombres gays latinos de diferentes maneras". Os objetivos traçados pelo grupo são circunscritos à esfera dos direitos humanos, como nos trechos "buscamos contribuir a la historia del movimiento regional LGBTI+ ahondando en la garantía plena de los derechos humanos", em que se incluem em "direitos humanos" as demandas por "atención al VIH y la conquista del matrimonio igualitário". Da mesma forma, denuncia-se como os direitos humanos são negados a homens gays latinos no trecho "derechos humanos como el trabajo digno, la educación, la salud, la vivienda, servicios sociales, la justicia, la seguridad y otros nos son negados a causa de estas discriminaciones a las que nos vemos expuestos".

Se, por um lado, nos parece interessante que a *Gaylatino* enfatize uma luta por justiça social em sentido amplo, abarcando diferentes esferas da vida social que são atacadas pelo neoliberalismo na intensificação da insegurança social; por outro, nos chama atenção a circunscrição das demandas aos "direitos humanos", palavra que é repetida por três vezes no texto de apresentação. Também é digno de nota que o grupo se diga constituído a partir de uma rede de ativistas, e não de organizações.

Por sua vez, a *Aliança Nacional LGBTI+* não se apresenta em primeira pessoa do plural, mas em terceira pessoa, referindo-se a si mesma como "organização da sociedade civil" que tem como objetivo "a promoção e defesa dos direitos humanos e cidadania, em especial da comunidade LGBTI+" por meio de "parcerias com pessoas físicas e jurídicas".

Se a *Gaylatino* enfatizava que "unimos fuerzas en una red de activistas, no de organizaciones", a *Aliança Nacional LGBTI+* toma a si mesma como uma organização e informa que se articula em parcerias com "pessoas físicas e jurídicas" e "com pessoas LGBTI+ e aliadas, bem como organizações das mais diversas naturezas". Organizações e empresas privadas comparecem em seu horizonte de articulação, o que certamente traz efeitos para a sua atuação política. Mais uma vez, as demandas dos movimentos LGBTQIA+ são circunscritas ao domínio dos direitos humanos, mas com um acréscimo, pois trata-se de "defesa dos direitos humanos e cidadania".

Diferentemente da *Gaylatino*, a *Aliança Nacional LGBTI+* oferece primeiramente informações sobre quando se deu o seu registro formal e o início de suas atividades. Não fala quantos eram os militantes que constituíram o grupo, como faz a *Gaylatino*, e o próprio comparecimento da sigla LGBTI+ na nomeação "Aliança Nacional LGBTI+" já nos diz algo sobre a maneira como a organização se significa. Essa sigla, em torno da qual se organizam as identificações e reivindicações da militância LGBTQIA+, se articula de maneira mais institucionalizada à discursividade das leis. Nesse sentido, as pessoas LGBTI+ aparecem não só como comunidade de pessoas e aliados, mas como parte da sociedade civil, humanos e cidadãos, pessoas físicas e jurídicas. Não se mencionam outras formas de opressão nem outras lutas, como aquelas contra o machismo, o racismo e o colonialismo. Em outra seção do site, a organização entra em mais detalhes sobre a sua forma de atuação a partir da prática de *advocacy*:

> O Advocacy é uma prática política realizada pela Aliança Nacional LGBTI+, no interior das instituições do sistema político, com a finalidade de influenciar a alocação de recursos e a formulação de políticas públicas destinadas à promoção dos direitos das pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transgêneras, transexuais e interesexuais (LGBTI+) e ao enfrentamento da LGBTIfobia (ALIANÇA NACIONAL LGBTI+, s. n.).

No recorte acima, a *Aliança Nacional LGBTI+* significa a pressão por alocação de recursos e formulação de políticas públicas como uma das prioridades da organização. Isso nos remete, mais uma vez, ao processo de "onguização" em curso a partir da década de 1990, em que a militância instaura o confronto no interior do sistema político. Esse movimento pode declinar tanto para um compromisso com "as regras do jogo" e com a ordem dominante quanto para o acirramento da luta de classes no interior das instituições, no jogo contraditório entre reprodução e transformação das relações de dominação.

É Chamayou (2020) quem nos possibilita formular algumas questões acerca desse processo. O autor, observando a relação conflituosa das empresas com os movimentos sociais

na última metade do século XX, esboçou como o grande "dilema do reconhecimento" o fato de que a condição para se obter legitimidade é o desarmamento, a docilidade de uma luta que deve se curvar às regras feitas para consequentemente ser privada dos meios de luta. Nesse sentido, sem pretensão de oferecer respostas, questionamos a atualidade do funcionamento "docilizante" do processo de "onguização" engendrado pela atuação de instituições do capitalismo globalizado, e quais os efeitos de se tomar o discurso dos direitos humanos como uma evidência, cuja promoção e defesa é o objetivo último e inquestionável, sem considerar sua historicidade no cenário da luta de classes travada no interior do capitalismo globalizado. Esperamos ter condições de voltar a essas questões no último capítulo.

Por fim, é importante apresentar algumas informações sobre Toni Reis, organizador do manual. Reis é diretor-presidente da *Aliança Nacional LGBTI+* e integrante do comitê executivo da rede *GayLatino*. Em sua biografia disponibilizada em seu site oficial (TONI REIS, 2013?)[29], conta-se que a sua relação com o ativismo começou já na Universidade Federal do Paraná, onde fez Letras e foi eleito tesoureiro, diretor e presidente da Casa do Estudante Universitário (CEU). Ainda no âmbito da militância política, Toni Reis foi um dos fundadores do Grupo Dignidade, a primeira organização da sociedade civil voltada para a defesa da causa LGBTQIA+, e da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT). Militou ainda pelo movimento sindical de professores e foi Conselheiro Municipal de Saúde de Curitiba e Conselheiro Estadual de Saúde do Paraná por alguns anos, cargos que aceitou impulsionado pela sua preocupação com o Sistema Único de Saúde (SUS). Foi o primeiro presidente da ABGLT e voltou a presidi-la de 2007 a 2012.

Quanto à sua formação acadêmica, Reis é doutor em Educação pela Universidad de La Empresa e pós-doutor em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Ele é autor de livros como *Guia de Advocacy e Prevenção em HIV/AIDS*, *Homofobia no ambiente educacional: o silêncio está gritando* e *Sexo, Ética e Consentimento*. Suas discussões acadêmicas e problemas de pesquisa, em maior ou menor medida, sempre atravessam a temática da diversidade sexual e de gênero. Nos chama atenção a amplitude da trajetória militante, que extrapola a esfera da defesa dos direitos LGBTQIA+, passando por lutas pela educação pública e pela saúde de qualidade. Toni Reis circulou, assim, por variados âmbitos e esferas da vida política brasileira, e como presidente da ABGLT em momentos diferentes das décadas de 1990 e 2000, esteve no centro do debate interno sobre a relação dos movimentos LGBTQIA+ com o Estado brasileiro. Em sua biografia, constam fotos com a ex-presidente Dilma Rousseff e com

[29] Data aproximada. Como não se disponibiliza essa informação, não foi possível recuperar o ano de publicação do texto.

o ex-presidente Lula; com este último, por duas vezes: na ocasião da Abertura da I Conferência Nacional LGBT, em 2008, e do recebimento do Prêmio de Direitos Humanos, em 2010.

Em 2015, em meio à reorganização das forças políticas que culminariam na aliança entre o neoconservadorismo ultrarreligioso, as bancadas policiais-militares armamentistas de extrema-direita e o projeto econômico neoliberal, Toni Reis esteve no centro do debate público após uma audiência pública no dia 25 de junho sobre o Estatuto da Família (PL 6583/13), que propunha definir "família" como o núcleo formado a partir da união entre homem e mulher. O ativista esteve na audiência representando a ABGLT para defender a ampliação do conceito de "família", de modo a incluir outros arranjos familiares que existem no Brasil. O pastor Silas Malafaia, com quem Toni Reis debateu no plenário, era favorável à definição proposta no Estatuto da Família. Nessa conjuntura, é interessante apontar para como nas últimas décadas a (não) possibilidade de sujeitos LBTQIA+ constituírem um arranjo familiar reconhecido pelo Estado como prescrito em lei tornou-se objeto de disputa. De certa forma, essa é uma demanda que nos diz algo sobre o funcionamento e atuação dos movimentos LGBTQIA+ em tempos mais recentes. Se a própria família nuclear monogâmica, constituída historicamente como forma de atender às necessidades capitalistas relativas à regulação da propriedade privada e da mão de obra, garantindo a sua reprodução social, justificou toda forma de disciplinarização, punição e violência direcionada contra sujeitos LGBTQIA+, é relevante apontar que a estratégia das principais organizações LGBTQIA+ no século XXI é a assimilação do modelo familista-monogâmico, e não o questionamento das suas balizas fundamentais. A prática de advovacy, anunciada como objetivo estratégico da *Aliança Nacional LGBTI+* e que intitula uma das obras de Toni Reis, encontra-se no seio desse processo, em uma negociação contraditória das reivindicações dos movimentos LGBTQIA+ com a norma cis-heteronormativa.

Nesta seção, apresentamos o nosso material de análise e expusemos nossas observações sobre o conjunto de mãos que organizou o manual. Na próxima seção, trataremos da dicionária *Aurélia*, tomando-a na possibilidade de olhar modos outros de formulação de um saber linguístico LGBTI+ (no caso da Aurélia, diremos "saber linguístico Gay") como maneira de suscitar indagações e a suspensão das evidências produzidas pelo *Manual de Comunicação LGBTI+*.

## 3.2 A língua afiada do universo Gay

A dicionária Aurélia se apresenta como "o primeiro dicionário, ou melhor, a primeira dicionária, publicada no Brasil que contempla a língua afiada do universo Gay" (LIBI; VIP, 2006). Posto isso, observamos já de início que a publicação da Aurélia é um acontecimento (PÊCHEUX, 2006), possivelmente o primeiro de um paulatino processo de formulação de um saber linguístico Gay, com inicial maiúscula, o que nos sugere que a palavra "gay" apresenta um sentido mais amplo do que na apresentação da *Gaylatino*. A constituição de tal saber linguístico se dá em consonância com as transformações nas relações de dominação que estruturam as relações sociais: há algo que se desloca nesse movimento de publicação do primeiro dicionário que se autointitula "da língua afiada do universo Gay", em que a resistência nele materializada permite que se vislumbre o novo, uma trilha de sentidos em rota de colisão com saberes historicamente veiculados pelos dicionários tradicionais. Não se trata, porém, apenas "de uma aparição fugidia de alguma coisa 'de uma outra ordem'", pois o dicionário não figura entre as coisas fugidias do mundo; esse artefato pode até se desatualizar muito rapidamente, mas a configuração da língua que nele se realiza congela no tempo. As palavras e seus sentidos se imobilizam e podem ser consultados pelas próximas incontáveis gerações seguintes exatamente da maneira como foram constituídos e recortados. O imaginário que os dicionários projetam sobre a língua não é de forma alguma imutável, mas tende a resistir à ação do tempo. Se a deriva é intrínseca ao funcionamento dos sentidos, o dicionário funciona ao modo de uma âncora, que busca fixá-los em uma estrutura pré-definida, em asserções supostamente estáveis e que diriam respeito ao modo de falar e significar de grupos e sociedades inteiras.

Por isso, é muito interessante refletir sobre como se construiu a necessidade de elaboração de instrumentos linguísticos (a exemplo dos dicionários e os manuais) como artefatos que contribuem para a visibilidade e o reconhecimento de grupo pela legitimidade que podem oferecer ou pela crítica que podem disseminar para a construção e sustentação de narrativas contradominantes.

Na história da produção de dicionários monolíngues brasileiros, é possível lembrar dos dicionários de brasileirismos (que produziam desvios à unidade da língua portuguesa ao mesmo tempo em que eram incorporados a essa unidade e significados enquanto uma particularidade nacional brasileira), mas também dos dicionários de regionalismos, de sinônimos e termos técnicos e científicos, analisados por José Horta Nunes (1996), que se colocavam como complementos aos dicionários de língua portuguesa no Brasil do século XIX. Era um momento em que a produção lexicográfica começava a se representar como distinta da portuguesa, de

maneira que se produziam outras definições ou comentários etimológicos que chamavam a atenção para questões locais do espaço brasileiro.

Se as reivindicações no século XIX eram outras, estando mais relacionadas à conjuntura da Independência de Portugal e da necessidade política de afirmar as especificidades do português falado no Brasil como língua diferente daquela falada em Portugal, é possível perceber que, seja no século XIX, seja no século XXI, os instrumentos linguísticos são espaços de disputas ideológicas e de construção de narrativas, produzem uma história dos sentidos e sujeitos de um determinado grupo ou nação.

No século XXI, a questão da representação desloca-se para o centro do debate proposto pela militância LGBTQIA+ a partir de uma tomada de consciência que aponta para como os processos históricos de dominação construíram imagens negativas que buscavam justificar a subalternização e a interdição discursiva dos sujeitos LGBTQIA+. Essas imagens negativas, constituídas de sentidos pejorativos, foram historicamente construídas e perpetuadas pelo discurso médico, jurídico e religioso, e ainda tem seus trajetos de memória retomados e repetidos, produzindo marginalização, silenciamentos e outras formas de violência que atravessam a experiência LGBTQIA+ e tornam esses sujeitos mais suscetíveis a habitarem a periferia econômica e social do capitalismo. A elaboração de um dicionário ou de um manual não é indispensável para que a construção das narrativas de movimentos de resistência se dê (há uma infinidade de outras possibilidades de produção de sentidos nessa direção), mas, nas atuais condições de produção dessas narrativas, a elaboração desses artefatos se torna importante – no sentido de que *significa como sendo importante*. O que importa é seu *aparecimento*: aparecer para a sociedade e para o Estado, a partir de sentidos outros que não aqueles historicamente estabilizados, de modo a disputar as narrativas e reclamar políticas públicas e direitos sociais diante do Estado capitalista.

A produção de artefatos como os dicionários e os manuais para a constituição de saberes linguísticos LGBTQIA+ afirma a existência da resistência à ordem cis-heteronormativa, ao passo que, contraditoriamente, os imaginários de estabilidade produzidos lhes conferem um tipo de legitimidade diante do Estado e suas instituições, que organizam e conservam saberes sobre a língua e sobre o mundo, classificando e dividindo saberes e consolidando hierarquias. Nesse sentido, quando a Aurélia diz que é a primeira dicionária da língua afiada do universo Gay, como se significa o conjunto dos conhecimentos historicamente organizados sobre a língua portuguesa, dentre os quais estão os dicionários que vieram antes dela?

Observemos o recorte abaixo:

> Escândala!
> A Editora do Bispo orgulhosamente apresenta o primeiro dicionário, ou melhor, a primeira dicionária, publicada no Brasil que contempla a língua afiada do universo Gay.
> Aqui o leitor, livre de preconceitos, encontra, de A de "ababé" a Z de "zuzo bem", a fala viva, coloquial e pulsante que *ainda não chegou* nos dicionários oficiais da nossa língua portuguesa.
> Sorry, dona Norma Culta, desculpa aí dona Gramática, mas a Aurélia pede passagem para os verbetes mais envenenados do que todo o serpentário do Instituto Butantan. (LIBI; VIP, 2006, contracapa)

A língua descrita pela *Aurélia* é caracterizada como uma "fala viva, coloquial e pulsante" que ainda não teria chegado aos dicionários, o que já nos permite inferir algumas percepções acerca dos dicionários tradicionais monolíngues. É importante notar a presença do "ainda" nesse recorte, já que se significa os dicionários oficiais de língua como objetos que deixam de fora o que há de fala viva, coloquial e pulsante na língua portuguesa, mas o advérbio abre margem para que essa língua chegue aos dicionários oficiais. Além disso, a língua portuguesa é referida como um objeto ao qual pertence a língua afiada do universo Gay e cujo lugar é reivindicado por seus falantes; trata-se da *"nossa língua portuguesa"*.

Essa afirmação de uma relação de pertencimento à língua portuguesa faz ecoar ainda o fato de que a língua oficial do Estado brasileiro é atravessada pela memória das línguas dos povos originários e dos negros escravizados, cujas práticas linguísticas constituíram a nossa língua como conhecemos hoje, como retomado na definição do verbete "bajubá", a "linguagem praticada pelas travestis e posteriormente estendida a todo o mundo gay. O bajubá falado emprega uma mistura lexical (do próprio bajubá, do português e, em menor grau, do tupi) sobre a base gramatical e fonológica da língua portuguesa." (LIBI; VIP, 2006, p. 26).

No verbete, a linguagem praticada pelas travestis e posteriormente por todo o mundo gay se significa pelo contato entre as línguas africanas empregadas pelo candomblé, o português e o tupi, como sinalizado por Elias de Oliveira (2020, s. n.): "a língua das travestis, sujeitos marginalizados, recorre a línguas de contato presentes no Brasil e que dizem respeito também a sujeitos marginalizados: línguas africanas empregadas em uma das religiões brasileiras de matriz africana, o candomblé, e o tupi, que rememora a existência dos povos originários no Brasil" (ELIAS DE OLIVEIRA, 2022, s.n.). A afirmação de que a língua portuguesa é "nossa" re-funda um dizer que interpela os sujeitos da língua a partir de outra posição, por meio da qual autoria é possível porque a língua falada no Brasil é também uma língua afro-brasileira e indígena.

Se, nos séculos XIX e XX, a gramatização brasileira do português incorporou palavras de línguas indígenas e africanas, a novidade da Aurélia é significar a língua portuguesa também

como uma língua gay. Nesse sentido, a Aurélia se inscreve no mesmo processo de gramatização brasileira do português de constituição de uma unidade imaginária da língua nacional/oficial em torno do nome "língua portuguesa", e nesse processo de significação, palavras de línguas indígenas e africanas ganharam novos sentidos, ligados ao universo gay, e é desse modo que essas línguas entram, enquanto línguas que constituem a língua falada no universo gay.

Observemos o recorte discursivo abaixo, retirado da apresentação da dicionária:

> "Nossa intenção é a de levantar o maior número possível de termos ligados de alguma forma à cultura *gay e lésbica* e reuni-los num volume que retrate seus usos mais comuns na prática da NOSSA LÍNGUA PORTUGUESA!" (LIBI; VIP, 2006, apresentação)

Na apresentação, os lexicógrafos, em seu gesto de interpretação, anunciam o objetivo de levantar o maior número possível de termos ligados de alguma forma à cultura gay e lésbica, como forma de retratar seus usos mais comuns na prática da "NOSSA LÍNGUA PORTUGUESA!", e caixa alta. Mais uma vez, é possível observar como os termos da cultura gay e lésbica se inscrevem na constituição de uma unidade imaginária em torno do nome "língua portuguesa", pois é a ela que os termos dessa cultura são remetidos. Para além de haver um deslizamento entre "universo Gay" e "cultura gay e lésbica", como pretendemos analisar mais adiante, a reivindicação da língua portuguesa é parte desse processo em que se significa os sujeitos da cultura gay e lésbica como quem pode falar sobre a língua. É uma língua que tem o nome de "português" e que vem de uma história de colonização, mas também uma língua em que são produzidos diferentes gestos de descolonização linguística.

A gramatização massiva do português brasileiro, no século XIX, é um marco no processo de descolonização linguística, possibilitando que "ao se produzir um conhecimento autóctone sobre a língua, se produzam os instrumentos de representação deste conhecimento e a presença do próprio sujeito que aprende a língua, isto é, o brasileiro" (ORLANDI, 2015, p. 570), mas esse processo não se dá em linha reta. E ainda que a colonização, pelo trabalho da memória discursiva, também continue produzindo seus efeitos, a *Aurélia* pode ser compreendida como parte desse processo de descolonização linguística, em que a questão não é mais a necessidade de apropriação da língua pelo brasileiro, mas pelo universo gay.

Por fim, não podemos deixar de comentar sobre o nome que se dá a esse dicionário. Há um reconhecimento jocoso em relação aos dicionários tradicionais, identificável a partir da nomeação *Aurélia*, de inspiração nos dicionários *Aurélio*. Elias de Oliveira (2020) conta que o nome da dicionária foi questionado juridicamente pela família de Aurélio Buarque de Holanda e pela editora que detém os direitos dos produtos Aurélio desde 2003. À época, um dos autores

da Aurélia, o jornalista Victor Ângelo, afirmou que o nome era uma homenagem ao renomado lexicógrafo, ao que foi respondido pela viúva de Aurélio Buarque de Holanda que a família dispensava a homenagem.

Afinal, por que a homenagem de um dicionário a outro pode ser dispensada dessa forma? Há um funcionamento do *político* aqui, como compreendido por Guimarães (2002), como uma divisão que instaura o conflito: a Aurélia não é qualquer dicionário, é o dicionário da língua afiada, a língua portuguesa do universo Gay; e o Aurélio não é qualquer dicionário, mas um dos monolíngues tradicionais do português brasileiro mais prestigiados atualmente. Essa diferença intervém sobre a significação da homenagem, se significada como um reconhecimento ou como uma crítica, na medida em que a família Buarque de Holanda se coloca na posição de acolher ou não a homenagem.

Em outro comentário que nos chama atenção, Ivan Junqueira, membro da Academia Brasileira de Letras, disse que "é interessante que exista no Brasil um dicionário de expressões gays", mas que a Aurélia teria errado a mão na brincadeira, pois "o Aurélio é uma instituição brasileira" OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA, 2006, s.n.). Na fala de Junqueira, a língua não é reconhecida como gay ou do "universo gay"; em vez disso, haveria "expressões gays". Além disso, a Aurélia teria errado a mão em sua homenagem ao Aurélio, uma vez que teria mexido com "uma instituição brasileira". Para Junqueira, a existência de um dicionário da língua afiada do universo Gay deveria se dar, então, de outra maneira, mas a *Aurélia* coloca-se como parte dos instrumentos linguísticos produzidos no Brasil, do português brasileiro, que inclui línguas indígenas e africanas, significando pela unidade linguística nacional.

Mais interessante ainda é o fato de que a tensão instaurada se concentrou sobre a flexão de um nome próprio, "Aurélio", cuja possibilidade de flexão de gênero é prevista pelo sistema linguístico. No entanto, há também em "Aurélia, a dicionária da língua afiada" a flexão para o feminino de um substantivo, "dicionário", que é convencionalmente classificado como um substantivo masculino que não flexiona em gênero no sistema linguístico, diferentemente de um nome próprio. Esse movimento pode ser verificado também na flexão presente em "Escândala!" e na capa da dicionária, em que se chama a Editora do Bispo, responsável pela publicação, de "Editora da Bispa". A flexão tanto do nome próprio quanto dos substantivos comuns (e até mesmo do nome da editora) marca-se como um gesto de transgressão por parte dessa "língua afiada", que pede licença à dona Norma Culta e à dona Gramática. É a "dicionária da língua afiada" não apenas devido a seus "verbetes envenenados", mas porque ela produz fissuras e rasgos no sistema linguístico do português brasileiro, a partir de transgressões linguísticas que subvertem as formas "masculinas" ou até mesmo consideradas "neutras" na

língua a partir da flexão para o feminino, significando o gênero nas formas da língua em relação às identificações de gênero presentes na sociedade. Para investigar de que outras maneiras esse movimento está presente na Aurélia, seria necessário um estudo mais aprofundado desse material. Mas é possível observar que a flexão para o feminino das formas linguísticas (mesmo daquelas que convencionalmente não flexionam), em sua relação com o objetivo de constituir um levantamento de termos ligados à cultura gay e lésbica, produz um efeito político de celebração do feminino, significado também como uma celebração dessa cultura gay e lésbica e de suas práticas na língua portuguesa. A capa e outras imagens presentes em meio aos verbetes contribuem para esse efeito, apresentando figuras ligadas ao universo das *drag queens*.

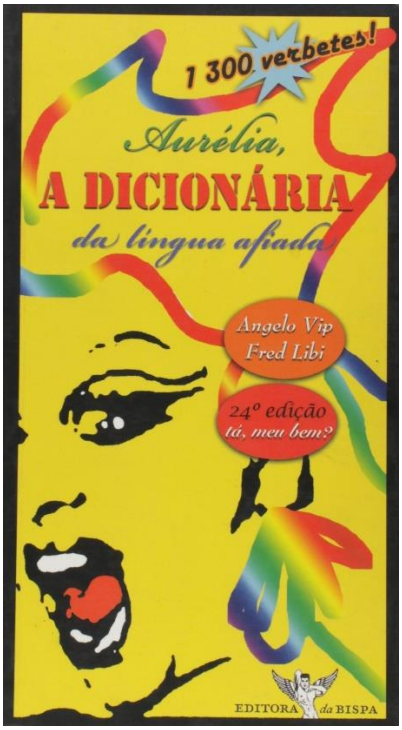


**Figura 2** – Capa da Aurélia, a dicionária da língua afiada

Na dicionária Aurélia, os falantes do universo Gay são significados como parte desse conjunto heterogêneo de rostos, traços, histórias e experiências que o processo colonial, a custo de muito sangue, convencionou chamar de *povo brasileiro*. E como parte do povo brasileiro, eles podem assumir a posição de sujeito da língua, modificando-a dinamicamente e mesmo ocupando uma posição de autoria lexicográfica.

### 3.3 A língua pelas lentes do Manual de Comunicação LGBTI+

A *Aurélia* e o *Manual de Comunicação LGBTI+* são dois projetos distintos de formulação de um saber linguístico LGBTQIA+, separados entre si por doze anos e um conjunto de suportes institucionais: a Aurélia conta apenas com o da editora, enquanto o *Manual* conta com o apoio de pelo menos dezessete instituições; entre elas, a UNAIDS Brasil.

Em um primeiro momento, lançamos um olhar para o nome que se dá ao *Manual*. Nomear um acontecimento é sempre-já um gesto de interpretação, em que os sentidos se apresentam como evidentes, dissimulando a sua relação discursiva com o social, o ideológico e o inconsciente. Se já refletimos anteriormente sobre o funcionamento de um manual, como objeto que se projeta como referência de consulta sobre determinado assunto, organizando e fazendo circular saberes, é interessante observar que o artefato que propomos analisar não é chamado apenas de "Manual LGBTI+", mas de "Manual de Comunicação LGBTI+". Ou seja, não se apresenta como um objeto com informações gerais sobre sujeitos LGBTI+, mas como um objeto que apresenta informações sobre o que é chamado de "Comunicação LGBTI+". Seria um manual sobre a comunicação com sujeitos LGBTI+? Ou sobre a comunicação de sujeitos LGBTI+? E por que "comunicação" é a palavra que comparece no título, e não outra como "interação" ou "terminologia" (que não seriam menos opacas, mas a questão é: o que a presença de "comunicação" nos diz)?

Tendo em vista a história do pensamento linguístico, não é à toa que uma palavra como "comunicação" se faz presente no título, uma vez que a concepção da linguagem como comunicação de ideias foi defendida por diferentes autores e correntes teóricas na linguística e difundiu-se a ponto de ainda ser presente nos discursos sobre a língua/linguagem que circulam no cotidiano e em diferentes esferas sociais. É a definição de linguagem formulada, por exemplo, por linguistas como Edward Sapir. Tomada pela ideologia da comunicação, a linguagem é, para o Sapir, "um método puramente humano e não-instintivo de comunicação de ideias, emoções e desejos por meio de um sistema de símbolos voluntariamente produzidos" (SAPIR, 1980, p. 12 apud TEIXEIRA; MOTA, 2011). Nessa concepção, a linguagem é um ato de "comunicar" ideias, emoções e desejos apresentado como transparente para o sujeito, que sabe exatamente quais são suas ideias, emoções e desejos e como comunicá-los. Esse ato de comunicar ainda se se realizaria a partir de símbolos "voluntariamente" produzidos, uma concepção que tem como um de seus efeitos um sentido de que os sujeitos são conscientes e inteiramente responsáveis pelo que dizem, o que não considera a determinação pela história, pela ideologia e pelo inconsciente.

Não estamos afirmando que o conjunto de autores e instituições que organizaram o *Manual* leu a obra de Sapir ou de outros atores filiados à mesma posição teórica. Em uma investigação sobre o modo como teorias linguísticas sustentaram a formulação de políticas públicas de língua e educação na segunda metade do século XX, com ênfase em manuais didáticos de ensino de língua portuguesa, Mariza Vieira da Silva (2017) observa como o Estruturalismo formou os sentidos dominantes para um imaginário de língua brasileira nesse período, sustentando principalmente as teorias da Comunicação e da Interação. Isso se deu em meio à conjuntura político-ideológica da ditadura militar, quando a Linguística ainda se institucionalizava no Brasil e o Ministério da Educação se articulava com a comunidade acadêmica para a produção necessária de diferentes políticas, projetos e legislações na área da educação, diante da pressão proveniente do aumento expressivo da população urbana e da desigualdade estrutural de acesso à escola. Nesse contexto, "isso trouxe possibilidades para que as teorias linguísticas fossem conhecidas nacionalmente e os embates e as relações de força entre elas se pusessem em movimento" (SILVA, 2017, p. 210).

Como enfatizado pela autora, entre os efeitos produzidos pela difusão de uma concepção de linguagem calcada na teoria da Comunicação está uma concepção de que o que se chama como comunicação seria uma instância neutra e controlável das relações sociais. Para nós, importa observar como esses sentidos construídos para a língua e a linguagem atravessam as décadas posteriores, mais especificamente, como o *Manual* é afetado por esses dizeres, atualizados a partir de uma relação entre ciência e ensino, tendo em vista o propósito pedagógico do *Manual*. Também pode-se pensar na presença da palavra "comunicação" como relacionada a como se simboliza a atuação de jornalistas e comunicadores (aqueles a quem o *Manual* se dirige, como veremos) na sociedade, significados, portanto, como aqueles que realizam a "comunicação", que "comunicam". Esse percurso de sentidos relacionados ao discurso de um sujeito autônomo, em uma instância neutra e por meio de uma língua sem falhas é articulado com as teorias que se tornam parte do discurso institucional, em que se vê a historicidade da ciência nesse processo de vulgarização de um saber científico sobre a língua. Esse saber é afetado por políticas de Estado que estabilizam determinados sentidos e atravessa o modo como se deve ensinar a língua na escola e fora dela, restringindo a linguagem pelo discurso da comunicação, o que tem a ver com o funcionamento das nossas sociedades: sociedades de sujeitos de direitos e deveres, responsáveis pelo que dizem, e que precisam

comunicar bem, nos termos do que se significa como "bem falar" e "escrever bem", em que língua é instrumento de comunicação[30].

Uma análise de outros recortes, principalmente do prefácio e da introdução do *Manual*, nos permitirá compreender outros aspectos da concepção de língua e linguagem à qual o *Manual* se filia.

É a diretora do UNAIDS Brasil quem assina o prefácio do *Manual de Comunicação LGBTI+*. No texto, são estabelecidos objetivos e expectativas da parte do conjunto de mãos que participou da elaboração desse documento. Trazemos os seguintes recortes:

> Este é um excelente exemplo da aplicação prática do famoso termo "nada sobre nós, sem nós": *uma ferramenta* construída por e para pessoas diretamente tocadas pelo uso de *termos e conceitos capazes de contribuir para a transformação social e para a consolidação de uma sociedade onde haja zero discriminação e onde todas as pessoas sejam respeitadas e tratadas com dignidade*. (REIS, 2018, p. 8)

> Nesse sentido, o Manual de Comunicação LGBTI+ representa um importante *conjunto de ferramentas para a construção de uma sociedade mais justa*. Além dos termos e definições essenciais, o guia busca contextualizar os conceitos básicos em relação à história do movimento LGBTI+ e nosso momento atual, atentando-se para a sugestão de *termos a serem evitados*, de pautas e datas relevantes e até mesmo explicações importantes sobre bandeiras e símbolos do movimento. (REIS, 2018, p. 8-9)

> A linguagem molda o pensamento e pode influenciar comportamentos, atitudes e práticas. Estamos confiantes de que este manual cumprirá seu papel neste sentido. (REIS, 2018, p. 9)

A partir dos dois primeiros recortes, observamos que se formula uma divisão entre, por um lado, "termos e conceitos capazes de contribuir para a transformação social", e por outro, "termos a serem evitados". Com isso, o *Manual* estabelece a disputa por certos termos e conceitos, em detrimento de outros, como o seu campo de atuação e reivindicação por excelência, como terreno onde se pretende disputar narrativas a partir da recomendação de termos considerados mais apropriadas para se realizar o objetivo anunciado. Nessa direção, reforçamos a nossa compreensão do *Manual* também como *instrumento linguístico*, na medida em que ele produz um saber metalinguístico sobre a língua que organiza as demandas dos movimentos LGBTQIA+ e que é concomitantemente organizado por elas, na linha das discussões referentes ao uso político da linguagem que recentemente têm chamado a linguística para o debate público. O *Manual* faz parte de um recente conjunto de produções que tematizam

[30] Convém lembrar que, para Pêcheux, "a linguagem serve para comunicar e não comunicar", em uma perspectiva que não é tomada pela ilusão de transparência da linguagem, compreendendo-a como um efeito. Em vez disso, compreende-se que a linguagem é sobretudo um trabalho simbólico, e que os sentidos podem percorrer múltiplos trajetos (independentemente das intenções do locutor), embora esses trajetos não sejam *jamais* aleatórios.

e constituem um saber linguístico LGBTQIA+ ao lado da *Aurélia*, mas ao lado também de outros artefatos, dentre os quais podemos destacar a cartilha *Politicamente correto e direitos humanos* (QUEIROZ, 2004), o *Manual para o uso não sexista da linguagem* (RIO GRANDE DO SUL, 2014a)[31] e a cartilha *Direitos iguais na diferença* (RIO GRANDE DO SUL, 2014b)[32].

As reivindicações do *Manual* tomam formas discursivas diferentes nesses dois primeiros recortes. No primeiro, o *Manual* é apresentado como construído por pessoas "tocadas pelo uso de termos e conceitos capazes de contribuir para a transformação social e para a consolidação de uma sociedade onde haja zero discriminação e onde todas as pessoas sejam respeitadas e tratadas com dignidade". A transformação social, a consolidação de uma sociedade onde haja zero discriminação e a consolidação de uma sociedade onde todas as pessoas sejam respeitadas e tratadas com dignidades são três diferentes pontos de possível contribuição do *Manual*, entendido como uma "ferramenta".

No segundo recorte, essa formulação desliza quando se diz que o *Manual* representa "um importante conjunto de ferramentas para a construção de uma sociedade mais justa". Uma sociedade mais justa é uma sociedade em que se alcançou uma "transformação social"? Ou uma sociedade em que há "zero discriminação"? Pela presença do advérbio "mais", é diferente dizer que se pretende tornar a sociedade "mais justa", pois "mais justa" não é necessariamente uma "transformação social" ou "uma sociedade onde haja zero discriminação", pode ser muito menos do que isso ou inclusive mais. Esse deslizamento nos aponta para algo turvo e opaco nesse horizonte de contribuição para a construção de uma outra sociedade, pois distintas formas discursivas que descrevem o que seria essa outra sociedade transformada pelo *Manual* entram em conflito.

Esses recortes também nos permitem retornar à questão sobre como é concebida a língua e a linguagem no *Manual*. No primeiro recorte, anuncia-se a expectativa de que a normalização de termos considerados mais respeitosos e adequados seja capaz de "contribuir para a transformação social e para a consolidação de uma sociedade onde haja zero

[31] Chamamos atenção para o fato de que esse manual é uma versão em português de outro publicado em espanhol. Conforme mencionado na página posterior à folha de rosto, "Esta publicação foi elaborada a partir do manual da Red de Educación Popular Entre Mujeres de Latinoamérica y Caribe - REPEM-LAC". É interessante, pois trata-se de um saber linguístico que é formulado e disseminado sob o efeito de transparência de que ele pode ser traduzido para outras línguas e publicado em outros países. Isso parece remeter a um caráter transnacional desse processo de gramatização para o qual olhamos. Agradeço à profª. Drª. Mara Glozman por essa observação.

[32] A pesquisadora e doutoranda em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Laís Virgínia Alves Medeiros, a quem tive o privilégio de ter conhecido em seu curso *Gênero e Políticas Públicas: uma abordagem pela Análise do Discurso*, detém-se sobre esses dois últimos materiais em sua dissertação de mestrado, intitulada "Essa língua não me representa: discursos sobre língua e gênero" (MEDEIROS, 2016).

discriminação e onde todas as pessoas sejam respeitadas e tratadas com dignidade". Essa expectativa, para além de bastante elevada, comparece descolada de outras políticas jurídicas, civis ou administrativas que possibilitassem a transformação social e o combate à discriminação (a ponto de zerá-la).

O *Manual* é apresentado como uma ferramenta de que devemos nos apropriar para atingir um objetivo, em que se percebe o funcionamento da ilusão subjetiva de controle sobre a língua. Essa interpretação parece partir de uma concepção idealizada da linguagem, como se o aperfeiçoamento da língua (isto é, supostamente higienizando a língua de seus termos ofensivos e preconceituosos) possibilitasse a contribuição para o nascimento de uma sociedade perfeita, em que não houvesse discriminação. A língua do *Manual* é diferente da língua afiada da Aurélia, pois persegue a sombra babélica de uma língua inequívoca. Fica estabelecida uma relação direta entre mudanças linguísticas e mudanças sociais (ZOPPI-FONTANA, 2015, p. 511), ao passo que não se realiza qualquer crítica aos conflitos estruturais de uma formação social sustentada fundamentalmente sob a necessidade de existência da desigualdade.

No último recorte, afirma-se que a linguagem molda o pensamento e pode influenciar comportamentos, atitudes e práticas, o que é complementado por outra afirmação: "Estamos confiantes de que este manual cumprirá seu papel neste sentido". A concepção de que a linguagem molda o pensamento e pode influenciar comportamentos, atitudes e práticas parece nortear a maneira como se significa a relação entre linguagem, pensamento e sociedade nos três recortes, e pode ser ainda remetida à hipótese do que se convencionou chamar de "relativismo linguístico", proeminente no século XX e normalmente remetido aos estudos do próprio Sapir. Essas divisões e categorizações no interior da Linguística, no entanto, não são consensuais. Mattoso Câmara Jr. (2021), por exemplo, refere-se a Sapir como um formalista:

> isto é, (como alguém que) via a linguagem como uma forma autossuficiente que fornece ao pensamento e à cultura humanas seus canais expressivos adaptando ambos a ela. De acordo com ela, a tarefa do linguista é a análise completa da forma linguística para descobrir seus padrões intrínsecos (CÂMARA JR., 2021, p. 227-8).

Não é nosso objetivo entrar nas questões (potencialmente polêmicas) sobre como a obra de Sapir é significada na história da Linguística (relativista, estruturalista, formalista, mentalista...), mas apontar para como o discurso de que a linguagem influencia o pensamento e as formas da cultura está articulado a uma teoria linguística, que sustenta os sentidos sobre a relação entre linguagem, pensamento e sociedade como presentes no *Manual*. Mais uma vez, vislumbramos uma íntima relação entre ciência e ensino, em um material que conta com apoio

de instituições ligadas ao Estado brasileiro, de organizações dos movimentos LGBTQIA+ brasileiros e de organizações transnacionais.

Isso leva a modos específicos de inscrição do sujeito na história na relação com o irrealizado de uma sociedade mais justa e menos desigual. Por essa concepção de linguagem, a proposição de termos e conceitos capazes de contribuir para a "transformação social" anunciada anteriormente, em detrimento daqueles "termos a serem evitados", seria suficiente para que o *Manual* cumprisse o seu papel, moldando o pensamento e podendo influenciar comportamentos, atitudes e práticas. Nesse sentido, a luta se daria no campo de termos e conceitos autorizados e desautorizados, que teriam por si só o potencial de influenciar os falantes a adotar este ou aquele comportamento, esta ou aquela atitude. Dessa forma, haveria comportamentos/atitudes/práticas colados a certos termos e conceitos, como se houvesse coincidência entre palavra e sentido, e como se a língua não se inscrevesse na história para significar.

Tem-se como efeito disso o apagamento dos gestos de interpretação produzidos pelo *Manual*, o fato de que este se filia a determinados sentidos e se reconhece neles. Como lembra Orlandi (2007e, p. 65), todo sujeito está condenado à necessidade de significar, "a interpretação é sempre regida condições de produção específicas, que, no entanto, aparecem como universais e eternas", tendo como efeito a impressão de sentido único e verdadeiro, da linguagem como transparente, como conteúdo. Assim, os sujeitos têm a impressão de serem dotados de controle sobre o que fazem e dizem, de forma que podem se apropriar de uma língua perfeitamente instrumentalizável, a partir da qual é possível construir "ferramentas" que mobilizam conscientemente a língua para remodelar o pensamento humano. A posição-sujeito do *Manual* é constituída sob a ilusão de que a língua é mobilizada de acordo com as nossas intenções e de que sempre dizemos o que queremos dizer.

Lembrando Silva (2017), isso é um dos efeitos de uma concepção de língua e linguagem sustentada por teorias relacionadas ao estruturalismo, como a teoria da Comunicação: um caráter utilitarista da língua. Haveria sempre intencionalidade e sujeitos no controle do seu dizer, em um apagamento do político que pode declinar ainda para um discurso sobre os usos da língua, que deve ser utilizada de maneira eficiente, adequada e objetiva. Como falar de uma forma correta e como posso melhor me fazer entender? Quais são as palavras adequadas que devo utilizar e quais não posso dizer de forma alguma? Nessa direção, um instrumento linguístico de caráter pedagógico como o *Manual de Comunicação LGBTI+* acaba significando a língua de maneira redutora, como se uma decisão (construída como consciente

e individual) de aderir a esse projeto linguístico pudesse eliminar qualquer forma de desigualdade e qualquer forma de poder na língua ou como se fosse possível

> silenciar as relações assimétricas sempre presentes nas trocas linguísticas, que são relações sociais: relações de poder. Nesse movimento entre teorias, entre o dito e o não dito, cristalizam-se certos gestos de interpretação, tornando a disputa de sentidos, própria de uma sociedade democrática, frágil, polarizada, dificultando a exploração das ambiguidades, da ironia, do equívoco, das contradições, apagando os espaços simbólicos de indeterminação (SILVA, 2017, p. 222)

### 3.4 Público-alvo, direitos humanos e as coisas-a-saber

Ainda na esteira dos recortes que selecionamos, é interessante retomar o primeiro, mais especificamente quando se diz "Este é um excelente exemplo da aplicação prática do famoso termo "nada sobre nós, sem nós": uma ferramenta construída por e para pessoas diretamente tocadas pelo uso de termos e conceitos capazes de contribuir para a transformação social". A partir da expressão "nada sobre nós, sem nós" e da afirmação de que o *Manual* é uma ferramenta construída por e para pessoas diretamente tocadas pelo uso dos termos considerados adequados pelo *Manual*, é possível apreender que o grupo de trabalho se autoidentifica como LGBTI+ ou tem algum tipo de relação íntima com o grupo. Dessa maneira, é possível perceber como a elaboração do *Manual* é afetada por condições em que a organização dos movimentos sociais reivindica a produção de dizeres sobre si, na luta contra a interdição histórica da possibilidade de enunciar e reivindicar, demandando legitimidade e visibilidade; no *Manual*, esse processo é afetado por um desdobramento, já que a posição de onde se diz é marcada por algum grau de institucionalização, materializada nos apoios institucionais ao desenvolvimento do documento. Nesse sentido, a instauração da luta pelo dizer e pelo significar em rota de colisão com os sentidos normativos sobre gênero e sexualidade toma forma em um instrumento linguístico, que, se por um lado, vai ser inevitavelmente atravessado por contradições que estruturam a nossa formação social; por outro, irá implicar na produção de novos (e velhos) espaços imaginários de identificação, que têm efeitos sobre a configuração das formas da sociedade (ZOPPI-FONTANA; DINIZ, 2008), uma vez que os instrumentos linguísticos são objetos históricos, que fazem história (ORLANDI, 2001a).

As condições de produção que constituem a posição de autoria do *Manual* são significativamente distintas daquelas que podem ser observadas na *Aurélia*. Na dicionária, como observamos anteriormente, há apenas o apoio institucional da editora, e os autores Fred Libi e Ângelo Vip se apresentam "de maneira jocosa e em parte fantasiosa, mas sobretudo

crítica à homofobia que atravessa suas vidas" (ELIAS DE OLIVEIRA, 2022, s.n.); e se sabemos que Ângelo Vip é pseudônimo do jornalista Vitor Ângelo, desconhecemos a identificação real do autor Fred Libi. Já Toni Reis, organizador do *Manual*, é doutor em Educação, além de graduado em Letras e Pedagogia. Em comum, e sem considerar os diferentes graus de legitimidade que separam essas posições, observamos na trajetória profissional dos autores o fato de que elas têm a escrita como material privilegiado de trabalho.

Por isso, não deixa de chamar nossa atenção que a intervenção linguística proposta pelo *Manual* tenha um público-alvo determinado: os meios de comunicação, jornalistas e estudantes da área, como se afirma na seção da apresentação do documento, assinada por Toni Reis:

> Este Manual visa apresentar *aos meios de comunicação, incluindo jornalistas e estudantes desta área*, a terminologia mais atualizada sobre a população lésbica, gay, bissexual, travesti, transexual e intersexual (LGBTI+), trazendo à discussão temas importantes para o debate nacional e internacional sobre seus direitos. Tem por objetivo contribuir para diminuir preconceitos e estigmas e colaborar para o melhor entendimento de termos que são recorrentes entre a população LGBTI+, mas que podem não ser usuais no dia a dia de comunicadores(as) e estudantes, a fim de contribuir para um jornalismo mais inclusivo e atento às realidades.

No prefácio, a diretora do UNAIDS Brasil destaca a importância do *Manual*:

> É, portanto, um manual essencial *não só para profissionais da mídia e comunicadores, mas para todas as pessoas que querem fazer avançar os direitos humanos e os direitos das pessoas LGBTI+*. Sua utilização em treinamentos e oficinas a profissionais de diversas áreas muito contribuirá para reduzir o impacto do preconceito e da discriminação sobre essa população, em especial o impacto ainda tão presente sobre *saúde mental*.

O público-alvo delimitado pelo *Manual* é inscrito no equívoco entre "os meios de comunicação, incluindo jornalistas e estudantes da área" no texto da apresentação e "não só para profissionais da mídia e comunicadores, mas para todas as pessoas que querem fazer avançar os direitos humanos e os direitos das pessoas LGBTI+" no texto do prefácio. O objetivo de apresentação e divulgação de um saber LGBTI+, assim, é estendido para ter como alcance "todas as pessoas" apenas nas palavras da diretora do UNAIDS Brasil. Essa vulgarização do saber LGBTI+, cabe dizer, não toma como ponto de partida um saber científico, embora também haja um conjunto de referências acadêmicas compiladas na seção de referências, mas uma articulação entre ciência e ativismo, em que se busca "fazer avançar os direitos humanos e os direitos das pessoas LGBTI+". Isso nos indica que o percurso de vulgarização pela manualização se dá por processos particulares, por outras formas de legitimação.

Por essa razão, nos chama atenção a formulação "direitos humanos", à frente da formulação "direitos das pessoas LGBTI+" e separada dela por uma conjunção que expressa

adição. A formulação "direitos humanos" aparece no prefácio assinado pela diretora do UNAIDS Brasil, mas não na apresentação assinada por Toni Reis, de forma que marca a posição da UNAIDS no âmbito das organizações internacionais do capitalismo globalizado, que regem também os direitos humanos. Em "sua utilização em treinamentos e oficinas a profissionais de diversas áreas muito contribuirá para reduzir o impacto do preconceito e da discriminação sobre essa população, em especial o impacto ainda tão presente sobre saúde mental", o saber linguístico LGBTI+ formulado pelo *Manual* é significado como uma ferramenta que pode contribuir para a redução do impacto do preconceito e da discriminação, em um apagamento das condições de produção da formação social capitalista que sustentam as diferentes materializações do sexismo e da homotransfobia. Nessa direção, tomar conhecimento desse saber conduziria os sujeitos a mudar seus comportamentos e atitudes, sob o efeito de uma ilusão de consciência e de uma divisão entre "aqueles que sabem" e "aqueles que não sabem", em que a responsabilização pelo preconceito é individuada no discurso pedagógico da divulgação científica.

O texto do prefácio ainda delimita uma área de prioridade no que se refere às expectativas de contribuição do *Manual* para redução do impacto do preconceito e da discriminação: a saúde mental, em que "o impacto (do preconceito e da discriminação é) ainda tão presente". A questão dos direitos humanos vai sendo ligada, aqui, à questão da saúde (que remete a uma memória das políticas de prevenção do HIV/AIDS pela instituição), especificamente à saúde mental, mas de forma que essa relação entre "direito", "direitos das pessoas LGBTI+" e "direitos humanos" é posta como evidente, como se todos soubessem sobre o que se fala...[33]

É importante ainda notar que não se fala, como anteriormente, em ter como horizonte uma sociedade em que haja "zero discriminação", mas em "reduzir o impacto do preconceito e da discriminação", o que parece sugerir que o preconceito e a discriminação poderão continuar existindo, embora com impacto reduzido especialmente na saúde mental. Nesse movimento, diferentemente da introdução escrita por Toni Reis, a UNAIDS Brasil não projeta uma sociedade outra, mas pequenas modificações na mesma sociedade em que está inserida,

[33] Para além disso, nos perguntamos por que justamente a saúde mental é delimitada nesse momento do texto. Em 17 de setembro de 2020, quando o Brasil ainda não havia passado por seu pior momento na pandemia de COVID-19, a CNN Brasil já produzia uma matéria intitulada "Volta às aulas é importante para saúde mental das crianças, diz pediatra". A saúde mental é mobilizada como justificativa para a reabertura das escolas, apesar da crise sanitária e do fato de que ainda não havia vacinas no Brasil. É possível notar um movimento individualizante que apaga o político e dissimula a conjuntura social (pandêmica) em que o sujeito está inserido, em nome de alguém ("as crianças") apresentado de maneira homogênea, como um grupo que sofre psiquicamente. Link para a matéria da CNN Brasil: < https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/volta-as-aulas-e-importante-para-saude-mental-das-criancas-diz-pediatra/> Acesso em 26 out. 2021.

constituindo um discurso reformista. Mesmo que possamos nos indagar se seria possível uma sociedade outra sem isso que é definido na nossa sociedade como preconceito e discriminação, é importante pontuar o fato de que há momentos em que uma outra ordem social é projetada, mas não no prefácio assinado pela diretora da UNAIDS Brasil.

A delimitação de uma problemática que diz respeito à área da saúde pode ser remetida aos vínculos da organização com outras, como a Organização Mundial da Saúde (OMS), mas notemos que a questão do combate ao HIV não é mencionada neste momento, mas no parágrafo posterior:

> Sua contribuição será igualmente muito significativa para a concretização dos três pilares que guiam o trabalho do UNAIDS: zero nova infecção pelo HIV, zero morte relacionada à AIDS e zero discriminação.

Nesse recorte, é retomada uma memória em que está inscrita a história das políticas públicas voltadas para sujeitos LGBTQIA+ no Brasil, que remete ao início e avanço da epidemia da aids nos anos 1980. Como vimos no Capítulo 2, foi a partir dos recursos disponibilizados via empréstimo por organizações do mercado financeiro global para o Estado brasileiro que as organizações LGBTQIA+ puderam ter acesso a meios para não só combater a epidemia, como também para se fortalecer, formulando políticas de combate à discriminação e ao estigma relacionado à infecção. De forma que a realocação de recursos fosse autorizada, era imprescindível que a problemática da aids estivesse posta pelas políticas formuladas. Dessa maneira, percebemos que ainda hoje se encontra desenhada a relação entre as políticas públicas para sujeitos LGBTI+ e o combate à infecção pelo HIV, e é também nessa relação que esses sujeitos são significados, uma vez que a importância do *Manual* é referida como muito significativa para o cumprimento dos três pilares que guiam o trabalho desenvolvido pelo UNAIDS. No texto da UNAIDS, fala-se sobre *pessoas LGBTI+* e com *pessoas LGBTI+* a partir do discurso da saúde pública[34], o que se materializa textualmente na menção à saúde mental e ao HIV como um dos alvos preferenciais de impacto do documento. No quadro político-institucional mais amplo, fala-se de zerar discriminação, mortes e novas infecções pelo HIV,

[34] Devemos à Lídia Noronha Pereira e Telma Domingues da Silva (2015) essa observação sobre o funcionamento dos discursos institucionais em relação aos sujeitos LGBTQIA+. No artigo *Sentidos (tra)vestidos: a individuação e a constituição do sujeito travesti pelo Estado*, as autoras analisam dois cartazes confeccionados pelo Ministério da Saúde, uma campanha de carnaval e uma campanha de combate à aids. A partir de uma leitura discursiva, as autoras mostram como o sujeito travesti é significado como "intimamente ligado à prática sexual, individuando-o, assim, como vulgar, grupo de risco, um corpo alterado com finalidade de ser "vendido"" (PEREIRA; SILVA, 2015, p. 338) por meio de um discurso médico-sanitário assumido pelo Estado. No caso de nossa pesquisa, apontamos para como a significação a partir do lugar da saúde pública comparece no discurso de organizações internacionais como a UNAIDS. Para um aprofundamento no assunto, conferir também a tese de Lídia Noronha Pereira (2017).

assim como fala-se de redução do impacto da discriminação à saúde mental, mas não se fala de formulação ou ampliação de uma política de saúde universal, pública e não lucrativa, que permita aos sujeitos LGBTQIA+ com poucos recursos financeiros o acesso a serviços psicológicos e/ou psiquiátricos e a distribuição gratuita de medicamentos antirretrovirais para o combate ao HIV. Esse não-dito significa em sua relação com o modo de intervenção das organizações internacionais sobre as políticas de saúde do Sul global, sustentando aquelas mais adequadas para a convivência com os pilares do capitalismo neoliberal e globalizado, como a "onguização", que não entra em conflito com a máxima de redução dos serviços públicos.

Se retornarmos à delimitação do público-alvo como formulada na apresentação, referindo-se a comunicadores, estudantes e jornalistas, podemos ainda nos perguntar de que maneira essas posições são significadas no artefato e o que isso nos diz sobre a proposta do *Manual*.

Na introdução, o *Manual* lembra o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros:

> Diz o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros: "é dever do/da jornalista opor-se ao arbítrio, ao autoritarismo e à opressão, (bem como) defender os princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos; e ainda combater a prática de perseguição ou discriminação por motivos sociais, econômicos, políticos, religiosos, de gênero, raciais, de orientação sexual, condição física ou mental, ou de qualquer outra natureza." (FENAJ, 2007). Para atender a tais objetivos, defender os direitos de minorias e combater a discriminação, é preciso informação. É a isso que este Manual se propõe.

Destacando que é preciso informação para combater a discriminação e defender os direitos de minorias, o documento afirma:

> Se essas informações por vezes não chegam até as/os jornalistas, como chegarão ao debate público? É urgente que esses temas sejam abordados pelos veículos de comunicação, que hoje são importantes propulsores de mudanças na sociedade.

Nesse primeiro recorte, mais uma vez, mencionam-se os direitos humanos. Observamos que o *Manual* se dirige aos jornalistas brasileiros a partir de uma convocação a um posicionamento em prol dos princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), sustentada pela citação direta de um documento que autoriza tal convocação: o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. Neste trecho, o *Manual* dispõe o Código de Ética como dispositivo que lhe permite interpelar os jornalistas a tomar uma posição ética no exercício de suas funções, e nesse sentido, se coloca como via para cumprimento do que está posto no documento; afinal, como é justificado, para se combater a prática de preconceitos, é preciso informação.

É interessante notar que essa convocação a uma posição ética não se dá por um apelo à neutralidade e à objetividade da transmissão da informação pelo jornalista, como é característico dos discursos sobre a profissão. Essa ética também não é fundamentada no discurso jurídico do Estado de Direito, mas em princípios universais estabelecidos pela DUDH; portanto, que extrapolam a esfera nacional. Isso tem relação com o suporte institucional da UNAIDS, programa das Nações Unidas, que inscreve a produção do *Manual* em um espaço transnacional.

No segundo recorte, o *Manual* mais uma vez justifica a sua proposta, dessa vez, a partir da denúncia da dificuldade que os saberes LGBTQIA+ encontram para circular entre diferentes grupos sociais. Como forma de combater esse problema, o *Manual* conduz os meios de comunicação à posição de que devem ser eles os responsáveis pela vulgarização desse saber, na medida em que são entendidos como lugares privilegiados para intervenção na cena política, sendo "propulsores de mudança" e podendo apoiar a constituição de uma memória de dizeres sobre sujeitos LGBTQIA+ que tenha como base os direitos humanos. É interessante notar que a formulação "propulsores de mudança" apaga também o funcionamento dos meios de comunicação como "quarto poder", isto é, como articuladores dos interesses de grupos dominantes no cumprimento da agenda do mercado financeiro (RIZZOTTO, 2012). Esse apagamento, somado à mobilização no Código de Ética da profissão, tem como efeito a interpelação dos jornalistas a partir de uma posição de contrapoder, ao menos no que diz respeito aos discursos cis-heteronormativos,

Em uma publicação posterior à publicação do *Manual*, o site Buzzfeed Brasil foi um dos veículos que demonstrou publicamente aderência ao projeto linguístico proposto pelo manual. Com o título "Por que estamos adotando a sigla LGBTI+ no BuzzFeed Brasil", seguido da lide "a iniciativa é do Manual de Comunicação LGBTI+ lançado em 2018", a publicação pode ser lida na íntegra abaixo:

> LGBT significa Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros. Já o uso da sigla LGBTI+ é uma forma de incluir o I de Intersexuais e de usar o + como símbolo para outras orientações sexuais, identidades e expressões de gênero.
>
> Você pode entender mais sobre intersexualidade aqui.
>
> E ler sobre outras identidades e orientações sexuais aqui.

**Figura 3** – Recorte da publicação “Por que estamos adotando a sigla LGBTI+ no BuzzFeed Brasil”[35]

Na publicação, o BuzzFeed Brasil apresenta ao leitor a razão pela qual passará a adotar a nomeação LGBTI+ na redação do jornal. Ao final, a publicação ainda disponibiliza links, que se materializam nas palavras “aqui” e levam a outras duas publicações do jornal; a primeira, intitulada “10 coisas que pessoas intersexuais querem te dizer”, e a segunda, “Um pequeno guia sobre as sexualidades que você talvez não conheça”:

**Figura 4** – Recorte da publicação “10 coisas que pessoas intersexuais querem te dizer”[36]

**Figura 5** – Recorte da publicação “Um pequeno guia sobre as sexualidades que você talvez não conheça”[37]

Na Figura 5, a expressão “que você talvez não conheça” parece reconhecer a pouca difusão dos saberes LGBTQIA+ entre a sociedade; e, no gesto de oferecer um guia sobre as sexualidades ─ e aqui a marcação do plural coloca em jogo que não há uma única forma de se

[35] BUZZFEED BRASIL. Por que estamos adotando a sigla LGBTI+ no BuzzFeed Brasil. Publicado em 2018. Disponível em: <https://buzzfeed.com.br/post/por-que-estamos-adotando-a-sigla-lgbti-no-buzzfeed-brasil> Acesso em 09 mar. 2021.
[36] BUZZFEED BRASIL. 10 coisas que pessoas intersexuais querem te dizer. Publicado em 2019. Disponível em: <https://buzzfeed.com.br/post/10-coisas-que-pessoas-intersexuais-querem-te-dizer > Acesso em 09 mar. 2021.
[37] BUZZFEED BRASIL. Um pequeno guia sobre as sexualidades que você talvez não conheça. Publicado em 2018. Disponível em: <https://buzzfeed.com.br/post/um-pequeno-guia-sobre-as-sexualidades-que-voce-talvez-nao-conheca> Acesso em 09 mar. 2021.

experienciar a sexualidade, mas formas múltiplas —, é produzida uma lista de curiosidades que toma parte do objetivo do site de contribuir para a vulgarização desses saberes.

Na Figura 4, as dez coisas que pessoas intersexuais querem te dizer nos aponta para a existência de um movimento de vulgarização e didatização dos saberes LGBTQIA+, no interior do qual inscrevemos instrumentos linguísticos como o *Manual* que tomamos como nosso material de análise. Na seleção dos elementos que compõem a lista das dez coisas ou o guia sobre as sexualidades, se está constituindo um determinado número de coisas-a-saber sobre sujeitos LGBTQIA+, que sedimenta sentidos que significam esses sujeitos de um modo específico, produzindo unidades imaginárias e necessariamente apagando a possibilidade desse conjunto de coisas-a-saber se delimitar de outra maneira. Nesse movimento, materializa-se a seleção de coisas que *precisamos* saber sobre pessoas intersexuais; e as pessoas intersexuais, todas, sem exceção, querem te dizer as mesmas dez coisas que são apontadas no site do BuzzFeed.

As listas de coisas que devemos saber publicadas pelo Buzzfeed mostra modos de se nomear determinados grupos/sujeitos e também modos de se dizer sobre eles, na convergência entre saber sobre o mundo e saber sobre a língua que se formula na prescrição de palavras consideradas mais respeitosas, adequadas e/ou corretas. Se sujeitos intersexuais, afetados historicamente pela interdição de seus lugares de enunciação, agora podem falar sobre si, os outros sujeitos são conduzidos a um necessário lugar de escuta para que ouçam o que foi formulado por alguém, em nome de um grupo de pessoas que se autoidentificam pela mesma nomeação.

Existe uma relação entre essas nomeações e imaginários de homogeneidade e completude, como abordaremos mais adiante. É possível visualizar, entretanto, que a adoção uniformizada da sigla LGBTI+ pelo BuzzFeed, justificada pela inclusão de pessoas intersexuais e de outras que se identifiquem do mesmo modo, nos indicam agitações sociais que orientam para as progressivas dinâmicas de transformação da língua e da sociedade, no ritmo do confronto entre o estabilizado e a ruptura, a reprodução e a transformação. A partir disso, os movimentos sociais intervêm sobre a língua ao buscar, a partir dela, trazer visibilidade a grupos e sujeitos frequentemente colocados para fora da norma e empurrados para as periferias do social, em ambos os sentidos.

## 3.5 A manualização e a maquinação do mundo: rotas de colisão entre unidade e diversidade, resistência e dominação

Neste subcapítulo, nos deteremos sobre o modo como a divisão política dos sentidos irrompe da falsa-aparência de homogeneidade e transparência produzida pelo processo de manualização. Nosso foco é analisar as denominações e categorizações identitárias para as quais o *Manual de Comunicação LGBTI+* propõe definições, sustentadas na produção discursiva de certezas que é amparada no apagamento da interpretação e na vontade de um mundo semanticamente normal (PÊCHEUX, 2006). Investigaremos como a manualização, enquanto processo de constituição e vulgarização de um determinado saber, contribui para esse processo, assim como colocaremos questionamentos para a organização das resistências LGBTQIA+, sem termos o propósito de produzir verdades sobre quais devem ser os rumos e políticas adotadas. Ao reconstituir a opacidade da linguagem, pretendemos jogar luz sobre as contradições, os equívocos, as falhas e os entraves para a materialização do irrealizado da transformação social. Em nosso percurso, partimos de uma análise sobre as determinações e divisões materializadas na dicionária *Aurélia*, o que nos possibilitará posteriormente demarcar suas diferenças com relação ao projeto de saber linguístico do *Manual de Comunicação LGBTI+*. Em seguida, pelas próximas seis seções, olharemos para o nosso material de análise.

Um dos primeiros pontos que nos chama atenção ao olhar para a dicionária *Aurélia* é o movimento de determinação da comunidade cuja língua é descrita naquele artefato: trata-se da língua afiada "do universo Gay" (LIBI; VIP, 2006, contracapa). Esse modo de determinação é exposto ao equívoco no texto de apresentação, em que se especifica a intenção do dicionário de registrar "termos ligados de alguma forma à cultura gay e lésbica". Percebemos, assim, como os sentidos da palavra "gay" deslizam de enunciado para outro: no primeiro, grafado com a inicial maiúscula, a palavra parece abarcar toda a diversidade da comunidade LGBTQIA+; já no segundo enunciado, o anteriormente referido "universo Gay" é reformulado como "cultura gay e lésbica", em que a palavra "gay" é grafada em letra minúscula e divide a acomodação de sentidos sobre a diversidade com outra palavra, "lésbica". A presença de "lésbica" ao lado de "gay", no trajeto discursivo da memória dos movimentos LGBTQIA+, está articulada com o histórico das demandas por visibilidade pelas mulheres lésbicas, que denunciavam sua invisibilização no interior dos movimentos homossexuais predominantemente masculinista, que tratavam as questões delas como menores, como se não merecessem tanta atenção. Essa demanda por visibilidade opunha-se à utilização da palavra "gay" como termo "guarda-chuva" que abarcasse toda a diversidade da comunidade LGBTQIA+.

Entre os dois enunciados, notamos que a movimentação relativa ao modo de determinação remete a um cenário em que pessoas autoidentificadas com outras letras para além da letra "G" mediam forças no interior dos movimentos LGBTQIA+ para tornar a própria identidade visível na nomeação da comunidade que viesse a ser normalizada como a padrão para se referir ao grupo. Essas conjunturas expressam disputas e contradições existentes nos movimentos LGBTQIA+, bem como uma busca pela completude, que se apresenta na multiplicidade dessas letras, das quais se espera que comportem todas ou o maior número possível de identificações de gênero e sexualidades. Ao mesmo tempo, são distintas as rotas de sentido materializadas pelos enunciados "universo Gay" e "cultura gay e lésbica". O "universo Gay" é também o universo das lésbicas? E a cultura "gay e lésbica" é também a cultura das travestis, das intersexuais, das pessoas bissexuais, transgêneras, *queer*, agêneras e não-binárias?

A palavra "gay" é definida na *Aurélia* da seguinte maneira:

> Gay (guêi) – (do inglês)
> 1. s. m. Homossexual masculino. Outros termos usados, mas com ligeira variação de sentido são: baitola, bambi, bee, beesha, bi, biba, bicha, bill, biltra, bilu, boiola, cheiue, culeiro, entendido, finóquio, frango, fresco, fruta, frutinha, gersina, goiaba, greta, bomiceta, homigina, laleska, lhusbea, mancha, mona, mônica, paneleiro, peixe, poc-poc, potira, puto, quaquá, qualira, tata, viado, xibungo. Durante a inquisição, a igreja chamava qualquer biba de somitigo (com a var. somítigo), sodomita ou sodomítico.
> 2. Adj. Próprio de gay. (LIBI; VIP, 2006, p. 65-6)

Nesse recorte, é possível observar que a Aurélia produz sentidos para a palavra "gay" bastante específicos, já que a primeira acepção pode ser resumida a "homossexual masculino" e seus sinônimos (embora se aponte ligeiras variações de sentido). Isso não significa necessariamente que os sentidos de "gay" da Aurélia sejam sempre específicos ao masculino, mas nos suscita indagações relativas ao imaginário sobre a comunidade LGBTQIA+ projetado pela *Aurélia* e a como esse imaginário pode ser atravessado por contradições de uma sociedade patriarcal, que privilegia a experiência masculina e despreza ou invisibiliza o que está relacionado ao feminino, tendo em conta o entendimento do gênero como binário, que é materializado pela ideologia dominante cis-heteronormativa.

Nessa direção, voltamos ao texto de Elias de Oliveira (2020) em que a autora analisa a existência de 33 entradas formadas a partir da palavra "bicha" e que ilustram os seus diferentes modos de ser. Entre essas entradas, há uma profusão de palavras como "bicha-aeromoça", "bicha alpinista social", "bicha-barra-mulher", "bicha-bicha", "bicha-bofe", "bicha-boy", "bicha-cadela", "bicha-carteirão", "bicha de antiquário", "bicha de blair (blér)", "bicha de época", "bicha de moema", etc. Elias de Oliveira avalia que essa diversificação de entradas para a palavra "bicha" se contrapõe à homogeneidade com que a cultura homofóbica trata sujeitos

LGBTQIA+, pois não só reconhece modos outros de ser "bicha", mas sobretudo as diferencia por características "como a idade (bicha de época, bicha boy), os modos efeminados ou masculinizados (bichabicha, bicha-louca / bicha-bofe, bicha-macha), os modos de vestir (bicha mocassim, bichaenvelope), o caráter (bicha quá-quá-quá, bicheca), entre outras." (ELIAS DE OLIVEIRA, 2022, s.n.)

Com isso, as "bichas" são diferenciadas entre aquelas com as quais há identificação e aquelas com as quais não há, em um movimento menos preocupado com a projeção de imaginários de comunidade em que não haja espaço para contradição ou divergência do que com a possibilidade de colocar em evidência a pluralidade existente entre homens gays. Da mesma forma, as lésbicas são diferenciadas entre "boots", "buçundas", "buscapés", "camionetas", "caramurus", "fadas", "lesbian chic", "mafiosas", "maria-sabonetes", "melissinhas", "nikitas", "pittbullzeiras", "sandalinhas", "sapacaxas do agreste", "sapatão", "sapeca", "sargentonas", "vagabas" e "xuletas". Existe, assim, um rompimento com uma ideia de que o universo LGBTQIA+ seria homogêneo, sustentada pelos estereótipos homolesbofóbicos enquanto conjunto de imagens repetidas à exaustão que solidificam na memória discursiva que há apenas um modo de ser gay e lésbica ou que todos os gays e lésbicas são iguais, como pode ser vislumbrado em novelas, programas de auditório ou em campanhas publicitárias, em que se explora especialmente a imagem do homem gay afeminado e despolitizado ou da lésbica masculinizada e grosseira.[38]

De uma perspectiva discursiva, toda resistência é atravessada pela contradição, instaurada na relação entre dominação e resistência. Isso não quer dizer que não há luta possível contra o discurso cis-heteronormativo, mas que este ainda domina o modo como sujeitos LGBTQIA+ são falados ou falam sobre si. As lutas pelo dizer e significar, como práticas de resistência e onde inscrevemos as conjunturas específicas de publicação de um conjunto de artefatos sobre a temática LGBTQIA+, são produzidas no interior da ideologia cis-heteronormativa e mesmo em função dela, limitadas por esse discurso dominante. Há elementos da cis-heteronormatividade que podem ser repetidos e reproduzidos, de forma que essa nova rede de significações é incontornavelmente contraditória.

Isso nos remete a um conhecido trecho dos textos de Pêcheux (2014):

> levar a sério a referência ao materialismo histórico significa reconhecer o primado da luta de classes em relação à existência das próprias classes e isso ocasiona, no que diz respeito ao problema da ideologia, a impossibilidade de toda uma análise diferencial

[38] É inevitável não se lembrar de personagens de enorme sucesso televisivo, como o personagem Crô, da novela *Fina Estampa*; o personagem Patrick, de *Zorra Total*, sempre lembrado pelo bordão "olha a faca!"; ou Deise Coturno, a personagem lésbica de *Toma Lá, Dá Cá*, constantemente referida no seriado como "a sapatão".

> (de natureza sociológica ou psicossociológica), que atribui a cada "grupo social" sua ideologia, antes que as ideologias entrem em conflito, visando assegurar a dominação de umas sobre as outras.

A luta contra a dominância dos sentidos cis-heteronormativos é um *processo* em que também a resistência está sujeita ao equívoco, o que significa dizer que não é possível, da posição que adotamos, separar a ideologia dominante da ideologia dominada, como se uma não estivesse intrinsecamente relacionada com a outra. A ideologia dominante e a dominada se implicam mutuamente, na medida em que a última materializa a subversão nos processos discursivos a partir das fissuras e disjunções que ela faz irromper na primeira; e a ideologia dominante expõe a ideologia dominada à contradição por meio da produção dos discursos que inventam/regulam o sexo e o corpo e dos dispositivos da dominação capitalista que permitem a cooptação e domesticação da resistência subversiva.

Para avançar a discussão que iniciamos aqui, vamos retornar o olhar para o *Manual de Comunicação LGBTI+*.

### *3.5.1 "Discutir letra é discutir perfumaria"?: os discursos revolucionários, a (in)completude e o impossível*

*"Devemos nos atrever a inventar o futuro"*
— Thomas Sankara

Em nossa proposta inicial de olhar para como se tem formulado, em nosso tempo, no espaço brasileiro e em diferentes artefatos de linguagem, um saber linguístico LGBTQIA+, nos inscrevemos em uma posição a partir da qual não concebemos o conhecimento como uma linha homogênea ou que se constituiria sempre em direção a uma pretensa "evolução". Dessa forma, queremos frisar, no que diz respeito ao saber sobre a língua e sobre os sujeitos, que existem diferenças entre as formas que o saber linguístico toma na *Aurélia* e no *Manual de Comunicação LGBTI+*, como abordaremos mais adiante. Não se trata de perseguir aqui uma pretensa narrativa verdadeira, aquela que deveria ser alçada à posição de universalidade. Em vez disso, pretendemos apontar para as contradições e para a própria heterogeneidade do saber linguístico LGBTQIA+ constituído no manual, o que direciona nosso olhar para os movimentos discursivos da memória, os deslizamentos de sentido e para a fragmentação e dispersão do conhecimento, inclusive, no atravessamento pelos saberes científicos cis-heteronormativos

produzidos pelas instituições burguesas a partir de sua consolidação na Europa, quando a família nuclear monogâmica, o binarismo de gênero e a cis-heteronormatividade tornaram-se modos de organização de vida sancionados pelo Estado e impostos a outros povos pelo processo de colonização.

É a partir de tal perspectiva que temos entrado em contato com um saber historicamente deslegitimado por narrativas consolidadas, mas que nos últimos vinte anos tem encontrado possibilidades de circular no espaço público. Alicerçado em um exame de como os preconceitos se reproduzem a partir da linguagem, estabilizando representações negativas e, com isso, restringindo a movimentação dos sentidos, o saber linguístico LGBTQIA+ tem exposto diferentes modos de se abordar as relações sociais a partir das relações com a língua, o que pretendemos analisar.

Assim como nos detivemos sobre a determinação da língua e dos sujeitos da língua dicionarizada pela *Aurélia*, que ora é referida como do "universo Gay", ora é referida como da "cultura gay e lésbica", observamos que o *Manual de Comunicação LGBTI+* se refere aos sujeitos identificados como minorias sexuais e de gênero não apenas como "Gays", nem apenas como "gays e lésbicas", mas como "LGBTI+". Esta nomeação ainda traz uma mudança com relação à versão anterior do *Manual* (MARTINS et. al, 2010), que se intitulava *Manual de Comunicação LGBT*. A mudança é justificada na apresentação do material que analisamos por meio de um asterisco ao lado da palavra, que remete a uma nota de rodapé em que se lê:

> Neste manual o símbolo + foi acrescentado à sigla LGBTI para abranger outras orientações sexuais, identidades e expressões de gênero.

Nessa justificativa, deixa-se de falar da letra "I". Em vez disso, diz-se que o símbolo "+" foi acrescentado para abranger outras orientações sexuais, identidades e expressões de gênero que, depreende-se por implícito, não estariam sendo contempladas pela sigla "LGBTI". Está em funcionamento uma necessidade de completude que se mostra no anseio de dar conta, em uma única palavra, da diversidade de experiências e identificações sexuais e de gênero que não se conformam à norma binária e heteronormativa que produz e regula os corpos em nosso tempo.

O conflito da nomeação é um conflito sobre o que exatamente se coloca como alternativa a essa norma, de forma que a nomeação, pelas letras da sigla e pelo sinal de adição, garantiria a visibilidade a categorias de identificação existentes e outras que ainda não foram nomeadas, que poderiam vir a ser nomeadas no futuro. Nesse sentido, o sinal de adição é uma garantia antecipada da inclusão de categorias novas a serem criadas, a partir de uma

necessidade, que se impõe, de de-limitação, pela nomeação[39]. É uma questão sobre como abranger a diversidade na unidade linguística de uma palavra, incluindo aí o que sempre-ainda está em transformação e sempre-ainda não tem forma definida, e sobre como dar conta de tudo aquilo que é *possível*. O símbolo "+" nos aponta para um caminho de sentidos percorrido pelos sujeitos dos movimentos LGBTQI+ na busca por uma nomeação mais inclusiva, pertinente e exata para os movimentos.

A constituição de sentidos sobre o sujeito e a língua pela nomeação "LGBTI+" é parte de um processo histórico de construção de sentidos. A nomeação "LGBT" havia sido estabelecida como a padrão para se referir às minorias sexuais e de gênero no Brasil quando, em 2008, a 1ª Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais decidiu pela mudança da sigla de "GLBT" para "LGBT", em consonância com o padrão adotado no resto do mundo e com o objetivo de atender às demandas dos movimentos lésbicos contra o silenciamento no interior da comunidade.

Naquele ano, o portal de notícias G1 publicou uma reportagem intitulada "Mudança de sigla de GLBT para LGBT divide comunidade gay"[40]. Para além de ser interessante a relação estabelecida entre "GLBT", "LGBT", "comunidade" e "gay", em que o "gay" de "comunidade gay" acaba por significar como abrangendo "GLBT" e "LGBT", justamente em meio à discussão sobre como produzir uma nomeação mais inclusiva, a matéria entrevista diferentes membros da comunidade, que têm diferentes posicionamentos com relação à mudança de sigla. Reproduzimos alguns recortes abaixo[41]:

> L. F: "[...] Por que mudar? As pessoas já estão acostumadas com a sopa de letrinhas nessa ordem. [...] Ninguém se entende. Cada um usa uma seqüência de letras, basta procurar nos sites."
>
> M. M.: "Eu acho que a mudança dos termos não altera o produto. Houve uma época que quisemos inserir a palavra lésbica no contexto dos nomes. De fato se falava só em homossexual. Agora que todas as siglas estão representadas, o importante mesmo é ter uma maior mobilização dentro do movimento das próprias lésbicas. Elas têm que

[39] Em *Coisa de menina?*, de autoria de Maria Homem e Contardo Calligaris, os psicanalistas debatem sobre as discussões de gênero que têm se colocado no debate público. Nesse processo, eles também discutem a impossibilidade de definição das questões relativas ao que se chama de sexualidade e gênero, tratando da dificuldade de se definir, no âmbito das palavras, as realidades vastas e complexas do humano. É de Maria Homem, logo no início do texto, a seguinte provocação: "Acho bom que uma mulher e um homem debatam o feminino, embora dizer isso já seja complicado porque significa que estamos afirmando que há uma mulher e que há um homem, o que é polêmico para o pensamento contemporâneo. Será que eu sou uma mulher? Será que você é homem, Contardo?" (HOMEM; CALLIGARIS, 2019, p. 7).

[40] PORTAL DE NOTÍCIAS G1. Mudança de sigla de GLBT para LGBT divide comunidade gay. Publicado em 12/06/2008. Disponível em: <https://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL597188-5606,00-MUDANCA+DE+SIGLA+DE+GLBT+PARA+LGBT+DIVIDE+COMUNIDADE+GAY.html> Acesso em 24 mar. 2021.

[41] Optamos por abreviar o nome e sobrenome dos entrevistados pelo G1, de maneira a preservar sua identidade.

> ser mais sistemáticas, mais protagonistas. A simples mudança do L não faz grande diferença."
>
> M. G.: "Acho o debate sobre a mudança da sigla uma bobagem. Temos que lutar por direitos. O que muda a luta se muda a sigla? Nada. Gastar tempo nesse debate é perder o foco da luta. A mim, como gay, não altera nada ter o L na frente. Discutir letra é discutir perfumaria."
>
> C. N.: "Não é só uma mudança estética. Tem um caráter político importante que é considerar a questão de desigualdade de gênero dentro do movimento LGBT, já que boa parte da visibilidade social e política ainda recai sobre os gays. É importante, sim. [...]".

Nas falas acima, há diferentes perspectivas quanto à mudança da sigla de "GLBT" para "LGBT". Enquanto C. N. enfatiza que a mudança não é só estética, mas tem um caráter político importante ao considerar a desigualdade de gênero dentro do movimento LGBT, como boa parte da visibilidade social e política ainda recairia sobre os gays, a mudança na ordem das letras da sigla seria justificável. Por diferentes razões, L. F., M. M. e M. G discordam que a mudança de sigla acrescente algo à luta do movimento; seja porque as pessoas já estariam acostumadas com a ordem das letras e porque ninguém se entende, já que cada um utiliza uma ordem (é interessante notar como esses argumentos se contradizem), seja porque a mudança linguística seria muito limitada no que diz respeito à capacidade de produzir mobilização para exigir direitos. M. G, afirma considerar que o debate sobre a mudança da sigla é uma bobagem, uma vez que o foco não seria a luta por direitos e que não haveria nenhuma mudança na luta ao mudar a sigla. Nesse sentido, colocar ou não a letra "L" na frente não alteraria nada: "discutir letra é discutir perfumaria". Em sua fala, há um questionamento sobre a relação entre palavra e coisa, em que se contesta na formulação "o que muda a luta se muda a sigla?" a tomada da relação entre palavra e coisa de maneira automática e direta.

Já para M. M., a mudança também não produz alterações significativas, embora ela rememore um tempo em que isso teria sido importante: quando se usava apenas a palavra "homossexual" para nomear todos os agentes do movimento. Segundo M. M., essa não deve ser mais a preocupação do movimento lésbico, uma vez que agora "todas as siglas estão representadas". Essa afirmação é particularmente interessante, pois em direção contrária ao comentário da entrevistada, a última mudança oficial na sigla não determinou o "fim" da proliferação de nomeações alternativas que se esforçam para incluir o que não estava sendo incluído. A sigla é um ponto de conflito, a cada vez afetada pelo contexto de emergência ou consolidação de novas categorias (que não param de surgir) e que dizem respeito a formas *outras* de conceber ou experienciar o gênero, a sexualidade e a relação com o próprio corpo.

De lá para cá, uma série de outras nomeações surgiram e são mobilizadas em diferentes lugares, como "LGBTQIA+"[42] (lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queer, intersexo e assexual), "LGBTTTIs"[43] (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, transgêneros, intersexuais), "LGBTQ"[44] (lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e queer), "LGBTQI"[45] (lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queer e intersexos), LGBTQIAPN+[46] (lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queer/"questioning", intersexuais, assexuais/arromânticos/agêneros, panssexuais, não-binárias), entre outras. Uma matéria da UOL[47] reproduziu ainda uma informação de um site britânico, segundo o qual alguns usuários da rede social *Quora* propunham que a nova sigla deveria ser LGBTQQICAPF2K+ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queers, questionadores, intersexuais, curiosos, assexuais/agêneros, pansexuais/polissexuais, familiares e amigos, two-spirit, kink, e mais).[48]

Novas formas de se dizer e nomear esse movimento não cessam de aparecer, ainda que se possa produzir para alguns, a cada vez, a ilusão de que "todas as siglas estão representadas". Se, pela inclusão do símbolo "+" em algumas siglas, como naquela adotada pelo manual, os movimentos parecem admitir que há *mesmo* algo aí que sempre-ainda não acabou e que não cessa de se multiplicar; ao mesmo tempo, ainda estamos assistindo à emergência de novas letras que se somam atrás do símbolo "+". Se isso acontece é porque se está buscando algo que ainda não foi alcançado e que escapa a tentativas de estabilização: há sempre algo que as novas siglas não contemplam.

O equívoco que se expressa nas derivas da nomeação nos lembra aquilo que Eni Orlandi (2017b) chamou de "a equívoca busca pelo exato". Se os sentidos não são exatos, pois são impalpáveis, descontínuos e constitutivamente derivam para outros sentidos; se não há

---

[42] EDUCA+BRASIL. Qual o significado da sigla LGBTQIA+?. Publicado em 06/10/2020. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/dicas/qual-o-significado-da-sigla-lgbtqia>. Acesso em 12 set. 2021.

[43] NOTÍCIAS UFSC. Conselho Universitário aprova Moção em defesa da área de pesquisa em Estudos de Gênero no Brasil. Publicado em 04/05/2016. Disponível em: <https://noticias.ufsc.br/tags/mocao-em-defesa-da-area-de-pesquisa-em-estudos-de-genero-no-brasil/>. Acesso em 12 set. 2021.

[44] DW BRASIL. Comunidade LGBTQ da Hungria teme repressão e perseguições. Publicado em 23/07/2021. Disponível em: < https://www.dw.com/pt-br/comunidade-lgbtq-da-hungria-teme-repress%C3%A3o-e-persegui%C3%A7%C3%B5es/a-58602763> Acesso em 12 set. 2021.

[45] UFMG. População LGBTQI relata discriminação, depressão e solidão na pandemia. Publicado em 29/01/2021. Disponível em: <https://www.ufmg.br/prae/noticias/populacao-lgbtqi-relata-discriminacao-depressao-e-solidao-na-pandemia/> Acesso em 12 set. 2021.

[46] ORIENTANDO. O que significa LGBTQIAPN+?. s.d. Disponível em: <https://orientando.org/o-que-significa-lgbtqiap/> Acesso em 12 set. 2021.

[47] UOL UNIVERSA. Alguns ativistas querem mudar a sigla LGBTQ+ para LGBTQQICAPF2K+; entenda.... Publicado em 29/06/2018. Disponível em <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2018/06/29/alguns-ativistas-querem-mudar-a-sigla-lgbtq-para-lgbtqqicapf2k-entenda.htm> Acesso em 12 set. 2021.

[48] No inglês, ainda foi possível encontrar sites que utilizam a sigla LGBTQIAD (lesbian, gay, bisexual, transgender, questioning, queer, intersex, asexual, pansexual, demisexual), como o The Animas Quill. Disponível em: <https://theanimasquill.wordpress.com/2017/03/17/what-is-lgbtqiapd/> Acesso em 12 set. 2021.

sentidos ou sujeitos que sejam coincidentes; se existem o simbólico, a ideologia e o inconsciente no funcionamento da linguagem, de maneira que as posições-sujeito que assumimos escapam à nossa vontade, como consensualmente fixar denominações que possam dizer respeito à experiência de um incontável número de sujeitos, e ao mesmo tempo como esperar que elas tenham potencial de transformar uma realidade social em que o valor da vida é assimétrico?

Para Orlandi (2017b, p. 216),

> O político, o social, o histórico e o ideológico se articulam na produção da vida e de como colocamos nomes nas coisas. A língua, por seu lado, se impõe em sua ordem, em seu real. O que significa que não temos controle sobre os sentidos ou sobre os sujeitos, mudando palavras, pensando com isto mudarmos a realidade (sobretudo o social com seu imaginário, sua dissimetria e seus valores ideologicamente constituídos).

Os processos discursivos estão constitutivamente em tensão e movimento, o que traz à tona o caráter inerentemente provisório de qualquer definição e denominação. Essa questão voltará a aparecer para nós neste trabalho. Na produção de nomeações para o sujeito/(d)os movimentos LGBTQIA+, observamos a tentativa de representar, na língua, a diversidade em sua multiplicidade, o que paradoxalmente nos aponta a necessidade de constituição de uma unidade imaginária, funcionando ao modo de: "nós (estas letras) somos o movimento LGBTQIA+". Uma unidade subdividida em outros, já que a multiplicidade é divisão, subdivisão e re-divisão. Mas aí se percebe que há algo que foi deixado de fora da nomeação, e os movimentos procuram, então, outros modos de se afirmar, que engendram outros apagamentos. Essa tensão se inscreve ainda na ilusão da completude pela linguagem, que pressupõe que a língua que falamos não está sujeita à falha e que o mundo é um objeto dado e exato. Seria possível, então, descobri-lo, apreendê-lo e descrevê-lo a partir da língua, por completo, esta língua que é o instrumento de mudança do qual o homem poderia conscientemente se apropriar.

É importante questionar "de onde vêm os discursos revolucionários", nos lembra Pêcheux (2012, p. 15), "como eles se constituem historicamente, na sua relação com o inexistente, com a irrealidade e com o impossível". As ideologias dominadas não se desenvolvem externamente à ideologia dominante e isso significa dizer que elas são atravessadas pelas ilusões fabricadas na relação com o inconsciente e com as condições históricas, sociais, políticas e institucionais de cada tempo, cada espaço; as quais, por sua vez, dizem respeito ao modo como são constituídos os sujeitos. Eis o sonho de Babel: de sujeitos e comunidades constituídas sob a universalidade, uniformidade e completude, quando na verdade são descontínuas e fragmentadas, como também são os percursos dos sentidos. As mudanças

na nomeação dos movimentos LGBTQIA+ conduzem seus sujeitos a uma equívoca busca pela exatidão e precisão do que se nomeia, uma equívoca busca pelo exato que sempre resultará em outros deslizamentos. O impossível na linguagem coloca os movimentos em confronto com a utopia da totalidade: é possível representar integralmente, chegar ao todo? O símbolo "+" consegue dar conta desse desejo?

Na deriva em que nos conduziu a questão posta por Pêcheux sobre os discursos revolucionários, refletimos sobre essa questão de outro modo: por que aparecem e de onde vêm os movimentos sociais? Um movimento social irrompe como uma demanda coletiva por transformação, seja ela estrutural, seja ela uma mera reforma no *status quo*. Organizar e sustentar um movimento implica sempre alguma medida de utopia que possibilite projetar a vida de outra maneira; isto é, um movimento social irrompe porque existe o *irrealizado* da sociedade burguesa, neoliberal, racista, cisgênera, heteronormativa.

Cabe trazer aqui a distinção proposta por Orlandi (1998b, 2017a) entre o *sem-sentido* e o *não-sentido*; este é definido como o irrealizado, como disponibilidade e não vazio, como aquilo que ainda pode vir a fazer sentido a partir das falhas nas práticas ideológicas de onde emergem a resistência e a revolta, que rompem com uma repetição histórica e possibilitam a incorporação de sentidos outros à nossa memória social e política. Esse não-sentido pode não fazer sentido agora, mas tem possibilidade de vir a fazer. O sem-sentido, por sua vez, é produto de uma saturação, em que esse esgotamento está relacionado a processos pelos quais as coisas perdem o sentido, ou simplesmente não fazem sentido. Ele é articulado pela autora ao trabalho ideológico da estabilização dos sentidos, da contenção do movimento dos sentidos e sujeitos; o que resulta desse processo é que, mesmo que existe o trabalho ideológico da resistência e da revolta, nem sempre se garante a produção dos sentidos outros.

É a partir dessa distinção entre não-sentido e sem-sentido que Orlandi (2017a) discute como, em muitas sociedades que viveram o regime de colonização, a palavra "igualdade" habita a região do sem-sentido, porque não foram afetadas em sua memória discursiva por esse processo de significação, em que a experiência da cidadania tenha se colocado, por meio de um gesto de ruptura, "como um objetivo de luta, de conquista, de reconhecimento e identificação" (ORLANDI, 2017a, p. 167). O desafio que se coloca é como passar do não-sentido ao sentido possível, formando sentidos do interior do não-sentido. É preciso ter no horizonte maneiras concretas de se obter conquistas agora, mas também é preciso algum grau de sonho: sonhar, enunciar os sonhos, projetar futuros e assim construir as condições para constituir sentidos outros e o irrealizado acontecer.

Em sua travessia por sentidos, possibilidades e mundos outros, os movimentos LGBTQIA+ se confrontam com o sonho de sociedade que poderia permitir a despedida dos sentidos que reproduzem a dominação. Na outra via, os movimentos se confrontam com o desafio de viver o agora, hoje, em que há o sem-sentido, o não-sentido e o irrealizado, em que é preciso negociar com os sentidos da dominação se se quiser continuar sonhando. Por fim, dá-se de frente ainda com o impossível na linguagem ao tomá-la, na ilusão da consciência e da completude, como instrumento da mudança na direção daquilo que ainda não encontrou suas condições de realização, embora o poder fundador da linguagem permita descrever, imaginar e sonhar aquilo que (ainda) não existe.

### *3.5.2 O sexo é biológico, o gênero é social?: um primeiro olhar para as definições do Manual de Comunicação LGBTI+*

Os três primeiros capítulos do *Manual* nos interessam particularmente, pois se propõem a apresentar definições, à semelhança de verbetes, para palavras como sexualidade, gênero, sexo biológico e intersexualidade no primeiro capítulo, e outras como como gay, lésbica, homossexual, homoafetivo, pansexualidade, binarismo de gênero, cisgênero, transgênero, entre outras no segundo e no terceiro capítulo. Mobilizando essa ampla gama de nomeações/identificações, o *Manual* se constitui a partir de uma discursividade em que o reconhecimento a uma diversidade de experiências e existências possíveis extrapolam aquelas pré-concebidas pelo domínio binarista da cis-heteronormatividade. Produzem-se simultaneamente sentidos sobre as palavras e sobre os sujeitos nomeados por elas, tendo em conta o modo como o manual, enquanto um instrumento linguístico, regula tais sentidos e seleciona o que deve e o que não deve ser parte de um saber linguístico LGBTQIA+. Nesse processo, nos interessa olhar para os *modos de se dizer* que constituem as formulações sobre os conceitos apresentados, que nos conduzem a considerações sobre o processo de produção da reflexão sobre a linguagem e sobre os sujeitos. Não é do nosso interesse avaliar se as definições são certas ou erradas, se estão de acordo com esta ou aquela perspectiva tomada como referência nos estudos científicos sobre gênero e sexualidade, pois isso significa se deixar ser transportado por efeitos de evidência da ideologia. É do nosso interesse olhar para os processos discursivos, com ênfase nas contradições que irrompem da relação tensa entre dominação e resistência, unidade e diversidade.

Os instrumentos linguísticos são objetos de conhecimento determinados sócio-historicamente, fazendo parte dos processos por meio dos quais os sujeitos se constituem. O saber que é produzido por eles não está fora do político ou da ideologia, já que em uma posição materialista, essa exterioridade é compreendida como constitutiva dos processos discursivos. Ainda de acordo com essa posição, nas definições, não entraremos em contato com os objetos *per se*, já que a linguagem, com sua materialidade, é compreendida enquanto prática e trabalho simbólico, que *media* as relações que se estabelecem entre o sujeito e a realidade natural/social. (ORLANDI, 2017a) Em sua inscrição na história, e desse modo, sujeita às falhas e divisões, a língua produz a discursividade na relação com a interdiscursividade, o que materializa determinados modos de se definir e não outros. Ao percorrermos as definições, somos conduzidos a um percurso de sentidos que se apresenta a partir de um efeito de encerramento e universalidade do saber, que é, na verdade, heterogêneo e filiado a diferentes regiões da memória.

Observemos o recorte abaixo:

> Sexualidade
> Refere-se às construções culturais sobre os prazeres e os intercâmbios sociais e corporais que compreendem desde o erotismo, o desejo e o afeto, até noções relativas à saúde, à reprodução, ao uso de tecnologias e ao exercício do poder na sociedade. As definições atuais da sexualidade abarcam, nas ciências sociais, significados, ideias, desejos, sensações, emoções, experiências, condutas, proibições, modelos e fantasias que são configurados de modos diversos em diferentes contextos sociais e períodos históricos. Trata-se, portanto, de um conceito dinâmico que vai evolucionando e que está sujeito a diversos usos, múltiplas e contraditórias interpretações e que se encontra sujeito a debates e a disputas políticas (GÊNERO, 2009).

O primeiro ponto que nos chama atenção na definição para a palavra "sexualidade" é o efeito de abertura produzido no movimento de predicação da palavra. Essa abertura não é completa e nem teria como ser, já que a definição, em maior ou menor medida, é sempre um gesto de cerceamento e fixação de sentidos, mas é interessante observar que o sentido da palavra é remetido a uma diversidade de regiões da experiência humana (significados, ideias, desejos, sensações, emoções, experiências, condutas, proibições, modelos e fantasias), que não se configuram de maneira igual em outros espaços e outros tempos. Ainda se relaciona à palavra "sexualidade" construções culturais sobre os prazeres e intercâmbios sociais e culturais em sua relação com o erotismo, o desejo, o afeto, a saúde, a reprodução, o uso de tecnologias e o exercício do poder.

Nesse movimento, o *Manual* aponta para as divisões de sentido que se materializam na circulação da palavra, portanto, para seu caráter polissêmico. Essas divisões de sentido são remetidas ainda às "disputas políticas" e "às múltiplas e contraditórias interpretações" sobre a

palavra. Ela não é, assim, tratada sob a óptica da transparência dos sentidos, a partir da qual é fabricada a evidência ideológica de que sempre se sabe o que se quer dizer, mas em sua opacidade. Ao tomá-la como "conceito dinâmico", "que vai evolucionando", o *Manual* nos mostra que a palavra se situa em um terreno móvel, pouco consensual.

Esse movimento é bastante distinto daquele que se observa, por exemplo, na oitava edição do *mini Aurélio* (FERREIRA, 2010):

> Se.xu:a.li.da.de (cs) [Sexual. 14] sf. 1. Condição de sexual. 2. Sensualidade; sexo.

Observemos que não só o efeito de fechamento da definição do *mini Aurélio* é significativamente maior, como também se limita, na segunda acepção, à sensualidade e ao sexo. Não se sabe sobre qual sentido de "sexo" se está falando, assim como também se apagam as relações com o desejo, o afeto, a saúde, a reprodução, o uso de tecnologias e o exercício do poder que são postas no *Manual*. Na primeira acepção, por sua vez, produz-se a remissão à palavra "sexual", em que se lê:

> Se.xu.al (cs) [Sexo. 39A] adj2g. 1. Relativo a sexo. 2. Referente à cópula (2). 3. Que possui sexo, ou que o caracteriza. [Pl.: -ais]

Na definição de "sexual", a segunda acepção remete ao ato da reprodução sexual, e a terceira à ideia de que é possível "possuir" um sexo. Mas o que significa dizer que é possível "possuir" sexo ou o que pode "possuir" sexo também não se diz. A primeira acepção produz outra remissão, desta vez, à palavra "sexo":

> Se.xo (cs) [Lat. sexu.] sm. 1. O conjunto das características que distinguem os seres vivos, com relação à sua função reprodutora. 2. Qualquer das 2 categorias, macho e fêmea, na qual eles se classificam. 3. O conjunto dos que são do mesmo sexo. 4. Instinto (1) sexual e suas manifestações; sensualidade. 5. Pext. Conjunção carnal entre dois indivíduos. 6. Os órgãos genitais externos.
> Fazer ou ter sexo. Ter relação sexual com alguém.

O manual, por sua vez, produz a seguinte definição para "sexo biológico":

> Sexo biológico
> Em termos simples, o sexo biológico diz respeito às características biológicas que a pessoa tem ao nascer. Podem incluir cromossomos, genitália, composição hormonal, entre outros. Em um primeiro momento, isso infere que a pessoa pode nascer macho, fêmea ou intersexual (NEUTROIS.COM, [201-?]). Não há gênero no sexo biológico em si, o que existe é uma expectativa social de gênero em relação ao corpo/genital (CADERNO, 2017).

Na definição de "sexo" do *Mini Aurélio*, notamos, assim como na definição de "sexual", a repetição de sentidos referentes à cópula, seja nos exemplos "Fazer ou ter sexo. Ter relação sexual com alguém", seja ao tratar de "instinto sexual" na quarta acepção. A primeira

acepção descreve "sexo" como "o conjunto das características que distinguem os seres vivos, com relação à sua função reprodutora". Esse movimento é digno de nota, na medida em que relaciona o conjunto das características que distinguem os seres vivos quanto ao sexo ao que é referido como "funções reprodutoras". Na segunda acepção, explica-se que os seres vivos podem ser classificados (quanto ao sexo) em machos ou fêmeas, o que nos mostra que o dicionário se inscreve em uma concepção binária no que se refere ao sexo dos indivíduos. Sendo assim, os seres vivos só podem ou ser "machos" ou ser "fêmeas", palavras tratadas em sua evidência, e o que definirá se eles serão um ou outro será o conjunto das suas características relacionadas à função reprodutora. Ser macho ou fêmea é significado em relação à determinação reprodutiva que recai, então, sobre todos os seres vivos, e à qual eles não escapam.

Na definição de "sexo biológico" pelo manual, já é possível observar alguns deslocamentos de sentido. É importante notar que se acrescenta uma outra palavra a "sexo" que a determina: a palavra "biológico". Esse sexo do qual se fala no manual, assim, não é qualquer "sexo", mas um sexo que é biológico.

O que se diz na primeira acepção de "sexo" no *Mini Aurélio* como "o conjunto das características que distinguem os seres vivos, com relação à sua função reprodutora" comparece reformulado no *Manual* pelo trecho "o sexo biológico diz respeito às características biológicas que a pessoa tem ao nascer. Podem incluir cromossomos, genitália, composição hormonal, entre outros". Diferentemente do dicionário, o *Manual* não fala em funções reprodutoras, mas sobre outro conjunto de características ─ biológicas ─ que distinguem os indivíduos quanto ao sexo, que *podem* "incluir cromossomos, genitália, composição hormona, entre outros". Em um primeiro momento, nos chama atenção que essas características sejam nomeadas como "biológicas", uma vez que isso parece configurá-las a partir de uma existência já-lá, *uma existência em si mesma*, como se os sentidos construídos sobre elas e relacionados à distinção sexual não tivessem existência simbólica, mediada pela linguagem, pela ideologia e pelas instituições do saber. Assim, se há uma abertura de sentidos na definição proposta pelo *Manual* para a palavra "sexualidade", isso não acontece na definição de "sexo biológico". Por outro lado, enfatizamos a utilização do verbo "poder" nesse recorte, que pressupõe que essas características *podem ou não* dizer respeito à designação do sexo de um indivíduo, não se estabelecendo uma relação fundamental entre esses elementos; e por fim, destacamos o equívoco que se materializa entre os dizeres do *Mini Aurélio* e do *Manual* sobre quais características, afinal, identificam o sexo de alguém.

Outro deslocamento com relação à definição do *Mini Aurélio* se produz no recorte: "em um primeiro momento, isso infere que a pessoa pode nascer macho, fêmea ou intersexual".

Aqui o *Manual* se afasta de uma posição binarista com relação à identificação pelo sexo biológico, colocando ênfase sobre o fato de que nem todos os corpos se adequam às normas que distinguem o que é o corpo de um "macho" e o que é o corpo de uma "fêmea"; nesse sentido, a expressão "em um primeiro momento" parece indicar dúvidas de que "macho", "fêmea" e "intersexual" sejam suficientes para descrever a diversidade dos corpos humanos.

O documento ainda afirma que "não há gênero no sexo biológico em si, o que existe é uma expectativa social de gênero em relação ao corpo/genital", o que também nos chama atenção, pois coloca-se, de um lado "gênero"/"expectativa social de gênero"; e do outro, "sexo biológico em si"/"corpo/genital". Esse recorte retoma sentidos que atribuem, nessa distinção entre sexo/gênero, aquilo que seria da ordem social ao gênero, e aquilo que seria da ordem física, biológica ao sexo. Essa concepção de "sexo" produz como apagamento o fato de que as distinções entre o corpo masculino e o feminino são descrições científicas que têm sua historicidade, visto que são amparadas em um modelo cis-heteronormativo estabelecido nos últimos séculos, não sendo, assim, uma almejada realidade empírica.

Além disso, é importante notar que nas definições propostas pelo manual, há uma preocupação em legitimar a informação a partir de referências a uma bibliografia especializada, o que confere autoridade às definições que constituem o saber construído pelo artefato. No *Mini Aurélio*, por exemplo, essa autoridade se dá de outra maneira, já que há a autoridade do nome "Aurélio" e de especialistas colaboradores responsáveis pela elaboração e atualização do dicionário.

Colocar as definições do *Manual* ao lado daquelas construídas pelo *Mini Aurélio* nos permitiu vislumbrar alguns deslocamentos de sentido que são produzidos pelos discursos filiados à militância LGBTQIA+. As definições de "sexualidade" e "sexo biológico" do *Manual* mostram o funcionamento do político na linguagem de diferentes maneiras: em "sexualidade", pelo reconhecimento das divisões de sentido que afetam a circulação da palavra, colocando ênfase sobre os seus diferentes movimentos de sentido que se orientam em múltiplas direções, isto é, o seu caráter polissêmico (ORLANDI, 2017b); em "sexo biológico", a partir da expressão "em um primeiro momento" e da utilização do verbo "poder", que têm como efeito uma relação não fundamental entre o sexo biológico e as características biológicas como cromossomos, genitália, composição hormonal. Esse movimento inscreve a palavra "sexo biológico" na opacidade que é apontada pelas movimentações de sentido produzidas pelo questionamento da lógica cis-heteronormativa, embora paradoxalmente a palavra "biológico" produza efeitos de sentido que remetem a uma realidade pretensamente empírica. Apesar disso, o questionamento

da lógica cis-heteronormativa ainda abre espaço para que se fale de uma outra categoria além de “macho” e “fêmea”, a de “intersexual”.

O movimento discursivo de questionamento à cis-heteronormatividade que temos observado, como já começamos a vislumbrar, não se configura como linear. Observemos a definição de “gênero” proposta pelo manual:

> Gênero
> Conceito formulado nos anos 1970 com profunda influência do movimento feminista. Foi criado para distinguir a dimensão biológica da dimensão social, baseando-se no raciocínio de que há machos e fêmeas na espécie humana, levando em consideração, no entanto, que a maneira de ser homem e de ser mulher é realizada pela cultura. Assim, gênero significa que homens e mulheres são produtos da realidade social e não somente decorrência da anatomia de seus corpos (GÊNERO, 2009).

A palavra “gênero” não é situada em sua dinamicidade e abertura para múltiplas interpretações, movimento que o *Manual* traceja na definição de “sexualidade”. No recorte acima, a norma binarista cis-heteronormativa encontra modos de vazar no discurso, já que o conceito de “gênero” formulado pelo *Manual* parte do princípio de que (1) há “machos” e “fêmeas” como únicas possibilidades de designação sexual na espécie humana e (2) a forma de ser homem “ou” mulher é realizada pela cultura. A conjunção alternativa nos coloca uma relação de exclusão: ou se é homem ou se é mulher de acordo com a definição de gênero.

Em seguida, afirma-se que a palavra diz respeito a como homens e mulheres são produtos da realidade social, e não apenas de seus corpos. Essa afirmação faz operar um apagamento com relação à questão da anatomia: o olhar sobre a anatomia que leva à distinção entre “machos” e “fêmeas” é também produto de uma realidade social ou é uma realidade objetiva, biológica, por isso inquestionável? Em sua inscrição na dicotomização posta entre social/cultural/construído e o biológico/natural, as categorias “macho” e “fêmea” diriam respeito a este último polo, constituindo-se como já-dadas na espécie humana? Os deslizamentos de sentido para o binarismo partem de um pressuposto de que é possível tal coisa como tomar a realidade biológica em sua objetividade, como se não houvesse interpretação e a relação com o mundo fosse direta, e não mediada pelo simbólico em sua relação com a ideologia. Da ilusão de uma relação direta entre linguagem e mundo, produzem-se discursos sobre o corpo flagrados na ilusão da evidência, como se este corpo fosse ele mesmo uma norma inquestionável e não também discurso.

O infográfico sobre identidade e expressão de gênero elaborado pelo *Manual* também nos diz algo sobre esse processo:

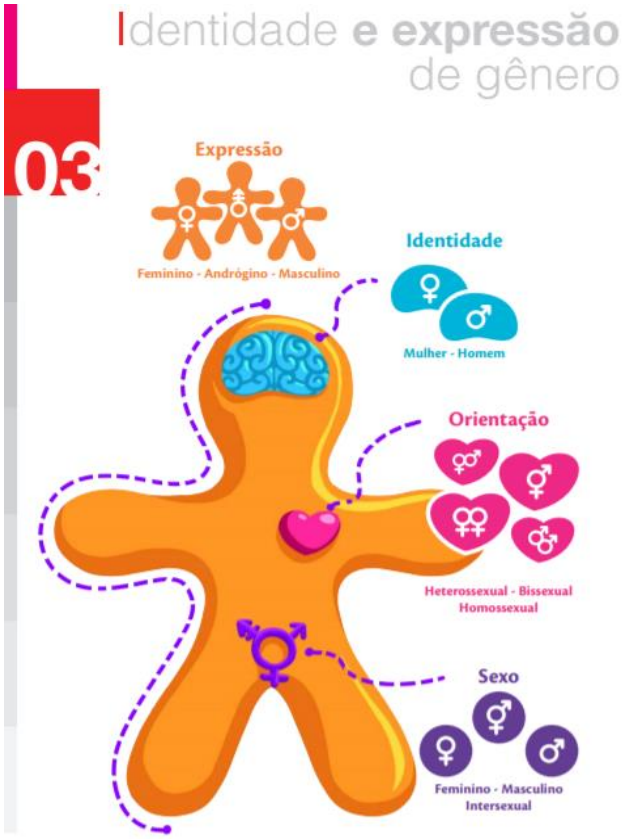


**Figura 6** – Infográfico sobre identidade e expressão de gênero do *Manual de Comunicação LGBTI+*

É possível encontrar inúmeras variações desse infográfico a partir de uma pesquisa no Google, produzidas por diferentes organizações, grupos e páginas na web, em que normalmente se apresentam para o leitor conceitos como "expressão de gênero", "identidade de gênero", "orientação sexual" e "sexo". Nesse sentido, é importante ter em conta que o infográfico é uma materialidade discursiva que busca informar os sujeitos com relação a determinado assunto, apresentando-lhe as *coisas-a-saber*, isto é, aquilo que se precisa saber sobre algo; e que, nesse caso, é parte de um manual, um artefato que também constitui, edifica e didatiza saberes, tendo no horizonte a sua circulação entre diferentes esferas da sociedade. No processo de didatização do conhecimento, nos interessa olhar para a contradição, para como a formulação de um saber linguístico LGBTQIA+ engendra outras evidências ideológicas ou repete as evidências produzidas pela cis-heteronormatividade, na relação tensa entre dominação e resistência.

No infográfico, os conceitos "expressão", "orientação", "identidade" e "sexo" são localizados e identificados a regiões específicas do corpo: a expressão, que, de acordo com o infográfico, pode ser classificada entre "feminino", "andrógino" ou "masculino", é localizada no corpo inteiro; a identidade, classificada como de "mulher" ou de "homem", é localizada no

cérebro; a orientação, dividida entre "heterossexual", "bissexual" e "homossexual", é localizada no coração; e o sexo, que pode ser "feminino", "masculino" ou "intersexual", é identificado à genitália. Esse movimento, em que se localizam os processos de identificação relativos ao gênero e à sexualidade em partes específicas do corpo, coloca em circulação determinados sentidos sobre tais partes do corpo e sobre tais processos, na medida em que eles se significam um em relação ao outro. Quando se identifica o sexo à genitália, por exemplo, evoca-se a ideia de que é a genitália que o determina, em uma repetição de sentidos dominantes sustentados pelos saberes médico-científicos. Essa relação entra em confronto com a própria definição de "sexo biológico" elaborada pelo manual, em que o sexo biológico diz respeito a "características biológicas", que "podem incluir cromossomos, genitália, composição hormonal, entre outros". No infográfico, não se incluem outros elementos para além da genitália que poderiam ter alguma função no processo de identificação sexual.

Da mesma forma, quando se fala em orientação, as categorias de identificação "heterossexual", "bissexual" e "homossexual" não são significadas em relação à atração sexual ou à libido, pois é identificada ao coração. É interessante que o infográfico não fala sobre amor ou sobre relacionamentos românticos, mas é a eles que o coração remete por efeito de memória, produzindo um efeito de igualdade entre o sujeito "heterossexual", o sujeito "bissexual" e o sujeito "homossexual" por meio de um processo de significação que se coloca em relação ao amor, e não em relação ao ato sexual, por exemplo. É a atração romântica que determina o que se entende por "orientação", o que também parece nos indicar os modos a partir dos quais o saber linguístico LGBTQIA+ busca legitimar os sujeitos LGBTQIA+ diante da lógica cis-heteronormativa dominante.

No que diz respeito à identidade, repete-se a lógica binarista na medida em que se apresentam como possibilidade de identificação apenas duas categorias: "mulher" e "homem". A identidade é ainda localizada no cérebro, ao passo que a expressão é identificada ao corpo inteiro, como se esses processos se realizassem de forma localizada e a expressão, a identidade, a orientação e o sexo ─ considerando tal fragmentação dos processos de identificação de gênero e sexualidade, que também tem sua historicidade e não é evidente ─ não fossem processos que constituem o sujeito, e não partes específicas de seu corpo. Os sujeitos são ideologicamente interpelados como "homens", "mulheres", "heterossexuais", "bissexuais", "homossexuais", "masculinos", "femininos" e/ou "andróginos" e convocados a dizer(-se) e a ler o mundo a partir da identificação ou não identificação com essas categorias, a partir de sentidos que não são produzidos por eles, mas anteriormente a eles, constituindo-os nesse processo. Por isso, nos chama atenção que os processos de identificação sejam significados em relação a partes

específicas do corpo do sujeito, a partir de categorias já-dadas, des-historicizadas ou limitadas à lógica binarista cis-heteronormativa.

Essa análise certamente não esgota as possibilidades e trajetos de interpretação que podem ser produzidos a partir de uma leitura discursiva do infográfico, mas, em relação às análises que realizamos de outras definições, é possível fazer algumas considerações: a interpretação científica binária e cis-heteronormativa se sustenta por um modo de descrever o mundo que se baseia em definições fechadas, completas, exatas, que supõe que cada objeto descrito pertenceria a uma categoria ou classe, definida por determinados traços, que seriam encontráveis, distinguindo-o de outros objetos/categorias, classes. A formulação de um saber linguístico LGBTQIA+ pelo *Manual* também se filia a esse modo de descrição/definição, ainda que produza uma desestabilização nesse modo de interpretar o mundo.

Isso não significa que toda reprodução do infográfico significará exatamente do mesmo modo, produzindo os mesmos efeitos de sentido. Lembramos aqui que uma variação dele aparece no documentário "Limiar" (2020), de Coraci Ruiz[49]. O documentário retrata o processo de transição de gênero do filho de Coraci Ruiz, assim como suas indagações e conflitos como mãe de um jovem que está vivenciando as próprias dúvidas com relação à identificação de gênero. Em dado momento, logo após Ruiz afirmar que nunca tinha pensado que ser mulher não é uma determinação biológica, mostra-se uma cena em que Noah desenha para a mãe uma versão do infográfico também presente no *Manual de Comunicação LGBTI+*. O filho explica pacientemente para a mãe que não há coincidência entre genitália, orientação sexual, expressão de gênero e identidade de gênero. O modo como se significa a relação entre esses elementos, assim como a própria menção a essas categorias, guarda muitas semelhanças com o *Manual*, o que está relacionado a uma conjuntura político-ideológica que possibilita que essas categorias existam e signifiquem dessa maneira. Por outro lado, os efeitos não são necessariamente os mesmos, tendo em vista o cenário de um diálogo terno entre mãe e filho. Esse cenário permite que se compartilhe algo diferente, para além da dimensão normativo-pedagógica do *Manual*, embora não completamente em distância dela. E o que é isso que se compartilha? Há algo do poético que dificilmente poderia ser nomeado, simbolizado. Existe aquilo que é preconizado no *Manual*, mas existem também as práticas, isto é, como que os sentidos vão se formulando e funcionando de outras maneiras, por trajetos diferentes daqueles que foram previamente delimitados para eles...

[49] Agradeço gentilmente à professora doutora Cláudia Pfeiffer pela recomendação desse documentário.

### *3.5.3 Mulher é xx, homem é xy?: a reprodução da lógica cis-heteronormativa na representação da intersexualidade*

Para este subcapítulo, nos interessa tomar inicialmente a definição da palavra "intersexualidade" pelo manual:

> Intersexualidade
> É um termo guarda-chuva que descreve pessoas que nascem com anatomia reprodutiva ou sexual e/ou um padrão de cromossomos que não podem ser classificados como sendo tipicamente masculinos ou femininos (GLAAD, 2016). Ainda é comum a prescrição de terapia hormonal e a realização de cirurgia, destinadas a adequar aparência e funcionalidade da genitália, muitas vezes antes dos 24 meses de idade. Contudo, algumas pessoas intersexuais submetidas a este processo relatam que não se adaptaram e rejeitaram o sexo designado ao nascimento, respaldando uma conduta terapêutica que defende o adiamento da intervenção até que a/o jovem sujeito possa participar na tomada da decisão (SANTOS; ARAÚJO, 2004).

A palavra é definida como um termo guarda-chuva que descreve "pessoas que nascem com anatomia reprodutiva ou sexual e/ou um padrão de cromossomos que não podem ser classificados como sendo tipicamente masculinos ou femininos". Se, na definição de "gênero", operava-se um apagamento com relação à dimensão histórica do olhar sobre a anatomia, significada como uma realidade objetiva e autoevidente, aqui o *Manual* indica que os corpos não podem sempre ser classificados como sendo tipicamente masculinos ou femininos. Isso é reforçado no percurso da definição, em que se traz uma memória da violência a que corpos intersexuais são submetidos. O *Manual* afirma que é comum a prescrição de terapia hormonal e a realização de cirurgia nesses corpos que destoam do tipicamente masculino ou feminino, ou seja, o saber médico-científico comparece como elemento que intervém na realidade biológica para garantir que os corpos estejam adequados ao tipicamente masculino ou feminino. Esse movimento coloca sob questionamento a distinção entre o gênero como da ordem social/cultural e o sexo como da ordem biológica/natural.

No percurso de construção da definição, é importante notar que se diz "pessoas que nascem com anatomia reprodutiva ou sexual e/ou um padrão de cromossomos". A anatomia, assim, é determinada pelos adjetivos "reprodutiva" ou "sexual" e significada em relação a eles, mas essa relação é mediada por uma disjunção materializada pela conjunção "ou". A anatomia "ou" é reprodutiva "ou" é sexual, em que a reprodução e o sexo intervêm no fio do discurso pela retomada de saberes sobre o corpo que atribuem a órgãos específicos da anatomia humana a função reprodutiva ou sexual, e não outras possíveis.

O *Manual* afirma ainda que há relatos de pessoas intersexuais que foram submetidas a procedimentos médicos e terminaram por rejeitar o sexo designado ao nascimento, o que respalda "uma conduta terapêutica que defende o adiamento da intervenção até que a/o jovem sujeito possa participar na tomada da decisão". Nota-se, assim, um posicionamento contrário às intervenções médicas sobre os corpos de bebês, na medida em que se sugere que se deve adiar a intervenção até que o sujeito tenha idade suficiente para a tomada de decisão. É interessante a utilização da palavra "adiar", pois ela sugere que o procedimento cirúrgico é incontornável e deve ocorrer em algum momento, ainda que posterior. No que se refere à participação do jovem na tomada da decisão, não se diz se essa decisão deve ser pelo sexo masculino *ou* pelo sexo feminino, ou ainda se há a possibilidade de recusa ao procedimento de readequação cirúrgica.

Em outro recorte, sentidos cis-heteronormativos voltam a irromper do saber linguístico LGBTQIA+, desta vez, em uma seção em que se reescreve a definição de "sexo biológico" em sentidos fixos para as categorias "macho", "fêmea" e "intersexual":

> Sexo biológico
> É o que existe objetivamente: órgãos, hormônios e cromossomos.
> Feminino =
> vagina, ovários, cromossomos xx
> Masculino =
> pênis, testículos, cromossomos xy
> Intersexual =
> combinação dos dois

No recorte acima, o sexo biológico é definido com relação ao que "existe objetivamente"; isto é, haveria determinadas características que, em conjunto, definiriam se um indivíduo é homem, mulher ou intersexual. A utilização da palavra "objetivamente" remete, mais uma vez, a uma materialidade posta como neutra em si mesma, uma vez que ela seria "objetiva", e não significada social e historicamente. A relação entre linguagem e mundo é significada como transparente. A constância desse equívoco (em seu sentido discursivo) entre sentidos cis-heteronormativos e sentidos da resistência nos dizeres do *Manual* é demonstração de que as considerações sobre a designação sexual como realidade social, biológica, etc. não é uma questão unânime no interior deste saber linguístico LGBTQIA+, de maneira que o *Manual* materializa esses deslizamentos; desse modo, por mais que haja posições e teorias dominantes que podem circular mais, não há, dentro do campo do conhecimento, um consenso nas reflexões sobre sexo e gênero, assim como não há um consenso sobre uma infinidade de assuntos em praticamente todas as áreas do conhecimento. Se o saber comparece como homogêneo, é apenas por efeito do imaginário, já que

todo saber, como nos lembra Auroux (1996) é uma realidade histórica, ramificada, cuja tônica não é o "desfraldamento do verdadeiro", mas a fragmentação e a dispersão no tempo e no espaço.

A heterogeneidade do saber LGBTQIA+ se manifesta pela filiação observada a regiões da memória que têm uma com a outra relação de discordância/concorrência. A memória, como nos lembra Orlandi (2017b), não é cronológica, mas histórica; histórico compreendido aqui como relacionado à exterioridade constitutiva, à deriva, em seus vínculos de pertencimento a espaços de interpretação determinados. É memória que intervém sobre os processos discursivos e sobre a divisão dos sentidos.

Nesse sentido, é interessante lançar nosso olhar para os sentidos produzidos sobre a intersexualidade no recorte anterior tendo em conta essa relação com aquilo que veio antes. Paul Preciado (2014) recupera estudos realizados na década de 1990 por Butler e Sedgwick que mostraram como expressões aparentemente descritivas (ou pretensamente "objetivas") pronunciadas no momento do nascimento ou de visualização do feto via ultrassom, como "é um menino!" ou "é uma menina!", produzem invocações performativas. Essas expressões se assemelhariam mais a outras pronunciadas em rituais sociais, como o "sim, aceito" do casamento, do que a enunciados meramente descritivos, pois teriam o poder para: 1) "investir um corpo como masculino ou feminino"; e 2) "sancionar os corpos que ameaçam a coerência do sistema gênero/sexo até o ponto de submetê-los a processos cirúrgicos de 'cosmética sexual' (diminuição do tamanho do clitóris, aumento do tamanho do pênis, fabricação de seios de silicone, refeminilização hormonal do rosto etc.)" (PRECIADO, 2014, p. 29). O autor delineia, assim, os modos a partir dos quais o discurso médico sanciona os corpos em benefício da manutenção da lógica cis-heteronormativa, e como os discursos que se reproduzem sob essa lógica começam a operar sobre a criança antes do seu nascimento e antes mesmo que se tenha um corpo, quando mesmo a medicina, que se apresenta como ciência exata e do verdadeiro, sabe pouco ou nada sobre o indivíduo que se desenvolve.

Já durante a ultrassonografia, o olhar do médico sobre a anatomia dos órgãos sexuais "busca atentamente 'sinais' que permitam nomear esse corpo como masculino ou feminino". (MELLO; SAMPAIO, 2012, p. 10) Esse processo já ilustra que, se por um lado, "o gênero produz, compulsoriamente, corpos sexuados, no qual os corpos que atendem algumas normas são inseridos no sistema heteronormativo"; por outro, "os que escapam do 'masculino/feminino' são apresentados como acidentes, exceções e perversões". (MELLO; SAMPAIO, 2012, p. 7) Para o discurso médico, de ampla legitimidade e circulação social, essas "exceções" são significadas como "anomalias" que devem ser corrigidas. A Resolução Nº 1.664/2003 do Conselho Federal de Medicina (CFM), por exemplo, determina que "são consideradas anomalias da diferenciação sexual

as situações clínicas conhecidas no meio médico como genitália ambígua, ambigüidade genital, intersexo, hermafroditismo verdadeiro, pseudo-hermafroditismo (masculino ou feminino), disgenesia gonadal, sexo reverso, entre outras."

Esses sentidos construídos sobre corpos intersexuais, sedimentados na memória discursiva, nos interessam porque eles aparecem repetidos no *Manual*, ainda que o documento se proponha a ser uma fonte de informação desconstruída de estigmatizações e preconceitos. Ao reproduzir a lógica "Feminino = vagina, ovários, cromossomos xx" e "Masculino = pênis, testículos, cromossomos xy", o *Manual* deixa de problematizar as categorias masculino/feminino para afirmá-las como sólidas, lineares e fixas. Nesse movimento, desloca aqueles que não se encaixam nessa lógica linear para o intersexual, definido genericamente como "combinação dos dois". A própria palavra "intersexual" está comprometida com esses sentidos construídos sobre o que seria "sexo", pois existe *entre* eles, e, ao mesmo tempo, escapa deles ao escapar do "ou/ou" do masculino ou feminino.

Com isso, o que se está (re)produzindo é que os intersexuais seriam ambíguos, incompletos ou um "meio do caminho" entre masculino e feminino, o que preserva a dicotomia binarista. Existe uma certa conformidade com a lógica cis-heteronormativa que remete ao funcionamento de uma "diversidade negociada", em um gesto a partir do qual se reconhece a existência de sujeitos historicamente invisibilizados, mas não se questionam os processos históricos que ainda hoje legitimam a exclusão. Os corpos intersexuais se encontram situados sob esse terreno "escorregadio", com sentidos fortemente disputados: as cirurgias de "redesignação sexual" são "conserto" ou "mutilação"? O que se apaga é que a produção do sexo não é nenhuma realidade "objetiva", mas discursiva, histórica e social.

Da mesma forma, os movimentos de inclusão/exclusão se manifestam também com relação às pessoas transgêneras: se "feminino = vagina, ovários, cromossomos xx", mulheres de cromossomos xy ou que não produzissem muito estrogênio não seriam totalmente mulheres. Uma mulher transgênera que optasse por não se submeter à cirurgia de redesignação sexual, por essa definição, não seria uma mulher completa, pois não teria "redesenhado" seu corpo de acordo com a lógica cis-heteronormativa. Aqui nos deparamos com os limites da lógica linear reproduzida pelo *Manual*, na contradição com o projeto de transformação social que ele propõe colaborar para materializar.

Em *O discurso: estrutura ou acontecimento*, Pêcheux aborda a questão da *coerção lógica disjuntiva*, que tudo tem a ver com os instrumentos, técnicas e ciências ─ e pensamos aqui principalmente na medicina com suas categorizações sobre o normal e o anormal, o saudável e o que exige intervenção médica – que desenvolvemos de modo a apreender o "real", este impossível

com o qual se pode, no máximo, se deparar e dar de encontros, uma vez que não se tem como falar sobre o corpo enquanto objeto ele-mesmo ainda não afetado pela ideologia. Se aqui nos deparamos com o impossível, enquanto humanidade, temos tomado partido dessas técnicas de maneira a obter a impressão de esgotabilidade da natureza e a ilusão da apreensão do real, este que insiste sempre em escorrer entre os nossos dedos. A essas técnicas se somam todas aquelas que dizem respeito à gestão social dos indivíduos, com o propósito de

> marcá-los, identificá-los, classificá-los, compará-los, colocá-los em ordem, em colunas, em tabelas, reuni-los e separá-los segundo critérios definidos, a fim de colocá-los no trabalho, a fim de instruí-los, de fazê-los sonhar ou delirar, de protegê-los e de vigiá-los, de levá-los à guerra e de lhes fazer filhos... (PÊCHEUX, 2006, p. 30)

Os espaços jurídicos, políticos e econômicos e outros em que se concentram os especialistas, detentores de saber e responsáveis de diversas ordens fazem intervir a *coerção lógica disjuntiva*, que, no apagamento (Pêcheux fala mesmo em "proibição") da interpretação, regulam esses modos de apreensão do real por meio da implicação do uso de proposições lógicas (verdadeiro ou falso), de interrogações disjuntivas ("o estado de coisas" é a ou não-a?) e da recusa a marcas de distanciamento (Pêcheux dá como exemplos "em certo sentido", "se se desejar", "se podemos dizer", "em grau extremo", "dizendo mais propriamente", etc.). Isso é interessante, pois observamos alguns movimentos desse tipo no manual, na contramão da coerção lógica disjuntiva, como em "em termos simples" e "em um primeiro momento" na definição de "sexo biológico", que amenizam o efeito de certeza e fechamento do saber. Mas ao dizer sobre aquilo que existe "objetivamente", como no último recorte, produz-se o apagamento da interpretação e a reprodução das lógicas de desfraldamento do verdadeiro, ainda que com ligeiro deslocamento, que funciona ao modo de: "é isto ou aquilo ou o que há no meio entre isto ou aquilo". É o modo como se realizam os discursos das ciências, que distantes de se encerrarem em si mesmos, atravessam outras esferas como a do cotidiano e da militância, conduzindo o sujeito a apreender a realidade como se tudo que no mundo existe pudesse ser catalogado e classificado de acordo com determinadas convenções que se apresentam como evidentes, mas para as quais não existe espaço para pensar a contradição. Trata-se dos *espaços discursivos logicamente estabilizados* (PÊCHEUX, 2006), em que o "real" é traduzido em termos de uma homogeneidade lógica, a partir de um conjunto de proposições suscetíveis de serem verdadeiras ou falsas, que ignora a existência da interpretação e que esta é incompleta, equívoca e política, como os sujeitos e os sentidos. Desse modo,

> tudo se passa como se, face a essa falsa-aparência de um real natural-social-histórico homogêneo coberto por uma rede de proposições lógicas, nenhuma pessoa tivesse o poder de escapar totalmente, mesmo, e talvez sobretudo, aqueles que se acreditam "não-simplórios": como se esta adesão de conjunto devesse, por imperiosas razões, vir a se realizar de um modo ou de outro. (PÊCHEUX, 2006, p. 32)

E como fica o não-logicamente-estável? Como apreender aquilo que insiste em escapar da coerção lógica disjuntiva, aquilo que corresponde ao próprio movimento da sociedade, dos sentidos e sujeitos e que se contrapõe às lógicas, às delimitações e fronteiras que desenhamos artificialmente, detalhe este de que nos esquecemos? Em Pêcheux, é preciso evocar um outro real, que não só *admita*, mas seja constitutivamente heterogêneo, ilógico:

> Interrogar-se sobre a existência de um real próprio às disciplinas de interpretação exige que o não-logicamente-estável não seja considerado a priori como um defeito, um simples furo no real. É supor que – entendendo-se o "real" em vários sentidos – possam existir um outro tipo de real diferente dos que acabam de ser evocados, e também um outro tipo de saber, que não se reduz à ordem das "coisas-a-saber" ou a um tecido de tais coisas. Logo: um real constitutivamente estranho à univocidade lógica, e um saber que não se transmite, não se aprende, não se ensina, e que, no entanto, existe produzindo efeitos. (PÊCHEUX, 2006, p. 43)

## 4. NOMEAR, CLASSIFICAR E ASFIXIAR SENTIDOS

Se anteriormente falamos em espaços discursivos logicamente estabilizados, em que a apreensão do real se dá sob a ilusão de que este é plenamente passível de catalogação e classificação, onde não há espaço para a contradição intrínseca aos movimentos de sujeitos e sentidos, deslocamos nosso olhar agora para o segundo e o terceiro capítulo do *Manual*. Nesses capítulos, o *Manual* propõe definições para categorias de identificação de gênero e orientação sexual. Da nossa perspectiva, observamos que essas definições são produzidas para *denominações*, a partir das quais os sujeitos são classificados. Essas definições não dizem respeito aos indivíduos empíricos, mas a projeções imaginárias que, em sua relação com a ideologia e os processos de identificação, significam a distinção entre os diferentes sujeitos que fazem parte dos movimentos LGBTQIA+. Em Orlandi (2017b), a *denominação* é compreendida como "a marca da entrada da construção discursiva do referente no processo de significação", que materializa maneiras de prefigurar e dar forma a um acontecimento, que é sempre acontecimento opaco, inscrito no jogo oblíquo de suas determinações. O que se está dizendo é que na relação acontecimento/denominação não há relação direta e lógica, que produza modos universais de identificar e catalogar os sujeitos, senão desvio, inexatidão e tortuosidade que tratamos aqui a partir da noção de *equivocidade*.

Vale lembrar, no início deste capítulo, uma perspectiva que tem conduzido o nosso trabalho desde o início: a de que o *Manual de Comunicação LGBTI+* é compreendido não só como um instrumento linguístico, mas também como um instrumento de metassaberes. A formulação do saber linguístico LGBTI+ no *Manual* se dá no entremeio de um discurso científico e de um discurso pedagógico da divulgação científica, em uma relação entre saberes e as demandas de movimentos sociais, que não são nem só sobre o sujeito, nem só sobre a língua, nem só sobre categorias de identificações. Em vez disso, desliza-se permanentemente de um para o outro: é falar sobre a língua para dizer sobre os sujeitos e a sociedade, constituindo o que é organizado e definido como o "tudo a se saber sobre" no domínio de conhecimento dos saberes LGBTQIA+. Os metassaberes estão em uma relação com o metalinguístico no interior do *Manual*, que é significado como sendo de comunicação linguística.

Nosso método será a análise de recortes que selecionamos, o que nos possibilitará tecer um fio entre eles para responder a nossas perguntas de pesquisa. Nesse sentido, é importante dizer que não trabalharemos com uma análise de todas as definições propostas pelo *Manual*, nem pretendemos uma análise exaustiva. O trajeto que propomos é um entre muitos possíveis, de forma que não há esgotamento.

## 4.1 "Assexuado é o errado, assexual é o certo": sentidos que se embaralham e se confundem

Nesta seção, este é o primeiro recorte para o qual pretendemos olhar:

> Assexual
> É um indivíduo que não sente nenhuma atração sexual, seja pelo sexo/gênero oposto ou pelo sexo/gênero igual (vide www.asexuality.org).

A incorporação da definição de "assexual" no *Manual de Comunicação LGBTI+* marca um movimento com relação à de sua versão anterior, o *Manual de Comunicação LGBT* (MARTINS et al., 2010). Na versão mais antiga, a palavra "assexual" não figurava entre aquelas que o *Manual* propunha definir, de maneira que a incorporação da palavra se dá em articulação com a irrupção de um desejo de saber que reconfigura o conjunto de coisas-a-saber recortado pelo *Manual de Comunicação LGBTI+* em sua versão mais atualizada. Isso pode ser observado a partir do olhar sobre um conjunto de matérias, reportagens e informações sobre a assexualidade que têm se difundido no cotidiano jornalístico na última década: Em 2017, o Estadão publicava a matéria "Assexualidade: pouco discutida, mais comum do que se imagina"[50]; em 2018 era a vez da BBC Brasil: "Quem são os assexuais: relatos de brasileiros que não se interessam por sexo"[51]; e em 2020 foram publicadas matérias pela IstoÉ[52], Vogue[53] e Galileu[54].[55] A matéria da IstoÉ, intitulada "Confira tudo que você precisa saber sobre assexualidade", convoca o leitor para que ele possa saber *tudo* sobre o assunto, na ilusão da completude do saber. Na Vogue, é possível notar, por meio do link da matéria, que ela havia primeiramente sido intitulada como "O que é assexualidade: mitos e verdades sobre ser assexuado". A palavra "assexuado", no entanto, foi posteriormente corrigida para "assexual".

---

[50] ESTADÃO E-MAIS. Assexualidade: pouco discutida, mais comum do que se imagina. Publicado em 05/10/2017 por Hyndara Freitas. Disponível em: < https://emais.estadao.com.br/noticias/comportamento,assexualidade-pouco-discutida-mais-comum-do-que-se-imagina,70002028481> Acesso em 04 abr. 2021.

[51] BBC BRASIL. Quem são os assexuais: relatos de brasileiros que não se interessam por sexo. Publicado em 24/09/2018 por Vinícius Lemos. Disponível em: < https://www.bbc.com/portuguese/geral-45634242> Acesso em 04 abr. 2021.

[52] ISTOÉ. Confira tudo que você precisa saber sobre assexualidade. Publicado em 16/04/2020. Disponível em: <https://istoe.com.br/confira-tudo-o-que-voce-precisa-saber-sobre-assexualidade/> Acesso em 04 abr. 2021.

[53] VOGUE. O que é assexualidade: mitos e verdades sobre ser assexual. Publicado em 17/11/2020. Disponível em: <https://vogue.globo.com/atualidades/noticia/2020/11/o-que-e-assexualidade-os-mitos-e-verdades-sobre-ser-assexuado.html> Acesso em 04 abr. 2021.

[54] GALILEU. O que é assexualidade? 5 pontos para entender esta orientação sexual. Publicado em 11/03/2020. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/Comportamento/noticia/2020/03/o-que-e-assexualidade-5-pontos-para-entender-esta-orientacao-sexual.html> Acesso em 04 abr. 2021.

[55] É importante enfatizar que não estamos apontando que nunca se falou sobre assexualidade antes, mas sim dizendo que o desejo por saber mais sobre a assexualidade se fortaleceu na conjuntura social, política e ideológica da última década.

Em 2018, mesmo ano de publicação do *Manual de Comunicação LGBTI+*, ainda foi publicada no blog *Naive Heart* a postagem "Porque falar assexuado é errado"[56], em que a autora Mayara Barros explica que a palavra "assexuado" se refere à relação sexual em que não há troca de gametas e é utilizada para patologizar a assexualidade. Ela advoga, assim, pelo uso da palavra "assexual":

> A comunidade assexual tem lutado muito para conseguir visibilidade, mas o uso de um termo ofensivo continua sendo um obstáculo constante. Vocês conseguem perceber que fica óbvio o desdém de vocês quando a gente pede para usarem uma palavra e vocês ignoram os nossos pedidos porque a palavra que vocês conhecem é a "certa"? Porque é o que está no dicionário "é o certo"?
> Assexuado se refere a reprodução biológica que não precisa de troca de gametas para acontecer.
> Assexualidade é uma orientação sexual. Se refere a pessoas que não sentem atração sexual ou sentem atração apenas em casos muito específicos.

Há muitos movimentos interessantes entre a definição do *Manual* e o comentário no blog, e também com relação ao conjunto de matérias da IstoÉ, da Vogue e da Galileu. O uso de pronomes como "a gente" (referindo-se a pessoas identificadas como assexuais) e "vocês" (aqueles que têm desdém e ignoram os pedidos para se usar a palavra "assexual") demarca uma distinção em relação àqueles que insistem em utilizar uma palavra considerada ofensiva. Além disso, a utilização das aspas em "certa" e "é o certo?" parece configurar uma tentativa da posição-sujeito militante de se afastar da normatividade da língua como regulada pelo dicionário, questionando tanto esse saber normativo do dicionário quanto um determinado saber dos falantes sobre qual seria a palavra considerada correta. No entanto, a regulação dos modos de dizer pela língua não se realiza apenas nos discursos dicionarísticos e nos discursos do cotidiano, já que o próprio título da publicação "Porque falar assexuado é errado" inscreve a normatividade no discurso militante, por meio de uma divisão que é produzida entre palavra errada e palavra certa. A normatividade do discurso militante afeta os modos a partir dos quais o saber sobre a assexualidade se diz e se deve dizer, como podemos observar na autocorreção na matéria da Vogue. Apesar do título ter corrigido a menção a "assexuado" para "assexual", a palavra "assexuado" foi mantida em outras ocorrências no corpo do texto. Esse "esquecimento" testemunha os furos que atravessam qualquer forma de normatividade linguística apesar de suas tentativas de conter o movimento da língua, e por mais que os motivos para impô-la se apresentem como justos. Orlandi (2017b) nos lembra que na introdução de neologismos, e neste sentido podemos analisar também a proposição de diferentes usos linguísticos, não basta a vontade do sujeito, nem a elaboração científica de um linguisticamente correto, nem,

[56] BARROS, M. Porque falar assexuado é errado. In: Naive Heart. Publicado em 17/10/2018. Disponível em: <https://naiveheart.org/2018/10/porque-falar-assexuado-e-errado/> Acesso em 04 abr. 2021.

acrescentamos, as elaborações do discurso militante em seu desejo de consertar a realidade, pois "a palavra vale pelo que significa. Depende da ideologia (jogos da interpretação na formação social, na história)" (ORLANDI, 2017b, p. 215).

Na postagem do blog, apresenta-se ainda uma definição para a palavra "assexualidade": "é uma orientação sexual. Se refere a pessoas que não sentem atração sexual ou sentem atração apenas em casos muito específicos". Nessa definição, há um deslocamento, já que, em um primeiro momento, se diz sobre a orientação sexual, mas em um segundo momento, se diz sobre as pessoas que se identificam com a orientação sexual. A "assexualidade", assim, não é somente algo, mas algo que se refere a *pessoas*, enquanto agentes que emergem na formulação como aquelas que se identificam de determinada maneira.

No manual, a palavra-entrada é "assexual", cuja definição já é construída em relação ao sujeito que assim se identifica: "é um indivíduo que não sente nenhuma atração sexual, seja pelo sexo/gênero oposto ou pelo sexo/gênero igual (vide www.asexuality.org)". É possível visualizar outro deslocamento, desta vez com relação à definição do blog *Naive Heart*: para este último, pessoas que sentem atração apenas em casos muito específicos estão incluídas na definição para "assexualidade", enquanto para o *Manual* o indivíduo assexual não sente nenhuma atração sexual. A definição do *Manual* é mais fechada, enquanto a do blog *Naive Heart* abre a possibilidade para se pensar que há espectros da assexualidade, e que, portanto, as formas que os sujeitos podem experienciá-la não são necessariamente idênticas.

A publicação do blog ainda atribui à palavra "assexuado" o sentido de reprodução biológica e de patologização da assexualidade, motivo pelo qual se reivindica a utilização da palavra "assexual". O que nos chama atenção é que, no *Mini Aurélio*, essa relação comparece invertida:

> as.sex.xua.do. (cs) [As-[3]+-sexo-+uado. 17Ba] adj. 1. Que não tem os órgãos do sexo. 2. Fig. Diz-se do indivíduo sem vida sexual, ou que por ela não tem interesse.
>
> as.sex.ual. (cs) [As-[3]+-sexo-+ual. 39A] adj2g. Biol. Que se efetua sem o concurso de gametas. [Pl.: -ais.]

No *Mini Aurélio*, a palavra "assexuado" é definida como um adjetivo, na primeira acepção, relativo a "que não tem os órgãos do sexo", em que se observa um apagamento do referente. De quem ou do que se está falando? Na segunda acepção, introduzida pela rubrica "figurado, figuradamente", diz-se "do indivíduo sem vida sexual, ou que por ela não tem interesse". Já a palavra "assexual" é introduzida pela rubrica "Biol.", que indica que a área de conhecimento que mobiliza o sentido da palavra delimitado pela acepção é a da biologia. Na definição, diz-se que assexual é o "que se efetua sem o concurso de gametas", em que mais uma vez há apagamento do referente: de quem ou do que se está falando?

No *Mini Aurélio*, a palavra "assexual" reivindicada na publicação do blog *Naive Heart* não só é remetida ao campo da biologia, como também a ela são atribuídos os sentidos que se deseja evitar na posição-sujeito militante: aqueles que o blog atribui à palavra "assexuado", que significaria uma reprodução biológica em que não há gametas. Em nosso recorte do *Mini Aurélio*, é só e justamente no verbete "assexuado" que comparece a menção a sujeitos, materializada na expressão "diz-se do indivíduo". Essa menção, no entanto, é introduzida pela rubrica "Fig.", que nos aponta para um sentido conotativo, uma força de expressão. Desse modo, chamar de "assexual" aquele que não tem vida sexual ou não tem interesse sexual não remete a uma nova categoria com a qual se identificam sujeitos com experiências semelhantes no que se refere às suas experiências sexuais e afetivas, mas a um modo hiperbólico de se caracterizar aqueles que não apresentam uma vida sexual tão ativa quanto o esperado em nossa sociedade. O sentido reivindicado pela militância e que comparece no *Manual* não aparece configurado na última versão do *Mini Aurélio*, cuja edição com que trabalhamos (a oitava, que foi revista, atualizada e ampliada) data do ano de 2018. Isso é também sustentado pelo fato de não haver no *Mini Aurélio* um verbete para a palavra "assexualidade", que designaria uma categoria de identificação de sujeitos quanto à orientação sexual.

O equívoco constitutivo da materialidade das diferentes definições analisadas nos mostra que as fronteiras entre palavras e sentidos são mais tênues e não-lineares do que desejam os discursos da ciência, do dicionário, da manualização e da militância. Observamos que mesmo os sentidos relacionados a uma área de um conhecimento científico (a biologia) se embaralham e se atravessam em emaranhamento, mostram-se instáveis, alheios à vontade humana de fixá-los em sistemas prescritivos ou de reivindicar a estabilização, mesmo que para conferir legitimidade a sujeitos cuja experiência afetiva e sexual é historicamente invisibilizada. Como nos lembra Pêcheux, a língua, que é a mesma para o revolucionário e o reacionário, é indiferente à divisão e à luta de classes. "Entretanto, não se pode concluir, a partir disso, que esses diversos personagens tenham o mesmo *discurso*: a língua se apresenta, assim, como a *base* comum dos *processos* discursivos diferenciados (...)" (PÊCHEUX, 1997b, p. 81, grifos do autor).

## 4.2 "A família é a realização plena do amor": do "homossexual" do movimento social para o "homoafetivo" no discurso do Direito

Nesta seção, deslocamos o nosso olhar para um recorte em que se apresenta uma definição para a palavra "homoafetivo":

> Homoafetivo
> Adjetivo utilizado para descrever a complexidade e a multiplicidade de relações afetivas e/ou sexuais entre pessoas do mesmo sexo/gênero. Este termo não é sinônimo de homoerótico e homossexual, pois conota também os aspectos emocionais e afetivos envolvidos na relação amorosa entre pessoas do mesmo sexo/ gênero. É um termo muito utilizado no mundo do Direito. Não é usado para descrever pessoas, mas sim as relações entre as pessoas do mesmo sexo/gênero (ABGLT, 2010).

Na definição, a palavra "homoafetivo" é apresentada como adjetivo que, ao contrário da palavra "assexual" na última seção, não designa pessoas, mas "a multiplicidade de relações afetivas e/ou sexuais entre pessoas do mesmo sexo/gênero". É ainda marcada uma divisão entre os sentidos de "homoafetivo" e "homoerótico"/"homossexual", já que aquela "conota também os aspectos emocionais e afetivos envolvidos na relação amorosa entre pessoas do mesmo sexo/gênero". A definição lembra ainda que "homoafetivo" é um termo muito utilizado no mundo do Direito.

Essa divisão entre os sentidos das palavras nos suscitou algumas questões: os aspectos emocionais e afetivos envolvidos na relação amorosa entre pessoas do mesmo sexo/gênero não comparecem quando se fala sobre um relacionamento "homossexual"? A dimensão afetiva da própria relação com a sexualidade não é contemplada quando se fala sobre pessoas que se identificam como "homossexuais"? E se falamos em relacionamentos "heterossexuais", assim designados, estamos tratando apenas da dimensão sexual das relações entre pessoas de sexos/gêneros diferentes, e não da dimensão afetiva? Não existe a palavra "heteroafetivo" para designar aspectos emocionais e afetivos envolvidos na relação amorosa entre pessoas do mesmo sexo/gênero. Por isso, nos chama atenção a existência da palavra e o fato de que ela aparece configurada nesse conjunto de coisas-a-saber sobre sujeitos LGBTQIA+ materializado no *Manual*: está em jogo uma distinção de sentidos, presente em nossa sociedade, entre sexo e afeto. Se o equívoco constitutivo dessas distinções começa a ser percebido e a "incomodar", surge a demanda por formular, nomear de outro modo.[57]

[57] É possível notar que a palavra "afetividade", atualmente, também tem circulado em outros domínios de saberes, como nas artes, na historiografia, nos estudos políticos e na literatura. Há, por exemplo, o discurso da "economia afetiva" ou "economia do afeto", que tem atravessado domínios de conhecimento como a moda. Em um texto publicado no site Modefica, essa economia afetiva é definida como "a valorização do coletivo como forma de encontrar soluções de impacto para questões que não estão postas dentro do seu próprio modus operandi" (MODEFICA, 2019, s.n.). Na historiografia, pesquisas como a de Gabriel Castanho (2019), intitulada *A construção de uma comunidade sensível: corpo, afeto e emoção nos escritos de Guigo I*, também trazem à tona a dimensão do afeto e da sensibilidade para o estudo de documentos históricos. Mil-e-um outros exemplos poderiam ser mencionados, e compreender como se dá a circulação da palavra "afeto" nesses diferentes domínios e textos exigiria um deslocamento que o espaço da nossa pesquisa não permite. Nos interessa, contudo, apontar para esse movimento que é transversal, realiza-se em múltiplos domínio de saber e pode ou não estar relacionado a essa transformação morfológica que leva de "homossexual" a "homoafetivo", possivelmente transbordando a questão LGBTQIA+.

A divisão de sentidos parece cindir os aspectos afetivos e sexuais de um relacionamento entre pessoas do mesmo sexo/gênero, de maneira que em "homoafetivo" se tem um direcionamento prioritário da dimensão afetiva dos relacionamentos homossexuais. É interessante notar ainda a observação do *Manual* de que "homoafetivo" é uma palavra muito utilizada no mundo do Direito. Em uma pesquisa no Google em que buscamos observar como a palavra é mobilizada em discursos relacionados ao universo do Direito, encontramos uma publicação no site do IBDFAM (Instituto Brasileiro de Direito de Família) que nos chamou atenção:

> A família é a célula da sociedade. Basta analisarmos a forma como ela é constituída, para percebermos o quanto o preconceito perde o sentido, numa demonstração de enorme equívoco social. Uma família não se forma com a assinatura de um papel perante um juiz de paz ou com a celebração de uma cerimônia religiosa ou ainda com a realização de uma grande festa social. Uma família surge de um lindo sentimento chamado afeto. O afeto é que norteia qualquer relação entre pessoas que se unem e somado a muitos outros atributos como o respeito, a fidelidade e assistência recíproca é que irá fazer surgir a família. Então, não é apenas a união entre um homem e uma mulher casados que terá a faculdade de gerar uma família. A família é a realização plena do amor, podendo ser constituída pelo casamento, pela união estável, pelas famílias monoparentais (um pai ou mãe e um filho) e também pelas uniões *homoafetivas*.
> Seria de grande e profunda injustiça não reconhecer a união entre dois homens ou duas mulheres que por amor se unem e vivem com todos os atributos de um casal dito como normal. Acima de tudo, estas pessoas são seres humanos e a opção sexual delas não as torna menos honestas ou piores que os demais. Mas mais que isso, são cidadãos dignos, que trabalham, cumprem com seus deveres cívicos, pagam seus impostos, satisfazem suas obrigações e merecem todo o respeito por parte da sociedade em geral. (MENEZES, 2005, s.n., grifo nosso)[58]

No texto, que se intitula "Uniões homoafetivas", a autora defende a legitimidade e validade das uniões entre casais homossexuais, chamando o preconceito de "equívoco social" e tecendo argumentos que sustentem a legitimidade dessas uniões. Para a autora, deve-se compreender a família como "a célula da sociedade", um vínculo entre pessoas que se funda a partir do "afeto", somado ao respeito, à fidelidade e à assistência recíproca. Nesse imaginário idílico, a família não precisa de uma cerimônia religiosa ou uma assinatura para se formar ─ embora, é preciso dizer, para o Direito não se precise efetivamente de nada além ─, pois ela é norteada pelo afeto, "é a realização plena do amor, podendo ser constituída pelo casamento, pela união estável, pelas famílias monoparentais (um pai ou mãe e um filho) e também pelas uniões homoafetivas."

Essa noção de afeto é interessante de se notar, pois em sua filiação discursiva ao Direito, ela é diferente de outras, como a da psicanálise, em que o afeto está relacionado a processos de descarga e a deslocamentos de energia a outro objeto. Nessa concepção, o ódio também é um afeto. Já na publicação do IBDFAM, o afeto aparece como elemento fundamental para a constituição de

[58] MENEZES, L. Uniões homoafetivas. In: *IBDFAM (Instituto Brasileiro de Direito de Família)*, 13/09/2005. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/artigos/200/novosite> Acesso em 06 abr. 2021.

qualquer família, de modo que afeto e família estão intrinsecamente relacionados, embora saibamos que os casos de violência doméstica, abuso parental e sexual aconteçam com frequência no cotidiano das famílias brasileiras. A família ─ que não é qualquer uma, mas aquela monoparental e monogâmica reconhecida pelo Estado burguês ─ comparece ainda formulada sob sentidos de evidência, como algo que sempre-já existiu, e não como uma instituição social, histórica e ideológica. É um movimento discursivo contrastante com relação aos movimentos sociais na década de 1960 e 1970, que contestavam a família como parte da estrutura de reprodução social do capitalismo, como desenvolvido pelas feministas socialistas e marxistas[59]; é possível lembrar também dos estudos de Engels, que, no século XIX, também já analisava o caráter histórico das famílias modernas em sua relação com o Estado e a propriedade privada.[60]

Na filiação discursiva ao discurso do Direito, e na conjuntura das transformações dos movimentos LGBTQIA+ após a década de 1990, é possível perceber como a assimilação das uniões denominadas "homoafetivas" se dá nesse terreno contraditório, em que se questiona determinados modelos de organização social e ao mesmo tempo se reivindica sua participação em alguns desses modelos.

O argumento a favor das uniões homoafetivas se sustenta pela defesa do direito à incorporação dos sujeitos homossexuais à norma monogâmica e monoparental das uniões reconhecidas pelo Estado, delimitando, assim, quais das possíveis formas de união e agrupamento mereceriam reconhecimento entre a diversidade das experiências sexuais e afetivas daqueles que não se conformam às normas de identificação sexual e de gênero. Essa delimitação, constituída a partir do discurso do Direito, se realiza ainda pelo apagamento do sexo nos relacionamentos homossexuais, materializado na consolidação da palavra "homoafetivo" para se referir a essas uniões. O sexo não se significa como um critério nesse caso. E, do ponto de vista do Direito, também não se fala de poligamia. Já no recorte da definição de "homoafetivo" no manual, fala-se, ainda que vagamente, na "complexidade e [n]a multiplicidade de relações afetivas e/ou sexuais entre pessoas do mesmo sexo/gênero", o que nos indica que a definição relativa ao que pode ser, afinal, reconhecido como uma união homoafetiva é mais ampla no manual.

Outro recorte que nos suscitou indagações na publicação do IBDFAM é aquele em que se lê: "estas pessoas são seres humanos e a opção sexual delas não as torna menos honestas ou piores que os demais". Isso nos dá algumas pistas sobre como se constitui imaginariamente a figura do homossexual a partir de sua inscrição em sentidos relativos ao amor, ao afeto e à humanidade. Afinal, por que existe a necessidade de se afirmar que homossexuais são seres humanos?

[59] Cf. FEDERICI, S; COX, N. (2019 [1975]).
[60] Cf. Engels (1984).

A partir de Indursky (1992), vislumbramos ainda que o funcionamento discursivo da negação, em "a opção sexual delas não as torna menos honestas ou piores que os demais", traz consigo um pré-construído, um discurso-outro que atribui às pessoas homossexuais a qualidade da desonestidade ou a ausência de qualidades positivas. Esse discurso-outro encontra sustentação na presença via interdiscurso do discurso médico-psiquiátrico patologizante no século XIX; do discurso midiático que, na década de 1980, associou a população homossexual a um "grupo de risco"; e do discurso religioso, que reforçava que homossexuais teriam relações sexuais de forma exacerbada e com um número elevado de parceiros. Esses discursos, por muito tempo dominantes, para além de associar a homossexualidade à promiscuidade, responsabilizava-a pelo aumento do contágio de aids. Dessa maneira, em diferentes momentos históricos, constituíram-se sentidos que estigmatizavam a homossexualidade. O apagamento do sexo materializado pelo imaginário construído a partir da palavra "homoafetivo" consolida uma certa docilização da figura do homossexual, representado como "tolerável" a partir do apagamento de sentidos considerados indesejáveis no discurso social como condição para o reconhecimento de seus relacionamentos e famílias (desde que monogâmicos e monoparentais) pelo Direito. A constituição da família, aliás, é uma das condições para esse reconhecimento.

Também é condição para a legitimidade dos sujeitos identificados como homossexuais o fato de que eles seriam "cidadãos dignos, que trabalham, cumprem com seus deveres cívicos, pagam seus impostos, satisfazem suas obrigações e merecem todo o respeito por parte da sociedade em geral". A dignidade do cidadão comparece como sendo conferida em caso de cumprimento de determinados requisitos (pagar impostos etc.). Isso vai ao encontro de outro sentido, o de "cidadão indigno", que não seria aquele que não cumpre esses requisitos, mas aquele que é homossexual. Assim, o enunciado em questão nega esse sentido de indignidade ao homossexual (que continua implícito) para vinculá-lo ao de cidadão que não paga impostos etc. Essa vinculação a outros trajetos de sentidos implicaria a necessidade de uma concessão: se pessoas homossexuais trabalham, cumprem deveres cívicos, pagam impostos e satisfazem suas obrigações, contribuindo para a movimentação da máquina estatal capitalista, por que suas uniões não podem ser legalizadas sob a égide desta mesma máquina?

Ou seja, há dois modos de funcionamento da legitimação dos sujeitos homossexuais identificados por nós no contraste entre a definição de "homoafetivo" pelo *Manual* e a publicação da IBDFAM. O primeiro, como vimos, é a adequação a um certo modelo familiar e de relacionamento, em que se há o apagamento do sexo e da possibilidade de reconhecimento de estruturas de relacionamento fora das estabelecidas legalmente pela heteronormatividade estatal. O segundo modo de funcionamento funciona pela defesa dos sujeitos homossexuais como bons

cidadãos capitalistas, que cumprem seus deveres diante do Estado, inscrevem-se nas relações de trabalho, pagam suas dívidas e movimentam o capital.

Nesse trajeto de sentidos que percorremos a partir da palavra "homoafetivo", identificamos ainda deslizamentos na definição de "homoafetivo" do *Manual* com relação ao discurso do Direito, uma vez que "complexidade e multiplicidade de relações" e "afetivas e/ou sexuais" abrem a possibilidade de se reconhecer como uniões afetivas as relações que não sejam apenas monogâmicas ou apenas norteadas pelo afeto vinculado à constituição de uma família. No entanto, na mesma definição, afirma-se que "homoafetivo" é diferente de "homoerótico" ou "homossexual", pois "conota também os aspectos emocionais e afetivos envolvidos na relação amorosa entre pessoas do mesmo sexo/gênero". É possível identificar uma demanda de se enfatizar "também os aspectos emocionais e afetivos" das uniões homossexuais colocada em jogo, se questionamos o comparecimento dessa palavra, assim definida, no *Manual*, nesse conjunto de coisas-a-saber sobre sujeitos LGBTQIA+: uma transformação morfológica que aponta para uma transformação nas condições de produção. O discurso do Direito não é completamente assimilado, mas se faz presente no modo como comparece o afeto na definição proposta pelo manual, e também a partir de uma palavra "homoafetivo". Isso nos aponta para as contradições que irrompem a partir da aproximação dos movimentos LGBTQIA+ com o Estado no contexto político da redemocratização e da epidemia da aids, como abordamos no capítulo anterior.

Tornaremos a tratar disso mais adiante.

## 4.3 "Pessoa do gênero masculino" e "pessoas que menstruam": movimentos entre a reprodução e a contestação dos dizeres cis-hetenormativos

Nesta seção, pretendemos analisar alguns recortes que tratam especificamente de determinados modos de designação do sujeito dos movimentos LGBTQIA+. Selecionamos inicialmente as definições formuladas para as palavras "gay" e "lésbica", e posteriormente incorporamos a definição de "cisgênero" às nossas reflexões.

Observemos os primeiros recortes:

> Gay
> Pessoa do gênero masculino (cis ou trans) que tem desejos, práticas sexuais e/ou relacionamento afetivo-sexual com outras pessoas do gênero masculino. Não precisam ter tido, necessariamente, experiências sexuais com outras pessoas do gênero masculino para se identificarem como gays (GÊNERO, 2009). A palavra "gay" vem do inglês e naquele idioma antigamente significava "alegre". A mudança do significado para homossexual "remonta aos anos 1930 (…) e se estabeleceu nos anos 1960 como o termo preferido por

> homossexuais para se autodescreverem. [A palavra] Gay no sentido moderno se refere tipicamente a homens (enquanto que lésbica é termo padrão para mulheres homossexuais)" (OXFORD DICTIONARIES, 2017, tradução nossa)
>
> Lésbica
> Mulher que é atraída afetiva e/ou sexualmente por pessoas do mesmo sexo/ gênero (cis ou trans). Não precisam ter tido, necessariamente, experiências sexuais com outras mulheres para se identificarem como lésbicas (GÊNERO, 2009).

A definição da palavra "gay" é edificada a partir de um percurso: em primeiro lugar, afirma-se que o sujeito autoidentificado como gay é uma "pessoa do gênero masculino (cis ou trans) que tem desejos, práticas sexuais e/ou relacionamento afetivo-sexual com outras pessoas do gênero masculino". Após informar ao leitor de que o sujeito não precisa necessariamente já ter tido uma experiência sexual com outras pessoas do gênero masculino para identificar-se como gay, a definição traz à tona o étimo da palavra em sua origem inglesa, cujo significado é "alegre". Explica-se ainda, por meio de uma citação do Oxford Dictionaries, que a palavra se estabeleceu como "termo preferido por homossexuais para se autodescreverem" nos anos 1960, e que, no sentido moderno, se refere tipicamente a homens, "enquanto que lésbica é termo padrão para mulheres homossexuais".

Por sua vez, a definição para "lésbica" é mais sucinta. Afirma-se que a lésbica é a "mulher que é atraída afetiva e/ou sexualmente por pessoas do mesmo sexo/gênero (cis ou trans)", e assim como na definição de "gay", ressalta-se que o sujeito não precisa necessariamente ter tido experiência sexual com outras pessoas do gênero feminino para se identificar como "lésbica". Ao contrário da definição de "gay", em "lésbica" não se formula uma explicação para a origem etimológica da palavra, que remete à Ilha de Lesbos e à poetisa grega que viveu no século VI a.C, Safo. As "lésbicas", assim designadas, se referiam àquelas que haviam nascido na ilha, e não a uma orientação sexual.

Nos chama atenção ainda o fato de que, na versão anterior do *Manual*, não havia uma definição para a palavra "gay". A palavra "lésbica", por sua vez, aparecia configurada quase da mesma forma como é definida na versão do *Manual* com a qual trabalhamos. Nos recortes acima, apresenta-se o gay como a "pessoa do gênero masculino (cis ou trans) que...", enquanto a lésbica é apresentada como "mulher que...". A palavra "homem" não é utilizada para compor a definição da palavra "gay", optando-se por dizer "pessoa do gênero masculino", enquanto a definição de lésbica traz explicitamente a palavra "mulher", e não "pessoa do gênero feminino".

O equívoco entre "pessoa do gênero masculino"/"homem" e "pessoa do gênero feminino"/"mulher" conduz o nosso olhar para os diferentes efeitos de sentido que são produzidos a partir da mobilização de diferentes modos de (auto)determinação e a partir de diferentes posições

discursivas. Em seis de junho de 2020, a escritora Joanne Kathleen Rowling, mundialmente conhecida por ter escrito a saga Harry Potter, esteve no centro de uma polêmica em que foi acusada — como tantas outras vezes — de transfobia. Ao compartilhar um artigo de opinião publicado originalmente no site Devex e intitulado "Creating a more equal post-COVID-19 world for people who menstruate"[61], a escritora redigiu a seguinte publicação em sua conta oficial no twitter:

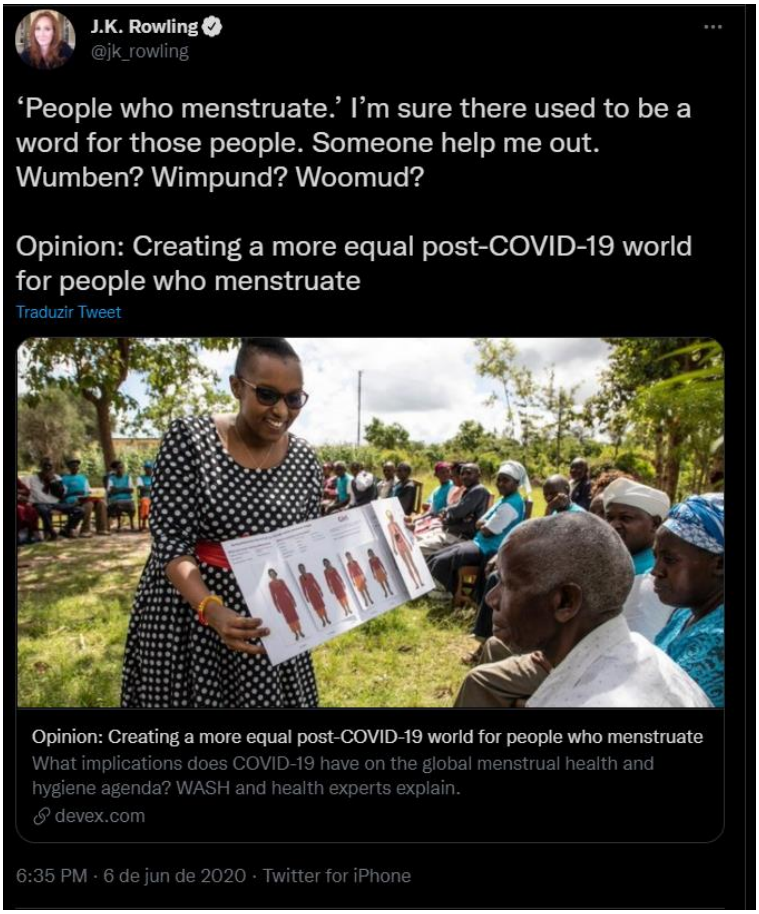


**Figura 7 – Printscreen do tweet de J.K. Rowling[62]**

No tweet, a autora repete ironicamente a expressão "pessoas que menstruam", presente no título do artigo da Devex, ao que diz em seguida: "tenho certeza que costumava haver uma palavra para essas pessoas. Alguém me ajude. Munher? Molher? Molier?"[63]. É um questionamento construído a partir de sentidos historicamente consolidados sobre o que determina se um sujeito

[61] DEVEX. Opinion: Creating a more equal post-COVID-19 world for people who menstruate. Por Marni Sommer, Virginia Kamowa, Therese Mahon. Publicado em 28/06/2020. Disponível em: <https://www.devex.com/news/sponsored/opinion-creating-a-more-equal-post-covid-19-world-for-people-who-menstruate-97312#.XtwLnv0aEeR.twitter> Acesso em 18 set. 2021.

[62] A publicação, no momento de escrita deste texto, pode ser visualizada no link: <https://twitter.com/jk_rowling/status/1269382518362509313?ref_src=twsrc%5Etfw%7Ctwcamp%5Etweetembed%7Ctwterm%5E1269382518362509313%7Ctwgr%5E%7Ctwcon%5Es1_&ref_url=https%3A%2F%2Fd-20867274353868975351.ampproject.net%2F2103261048002%2Fframe.html> Acesso em 08 abr. 2021.

[63] Tradução nossa.

pode ou não ser identificado como uma mulher. Essa constituição discursiva é historicamente determinada, e nesse sentido, muito menos transparente do que costuma se apresentar para os sujeitos interpelados pela ideologia dominante cis-heteronormativa. O que determina se um humano é ou não uma mulher? Basta que menstrue? Ou a questão é possuir ou não uma vagina? E a vagina pode ser pensada enquanto algo completamente transparente para os sujeitos, sem tomar em conta a historicidade constitutiva das concepções médicas (e também as populares) que estabelecem o que é uma vagina e o que já não é uma vagina? Ou podemos pensar que o que determina uma mulher é se seus cromossomos são XX? Ou para ser mulher é necessário apresentar um conjunto mais amplo de características, entre as quais está inclusa a menstruação? Os sentidos para a palavra "mulher" são, assim, divididos a partir de uma formulação ("pessoas que menstruam") que lhe revelam sua opacidade, problematizando a transparência do gênero. J. K. Rowling reage. Seus seguidores também. Se as mulheres são "pessoas que menstruam", todas as pessoas que não menstruam não são mulheres? Mulheres transgêneras, então, não poderiam se dizer mulheres? Mulheres que, por razões hormonais, nunca menstruaram não poderiam se dizer mulheres? As mulheres que deixaram de menstruar também deixaram de ser mulheres? A discussão é ainda mais relevante quando se trata da elaboração de políticas públicas em um mundo pós-COVID-19, como aborda a publicação compartilhada por J. K. Rowling. A política pública deve ter como alvo mulheres ou pessoas que menstruam? Pode-se dizer "pessoas que menstruam", mas nem todas as mulheres menstruam. Pode-se dizer "mulheres", mas há outras pessoas que não se identificam com mulheres e que menstruam.

A política pública inscreve a divisão desigual dos sentidos e sujeitos porque a determinação necessariamente produz a divisão. Se a categoria "mulher", sob a evidência da ideologia cis-heteronormativa, se apresenta como evidente, a formulação de um saber LGBTQIA+ que se prolifera nos mais diversos âmbitos da vida social humana passa a contestá-la e mostrar sua opacidade, expondo tanto os modos a partir dos quais o aparentemente homogêneo não escapa à heterogeneidade quanto as tensões produzidas pela construção de definições sobre os sujeitos em uma única categoria pretensamente universal. É interessante notarmos esse deslizamento no *Manual*, que evita utilizar a palavra "homem" na definição de "gay", mas diz a palavra "mulher" na definição de "lésbica". Mais uma vez, vem à tona a instabilidade e heterogeneidade desse saber linguístico LGBTQIA+ que se constitui no *Manual*.

Vejamos como se constituía a definição de "lésbica" na versão anterior do *Manual*:

> Lésbica:
> Mulher que é atraída afetivamente e/ou sexualmente por pessoas do mesmo sexo/gênero. Não precisam ter tido, necessariamente, experiências sexuais com outras mulheres para se identificarem como lésbicas.

Na definição, observamos que a referência à lésbica se realiza do mesmo modo que na versão mais recente do *Manual*, a partir da palavra "mulher", mas há uma mudança sutil com relação à definição; na versão mais recente, a lésbica é definida como a mulher "atraída afetiva e/ou sexualmente por pessoas do mesmo sexo/gênero (cis ou trans)", ao passo que na versão anterior do *Manual* a determinação "(cis ou trans)", assim mesmo entre parênteses, não aparece configurada.

No recorte em que trouxemos a definição da palavra "gay", a determinação "(cis ou trans)" também aparece configurada, mas em posição distinta daquela em que comparece na definição de "lésbica". Em "gay", temos a "pessoa do gênero masculino (cis ou trans) que tem...", enquanto em "lésbica" temos "mulher que é atraída afetiva e/ou sexualmente por pessoas do mesmo sexo/gênero (cis ou trans)"; no primeiro caso, a expressão "(cis ou trans)" determina a pessoa do gênero masculino que se autoidentifica como gay, enquanto no segundo caso a mesma expressão determina não a mulher lésbica, mas as pessoas por quem ela é atraída. O funcionamento discursivo dos parênteses coloca para o leitor uma informação que serve ao mesmo tempo como acréscimo e lembrete, e que, ao determinar uma palavra ou expressão, redireciona a interpretação desse elemento linguístico por meio de um deslocamento discursivo, que se dá na relação com a memória e a ideologia.

Em "(cis ou trans)", notamos que há um deslocamento da evidência dos sentidos cis-heteronormativos no gesto de determinar que em "pessoa do gênero masculino" e ao dizer sobre pessoas que são objeto da atração afetiva/sexual de uma mulher lésbica incluem-se tanto as pessoas identificadas como cisgêneras quanto aquelas identificadas como transgêneras; por outro lado, essa determinação, que se realiza por meio do uso dos parênteses, parece nos indicar que há algo ainda contraditório e instável na formulação desse saber LGBTQIA+ pelo *Manual*. Os parênteses nos indicam que não há consenso no interior desse saber de que pessoas cisgêneras e transgêneras estão incluídas em "pessoa do gênero masculino" e entre as pessoas por quem mulheres lésbicas desenvolvem atração afetiva e/ou sexual, de maneira que o *Manual* toma uma posição pela inclusão de pessoas cisgêneras e transgêneras; tal posição, no entanto, realiza-se por meio dos parênteses, e não de uma plena incorporação à formulação linguística.

Em mais uma pesquisa, encontramos uma matéria do site *Põe na Roda*:

**Figura 8 – Printscreen do título da matéria do Põe na Roda "Não ficar com pessoas trans é questão de atração ou transfobia? Este vídeo responde!"** [64]

O título da matéria convoca o seu leitor para a interação com o vídeo a partir de uma pergunta: "Não ficar com pessoas trans é questão de atração ou transfobia?". É importante ter em conta que o *Põe na Roda* é um site voltado para um público LGBTQIA+ (o site diz "LGBT"), como este mesmo anuncia no rodapé da página: "O poenaroda.com.br é um site de informação, cultura e entretenimento LGBT".

**Figura 9 – Printscreen do rodapé da página oficial do Põe na Roda**[65]

Por isso, nos chama ainda mais a atenção que uma pergunta sobre ficar ou não com pessoas trans seja colocada como questão em um site de "informação, cultura e entretenimento LGBT" a

[64] PÕE NA RODA. *Não ficar com pessoas trans é questão de atração ou transfobia? Este vídeo responde!*. Publicado em 29/01/2020. Disponível em: <https://poenaroda.com.br/videos/nao-ficar-com-pessoas-trans-e-questao-de-atracao-ou-transfobia-este-video-responde/> Acesso em 08 abr. 2021.
[65] PÕE NA RODA. Disponível em: <https://poenaroda.com.br/videos/nao-ficar-com-pessoas-trans-e-questao-de-atracao-ou-transfobia-este-video-responde/> Acesso em 18 set. 2021.

partir de duas perspectivas, colocadas na questão: "é questão de atração ou transfobia?". As pessoas transgêneras são, assim, inscritas em uma disjunção com relação à sua posição enquanto potencial objeto de desejo por outras pessoas LGBTQIA+; estas se dividem quanto à posição de que não se atraem por pessoas trans e quanto a uma outra de que não se atrair por pessoas transgêneras é uma forma de reproduzir transfobia. A evidência dos discursos cisnormativos, que se fundamentam na estabilização de uma regularidade entre órgão sexual, orientação sexual e identificação de gênero, intervém na discussão entre sujeitos LGBTQIA+ sobre a legitimidade ou não da recusa em se relacionar com pessoas trans. Isso demonstra como a cisnormatividade enquanto ideologia dominante ainda encontra amplos espaços para reprodução pelos movimentos LGBTQIA+, de tal maneira que a incorporação dos movimentos de pessoas transgêneras à sigla parece se dar ao modo de uma "inclusão periférica"[66]. Os movimentos LGBTQIA+ organizam-se em resistência aos discursos cis-heteronormativos, mas nesse movimento são constitutivamente cerceados e limitados pela ideologia dominante.

Na formulação de um saber linguístico LGBTQIA+ pelo manual, isso se manifestou no equívoco relativo ao posicionamento da determinação "(cis ou trans)" nas definições de "gay" e "lésbica", configurada ainda entre parênteses, o que nos indica que, se ainda é necessário enfatizar que está se falando tanto sobre pessoas cisgêneras quanto sobre pessoas transgêneras quando se fala de categorias como "homem", "mulher", "pessoa do gênero x" ou de pessoas que se constituem como objeto de atração afetiva e sexual, é porque discursivamente esses sentidos ainda não "colaram": ainda não está se falando sobre pessoas transgêneras quando se mobilizam essas palavras.

Observemos mais um recorte:

> Cisgênero
> Um termo utilizado por alguns para descrever pessoas que não são transgênero (mulheres trans, travestis e homens trans). "Cis-" é um prefixo em latim que significa "no mesmo lado que" e, portanto, é oposto de "trans-" (GLAAD, 2016). Refere-se ao indivíduo que se identifica, em todos os aspectos, com o gênero atribuído ao nascer

No recorte acima, define-se "cisgênero" como "um termo utilizado por alguns para descrever pessoas que não são transgênero (mulheres trans, travestis e homens trans)". Já notamos aqui um movimento discursivo interessante: primeiramente, a presença da expressão "por alguns", que nos indica que há algo de polêmico ou pouco consensual com relação a essa palavra; em segundo lugar, pois a palavra é definida em função da palavra "transgênero", o que funda o polo dicotômico cisgênero/transgênero: o cisgênero é aquilo que o transgênero não é, e vice-versa; os

[66] Termo que tomamos emprestado de Junqueira (2015).

sentidos da primeira palavra se definem em função da outra. É um funcionamento discursivo semelhante ao de outros polos como hétero/homo e homem/mulher, que estabelece uma política dicotomizante para os sentidos fixados imaginariamente na rigidez categórica das relações de oposição. Trata-se de um espaço discursivo logicamente estabilizado, ou se é cisgênero ou se é transgênero.

Em seguida, recupera-se a origem etimológica do prefixo "cis-", que significa "no mesmo lado que" segundo a definição. Mais uma vez, define-se em função de uma oposição, desta vez, quando se diz: "portanto, é oposto de 'trans-'". Assim, no gesto de construção da definição, há uma negação em "não são transgênero"; uma relação, expressa em "no mesmo lado que"; e, depois, uma oposição, expressa em "oposto de 'trans-'". Por fim, diz-se que a palavra "cisgênero" refere-se "ao indivíduo que se identifica, em todos os aspectos, com o gênero atribuído ao nascer".

Essa última afirmação nos salta aos olhos devido à produção de efeitos de certeza pela expressão "em todos os aspectos", que não abre a possibilidade para brechas discursivas no que se refere ao funcionamento do processo de identificação, uma vez que ele tem que ser total. O cisgênero, assim, é aquele que se identifica plenamente com o gênero atribuído ao nascer, de forma que esse sujeito sabe exatamente quem/o que/como ele é. A palavra "atribuído" parece nos indicar que há algo de compulsório nas designações de gênero designadas no momento do nascimento, mas não se identificar completamente com esse gênero significa necessariamente uma não identificação com a cisgeneridade? E se sim, o indivíduo é necessariamente transgênero? O que significa não se identificar em todos os aspectos com o gênero atribuído ao nascer? O funcionamento da palavra "gênero" é opaco: se retomarmos a própria definição de "gênero" do manual, está-se falando de características de uma cisão entre a dimensão biológica e a dimensão social, que se baseia no raciocínio de que há "machos" e "fêmeas" na espécie humana: "assim, gênero significa que homens e mulheres são produtos da realidade social e não somente decorrência da anatomia de seus corpos". Se pensarmos nessa disjunção, não se identificar com qualquer aspecto da realidade social dos sentidos binários discursivamente sedimentados para homens e mulheres coloca o indivíduo para fora do espectro da cisgeneridade?

O processo de identificação é tratado de maneira estanque, e na relação estreita com os espaços discursivos logicamente estabilizados de que nos fala Pêcheux. Nessas construções discursivas de sentidos para as palavras, as categorias de identificação se apresentam a partir de imaginários de estabilidade e homogeneidade, que parte do pressuposto de que todas as pessoas cisgêneras estão em relação de plena identificação "com o gênero atribuído ao nascer". Sentidos e sujeitos são tratados como exatos.

Orlandi (2017b), em *A ordem da língua e a dêixis discursiva (uma crítica ao linguisticamente correto)*, também analisa alguns recortes em que se define ou se justifica a utilização da palavra "cisgênero", que é recente na língua portuguesa. Não se diz sobre a história dessa palavra na definição do manual, e se voltamos à sua versão anterior, observamos que a palavra "cisgênero" não aparece configurada, o que também não quer dizer que já não houvesse sido formulada e discutida pela militância LGBTQIA+. Na versão do *Mini Aurélio* com a qual trabalhamos também não há uma entrada para a palavra.

Entre os recortes trazidos por Orlandi, destacamos um que é parte do texto intitulado "A verdade cisgênero", publicado por Jaqueline Gomes de Jesus em 28 de janeiro de 2015:

> Contudo, para além destas denúncias que precisamos fazer para viver, também oferecemos nosso olhar sobre vocês e nossa vivência do corpo nesta sociedade tão restritiva. Quando eu chamo uma pessoa de cisgênera, estou dizendo que não a genitalizo: Se vejo uma mulher, não vejo necessariamente uma vagina, se vejo um homem, não vejo necessariamente um pênis. Não vejo também as pessoas necessariamente com uma função e um papel sexual a exercer. E nesta não-necessidade cabem função-nenhuma e papel-nenhum. Quando digo que uma pessoa é cisgênera, estou dizendo que ela tem liberdade para autodeterminar-se. Eu reconheço esta auto-determinação como um direito humano, um que está tolhido. A liberação e a emancipação trans não começa e termina nas pessoas trans. Ela busca uma sociedade que promova a vida em todas as suas manifestações. E a quem queira refletir mais um pouco, que pense nas alternativas: *pense no mundo sem cisgênero e na terrível normalidade compulsória por trás da ausência de um nome*. Há muito mais que opressão por trás dos termos cis. Eles são a chave para a partilha e a expansão de nossas vivências na alteridade (ORLANDI, 2017b, p. 214).

Orlandi, em seu olhar para esse recorte de análise, analisa as ilusões que são produzidas pelo discurso militante quanto à possibilidade da autodeterminação, "como se o sujeito pudesse autodeterminar-se sem que a linguagem, em sua ordem, funcionasse, apesar de nossas vontades" (ORLANDI, 2017b, p. 214). A crença de que o nome é a chave para a denúncia se manifesta como se o nome escapasse à interpretação, à falha e ao equívoco, como se não houvesse contradição e fosse possível algo como a univocidade.

Ao mesmo tempo, e com base nas considerações de Bagagli (2020), se pensamos o movimento discursivo neológico que se realiza a partir da criação de uma palavra para a cisgeneridade, compreendemos que a palavra possibilita a produção de contradiscursos que não só questionam a cisnormatividade, como também nomeiam essa realidade pela disjunção entre pessoas transgêneras e pessoas não transgêneras. Os discursos médicos produziram cientificamente a transgeneridade através de categorias analíticas como "travestismo" e "transexualismo", a partir das quais classificaram e patologizaram essas identificações ao inscrevê-las no domínio do anormal, enquanto os corpos cisgêneros já tomados como referências logicamente estáveis não recebiam um nome. Percebemos, assim, que o processo de naturalização se realiza também a partir da ausência de um nome, de maneira que, ao nomear, questiona-se a evidência do sexo que a cisnormatividade

sustenta sob a égide do seu próprio mascaramento. A emergência de palavras como "cisgênero", "cisnormatividade" e "cissexismo" (entre as quais nosso *Manual* contempla apenas a primeira) torna visível o que até então se apresentava como invisível, na passagem do silêncio para o irrompimento da palavra, a partir de sentidos novos que rebentam do interior do não-sentido em seu potencial de afetar o real da história. (BAGAGLI, 2020)

Ou seja, se definir e denominar nos coloca a problemática da equívoca busca pelo exato, das categorizações que limitam e cerceiam os espaços de identificação dos sujeitos e da ilusão de estabilidade ou homogeneidade que orienta as definições estanques para palavras que designam modos de identificação, também nos cabe perguntar se a denúncia é possível quando a realidade daquilo que primeiramente categorizou domínios de anormalidade não é nomeada. E seguir avançando sobre as classificações é reproduzir a pretensa lógica dos discursos dominantes ou pode ser também um modo de resistir e contestar a norma a partir dos próprios instrumentos da dominação? É possível tomar esses movimentos como simétricos? A resistência subversiva é possível na mobilização da língua como forma de categorizar, organizar e interpretar o mundo, à maneira do discurso dominante? Tal processo (não) é necessário para que se possa denunciar aquilo que se apresentava como evidente?

Não pretendemos dar uma resposta para tais questões, mas apontar para como os recortes selecionados nesta seção estão inscritos nesse conflito. Nas definições de "gay" e "lésbica", em que vislumbramos os deslizamentos entre "pessoa do gênero masculino" e "mulher", e depois entre "mulher" e "pessoas que menstruam" no contato com outra materialidade, produzem-se distintos efeitos de sentidos, por sua vez, relacionados a diferentes discursividades que se materializam no confronto do simbólico com o político. Entrevemos ainda que o equívoco relativo à emergência e à posição da determinação "(cis ou trans)" nas definições apontava para a contradição dos movimentos LGBTQIA+ em seu confronto com a cisnormatividade, de maneira que a incorporação de pessoas transgêneras ao movimento se dá de forma periférica. Em "cisgênero", funda-se uma palavra nova que identifica aqueles que não são os sujeitos transgêneros, mas ao dizer que o cisgênero é aquele que "se identifica, em todos os aspectos, com o gênero atribuído ao nascer", observamos o funcionamento discursivo da ilusão de que é possível que o processo de identificação/interpelação se realize em sua totalidade, sem falhas. A existência de qualquer contradição na relação entre a identificação de gênero e as expectativas sociais de gênero já seria da ordem da transgeneridade, e não da cisgeneridade? Na definição proposta pelo *Manual de Comunicação LGBTI+*, essa nova categoria não comporta a contradição, o que nos coloca questões sobre a diversidade que os movimentos LGBTQIA+ e o *Manual* projetam imaginariamente.

Se a multiplicidade de categorias/modos de identificação presentes no *Manual* tem como propósito representar a diversidade de experiências e expressões de gênero e sexualidade, temos de nos perguntar em que medida há um apagamento das hierarquizações produzidas no social e que afetam desigualmente os sujeitos dos movimentos LGBTQIA+, constituindo a ilusão de que os movimentos integram, sem produzir espaço para a marginalização e para o impróprio, todos os elementos que configuram a deriva e o equívoco constitutivos das falhas engendradas pela interpelação por uma ideologia cis-heteronormativa. É importante pensarmos o funcionamento do discurso pedagógico (ORLANDI, 2006) nesse sentido, em seu processo que funciona na sala de aula, na divulgação científica e também na elaboração de materiais didáticos como manuais, em que vão se apagando as polêmicas e dissolvendo as fronteiras, não de modo que desapareçam, mas de modo que elas não sejam visíveis. O apagamento da polêmica é um processo que deve ser compreendido em relação às condições de produção do manual, levando em conta a conjuntura político-ideológica e a constelação de instituições que tomam parte na formulação de um saber linguístico LGBTQIA+ em nosso tempo, em que a produção de espaços inclusivos, harmônicos e consensuais colaboram para a manutenção da ordem dominante. De outros modos, também foi possível observar o apagamento da polêmica nas definições propostas para a palavra "gênero", como também será possível em outras sobre as quais ainda nos deteremos.

É na língua que é possível observar não apenas as falhas da interpelação pela ideologia dominante, como também as falhas que irrompem da ideologia dominada, como constituídas a partir da formulação de um saber linguístico LGBTQIA+ no manual. É porque a língua tem a sua própria ordem e é determinada historicamente que tomá-la como instrumento que possa ser mobilizado "conscientemente" é estratégia de luta social que, se não acompanhada de medidas outras que visem à transformação do social, deixará os movimentos a ver navios. Na constituição do saber linguístico LGBTQIA+, são trazidos, explicados e definidos conceitos que ordenam os sentidos e os sujeitos, que organizam a experiência LGBTI+ em categorias inteligíveis para a sociedade, mas que também administram a subversão ao classificá-la e domesticá-la. Isso é efeito de um cenário em que há uma vontade de saber sobre as experiências de sujeitos LGBTQIA+ que estamos delineando ao menos desde (1) o capítulo anterior, ao tratarmos das consequências da aproximação dos movimentos LGBTQIA+ com o Estado e da apropriação de suas temáticas e reivindicações pelo Mercado; e (2) o início deste capítulo, em que tratamos da possibilidade de se falar de um novo momento na gramatização do português brasileiro. É importante situar as contradições desse processo no que se refere às ilusões de univocidade e estabilidade que são reproduzidas pelo saber LGBTQIA+ em seu objetivo de legitimar-se enquanto conhecimento, de

maneira a não só propiciar o debate sobre os sentidos e destinos dos movimentos LGBTQIA+ até aqui, mas também sobre onde se quer chegar.

## 4.4 "Pansexual é atraído por objetos" e "bissexual é atraído por ambos os sexos/gêneros": a manualização em relação à utopia de um mundo semanticamente normal

Para dar sequência à nossa discussão, trataremos agora das definições propostas pelo *Manual* para as palavras "bissexual" e "pansexualidade":

> Bissexual
> É a pessoa que se relaciona afetiva e sexualmente com pessoas de ambos os sexos/gêneros (GÊNERO, 2009). O termo "Bi" é o diminutivo para se referir a pessoas bissexuais.
>
> Pansexualidade
> Considera-se que a pansexualidade é uma orientação sexual, assim como a heterossexualidade ou a homossexualidade. O prefixo pan vem do grego e se traduz como "tudo". Significa que as pessoas pansexuais podem desenvolver atração física, amor e desejo sexual por outras pessoas, independente de sua identidade de gênero ou sexo biológico. A pansexualidade é uma orientação que rejeita especificamente a noção de dois gêneros e até de orientação sexual específica (MARSHALL CAVENDISH CORPORATION, 2010).

Na versão anterior do manual, há uma entrada para "bissexual", mas não para "pansexualidade". Em vez disso, há uma entrada para "pansexual":

> Bissexual:
> É a pessoa que se relaciona afetiva e sexualmente com pessoas de ambos os sexos/gêneros. Bi é uma forma reduzida de falar de pessoas Bissexuais.
>
> Pansexual:
> Termo polêmico que se refere a pessoas cujo desejo sexual é abrangente, podendo se dirigir inclusive a objetos.

Colocar em paralelo as definições de "bissexual" e "pansexualidade"/"pansexual" nos permite vislumbrar alguns movimentos discursivos importantes. Com relação à palavra "bissexual", notamos que há poucas diferenças entre as definições da versão anterior e da versão do *Manual* com a qual trabalhamos. A primeira parte da definição é exatamente a mesma: "É a pessoa que se relaciona afetiva e sexualmente com pessoas de ambos os sexos/gêneros". Na versão mais recente, acrescenta-se como referência um estudo que sustenta a definição, o curso *Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais*, material elaborado com apoio e realização de secretarias do Governo Federal, à época, conduzido pelo ex-presidente Lula. Não há qualquer menção à origem etimológica da palavra, embora possamos depreender pela utilização da palavra "ambos", para se dizer sobre os

sexos/gêneros de pessoas com quem bissexuais se relacionam, que há uma filiação discursiva à concepção do gênero e do sexo como binário. Nesse sentido, por efeito de memória, está-se dizendo que as pessoas bissexuais se relacionam afetiva e sexualmente com homens e mulheres.

Já na segunda parte da definição, há alterações que produzem efeitos relevantes. Se, na versão anterior, se dizia que "bi é uma forma reduzida de falar de pessoas Bissexuais", na versão com que trabalhamos, se diz: "o termo 'Bi' é o diminutivo para se referir a pessoas bissexuais." A palavra "bi" passa a ser referida como um "termo", e também deixa de ser apresentada como "forma reduzida" para ser apresentada como "diminutivo". Além disso, se antes a palavra "bi" era definida como utilizada para se "falar de" pessoas bissexuais, agora se diz que ela é empregada para "se referir" a elas. Embora a mudança seja sutil, há diferenças quanto aos efeitos de sentido que são produzidos sobre o estatuto das pessoas bissexuais: enquanto "falar de" as coloca em um lugar de objeto sobre o qual se fala, "se referir a x de tal maneira" implica algum grau de reconhecimento.

Em "pansexualidade"/ "pansexual", o movimento discursivo nos chama mais atenção. Em primeiro lugar, porque a palavra "pansexual", que, como adjetivo, caracteriza e constitui-se como categoria de identificação no interior dos movimentos LGBTQIA+, é abandonada pelo projeto de saber do *Manual de Comunicação LGBTI+*, em que é substituída por "pansexualidade". Na definição de "pansexual" como formulada pela versão anterior do manual, diz-se que se trata de um "termo polêmico que se refere a pessoas cujo desejo sexual é abrangente, podendo se dirigir inclusive a objetos". A palavra é determinada como "polêmica", o que remete a um processo de divisão na produção de sentidos sobre ela, mas não se diz por qual razão ela é polêmica. Em vez disso, a definição limita-se a dizer que o desejo sexual de pessoas pansexuais é abrangente de tal modo que até objetos podem se tornar alvo de desejo.

Na definição de "pansexualidade" elaborada pela versão do *Manual* com que trabalhamos, não apenas observamos a alteração da palavra-entrada (de um adjetivo "pansexual" para o substantivo "pansexualidade") como também as alterações são significativas e não mantiveram qualquer aspecto da definição anterior. Não se menciona mais o aspecto "polêmico" da pansexualidade ou de sujeitos identificados como pansexuais, já que a pansexualidade é dita como "uma orientação sexual, assim como a heterossexualidade ou a homossexualidade". Em seguida, retoma-se a origem etimológica do prefixo "pan-", que, de acordo com o manual, tem origem grega e pode ser traduzido como "tudo". Afirma-se ainda sobre as pessoas pansexuais que elas "podem desenvolver atração física, amor e desejo sexual por outras pessoas, independente de sua identidade de gênero ou sexo biológico". Além disso, a pansexualidade é apresentada como "uma orientação que rejeita especificamente a noção de dois gêneros e até de orientação sexual específica".

É interessante observar que como, paradoxalmente, a "pansexualidade" é definida como "uma orientação sexual, assim como a heterossexualidade ou a homossexualidade", ao mesmo tempo em que "é uma orientação que rejeita especificamente a noção de dois gêneros e até de orientação sexual específica". Mas o que significa dizer que uma orientação sexual rejeita a ideia de uma orientação sexual específica? A pansexualidade seria, então, uma forma de identificação que escaparia à binariedade evidente nos discursos cis-heteronormativos e mais fundamentalmente aos processos de nomeação e classificação de sujeitos? Mas como paradoxalmente tomá-la a partir desse gesto de significação e concomitantemente produzir uma definição estanque para ela, registrá-la em um *Manual* que organiza sujeitos LGBTQIA+ quanto às suas identificações/expressões de gênero e sexualidade, o que consequentemente domestica os processos de significação? Afirma-se que a "pansexualidade" rejeita "até" a ideia de uma orientação sexual específica, ao passo que ela é apropriada pelo saber linguístico LGBTQIA+ construído pelo *Manual* como uma orientação sexual específica. Por mais que tente escapar às definições que organizam processos de identificação dicotomizantes, gendrados em função da ideologia cis-heteronormativa e seus domínios de normalidade/anormalidade, a pansexualidade é significada no interior de um projeto de saber que, para se legitimar, produz efeitos de certeza em espaços logicamente estabilizados, na equívoca busca pelo exato e por um mundo semanticamente normal.

A definição para "pansexual", na versão anterior do manual, também busca colocar o desejo de sujeitos pansexuais em um espaço situado fora da ideologia cis-heteronormativa, embora o fizesse de outra maneira. O desejo seria "abrangente, podendo se dirigir inclusive a objetos", enquanto na versão mais recente o mesmo desejo por outras pessoas é re-textualizado como "independente de sua identidade de gênero ou sexo biológico". Trata-se de diferentes maneiras de significar aquilo que está fora da lógica cis-heteronormativa. Na versão anterior do manual, essa abertura àquilo que está fora é significada a partir do absurdo e da polêmica, já que se diz que pessoas pansexuais teriam atração até mesmo por objetos, e não apenas por pessoas. Na versão mais recente, apaga-se a questão da atração sexual por objetos e da divisão de sentidos da palavra, já que o trecho "independente de sua identidade de gênero ou sexo biológico" significa o gênero e o dito "sexo biológico" como elementos que não são determinantes para o surgimento do desejo.

A substituição de "pansexual" por "pansexualidade" no projeto de saber do *Manual* indica que há algo ainda se movimentando no que diz respeito ao estatuto da pansexualidade e dos sujeitos identificados como pansexuais, como se essa categoria remetesse a sujeitos que não encaixam completamente na máquina de classificar delineada pelo saber LGBTQIA+ manualizado. A inexatidão com que se descreve o desejo de sujeitos pansexuais torna essa categoria pouco inteligível sob a ordem cis-heteronormativa: o que é um desejo afetivo-sexual *abrangente*, nesse

contexto, que seria diferente da bissexualidade? Para a ideologia cis-heteronormativa, que só compreende a inteligibilidade de corpos cisgêneros, a abrangência só poderia mesmo dizer respeito a objetos, pois o que mais haveria "fora" da cisgeneridade que pudesse se constituir como objeto de desejo?

O deslizamento de "pansexual" para "pansexualidade" se encontra relacionado a uma conjuntura em que a assimilação de sujeitos identificados como LGBTQIA+ permite o irrompimento no cotidiano do desejo de saber sobre essas experiências *outras* de subjetividade, mas a constituição de definições estanques e coerentes para classificar os sujeitos mal encaixados se confronta com um estranhamento, produzido por um efeito de sem-sentido. Esse sem-sentido, conforme Bagagli (2020, p. 149) retoma de Orlandi, é "deriva do efeito imaginário que produz evidência e estabilização em relação ao outro, gerando o efeito de apagamento da margem (como exclusão) e do possível através do efeito de saturação." O sujeito identificado como pansexual é remetido primeiramente à polêmica e à atração sexual por objetos para ser posteriormente apagado no processo de substantivação em "pansexualidade", como se até houvesse para esses sujeitos espaço possível no saber linguístico LGBTQIA+, mas tal espaço fosse periférico e limitado em seu trabalho com os sentidos engendrados pela pansexualidade, domesticados em sua possibilidade de formar sentidos para o irrealizado da sociedade cis-heteronormativa.

Esse espaço é necessariamente limitado, pois a manualização se compromete com a didatização, a divulgação e a vulgarização de um determinado conhecimento para toda a (ou parte da) sociedade. No caso do artefato que é o nosso objeto de análise, há um comprometimento com a mediação entre ciência, jornalismo, militância, divulgação e didatização, já que se tem como objetivo divulgar saberes, demandas e modos de se dizer sobre os sujeitos LGBTQIA+ discutidos nos círculos militantes e que se confrontam com as convencionalidades do cotidiano, as transparências e evidências do dia a dia, seja na relação com a dominação cis-heteronormativa, seja na relação com a resistência a ela. O reconhecimento social da ordem cis-heteronormativa só é possível se houver algum grau de submissão à sua gramática, às suas lógicas de estabilização dos espaços discursivos, em detrimento do irremediavelmente equívoco movimento dos sentidos e sujeitos. O manual é um instrumento que se propõe a apresentar como entendível e cognoscível aquilo que antes não se conhecia ou se apresentava como incompreensível. Há manuais de instrução para montagem de móveis, manuais de boas práticas, manuais de sobrevivência, manuais de Direito, manuais de redação, manuais de normas técnicas, e uma multiplicidade de outros tipos. Todos eles têm em comum o estabelecimento de diretrizes e procedimentos que recortam o real para torná-lo apreensível, e ao fazê-lo, confundem-se com o próprio real. É um instrumento normativo por excelência, o que se manifesta também em seu propósito de ensinar, metodizar,

sistematizar as coisas existentes para que tomem a forma do mundo semanticamente normal das máquinas de classificar, catalogar e identificar, que em seus gestos de interpretação produzem a ilusão de que o mundo só pode ser *assim*. Ao propor a manualização e vulgarização de um saber linguístico LGBTI+ nos meios jornalísticos, o *Manual de Comunicação LGBTI+* é constituído nos entremeios da ciência, da didatização e da militância, e é para o mundo semanticamente normal da cis-heteronormatividade que o *Manual* se apresenta e procura se mostrar inteligível.

Se voltarmos aos recortes em que trazemos as definições de "bissexual" e "pansexualidade" do manual, podemos observar movimentos interessantes. A partir da remissão da palavra "ambos" ao mundo binário, o sujeito bissexual seria aquele que se relaciona afetiva e sexualmente com pessoas do gênero masculino e feminino. Por sua vez, a pansexualidade se apresenta como a "atração física, amor e desejo sexual por outras pessoas, independente de sua identidade de gênero ou sexo biológico". Uma matéria da UOL Universa[67], intitulada *Bissexual e pansexual são a mesma coisa? Entenda a diferença entre os dois*, publicada em 2018, nos leva a outros caminhos de interpretação.

Vejamos o primeiro recorte:

> O termo pansexualidade, segundo a psicóloga, surgiu como um movimento para "quebrar o preconceito" contra pessoas transgênero que ainda existia na comunidade bi --antes, muitas pessoas que se consideravam bissexuais ainda rejeitavam pessoas trans ou não-binárias, tanto no movimento quanto nas relações.

E o segundo recorte:

> Com o passar do tempo e com a visibilidade do movimento trans, a explicação para a bissexualidade foi modificada para que ficasse claro que uma pessoa bi pode sentir atração por alguém que não se identifique como somente homem ou mulher. Assim, atualmente, podemos dizer que ser bissexual significa sentir atração por mais de um gênero --podendo incluir todos eles ou só alguns, mas sempre mais de um --aproximando-se da pansexualidade.

No título da matéria, questiona-se se "bissexual" e "pansexual" são a mesma coisa. Em seguida, convoca-se o leitor a descobrir quais seriam as diferenças, o que já responde ao questionamento colocado pela matéria: "bissexual" e "pansexual" são, sim, coisas diferentes.

No primeiro recorte, afirma-se que a palavra "pansexualidade", de acordo com uma referência da área da Psicologia, surgiu como um movimento para "quebrar o preconceito" contra pessoas transgêneras no interior da comunidade bi, já que "muitas pessoas que se consideravam bissexuais ainda rejeitavam pessoas trans ou não-binárias, tanto no movimento quanto nas

[67] UOL UNIVERSA. *Bissexual e pansexual são a mesma coisa? Entenda a diferença entre os dois.* Publicado em 22/11/2018. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2018/11/22/bi-ou-pan-entenda-o-que-sao-as-sexualidades-fluidas.htm> Acesso em 13 abr. 2021.

relações." Mais uma vez, observamos uma divisão entre sujeitos que se identificam como LGBTQIA+ quanto à inclusão de pessoas transgêneras nas demandas por legitimidade e visibilidade do movimento, já que se explica que elas eram rejeitadas enquanto integrantes do movimento e enquanto pessoas com quem se poderia potencialmente desenvolver uma relação. A cisnormatividade como parte da estrutura da nossa formação social e posição dominante nas relações de força inscritas no movimento da história atravessa a constituição dos movimentos LGBTQIA+ e produz, assim, injunções quanto aos modos de se identificar, instaura a assimetria que é silenciada no *Manual* em benefício da projeção imaginária de um todo diverso e harmonioso.

Já no segundo recorte, aponta-se para um movimento histórico recente em que o movimento transgênero teria ganhado mais visibilidade, de maneira que "a bissexualidade foi modificada para que ficasse claro que uma pessoa bi pode sentir atração por alguém que não se identifique como somente homem ou mulher". Teria havido, assim, uma deriva com relação aos sentidos da palavra "bissexualidade", mais próxima agora dos sentidos de "pansexualidade": "podemos dizer que ser bissexual significa sentir atração por mais de um gênero --podendo incluir todos eles ou só alguns, mas sempre mais de um --aproximando-se da pansexualidade".

É interessante notar que também não se diz sobre esse movimento de deriva no manual, que, por sua vez, produz o efeito de certeza na definição de "bissexual" de que a atração afetivo-sexual se dá em relação com "ambos os sexos/gêneros", isto é, com homens e mulheres. Os movimentos de sentido mais recentes da palavra não são, assim, contemplados na definição proposta, tampouco se menciona a existência de uma divisão de sentidos. Com relação ao título da matéria, o título estabelecia as diferenças entre "bissexual" e "pansexual", mas a partir do segundo recorte é possível apontar para como a existência de uma desorganização das linhas divisórias entre o "bissexual" e o "pansexual". Não há, assim, consenso quanto aos significados de ambas as palavras.

Isso nos mostra, mais uma vez, como o saber linguístico constituído no *Manual de Comunicação LGBTI+* não é unívoco nem universal, mas é histórico e ideológico, está em confronto com outros saberes LGBTQIA+ formulados em outros espaços discursivos, produtos das diferentes filiações dos sujeitos a outras memórias do dizer e de sua inscrição na história. Se, nas lutas pela estabilização de sentidos, o manual é um instrumento linguístico que, ao lado dos glossários e dicionários, estabiliza determinados sentidos de acordo com os seus diferentes projetos linguísticos, há sempre algo que escapa às tentativas de sedimentação: os instrumentos linguísticos defrontam-se com a opacidade das coisas da língua e com o jogo oblíquo das denominações, por meio das quais são produzidas as ilusões de que sabemos exatamente do que se fala quando se fala. Esse é um efeito da produção dos espaços discursivos logicamente estabilizados, nos quais

> supõe-se que todo sujeito falante sabe do que se fala, porque todo enunciado produzido nesses espaços reflete propriedades estruturais independentes de sua enunciação: essas propriedades se inscrevem, transparentemente, em uma descrição adequada do universo (tal que este universo é tomado discursivamente nesses espaços. (PÊCHEUX, 2006, p. 31)

As coisas do mundo, no entanto, não se limitam apenas ao modo como falamos delas, na medida em que sempre é possível falar sobre elas de outra forma, tomá-las a partir de sua inscrição em outras discursividades, que nos orientam a defini-las de maneiras diferentes em nossos gestos de interpretação que produzem os saberes metalinguísticos. Falar é sempre uma prática política, por esta razão, implica sempre a inscrição no político, uma tomada de posição frente às redes sociais e históricas de sentido que inexoravelmente instauram a diferença, salientando sempre que essa tomada de posição não é da ordem do intencional, mas do sujeito interpelado pela ideologia por meio do simbólico. E por isso, quando colocamos em paralelo diferentes tentativas de definir as palavras tomadas em sua falsa-transparência, os equívocos que irrompem do discurso se apresentam e materializam a falha dos projetos de saber metalinguístico que instauram espaços de homogeneidade lógica.

## 4.5 A homogeneidade lógica de um projeto de saber (ou tudo aquilo que a "fluidez de gênero" não pode abarcar)

> *"Naquele império, a arte da cartografia alcançou tal perfeição que o mapa de uma única província ocupava uma cidade inteira, e o mapa do império uma província inteira. Com o tempo, estes mapas desmedidos não bastaram e os colégios de cartógrafos levantaram um mapa do império que tinha o tamanho do império e coincidia com ele ponto por ponto"*
> ─ Jorge Luis Borges, em "Do Rigor na Ciência"

Por fim, propomos olhar para a definição de "gênero fluido" antes de chegar, finalmente, à última seção do capítulo, em que buscaremos amarrar as reflexões produzidas até aqui. Nosso propósito é observar os diferentes movimentos discursivos engendrados pelas definições propostas para a entrada "gênero fluido". Observemos a formulação do manual:

> Gênero fluído (gender-fluid)
> A pessoa que se identifica tanto com o sexo masculino ou feminino. Sente-se homem em determinados dias e mulher em outros (adaptado de https://www.merriam-webster.com/dictionary/gender-fluid)

Na definição, diz-se que a pessoa identificada como "gênero fluido" é aquela que "se identifica tanto com o sexo masculino ou feminino". Neste primeiro trecho, já nos chama atenção a filiação discursiva à binariedade de sexo (não se diz "gênero"). A conjunção "ou" instaura uma disjunção que remete aos espaços discursivos logicamente estabilizados: apesar de haver algum espaço para variação, uma vez que a pessoa gênero fluido "sente-se homem em determinados dias e mulher em outros", não é dito que ela pode se identificar tanto com o gênero masculino quanto com o feminino no mesmo no mesmo dia. Além disso, esse processo de identificação é apresentado como uma variação entre as categorias binárias "masculino" e "feminino", não havendo espaço para entremeio ou para outras possíveis identificações de gênero.

A definição proposta pelo *Manual* é adaptada do *Merriam-Webster Dictionary*[68], como informa o recorte. Trata-se de um dicionário on-line em língua inglesa, ao qual tivemos acesso e procuramos pela definição da palavra "gender-fluid", a palavra equivalente para "gênero fluido" em inglês:

**Figura 10 – Definição para "gender-fluid" no Merriam-Webster Dictionary** [69]

[68] MERRIAM-WEBSTER DICTIONARY. *Definition of gender fluid*. s.d. Disponível em: <https://www.merriam-webster.com/dictionary/gender%20fluid> Acesso em 16 abr. 2021.

[69] Em tradução nossa, "Relativo a ou ser uma pessoa cuja identidade de gênero não é fixa.
"Também há pessoas que se identificam como 'gênero-fluido', uma mistura de ambos os gêneros, e podem se identificar mais como homem em alguns dias e mais como mulher em outros".
— Chris Edwards, Adweek, 2 de junho de 2015.
"... crianças gênero-fluido que deslizam entre espectros de gênero e traçam o seu próprio padrão individual junto à rede de gêneros".
— Diane Ehrensaft, Gender Born, Gender Made, 2011."

Ao final da página, em uma área designada "other words from 'gender-fluid'"[70], apresenta-se outro verbete, desta vez, para a palavra "gender fluidity"[71]:

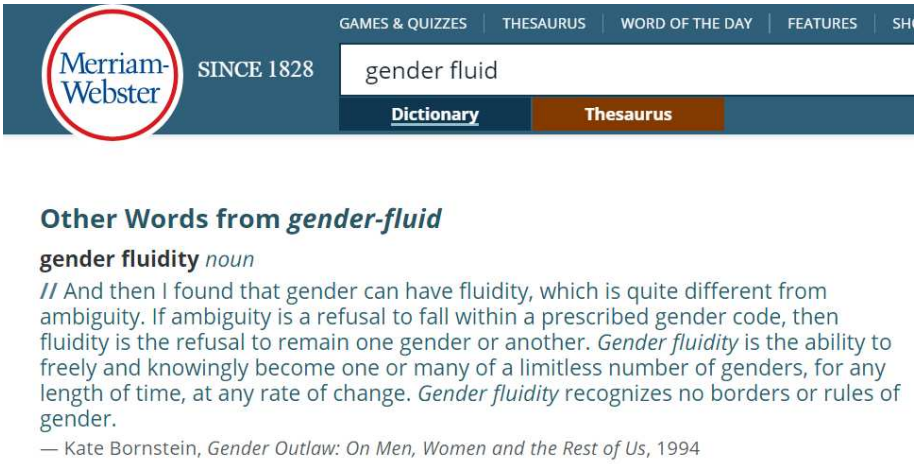


**Figura 11 – Definição para "gender-fluid" no Merriam-Webster Dictionary**[72]

É interessante notar que, às definições, o *Merriam-Webster Dictionary* acrescenta exemplos retirados de livros ou sites da *web*, que têm o potencial de nos mostrar sentidos mobilizados por uma determinada palavra em seu percurso na enunciação pelos sujeitos da língua. Na definição da Figura 10, "gênero-fluido" é definido como uma palavra "relativa a ou ser uma pessoa cuja identidade de gênero não é fixa." Os exemplos instauram uma divisão quanto aos sentidos da palavra "gênero-fluido": no primeiro exemplo, retirado de uma publicação semanal chamada *Adweek*, Chris Edwards diz que "há pessoas que se identificam como 'gênero-fluido', uma mistura de ambos os gêneros, e podem se identificar mais com o gênero masculino em alguns dias e mais com o feminino em outros"; no segundo exemplo, um recorte da obra *Gender Born, Gender Made*, de Diane Ehrensaft, diz-se: "... crianças gênero-fluido que deslizam entre espectros de gênero e traçam o seu próprio padrão individual junto à rede de gêneros".

A definição do *Manual de Comunicação LGBTI+* toma como referência os sentidos como mobilizados no texto de Chris Edwards, em que ser uma pessoa "gênero-fluido" está relacionado a

[70] Em tradução nossa, "outras palavras para 'gênero-fluido'".
[71] Em tradução nossa, "fluidez de gênero".
[72] Em tradução nossa, "fluidez de gênero: substantivo
"E então eu descobri que o gênero pode ter fluidez, o que é bastante diferente de dizer que o gênero pode ter ambiguidade. Se ambiguidade é uma recusa à integração a um prescritivo código de conduta generificado, a fluidez é uma recusa à identificação fixa em um gênero ou outro. Fluidez de gênero é a capacidade para livre e conscientemente se identificar com um ou muitos de um número ilimitado de gêneros, não importa o período de tempo entre um e outro, ou a velocidade das mudanças. A fuidez de gênero não reconhece bordas ou regras de gênero."
— Kate Bornstein, Gender Outlaw: On Men, Women and the Rest of Us, 1994."

uma mistura de "ambos os gêneros" (presume-se que são dois, portanto, há filiação a uma discursividade binária), a uma oscilação entre sentir-se *mais* identificado como homem do que como mulher em determinados dias, e vice-versa em outros. A utilização do advérbio de intensidade "mais" (em inglês, "more") faz toda a diferença, já que não materializa uma disjunção entre *ou* masculino *ou* feminino, mas remete a uma predominância de um ou outro que ainda supõe a existência do outro. A definição se dá ainda em torno da noção de "sentimento" que significa como transparente: o sujeito saberia o que sente. O *Manual* retoma esses sentidos ao propor a sua definição, mas a repetição não se dá do mesmo modo e não produz os mesmos efeitos discursivos. Na definição do manual, em que se diz que a pessoa gênero-fluido "sente-se homem em determinados dias e mulher em outros", a supressão do advérbio "mais" intervém para a produção da disjunção, visto que a identificação como homem ou como mulher em um determinado recorte temporal passa a comparecer como plena.

É digno de nota ainda que o *Manual* tenha reproduzido sentidos como produzidos pela definição de Chris Edwards, e não aqueles mobilizados no trecho da obra de Diane Ehrensaft. No recorte selecionado da obra da autora, em que se fala de crianças identificadas como gênero-fluido, o gênero é tratado como um espectro a partir do qual as crianças podem construir e reivindicar o seu próprio lugar. A identificação de gênero é tratada como um processo consciente, em que se esquece que o sujeito é determinado pela história e pela ideologia, por tudo aquilo que se disse antes e por tudo que o que já foi dito projetou como futuro de sentidos. Por outro lado, há uma desvinculação da binariedade estanque na medida em que o gênero é tratado como um espectro, o que implica uma multiplicidade de posições que podem vir a ser assumidas pelo sujeito no que diz respeito à sua identificação de gênero.

A maneira como se configura o verbete "fluidez de gênero", no recorte da Figura 11, nos chama ainda mais atenção. Isso porque não há mais uma definição pelo dicionário, mas apenas um exemplo retirado de um livro de Kate Bornstein, cujo título é *Gender Outlaw: On Men, Women and the Rest of Us*. O trecho em questão trata das diferenças entre a fluidez de gênero ("a capacidade para livre e conscientemente se identificar com um ou muitos de um número ilimitado de gêneros, não importa o período de tempo entre um e outro, ou a velocidade das mudanças") e ambiguidade de gênero ("uma recusa à integração a um prescritivo código de conduta generificado"). A identificação de gênero, mais uma vez, é tratada de maneira consciente, como se o sujeito fosse dotado da "capacidade para livre e conscientemente"[73] se identificar com um determinado gênero

[73] Também nos parece relevante apontar para como a formulação "livre e conscientemente" (em inglês, "freely and knowingly"), de um dicionário estadunidense, nos aponta para uma história de sentidos da formação dos Estados Unidos da América, que nos lembra também as palavras do hino nacional, "the land of the free and the home of the brave", e o

ou outro, como se esse movimento lhe fosse plenamente acessível. Mais do que isso, a palavra "fluidez de gênero" remete, para Kate Bornstein, à possibilidade de identificação com um número de gêneros que é "ilimitado". Essa perspectiva entra diretamente em rota de colisão com aquelas que compreendem a fluidez de gênero como referente ao campo binário do masculino e do feminino, como é proposto pelo manual. De fato, há uma quantidade considerável de sites na *web* que propõem organizar um sem-número de identificações de gênero como formuladas por diferentes sujeitos, em diferentes lugares.

Um desses sites é o orientando.org[74]. Em sua página inicial, os administradores do site colocam o seu propósito de existência da seguinte maneira: "a missão de ensinar sobre diferentes termos e identidades, e sobre questões que cercam tais identidades." (ORIENTANDO.ORG, s.d.). Observemos que se coloca o propósito de "ensinar", que é posto como uma "missão", para toda a sociedade um conhecimento sobre as chamadas "identidades não-binárias", o que é reforçado pela disponibilização de panfletos para impressão que abordam "questões de linguagem", isto é, mais especificamente, "materiais sobre linguagem pessoal, neolinguagem, linguagem neutra e questões relacionadas".

Há muitos aspectos interessantes nisso, mas que extrapolam o objetivo desta dissertação. O que nos interessa contemplar é a existência de um sem-número de denominações e definições organizadas pelo site para as identificações não-binárias, totalizando por volta de 288 entradas, que está ainda em plena atualização: "Você pode pedir para que termos sejam adicionados aqui", afirma a página, que redireciona o sujeito-leitor para um fórum de discussões. Entre as denominações, há palavras como "gênero-fluido" ("alguém cujo gênero muda de tempos em tempos. Este é um termo bastante brando, que cobre qualquer tipo de mudança de gênero"), "demigênero" ("parte de um gênero. O demigênero pode ser toda a identidade de gênero que a pessoa tem, ou apenas parte dela"), "neutrois" ("mais comumente utilizado como um termo para gênero neutro, pessoas também podem se identificar como neutrois se são de um gênero completamente separado de mulher e homem, ou se não possuem gênero"), "transandrógine/ transdrógine" ("alguém que possui uma identidade e/ou expressão relacionada à androginia ou a ser andrógine"), "transneutre" ("alguém que possui uma identidade e/ou expressão relacionada à neutralidade ou a ser de um gênero neutro"), "transxenine" ("alguém que possui uma identidade e/ou expressão relacionada à xeninidade ou a ser xenogênero"), "neurogênero" ("um gênero definido ou influenciado por

ideal do "sonho americano", em que a conquista da igualdade e da liberdade estaria disponível aos indivíduos, enquanto tomados como conscientes. Para ver mais, conferir notas 8 e 9 do texto de Ferreira (2015).

[74] ORIENTANDO.ORG. *Lista de identidades não-binár*ias. s.d. Disponível em: <https://orientando.org/listas/lista-de-generos/> Acesso em 16 abr. 2021.

neurodivergência. Assim como não-binárie, pode ser uma classificação ou um gênero específico"), "gênero-alterumano" ("um termo para pessoas cujo gênero está ligado a serem alterumanas. Pode ser usado como um termo guarda-chuva para identidades como kingênero"), "kingênero" ("um gênero influenciado pelo kin. Apenas para otherkins, therians, ou fictionkins"), "nímise" ("um gênero que existe, mas que é ambíguo ou indefinido"), "egogênero" ("um gênero pessoal único para quem o experiencia, que não pode ser descrito de outra forma"), "generique" ("um gênero genérico e pouco especificado, mas autônomo: definido por senso de liberdade pessoal em sua identidade, independência de conceitos de gênero e autogovernança"), "lune-gênero" ("Um gênero relacionado à Lua em si, de forma espiritual, estética ou qualquer outra. Não precisa mudar com as fases da Lua ou com a hora do dia e não precisa ser um gênero relacionado a ser mulher ou à feminilidade"), "gênero-cor" ("um gênero associado com certa cor, e com o que tal cor representa") ... As palavras "gênero-fluido" e "fluidez de gênero" abrem espaço, assim, para denominações e experiências específicas de possíveis identificações de gênero que extrapolam a sua possibilidade de descrição.

Para a página, que enfatiza que a lista apresentada "não está nada completa", "é importante tentar entender que mesmo terminologia específica, ou que pareça sem sentido para quem não passa por experiências parecidas, pode ser útil para validar e ajudar a entender pessoas com experiências diferentes em relação a gênero." É interessante o fato de que há uma antecipação às críticas de que as ditas "terminologias" possam parecer sem sentido para outras pessoas, de maneira que a página lembra que a terminologia "pode ser útil para validar e ajudar a entender pessoas com experiências diferentes em relação a gênero". Esse conjunto admitido como incompleto e potencialmente ilimitado de denominações tem sua existência justificada pela validação possível de experiências de gênero dissidentes daquelas que são hegemônicas e naturalizadas.

Nesse sentido, nos parece relevante indagar que validação pode oferecer uma denominação. A luta pelas "terminologias" é tratada como elemento de imprescindível relevância, na medida em que a validação desejada é associada à existência de um nome na língua, em uma relação língua/mundo a partir da qual só existe no mundo aquilo que a língua nomeia. O que a língua não nomeia não é reconhecido, não tem validação, não tem existência para a sociedade, de maneira que é preciso nomear, etiquetar e elaborar um sem-número de classificações que, no entanto, nunca se completam, pois os dizeres e os sujeitos sempre podem ser outros. E outras conjunturas históricas, políticas e ideológicas farão emergir outro conjunto de classificações, uma infinidade de coisas-a-saber que dividem os sujeitos em categorizações que se pretendem lógicas, unívocas, como se fosse possível chegar... onde? A incompletude se configura aqui como um nunca acabar, na impossibilidade de um conhecimento absoluto que seja a própria estrutura do real, que

seja um projeto de saber "capaz de explicitá-lo (o real) fora de toda falsa-aparência e de lhe assegurar o controle sem risco de interpretação (logo uma auto-leitura científica, sem falha, do real)" (PÊCHEUX, 2006, p. 35).

Vale retomar também retomar a formulação "Você pode pedir para que termos sejam adicionados aqui" a partir da discussão empreendida por Ferreira (2012) sobre a passagem do *especialista* para o *todos* e para o *qualquer um*. No texto, em que se analisa artigos sobre a cidade de Pouso Alegre na Wikipédia e na Desciclopédia ─ o que se dá em relação ainda a um outro material, uma enciclopédia tradicional ─, a autora tece uma reflexão sobre a produção do saber a partir do enunciado pelo qual a Wikipédia se define, "a enciclopédia livre que *todos* podem editar", e a partir do enunciado pelo qual a Desciclopédia (satirizando a Wikipédia) se define, "a enciclopédia livre de conteúdo e que *qualquer* um pode editar". De acordo com a autora,

> O ponto de partida do trabalho é a consideração de que, enquanto as enciclopédias "tradicionais" contam com a contribuição de especialistas, a Wikipédia e a Desciclopédia funcionam de outro modo – mais democrático e menos legitimado – em relação aos saberes e aos sujeitos (FERREIRA, 2012, p. 41).

Enquanto a enciclopédia tradicional é elaborada por um conjunto de especialistas, a Wikipédia já não necessariamente, tendo sua legitimidade questionada. A Desciclopédia, por sua vez, se isenta de compromisso com os fatos e a cientificidade, já que seu espaço de significação é o da paródia, do humor e do *nonsense*. É um modo de funcionamento diferente da Wikipédia, que ainda procura funcionar na inscrição em parâmetros de cientificidade, à semelhança de uma enciclopédia tradicional. O conjunto de coisas-a-saber instaurado pela Wikipédia, assim, é significado entre o domínio do científico e o domínio do senso-comum, entre o especialista e o todos.

No caso do orientando.org, há uma abertura para que todos possam propor um nome novo em "Você pode pedir para que termos sejam adicionados aqui". Essa possibilidade diz respeito a uma democratização no processo de elaboração das coisas-a-saber, que está ligada a uma mudança no estatuto de legitimidade dos saberes construídos por todos e por qualquer um. Nesta conjuntura histórico-ideológica em que se instaura um desejo de formulação de um saber linguístico LGBTQIA+, materializado seja em manuais e sites da web, seja em outros lugares, há também uma necessidade de popularização da ciência, mediada pelo domínio da militância, que possibilita uma contribuição à ciência de fora da ciência. A proliferação de nomes talvez seja efeito mesmo de uma popularização dos saberes LGBTQIA+ nos últimos anos, após os movimentos terem se confrontado com um processo de dominação que tornou as principais organizações LGBTQIA+ submetidas ao Estado e às práticas de advocacy no interior das instituições políticas. Esses saberes vão se

transformando em outros, por diversas razões, incluindo o fato de que esses saberes não são levados muito a sério e o de que eles são levados a sério demais. A abertura para o todos e para o qualquer um vai ampliando exponencialmente a (im)possibilidade de nomear o múltiplo, pois o múltiplo, em sua realidade concreta, é inumerável.

Em maior ou menor medida, e considerando seus diferentes graus de institucionalização, o *Manual de Comunicação LGBTI+* e o site orientando.org, na constituição de seus diferentes projetos de saber linguístico LGBTQIA+, incorporam a ilusão dessa apreensão unívoca e completa do real; ainda que se admita a diversificação de identificações possíveis e ainda que se admita que há algo aí ainda em vias de transformação a ser incorporado, parte-se do pressuposto de que a língua é este objeto transparente, plenamente acessível para o sujeito, que pode instrumentalizá-lo para organizar as coisas do mundo como bem quiser, chegando, assim, às verdades, às definições estanques, à formulação de um saber (no esquecimento de que é um saber entre saberes) que será o parâmetro de vulgarização para o resto da sociedade. As divisões que afetam as palavras "assexual" e "assexuado", "bissexual" e "pansexual"/"pansexualidade", os diferentes sentidos reclamados quando se dizem as mesmas palavras a partir de uma discursividade LGBTQIA+ ("homem", "mulher", "gay", "lésbica", "gênero fluido"), as fissuras, disjunções e interstícios produzidos pela ideologia dominante no conflito com a ideologia dominada, por onde irrompe a cisnormatividade também a mostrar que a nova rede de sentidos fundada pelos saberes LGBTQIA+ não é homogênea; todos esses confrontos discursivos a partir dos quais tratamos a divisão dos sentidos pelo funcionamento do político na linguagem nos fazem ver que apesar de a resistência LGBTQIA+ objetivar a transformação social pela dissolução das barreiras da cis-heteronormatividade, as mesmas estratégias e instrumentos mobilizados pela dominação continuam a aparecer, há algo de uma estrutura anterior que se reafirma: a edificação e instauração de (novas) fronteiras para a formulação de um saber administrável, transmissível. "De nada serve negar essa necessidade (desejo) de aparência, veículo de disjunções e categorizações lógicas: essa necessidade universal de um 'mundo semanticamente normal', isto é, normatizado, começa com a relação de cada um com seu próprio corpo e seus arredores imediatos", nos diz Pêcheux (2006, p. 34).

A manualização como processo de organização do saber linguístico vem atender a esse desejo de um mundo semanticamente normal, em que as experiências de sujeitos LGBTQIA+ são explicadas a partir de categorias pretensamente universais, significadas ao modo de uma homogeneidade lógica para serem inteligíveis para a sociedade cis-heteronormativa. Muitas das categorias e dimensões da subjetividade configuradas no *Manual* foram configuradas na história ocidental pelos saberes médicos-psiquiátricos no século XIX, como "homossexualismo", afetados também pelos sentidos da homogeneidade lógica. E antes disso, havia os saberes religiosos e o

discurso sobre o pecaminoso, mas esses processos não se deram da mesma forma em diferentes lugares. Essas categorias são construções discursivas, e não naturais ou evidentes. Elas organizam as relações sociais e produzem modos de subjetivação, estiveram historicamente relacionadas à evocação do acoplamento pênis-vagina (em sua falsa-transparência) como destino humano, o que constituiu as bases de edificação de um mundo inteiro em torno do binário da complementaridade entre dois sexos. Remexer tais categorias, para levá-las ao limite ou para contestá-las, ressignificá-las, dizê-las de outros modos, de outras maneiras para instaurar outros sentidos são movimentos que comparecem como ainda necessários, que permitem reivindicar essas categorias para refutar a repetição de sentidos homofóbicos e normativos. Identificamos esses movimentos discursivos no *Manual*, ainda que haja equívoco por onde vaza a binariedade de gênero nos processos discursivos. Mas a manualização do saber linguístico LGBTQIA+ também trabalha de outra maneira, fazendo valer a necessidade da homogeneidade lógica pelo sujeito pragmático ("isto é, cada um de nós") de que nos falava Pêcheux (2006). Essa necessidade se marca, para o autor,

> pela existência dessa multiplicidade de pequenos sistemas lógicos portáteis que vão da gestão cotidiana da existência (por exemplo, em nossa civilização, o porta-notas, as chaves, a agenda, os papéis, etc) até as 'grandes decisões' da vida social e afetiva (eu decido fazer isto e não aquilo, de responder a X e não a Y, etc...) passando por todo o contexto sócio-técnico dos 'aparelhos domésticos' (isto é, a série dos objetos que adquirimos e que aprendemos a fazer funcionar, que jogamos e que perdemos, que quebramos, que consertamos e que substituímos)... (PÊCHEUX, 2006, p. 33)

A elaboração de manuais, que instaura um sem-número de coisas-a-saber acerca de um determinado objeto, é gesto que se inscreve na lógica dos sistemas portáteis de gestão cotidiana da existência. Em seu potencial para se constituírem tanto como instrumentos linguísticos quanto como instrumentos de metassaberes, os manuais intervêm sobre a língua e sobre as coisas do mundo, administram o fluxo dos sentidos e o movimento dos sujeitos. A organização das experiências LGBTQIA+ pelo processo de manualização pode, de fato, torná-las inteligíveis para uma sociedade governada pelo desejo de um mundo semanticamente normal e para o Estado e suas instituições, que se constituem como polos privilegiados de resposta à necessidade de saber que sustente esse mundo fictício. Mais fundamentalmente ainda, é esse Estado que produz as demandas de homogeneidade lógica e normalidade que administram e interpelam as mais variadas esferas da vida em sociedade, tomando a relação linguagem/mundo como direta e transparente e esquecendo-se (convenientemente) de que há real. Isso tem como efeito aquilo que é muito bem salientado por Fonseca (2010), em leitura do texto de Pêcheux (2006): a captura e neutralização do real histórico naquilo que ele pode ter de mais fugidio e arrebatador. Desarmam-se bombas.

Dar continuidade a um projeto edificado pela ideologia dominante de construção de categorias essenciais, constituídas pelo ideal de homogeneidade lógica que atravessa a formulação

do saber linguístico em instrumentos de viés normativo, é um gesto que significa em relação à luta por reconhecimento do Estado em que se engajam os movimentos LGBTQIA+ nas últimas décadas. Esse reconhecimento implica a produção de categorias de inteligibilidade e a coordenação de "todas as coisas-a-saber", para que possam homogeneizar o saber sob a falsa-aparência da estabilidade. Paradoxalmente, essa estabilidade é posta em xeque pela produção infindável de um sem-número de categorias em esferas menos institucionalizadas do saber LGBTQIA+, mas que, no entanto, ainda incorrem na mesma lógica. Com a aderência a esse projeto, algumas conquistas avançam no espaço democrático mediado pelo Direito, mas mantém-se a mesma estrutura sobre a qual historicamente se sedimentaram as evidências da cis-heteronormatividade. Os velhos alicerces do mundo semanticamente normal apenas são parcialmente contestados, substituídos por novas colunas e outros pilares, mas não pelo questionamento das bordas e fronteiras historicamente materializadas pelas máquinas de saber que ainda sustentam o prédio.

## 4.6 "O rótulo na frente do meu nome me limita, mas preciso dele para me afirmar": a inexatidão dos sentidos, a vontade de verdade e a possibilidade de poesia na língua

*"As outras possibilidades que se abrem exigem implodir essa casa que herdamos"*
— Ailton Krenak, em "Ideias para adiar o fim do mundo"

No capítulo 3.2, tínhamos observado as flutuações entre as determinações de "universo gay" e "cultura gay e lésbica" na *Aurélia* e as divisões de sentidos para as bichas e para as lésbicas como materializadas nas diferentes palavras dicionarizadas. A partir disso, traçamos um percurso de análise por categorias e definições propostas pelo *Manual de Comunicação LGBTI+*, um projeto de produção de saber metalinguístico diferente daquele proposto pela *Aurélia*: se a dicionária estava preocupada em trazer visibilidade para um já existente mas deslegitimado lugar gay e lésbico na língua portuguesa, colocando ênfase sobre gírias e expressões específicas mobilizadas por esses grupos em seus gestos de resistência cotidiana; o *Manual* objetiva alcançar a transformação social a partir de suas propostas de consolidação de determinadas palavras e de sedimentação de sentidos para palavras reivindicadas pela militância LGBTQIA+. A dicionária tem pouca preocupação com a recepção por parte de um público conservador, aliás, chega mesmo a desrecomendar a leitura para pessoas que possam potencialmente se sentir ofendidas pelo uso de "termos chulos e pejorativos" e pouco politicamente corretos. (LIBI; VIP, 2006) O manual, por sua vez, produzido com o apoio

de diversas instituições, entre elas universidades federais e organizações internacionais do capitalismo mundializado, tem como foco a constituição e vulgarização de um saber LGBTQIA+ para os meios de comunicação, que poderiam difundi-los para todas as pessoas.

Em nosso trajeto, notamos o irrompimento do equívoco, da contradição, da falha e da ruptura na proposição de definições para categorias referentes à sexualidade e à identificação de gênero de sujeitos LGBTQIA+. As divisões de sentido, os confrontos discursivos e as disputas pelas palavras que "podem melhor representar", aliados à repetição equívoca dos sentidos cis-heteronormativos, fazem vir à tona a heterogeneidade dos saberes LGBTQIA+ e os conflitos que se materializam no discurso como desdobramento do processo de manualização, já que é preciso decidir qual saber será construído, recortado, didatizado e manualizado como parâmetro de vulgarização para toda a sociedade. Com isso, estamos diante de uma mistura que, para alguns, pode parecer improvável, entre a resistência LGBTI+ e a produção de artefatos normativos, o que pode ser colocado em relação à história da gramatização do português brasileiro no século XIX.

Naquele período, após a independência política de Portugal, em 1822, a necessidade de afirmação de uma identidade nacional brasileira diferente de Portugal trouxe, entre outros desdobramentos, a questão da língua nacional para a ordem do dia. Também de uma posição na História das Ideias Linguísticas, Orlandi e Guimarães (2001) nos lembram que a questão da língua nacional se coloca, naquele momento, de forma intimamente ligada ao processo de gramatização brasileiro que alvorece a partir da segunda metade do século XIX e vai se distanciando da tradição gramatical portuguesa. "Com relação à língua não se trata somente de saber a língua que se fala mas de construir um aparelho institucional (tecnologia científica e instituições) para que o Brasil saiba que ele sabe sua língua" (ORLANDI & GUIMARÃES, 2001, p. 24). É nessa direção que o "novo" se afirma, que se marca a diferença com a língua de Portugal, sem, no entanto, atentar contra a unidade com a ex-metrópole: reivindica-se uma posição de autor brasileiro, uma gramatização brasileira, mas a língua é portuguesa. De acordo com os autores, "o novo e a afirmação de unidade não são contraditórios. São meios de referir a existência de uma *função-autor-brasileiro* da gramática que distingue a gramatização brasileira da praticada em Portugal." (ORLANDI & GUIMARÃES, 2001, p. 27-8, grifos do autor).

No caso do *Manual de Comunicação LGBTI+*, inscrito em um processo de gramatização da língua brasileira que ocorre no século XXI, há uma relação entre a demanda por novos/outros modos de significar e nomear que se configuram como meios de *referir a existência de sujeitos, de autores, de saberes linguísticos LGBTI+* que se distingue dos saberes cis-heteronormativos. A diversidade das nomeações compõe uma unidade imaginária e os nomes propostos para essa unidade são instáveis, mas alguns acabam "pegando" mais que outros. Nesse processo, como

vislumbramos, engendra-se a estabilização de sentidos como parte da historicização do saber linguístico LGBTQIA+ sob justificativas louváveis: deseja-se mais justiça e menos preconceito. Por outro lado, a constituição de sentidos estanques para palavras que objetivam descrever a identidade, que é, para nós, sempre *identificação*, isto é, "um movimento na história" (ORLANDI, 1998a, p. 204), produz efeitos de certeza que apagam a heterogeneidade e a interpretação, manifestando, sobretudo, uma "vontade de verdade" (ORLANDI, 2017b) relacionada à utopia das máquinas de saber em sua ilusão de constituição de um mundo semanticamente normal.

Em nosso diálogo com a Análise do Discurso, é extremamente relevante destacar tais pontos, já que se trata de uma disciplina de entremeio, que necessariamente toma em conta o confronto e o equívoco na prática linguística não como um simples furo no não-logicamente estável, mas como aquilo que é próprio da língua. Como nos coloca Pêcheux (2006, p. 50-1), esse movimento produz efeitos para a pesquisa linguística, que

> começaria assim a se descolar da 'obsessão da ambiguidade' (entendida como lógica do "ou... ou") para abordar o próprio da língua através do papel do equívoco, da elipse, da falta, etc. Esse jogo de diferenças, alterações, contradições não pode ser concebido como o amolecimento de um núcleo duro lógico: a equivocidade, a 'heterogeneidade constitutiva' (a expressão é de J. Authier) da língua corresponde a esses 'artigos de fé' enunciados por J. Milner em 'A Roman Jakobson ou le Bonheur par la Symétrie (in Ordre et Raisons de Langue, Seuil, Paris, 1982, p. 336):
> - nada da poesia é estranho à língua
> - nenhuma língua pode ser pensada completamente, se aí não se integra a possibilidade de sua poesia.

Não concebemos o jogo de diferenças, alterações, contradições como amolecimento de um núcleo duro lógico porque que esse núcleo não tem nada de duro ou lógico, já que o próprio da língua é a poesia, a falha, a deriva, a incompletude, é aquilo que escapa ao controle dos sujeitos e as manipulações pedagógicas dos instrumentos linguísticos. Trata-se, para Pêcheux, de compreender "o equívoco como fato estrutural implicado na ordem do simbólico", ou seja, "trabalhar no ponto em que cessa a consistência da representação lógica inscrita no espaço dos 'mundos normais'" (PÊCHEUX, 2006, p. 51).

Nada disso significa invalidar a reivindicação de movimentos na língua, de modos de dizer constituídos por sentidos positivos, que, concomitantemente às transformações na conjuntura político-ideológica, atravessam a constituição dos sujeitos historicamente postos à margem da sociedade e lhes permitem dizer sobre si a partir de outras posições, configurando lugares de enunciação com legitimidade e visibilidade para denunciar a interdição discursiva que lhes desautoriza o dizer. O *Manual de Comunicação LGBTI+* está inscrito nesse movimento de reivindicações recentes na/sobre/pela língua. Essa perspectiva, como dissemos anteriormente, tem nos orientado a compreender esse cenário que se desenha como um novo momento da gramatização

brasileira no século XXI. Pretendemos tratar disso com mais atenção em um trabalho posterior, mas voltaremos a este assunto no último capítulo.

As reivindicações esbarram, porém, na produção de novas fronteiras e normatividades. Há uma vontade de saber e de poder que faz crer que é preciso alcançar a homogeneidade lógica como forma de se obter legitimidade diante da sociedade e do Estado, e tal ilusão de univocidade mascara a sempre-presença da contradição. Mas é possível vislumbrar também a existência de outra coisa, espaços, ainda que ínfimos e incipientes, de questionamentos sobre essa pretensa homogeneidade e exatidão. Isso se coloca em algumas das identificações de gênero organizadas pelo site orientando.org, por exemplo, a "nímise", definida como "um gênero que existe, mas que é ambíguo ou indefinido". Nos parece interessante apontar para como essa definição acaba significando que os outros gêneros que existem não são ambíguos ou indefinidos... Além disso, há definições que se apresentam de maneira aberta, por meio de uma formulação que nos diz sobre a ambiguidade, a indefinição. Com relação ao manual, é interessante observar que, na página em que se tem informações sobre o conjunto de mãos que organizou o documento, além de dados de impressão, ISBN, citação sugerida, etc., há também um texto curto, escrito em uma fonte menor, que quase não é possível notar:

> Este manual é uma obra em construção. Ela não é acabada. Qualquer dúvida, crítica ou sugestão pode ser encaminhada à Aliança Nacional LGBTI, para futura revisão deste manual. E-mail: aliancalgbti@gmail.com

O recorte em questão afirma que o *Manual* "é uma obra em construção", que "não é acabada", e deixa um e-mail para contato, da Aliança Nacional LGBTI, com possíveis dúvidas, críticas ou sugestões. A disponibilização do e-mail para tratar desses assuntos tem uma finalidade no horizonte: a "futura revisão deste manual". É interessante porque não se diz se essa obra pode ou não deixar vir a deixar de ser uma obra em construção, em vez disso, ela é definida como uma obra que não é acabada, que irá necessitar de futura revisão. Entre as definições estanques há também espaços que nelas fazem furos, ainda que esses espaços sejam menores, diminutos, escondidos... Isso nos lembra os trabalhos de Orlandi (2017b), para quem não só não é necessário como também nem existe precisão ou fixidez quando falamos em identidade, embora a vontade de verdade leve "à busca pela exatidão do que se nomeia, na precisão do que se pensa que se é" (ORLANDI, 2017b, p. 218). As definições não têm como não ser provisórias, já que o mundo se movimenta, "e ainda mais rapidamente, quando se trata de denominações que mexem com sujeitos, sentidos e políticas públicas" (ORLANDI, 2017b, p. 218).

Temos visto como as categorias linguísticas de identificação apresentadas pelo *Manual* são apresentadas de forma des-historicizada, pois esquece-se que elas são categorias de saber

fundadas pelos dispositivos de normalização engendrados pela ideologia dominante, que elas são ficções estabilizadas e, desse modo, tomadas como pressupostos no processo de manualização, como se fossem descobertas que nos permitem melhor compreender a verdade nunca antes percebida sobre o sexo e o gênero.

No *Manual*, há, no capítulo 5, uma linha do tempo em que se apresenta um histórico da luta e existência LGBTQIA+. É digno de nota que a organização da "linha do tempo" necessariamente realiza uma seleção, em que se apagam certos acontecimentos e registram-se outros. Assim, registram-se a pré-história, a Grécia antiga, a Ilha de Lesbos, a China antiga, a Roma antiga, a Idade Média, o Período Renascentista, o início dos experimentos e da repressão médico-científica no século XIX, a Alemanha nazista, Stonewall... a primeira menção ao Brasil é datada na linha do tempo como 1999. Não só se apaga a relação entre os povos originários brasileiros e outras práticas e identificações de sexo/gênero aqui praticadas antes da invasão europeia, como também há predomínio de um espaço-tempo eurocentrado. A história de sujeitos LGBTQIA+, nesse sentido, é construída de uma determinada maneira pelo manual, limitada pelos discursos dominantes nas condições históricas específicas do nosso tempo. Nos interessa, sobretudo, o modo como a linha do tempo é apresentada:

> BREVE HISTÓRICO DA LUTA LGBTI+ – um pouco de como tudo começou e por que ainda lutar:
> Pois é pessoas LGBTI+ existem desde que o mundo é mundo e nem sempre as coisas foram como são hoje:

No recorte que selecionamos acima, em que se apresenta a linha do tempo como um "breve histórico da luta LGBTI+", há uma afirmação contundente: "Pois é pessoas LGBTI+ existem desde que o mundo é mundo". Nos chama atenção essa afirmação, pois se algo existe desde que o mundo é mundo, apaga-se o fato de que esse "algo" tem uma historicidade, e que, na verdade, nem sempre existiu da mesma forma desde que o mundo é mundo. Diz-se algo nesse sentido posteriormente, quando se afirma que "nem sempre as coisas foram como são hoje", mas que não altera o estatuto de naturalidade atribuído aos sujeitos LGBTQIA+, que "existem desde que o mundo é mundo". Esquece-se, mais uma vez, que o que hoje vem sendo definido em termos de identificações LGBTQIA+ faz parte de processos de identificação que foram historicamente produzidos, em sua relação com os saberes religiosos, com os saberes médico-científicos, e que são diferentes de outras formas de existir, de saber, de se definir, de se nomear produzidas pelos povos originários brasileiros, por exemplo.

No momento atual, a militância LGBTQIA+ se engaja na reivindicação de um sem-número de novas categorias que não cessam de continuar a aparecer, descrevendo diferentes

experiências de sujeitos identificados como minorias sexuais e de gênero nunca antes descritas, nunca antes reconhecidas... Mas isso não isenta os saberes LGBTQIA+ da inscrição no regime lógico de produção das certezas que obscurece as incoerências, o equívoco, as disputas sempre descontínuas travadas cotidianamente, no interior das instituições de saber ou fora delas, na relação com a produção de identidades estáveis que servem como dispositivos de controle e domesticação da resistência, ainda que possa se vislumbrar, em alguns momentos, em determinados espaços, a inscrição em algo de outra ordem; como em um humor despretensioso, por pirraça, de uma língua afiada; ou em um regime ilógico de produção de incertezas. Na medida em que não se questionam os regimes de verdade que regulam a produção do conhecimento ou o seu caráter necessariamente inventivo, há de se questionar até que ponto a pretendida emancipação é possível a partir de projetos de saber fechados em si mesmos, que não estendem a crítica da cis-heteronormatividade às categorias historicamente construídas em torno da sua normalização.

Esse cenário conflituoso que estamos assinalando é muito bem capturado por Gloria Anzaldúa:

> Quero poder escolher o que vai me nomear. Mas se tenho que escolher um rótulo identitário na língua inglesa eu escolho "dyke" ou "queer", apesar de essas palavras de classe operária (anteriormente tendo conotações "doentias") terem sido dominadas por teóricas lésbicas brancas de classe média na academia. Queer é usada como um falso guarda-chuva unificador sob o qual "queers" de todas as raças, etnias e classes são enfiadas. Às vezes precisamos desse guarda-chuva para solidificar nossas trincheiras contra intrusos. Mas mesmo quando buscamos abrigo sobre ele nós não podemos esquecer que ele homogeneíza, apaga nossas diferenças. Sim, pode ser que todas nós amemos pessoas do mesmo sexo, mas nós não somos iguais. Nossas comunidades étnicas lidam diferente conosco. Eu preciso constantemente afirmar minhas diferenças, preciso dizer: Isso é o que eu penso sobre amar mulheres. Devo declarar: A diferença está na minha relação com minha cultura; a cultura branca pode permitir suas lésbicas que partam – a minha não. Essa é uma forma com que evito ser sugada pelo vórtex da homogeneização, de ser tragada para o abrigo do guarda-chuva queer.
>
> O que é uma escritora lésbica? O rótulo na frente de uma escritora a posiciona. Sugere que a identidade é socialmente construída. Mas só para a/o "outra/outro" cultural. Inconscientes do privilégio e absortos em arrogância, a maioria dos escritores da cultura dominante nunca especifica sua identidade; eu quase nunca os escuto dizer: Eu sou um escritor branco. Se a/o escritor/a é classe média, branca/o, heterossexual, ela/ele é coroada/o com o chapéu "escritor/a" – nenhum adjetivo mitigante depois. Me consideram uma escritora Chicana, ou uma escritora Chicana lésbica. Adjetivos são uma forma de coagir e controlar. "Quanto mais adjetivos você tem, mais apertada é a caixa". O adjetivo depois de escritora marca, para nós, a escritora "inferior", ou seja, a escritora que não escreve como eles. Marcar é sempre "rebaixar". E quando eu defendo colocar Chicana, tejana, de classe operária, poeta dyke-feminista junto a meu nome, eu o faço por razões diferentes daquelas da cultura dominante. As razões deles são marginalizar, confinar e conter. Meu rotular a mim mesma é para que a Chicana e lésbica e todas as outras pessoas em mim não sejam apagadas, omitidas ou assassinadas. Nomear é como eu faço minha presença conhecida, como eu afirmo quem e o que eu sou e como quero ser conhecida. Nomear a mim mesma é uma tática de sobrevivência. (ANZALDÚA, 2009, p. 1-2)

A obra de Anzaldúa é extremamente rica e poderíamos ter dedicado um capítulo inteiro apenas para o artigo *Queer(izar) a escritora – Loca, escritora y chicana*, do qual recortamos o

trecho acima. Mas para não nos estendermos mais do que já fizemos, nos limitaremos a propor a reflexão na linha do que estamos trabalhamos em análise até aqui. Anzaldúa expressa o desejo de escolher como será nomeada, de reivindicar quais determinações devem acompanhar seu nome (texana, de classe operária, poeta dyke-feminista), ainda que ela reconheça que tais determinações nutrem uma relação íntima com dispositivos de coação e controle, com regimes discursivos que a interpelam para aprisionar, marcar e rebaixar. É diferente, por exemplo, com um escritor branco, classe média, heterossexual, diz ela. Ele não tem a sua diferença marcada no processo de determinação discursiva; não há marcação, pois aquilo que é evidente se faz passar como transparente, como se não precisasse ser nomeado. Apesar disso, ela defende a necessidade de determinar-se para enunciar a diferença; não para marginalizar, confinar e conter, mas porque "meu rotular a mim mesma é para que a Chicana e lésbica e todas as outras pessoas em mim não sejam apagadas, omitidas ou assassinadas." Nem só chicana, nem só lésbica, Anzaldúa compreende a sua identidade como uma experiência plural, nos interstícios e entre fronteiras, o que também orienta sua própria relação contraditória com a palavra "queer", compreendida como um guarda-chuva que torna possível "solidificar nossas trincheiras contra intrusos", mas também homogeneíza e apaga diferenças. Para evitar "ser sugada pelo vórtex da homogeneização", a autora defende que é necessário sempre afirmar também as diferenças que dizem respeito a outros aspectos da experiência subjetiva, que não se resumem à identificação de gênero e de orientação sexual. Nos parece relevante ainda apontar para o fato de como a palavra "queer" também está inscrita no jogo contraditório da divisão política dos sentidos. Enquanto Anzaldúa a compreende como um "rótulo identitário" e um "falso guarda-chuva unificador", embora "às vezes precisamos desse guarda-chuva para solidificar nossas trincheiras contra intrusos"; para autoras como Judith Butler (2018), o "queer" não designa uma identidade, mas uma aliança, "e é um bom termo para ser invocado quando fazemos alianças difíceis e imprevisíveis na luta por justiça social, política e econômica" (p. 79).

Esse parece ser um dos grandes conflitos que envolvem a reivindicação das denominações. Disputar sentidos por essas categorias como forma de emancipação, e com isso, correr o risco de reinstaurar a identidade como um espaço discursivo logicamente estabilizado ao compor o quadro de uma diversidade formal de sujeitos unívocos e estabilizados; ou defender que se abandonem as categorias identitárias para se distanciar das máquinas de classificar, em benefício de uma palavra tratada como potencialmente homogeneizante, mas que pode ser mobilizada na construção de uma política de alianças? Se se poderia pensar que a palavra "LGBTI+" materializa a política de alianças entre diferentes minorias sexuais e de gênero, suas múltiplas variações que continuam a se multiplicar nos mostram que há disputas e demandas discursivas de diferentes

grupos e sujeitos por visibilidade e representação frente à sociedade, ao Estado e suas instituições que dividem a resistência à cis-heteronormatividade. A unidade imaginária se mostra fragmentada, na batalha pela estabilidade e homogeneidade lógica das identificações há falha, os sentidos cis-heteronormativos aparecem ao lado daqueles que os contestam, unidade/diversidade e dominação/resistência se configuram em plena relação de tensão. Se a incompletude, inexatidão, imprecisão, equívoco embaçam a leitura em seus gestos de interpretação (ORLANDI, 2017b) e o processo de manualização se realiza pelo apagamento da interpretação, nós pretendemos, neste capítulo, devolver a opacidade às definições edificadas sob a vontade de verdade.

## 5. A GUERRA CONTRA AS PALAVRAS

Em nosso olhar para as disputas em torno da significação das palavras e para os sentidos reclamados a partir da inscrição em distintas posições no interior de uma discursividade militante, sublinhamos que é mais pertinente falar não em um *saber*, mas em *saberes* LGBTQIA+, organizados imaginariamente em instrumentos linguísticos (como os manuais) que apagam a interpretação e a heterogeneidade constitutiva desses saberes. Na relação sujeito/língua, temos observado que a língua é concebida como um instrumento a partir do qual é possível se apropriar para operar as movimentações desejáveis para a edificação de uma *outra* sociedade, que haveria de advir pelo chamado das reivindicações linguísticas em sua relação com as categorias de identificação, e sem outras intervenções que se dirijam à realidade social. O funcionamento da ideologia opera, assim, de modo a produzir as ilusões de que não há inconsciente e de que o sujeito falante é senhor de sua vontade, constituindo uma relação com a língua e com o conhecimento metalinguístico estreitamente vinculada à produção discursiva de certezas, efeitos de unidade e de homogeneidade lógica. A língua seria este objeto por meio do qual temos a possibilidade de conferir/obter reconhecimento e transformar as condições materiais de existência, e tudo se passa como se a língua sozinha pudesse tamponar as feridas de nossas assimetrias sociais.

Mas se a língua sozinha não é capaz de tamponar coisa alguma, é certamente capaz de estremecer, e disputas em torno das palavras e dos sentidos normativos historicamente estabilizados nos mostram que há algo aí se transformando, ainda que de maneira necessariamente limitada e contraditória, como manifestado na relação entre a língua e os incontáveis artefatos articulados a ela que estão de algum modo relacionados aos movimentos LGBTQIA+. O *Manual* está inscrito nesse processo, de maneira que olhar para nosso objeto em paralelo com outros instrumentos linguísticos nos permite investigar e refletir sobre o movimento social da língua e sobre como as palavras entram no vocabulário social e são registradas (ou não) por esses instrumentos. Temos visto que as palavras nunca são apenas palavras: elas se inscrevem na divisão política dos sentidos e produzem efeitos de igualdade ou desigualdade, de acordo com o percurso de memória instaurado por elas. Elas podem servir à reprodução das condições sociais ou serem deslocadas na direção da transformação; por isso não são jamais neutras, e dificilmente dizem respeito exclusivamente ao primeiro ou ao segundo processo...

Neste capítulo, que intitulamos “A guerra contra as palavras”, pretendemos olhar, em um primeiro momento, para a cartilha *Politicamente Correto & Direitos Humanos*, produzida

pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, quando esta era chefiada pelo ex-presidente Lula. Investigaremos como a nomeação da cartilha significa a sua proposta de intervenção sobre a língua e convoca sentidos provenientes da ética de um capitalismo transnacional, assim como também apreciaremos algumas de suas propostas. Na sequência, voltaremos ao *Manual* e analisaremos alguns recortes referentes ao sétimo capítulo, chamado "Informação correta: não é mimimi, é dignidade humana".

## 5.1 Politicamente correto e direitos humanos

A cartilha *Politicamente Correto & Direitos Humanos*, publicada no ano de 2004, foi catalisadora de amplos debates que repercutiram nos discursos jornalísticos, políticos e científicos. O documento, que mobilizou diferentes setores da sociedade com relação à questão dos preconceitos na língua, afirmava a intenção de chamar atenção para "os preconceitos nossos de cada dia", isto é, para o uso de determinadas palavras cujos sentidos preconceituosos passam despercebidos, embora seus efeitos ainda possam ser sentidos nas relações cotidianas. De autoria de Carlos Antônio Queiroz, sobre quem não encontramos demais informações em nossa pesquisa, e produzida pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos, a distribuição da cartilha chegou a sofrer intervenção direta do ex-presidente Lula, que ordenou que a Secretaria a suspendesse. Nós teceremos algumas reflexões sobre esse acontecimento e sobre as concepções sobre a língua colocadas em jogo pelo artefato, compreendido como uma política de língua, em sua relação com a tensão incontornável entre a reprodução e a transformação das condições sociais.

Na apresentação da cartilha, redigida por Perly Cipriano, conhecido como um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT) ao lado de Lula e Subsecretário de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, anuncia-se o objetivo de "colaborar para a construção de uma cultura de direitos humanos" (QUEIROZ, 2004, s.n.). Justificando também a palavra "politicamente correto" como parte da denominação da cartilha, é denunciado no artefato:

> Todos nós – parlamentares, agentes e delegados da polícia, guardas de trânsito, jornalistas, professores, entre outros profissionais com grande influência social – utilizamos palavras, expressões e anedotas, que, por serem tão populares e corriqueiras, passam por normais, mas que, na verdade, mal escondem preconceitos e discriminações contra pessoas ou grupos sociais. Muitas vezes ofendemos o "outro" por ressaltar suas diferenças de maneira francamente grosseira e, também, com eufemismos e formas condescendentes, paternalistas.

> A idéia do título, "Politicamente Correto", tem, em parte, um sentido provocador. Foi escolhida com o objetivo de chamar a atenção dos formadores de opinião para o problema do desrespeito à imagem e à dignidade das pessoas consideradas diferentes.

De maneira semelhante ao *Manual de Comunicação LGBTI+*, que elege os jornalistas como público-alvo devido à possibilidade de se intervir publicamente na circulação dos sentidos, a cartilha destaca, da multiplicidade de posições ocupadas pelos sujeitos na vida pública, os "profissionais com grande influência social", grupo no qual o autor do texto se inclui: "utilizamos palavras, expressões e anedotas, que, por serem tão populares e corriqueiras, passam por normais, mas que, na verdade, mal escondem preconceitos e discriminações contra pessoas ou grupos sociais". É interessante notar aqui como as palavras e expressões que se deseja combater são ditas como palavras que "passam por normais", em uma formulação que pressupõe que não há nada de "normal" em sua circulação cotidiana. Elas "mal escondem preconceitos e discriminações contra pessoas ou grupos sociais", embora contraditoriamente sejam "tão populares e corriqueiras" que passam despercebidas.

Está em funcionamento o pressuposto de que o preconceito está *nas palavras*, o que deixa de lado o funcionamento da memória, da ideologia e mesmo dos espaços de conflito em que elas estão necessariamente inscritas. Desconsiderando a luta ideológica, formula-se a ideia de que algumas palavras, aquelas que "passam por normais", devem ser evitadas e suprimidas, diferentemente da proposta do *Manual* de se apropriar de categorias identificatórias construídas em função da cis-heteronormatividade para disputar seus sentidos. Para a cartilha, evitar palavras, nessa concepção de relação direta entre palavra/sentidos, seria um passo fundamental para a construção de uma "cultura de direitos humanos".

O modo como se nomeia o documento é um elemento importante para levarmos em consideração na reflexão sobre como ele intervém sobre a circulação dos sentidos, já que se estabelece uma relação de continuidade entre duas palavras, ao mesmo tempo, perfeitamente transparentes e profundamente opacas: "politicamente correto" e "direitos humanos". Elas não podem ser compreendidas de maneira independente uma da outra. Em "politicamente correto", coloca-se a questão do correto (e, por pressuposto, do incorreto), significado pelo advérbio "politicamente", que é ainda mais opaco. Nos interessa menos a origem da palavra do que o seu funcionamento. O que significa dizer "politicamente"? O *mini Aurélio* apresenta ao menos cinco acepções para a entrada "política":

> Sf. 1. Conjunto dos fenômenos e das práticas relativas ao Estado ou a uma sociedade. 2. Arte e ciência de bem governar, de cuidar dos negócios públicos. 3. Qualquer modalidade de exercício da política (2). 4. Habilidade no trato das relações humanas. 5. Modo acertado de conduzir uma negociação; estratégia. (FERREIRA, 2018, p. 596)

A política, neste caso, remete aos fenômenos e práticas relativas ao Estado e à sociedade? Às artes e ciências de bem governar? A qualquer modalidade de exercício da política? Essa terceira acepção nos aponta para uma certa saturação de sentidos da palavra, que se observa nos dizeres cotidianos e que tem como efeito um esvaziamento da significação. É difícil dizer o que se depreende por política em seu imaginário para os sujeitos, mas há uma regularidade nas acepções do dicionário: as formulações "arte e ciência de bem governar", "cuidar dos negócios públicos", "modo acertado de conduzir uma negociação" e "estratégia" nos conduzem à interpretação da palavra política enquanto "administração". A quarta acepção, "habilidade no trato das relações humanas", nos remete aos mesmos sentidos, mas não relacionados ao governo ou a negócios, sejam eles públicos ou não. Nesse caso, a política é significada como sendo a habilidade para administrar e conduzir as relações humanas, no tratamento necessário para essas relações. O sentido de política aqui se aproxima do discurso do cuidado, da diplomacia. A palavra "politicamente correto", nesse sentido, pode nos remeter à concepção de uma política considerada correta para melhor conduzir e tratar as relações humanas, de forma diplomática para administrar os seus conflitos. É no que se refere a essa relação entre sentidos que propomos olhar para o próprio modo como a cartilha, como instrumento linguístico, busca regular e administrar os sentidos que circulam socialmente.

O que é inscrito na prática do "politicamente correto" nos coloca, assim, diante daquilo que seria do domínio do politicamente não correto ou incorreto. Não à toa, anos mais tarde, um conjunto de obras que se autointitulavam "politicamente incorretas" começaria a se proliferar, como o *Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil*, o *Guia Politicamente Incorreto da América Latina* e o *Guia Politicamente Incorreto da História do Mundo*, publicados pela editora LeYa nos anos de 2009, 2011 e 2013, respectivamente. Quando se diz que a expressão "politicamente correto" foi adotada "com o objetivo de chamar a atenção dos formadores de opinião para o problema do desrespeito à imagem e à dignidade das pessoas consideradas diferentes", coloca-se em relação o "politicamente correto" e o respeito à imagem e à dignidade das "pessoas consideradas diferentes". Essas pessoas mereceriam o mesmo tratamento que as outras, que não são as pessoas consideradas diferentes, tratando-se, portanto, de uma questão sobre a reivindicação da igualdade como princípio norteador de uma sociedade constituída a partir de uma "cultura de direitos humanos". Com apoio em Guimarães (2020), nos interessa uma reflexão, possibilitada pelo acontecimento do "politicamente correto", sobre o caráter político da constituição de uma ética da igualdade. De acordo com o autor, em sua relação com a conjuntura político-ideológica do capitalismo globalizado,

> A igualdade é a relação que constitui o centro do que seja a política, que constitui o litígio fundamental àquilo que organiza a sociedade por uma relação do mais e do menos, ou dos que nascem melhores e serão sempre melhores, aos quais caberia, portanto, a relação de dominação própria do poder. A igualdade de qualquer um a qualquer um exige a desorganização desta distribuição estabilizada de lugares. (GUIMARÃES, 2020, p. 23)

Nesse litígio em que se inscreve a questão da igualdade, como uma construção histórica de sentidos, instaura-se uma normatividade pela formulação "politicamente correto" que nos aponta para uma prescrição de como os sujeitos devem dizer e o que não devem dizer, sobre como deve ser a igualdade. A questão de como é (ou não) engendrada a desorganização da distribuição estabilizada de lugares para os sujeitos é algo a se observar nos recortes. Nesse sentido, é digno de nota que a formulação "politicamente correto" não comparece sozinha no título do documento, mas é afetada pela relação de continuidade com a palavra "direitos humanos" e, por conseguinte, pela filiação a uma discursividade que produz o modelo de referência para as sociedades democráticas do nosso tempo.

É a professora Eni Orlandi quem tece reflexões que nos parecem bastante produtivas para que a compreensão dos direitos humanos como princípio ético universal não seja pela evidência e falsa-transparência dos sentidos, mas tomando os direitos humanos como discurso. Para a autora, os discursos sobre os direitos humanos vão surgindo "com o desenvolvimento de uma necessidade de se enunciar a elevação da pessoa humana e de um ideal de liberdade que vai-se constituindo através de sucessivas gerações" (ORLANDI, 2017a, p. 158), que marca também uma disjunção entre o homem moderno e o homem medieval. Esses discursos se mundializam especialmente após a revolução francesa, a ponto de estabelecer-se como referência para o direito constitucional moderno. A assinatura da Declaração Universal dos Direitos do Homem (DUDH), em 1948, assinala um momento de estabelecimento dos discursos sobre os direitos humanos como referência global para administrar e *fazer política*, isto é, para a "arte e ciência de bem governar". A dignidade passa a ser entendida como um direito inerente a todos os seres humanos, o que, por sua vez, produz o apagamento de sua historicidade enquanto direito conquistado.

Como vimos no capítulo 2, a partir das reflexões da autora, o cenário de elevação dos direitos humanos no contexto de fundação das Nações Unidas (ONU) está relacionado também com a conjuntura do pós-guerra e a emergência dos mundos socialistas, momento histórico em que o capitalismo se confronta com o seu irrealizado. A instauração de uma discursividade de igualdade e dignidade inerente, assim, nos leva a compreender como os direitos humanos se mundializam nesse momento também para proteger o ameaçado mundo burguês, sacudido, em um primeiro momento, pelos prejuízos da guerra, e posteriormente pela emergência de

movimentos de contestação social na década de 1960. Momentos históricos como a Guerra do Vietnã, a Guerra das Coreias, a interferência política na América Latina, as guerras pela independência e guerras civis no continente africano, o apartheid na África do Sul; e mais recentemente, as invasões americanas e conflitos no Oriente Médio, as consequências econômicas da crise econômica de 2008, a crise de refugiados e os incontáveis corpos que jamais chegaram à outra ponta do mar mediterrâneo, o aumento da pobreza e da exposição à morte pelas políticas neoliberais, nenhum desses acontecimentos foi ou é evitado pelas pressões da ONU e dos direitos humanos. Mas a institucionalização desses discursos contribui para conferir certa legitimidade às políticas capitalistas. Após a queda do muro de Berlim, quando o capitalismo já não se via ameaçado e reinava soberano no cenário global, os discursos sobre os direitos humanos serviram para a domesticação dos focos de resistência pela incorporação sempre parcial e enviesada das demandas de movimentos sociais por um Estado que se apresenta como preocupado com o cumprimento desses direitos, justamente para evitar que essas demandas afetem o funcionamento do sistema capitalista. Os governos são pressionados para aderir ao princípio ético dos direitos humanos e constituir a face humanizante do capitalismo global, que pacifica as sociedades e possibilita a manutenção das relações de dominação.

A produção da cartilha sob o governo do Partido dos Trabalhadores, um partido historicamente ligado às greves e causas da classe trabalhadora, mas que foi aderindo paulatinamente ao *status quo* das democracias capitalistas para chegar ao poder, tem relação com essa conjuntura político-ideológica global. Enquanto artefato produzido pela via institucional do Estado, a cartilha *Politicamente Correto & Direitos Humanos* demonstra sua preocupação com a reprodução das desigualdades no social, mas desvia o foco para questões exclusivamente da língua. Colaborar para "construir uma cultura de direitos humanos" significa, nessa perspectiva, evitar o uso de certas palavras (embora se rejeitem "eufemismos e formas condescendentes, paternalistas"), no apagamento do caráter estrutural da reprodução das assimetrias sociais produzidas sob as diversas formas de exploração e divisão produzidas pelo capitalismo. Mudanças estruturais não são mencionadas. Vejamos mais um recorte do texto de apresentação da cartilha:

> Não queremos promover discriminações às avessas, "dourando a pílula" para escamotear a amargura dos termos que ofendem, insultam, menosprezam e inferiorizam os semelhantes que consideramos "os outros". Ao contrário, neste glossário, apresentamos em primeiro lugar justamente as expressões pejorativas, para depois comentá-las. Com ele, queremos incentivar o debate, fomentar a reflexão, inclusive pela razão simples de que, para alguns de nossos interlocutores, nós é que somos os "diferentes".

> Se queremos ser respeitados, devemos respeitar. No mínimo, para cumprir o princípio de que todos os homens e mulheres são iguais, independentemente de origem, cor, sexo, orientação sexual, condição social e econômica, credo religioso, filiação filosófica ou política etc.

No recorte, a cartilha reitera que não pretende "promover discriminações às avessas" ou "dourar a pílula" ao propor que se evite o uso de palavras e expressões "que ofendem, insultam, menosprezam e inferiorizam os semelhantes que consideramos 'os outros'". Ao reconhecer que há, na sociedade brasileira, aqueles que são vistos como "os outros", inferiorizados e menosprezados, o artefato retoma parafrasticamente um trecho do recorte anterior, em que se refere ao problema "do desrespeito à imagem e à dignidade das pessoas consideradas diferentes". As "pessoas consideradas diferentes" são aqueles considerados "os outros". Mas de quem se é diferente? O "outro" supõe sempre um "eu", que, no caso, trata-se de um "nós", marcado pelo uso da primeira pessoa do plural. O "nós" no texto de Perly Cipriano está marcando a posição do Estado brasileiro? Da sociedade brasileira? Os "diferentes" são aqueles expelidos para fora desse projeto nacional?

Não queremos nos estender para além do que interessa para o cumprimento dos objetivos deste trabalho, mas ainda é digno de se chamar atenção a afirmação da igualdade entre homens e mulheres. A essa afirmação, contrapõe-se um complemento: "independentemente de origem, cor, sexo, orientação sexual, condição social e econômica, credo religioso, filiação filosófica ou política etc." Mais uma vez, a cartilha estabelece que existe, em nossa sociedade, a diferença, que é de origem, cor, sexo, orientação sexual, entre outros. É essa diferença que confere sentidos à afirmação de igualdade, textualizada como um "princípio". Enfatizamos isso, porque dizer "princípio" é diferente de dizer "direito", em que se convoca textualmente a legitimidade do texto jurídico. Em "princípio", o que é convocado para conferir legitimidade à afirmação de igualdade é a ética que orienta o discurso transnacional sobre os direitos humanos, a qual atualiza os sentidos de (des)igualdade que se produzem sobre a vacilante democracia brasileira em suas fraquezas e rupturas históricas, sobre a fragilidade do documento jurídico quando se trata de proteger a nação dos interesses escusos de grupos dominantes. O Direito como argumento é, nesse contexto, apagado.

Observemos alguns recortes que ilustram o trabalho de linguagem realizado pela cartilha sobre as palavras, e que outra sociedade é proposta a partir de seus dizeres:

> Sapatão – Expressão usada para discriminar as lésbicas, as mulheres homossexuais. "Entendidas" e "lésbicas" são termos adequados.

> Veado – Uma das referências mais comuns e preconceituosas aos homossexuais masculinos. As expressões adequadas são gay, entendido, homossexual.

> Velho – As pessoas idosas preferem ser tratadas com o termo "idoso" no lugar de "velho", por causa da carga pejorativa associada a essa última palavra, relacionada a obsoleto, inútil, fora de moda.
>
> Aidético – Termo discriminador dos portadores do vírus da Aids, ou Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (HIV). O correto é chamar a pessoa nessa condição de "HIV positiva" ou "soropositiva", quando não apresenta os sintomas associados à doença, e "pessoa com Aids" ou "doente de Aids", quando ela já tem aqueles sintomas.
>
> Aleijado – Termo ofensivo, que estigmatiza as pessoas com deficiência física ou mental. Não é correto chamá-las de "pessoas deficientes" ou "excepcionais", atribuindo-lhes incapacidade absoluta. Nem é pertinente chamá-las de "portadoras de habilidades especiais", eufemismo que não ajuda a preservar sua dignidade. Em geral, as pessoas nessas condições preferem ser tratadas como "portadoras de deficiência" ou simplesmente "pessoas com deficiência".

Nos três primeiros recortes, a cartilha justifica por qual razão as palavras "sapatão", "veado" e "velho" devem ser evitadas. Sobre a palavra "sapatão", diz-se que é uma expressão que discrimina mulheres lésbicas, de maneira que "entendidas" e "lésbicas" seriam as palavras adequadas para se referir a elas. Sobre a palavra "veado", diz-se também que há expressões mais adequadas, como "gay", "entendido" e "homossexual", já que a palavra é preconceituosa para com "homossexuais masculinos". Na entrada para "velho", argumenta-se que "as pessoas idosas preferem ser tratadas com o termo 'idoso' no lugar de 'velho'", devido à carga pejorativa associada à palavra "velho".

Em "sapatão" e "veado", a justificativa para se utilizar outras palavras é a de que elas seriam mais "adequadas". Essa forma de se justificar a proposta de intervenção linguística desliza nos dois últimos recortes, em que se defende a não utilização das palavras "aidético" e "aleijado". Em "aidético", diz-se que "o correto é chamar a pessoa nessa condição de 'HIV positiva' e 'soropositiva', ou ainda 'pessoa com aids' e 'doente de aids'"; em "aleijado", para além de se dizer que "aleijado" é um termo ofensivo, ainda se argumenta que "não é correto chamá-las [as pessoas com deficiência] de 'pessoas deficientes' ou 'excepcionais' [...] Nem é pertinente chamá-las de 'portadoras de habilidades especiais', eufemismo que não ajuda a preservar sua dignidade". É possível observar um movimento parafrástico:

(1) "[palavra] e [palavra] são termos adequados".
(2) "as expressões adequadas são [palavra], [palavra] e [palavra]".
(3) "o correto é chamar de [palavra]".
(4) "não é correto chamar de [palavra]"
(5) "nem é pertinente chamar de [palavra]"

"Nem é pertinente", "adequado", "o correto é" e "não é correto" são expressões que materializam a proposta de normatividade linguística de acordo com a adequação ou não aos princípios éticos de uma "cultura de direitos humanos": são estes princípios que regulam, na discursividade da cartilha, aquilo que é correto e aquilo que é incorreto, aquilo que é adequado e aquilo que é inadequado, produzindo os efeitos ideológicos de evidência dos espaços discursivos logicamente estabilizados. Nessas propostas, produzem-se formas de consenso e efeitos de homogeneidade lógica que apagam a divisão política dos sentidos. A palavra "sapatão", por exemplo, apontada como palavra discriminatória pela cartilha, é configurada como parte da língua da "cultura gay e lésbica" organizada pela dicionária *Aurélia*, como vimos anteriormente. Na dicionária, a palavra não é referida como pejorativa, tampouco a palavra "viado". A palavra "homossexual", por sua vez, apontada como mais adequada para se referir a "homossexuais masculinos", é considerada "termo ofensivo" pelo *Manual LGBT Paraguayo* (CAZAL, 2014), um dos instrumentos que serviram como base para a produção do *Manual de Comunicação LGBTI+* no Brasil. Naquele artefato, sugere-se a utilização das palavras "gay", "varón gay" ou "mujer lesbiana", já que a palavra "homosexual" seria ofensiva "debido a la connotación clínica históricamente asociada con la palabra "homosexual", ésta ha sido adoptada y es usada agressivamente por activistas homofóbicos para sugerir que las lesbianas y los gays tienen algún tipo de enfermedad o desorden psicológico"[75] (CAZAL, 2014, p. 15). É interessante notar que esses sentidos provenientes do discurso médico-científico para a palavra "homossexual" não aparecem configurados textualmente no *Manual de Comunicação LGBTI+*, em um apagamento das retomadas pela memória daquilo que não se deseja expressar, mas insiste em significar.

Além disso, o eufemismo referido como indesejável tanto na apresentação da cartilha quanto na entrada para a palavra "aleijado" paradoxalmente aparece como proposta de intervenção linguística na entrada da palavra "velho", para a qual se sugere a substituição por uma outra, "idosa". Na maneira como se formula um discurso sobre a língua e os sentidos em circulação na cartilha, a ilusão de "colamento" entre sentidos e palavras é efeito da própria ideologia, que dissimula seu funcionamento, produzindo nos sujeitos o esquecimento de que os dizeres indesejáveis nessa proposta *outra* de sociedade continuam a atravessar os processos discursivos, mesmo que de outras formas e por outras maneiras. Os sentidos convocados para o discurso em sua atualidade independem da vontade do sujeito. Discursos homotransfóbicos,

[75] Em tradução nossa, "devido à conotação clínica historicamente associada com a palavra 'homossexual', esta tem sido adotada e usada agressivamente por ativistas homofóbicos para sugerir que pessoas lésbicas e gays têm algum tipo de enfermidade ou distúrbio psicológico".

etaristas, preconceituosos compõem aquilo que se apresenta via interdiscurso, a memória irrepresentável que se constitui ao longo de toda uma história de experiência de linguagem, e que as políticas de línguas não têm como simplesmente livrar-se como se faz com uma roupa que não se usa mais. Recorremos sempre ao interdiscurso para produzir sentido, aquele que é como uma voz sem nome que ressoa e nos possibilita significar o mundo à nossa volta. Os sentidos não surgem *ex nihilo*. Interditam-se palavras, mas os sentidos não são impedidos de circular. Só é possível, no máximo (e quando muito), à maneira de uma represa, moderar o volume e pressão das águas; elas continuam, no entanto, a fluir, em um ritmo que não pode jamais ser interrompido. Podem sempre potencialmente desviar-se, em desencaminhamentos de rota possíveis para as águas que rompem com as frágeis barragens humanas e invadem novas ou velhas terras de significação.

Será que, de fato, todas as pessoas mais velhas preferem ser chamadas de "idosas", conforme a justificativa da cartilha? O que está sustentando esse efeito de certeza? As propostas de intervenção na língua encontram-se com seus limites ao optar pela não contestação das estruturas que amparam a reprodução social das relações de dominação. Uma palavra como "idosa" é capaz de desvencilhar-se dos sentidos pejorativos trazidos pela memória discursiva para a palavra "velho", que remeteria a "obsoleto, inútil, fora de moda"? Se assim fosse, no contexto da crise provocada pela pandemia de COVID-19 no Brasil, a chefe da Susep (Superintendência de Seguros Privados) não teria dito que a morte de idosos melhora as contas da previdência, conforme notícia publicada pelo Estadão[76]. Mesmo que se fale em "idosos", a palavra se configura aqui a partir da inscrição na mesma rede de sentidos denunciada pela cartilha na entrada para "velho": o "velho" como aquele cuja vida é descartável, como um número na previdência, como um sobrepeso para a sociedade e para o Estado. Da mesma forma, palavras como "gay" e "lésbica", propostas como substitutas para outras consideradas pejorativas pela cartilha, também podem ser apropriadas de maneiras ofensivas pelo sujeito falante inscrito em uma discursividade LGBTQIA+fóbica.

Isso não invalida a reflexão sobre como se vão sedimentando sentidos de dominação e opressão para determinadas palavras, nem a possibilidade de pensar a importância dos modos de dizer para a construção de uma sociedade igualitária. Nesse sentido, nos afastamos de um posicionamento integralmente crítico quando a reflexão convoca o olhar para a historicidade das palavras, para os processos históricos, ideológicos e discursivos pelos quais as palavras

[76] ESTADÃO ECONOMIA. Morte de idosos por covid-19 melhora contas da Previdência, teria dito chefe da Susep. Publicado em 28/05/2020. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,morte-de-idosos-por-covid-19-melhora-contas-da-previdencia-teria-dito-chefe-da-susep,70003317874> Acesso em 26 abr. 2021.

significam, sem buscar silenciá-los. Mas é preciso ter em conta que a defesa deslumbrada de uma maneira de agir sobre a língua para agir sobre a sociedade, sem contestar nem tocar as estruturas que primeiramente geraram e ainda sustentam as relações de dominação, tendo como efeito a sua manutenção, se parece mais com uma proposta de produção de consenso social, como se fosse possível "tirar o poder de cena" (HOMEM; CALLIGARIS, 2019, p. 95), atenuando e amenizando os conflitos sociais e a luta de classes, sem, com isso, efetivamente produzir a igualdade entre o conjunto de recursos materiais que permitem ao sujeito viver uma vida vivível; no apagamento de como o próprio sistema de acumulação capitalista, em sua forma neoliberal, produz e explora as divisões que afetam a possibilidade de viver uma vida vivível, a cartilha reorienta os esforços de contestação e combate às assimetrias para uma guerra contra palavras. As boas intenções do politicamente correto apagam a historicidade que constitui as novas palavras propostas, como se elas pudessem ser transparentes em si mesmas. E também como se uma palavra considerada pejorativa não pudesse se ressignificar.

Não é pela mudança da palavra que os sentidos serão mudados. É pela mudança dos sentidos que as palavras serão ressignificadas e/ou substituídas. A questão é como dar condições para que novos sentidos se discursivizem em uma mesma palavra ou em outras, e entender por que não se coloca esse questionamento tão caro para qualquer programa de transformação das relações sociais.

Por fim, para um último comentário, retomamos a reflexão de Eni Orlandi (2017a) sobre a palavra "igualdade" como *sem-sentido*. Em suas palavras,

> Para muitos sujeitos de nossa sociedade a palavra "igualdade" não faz nenhum sentido, é uma palavra sem-sentido. Em sua memória discursiva, esse sujeito não foi afetado por este processo de significação. Como dissemos, os sentidos resultam da experiência de uma memória. Há sujeitos, produzidos pelas relações de segregação do capitalismo, que têm na pele justamente a experiência da desigualdade, da diferença, e isto tão profundamente que, para estes sujeitos, a palavra igualdade é sem-sentido. Por outro lado, há sujeitos, tão identificados com suas posições de poder e onipotência, para os quais a palavra "igualdade" também é sem-sentido. (ORLANDI, 2017a, p. 167)

Foi possível vislumbrar na limitação das intervenções de uma política de língua pelo Estado brasileiro alguns desafios para a instauração de "uma cultura de direitos humanos na sociedade brasileira"[77], relacionados com o fato de que a intervenção na cartilha tem apenas como foco questões sobre a língua, e isto é efeito da própria contradição do discurso sobre os direitos humanos ao formar sentidos sobre a igualdade em sociedades cujo funcionamento se

[77] Acreditamos que essa reflexão pode ser ampliada para outras sociedades capitalistas ocidentais, desde que preservadas as especificidades de cada espaço e suas memórias.

sustenta *porque* são desiguais. Formar sentidos para a palavra "igualdade" nesse contexto só pode ter relação com o apagamento da luta de classes, já que se preservam as estruturas de poder e reprodução de desigualdades históricas. Enquanto sem-sentido, a proposta pode até mesmo ser risível:

> Partiu do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a ordem para a Secretaria dos Direitos Humanos suspendesse a distribuição da cartilha Politicamente Correto & Direitos Humanos. Na terça-feira, em cerimônia no Palácio do Planalto para a expansão da capacidade produtiva da Açominas, o presidente Lula chamou alguns ministros e auxiliares e perguntou o que achavam da cartilha. Sem esperar resposta, o próprio Lula disse: "Acho um absurdo, uma perda de tempo e um gasto desnecessário de dinheiro." Em seguida, perguntou ao secretário Nilmário Miranda por que "peão" é uma palavra pejorativa. "Mas Nilmário, eu sou um peão e não me importo com isso. E também chamo as pessoas de peão", disse Lula, de acordo com relato de um dos presentes ao encontro. Em seguida, Lula determinou que toda a publicação fosse recolhida. Mais tarde, num encontro com os ministros que formam o núcleo central do governo, eles e Lula ridicularizaram a cartilha, por tê-la na condição de "bobagem, uma perda de tempo e um irradiador de confusão sem motivo algum". (ESTADÃO, 2005, s.n.)

Se elucubramos, a partir do ponto de vista discursivo, certas ilusões ideológicas e limitações da proposta da cartilha, nos chama igualmente atenção que ela tenha sido objeto de ridicularização nas relações cotidianas, nos estudos da linguagem e principalmente para ministros e ex-Presidente da República. No horizonte de um governo de esquerda de caráter conciliador, a cartilha foi vista como "perda de tempo" e "irradiadora de confusão", o que nos sinaliza a resistência a uma reflexão sobre a reprodução de preconceitos na/pela língua. A igualdade como um sem-sentido em sociedades desiguais, assim, nos aparece configurada na medida em que a cartilha não só produz discordâncias, mas risos, que mostram que ainda há muito que ser transformado na conjuntura histórico-social, em um processo bastante instável, até que se formem sentidos para uma sociedade outra que passem a se manifestar na língua. A cartilha é parte desse descontínuo processo, e se fez alguns rirem também em razão de um conjunto de pressupostos questionáveis, também pavimentou o caminho para que outras propostas de intervenção linguística fossem formuladas a partir de espaços menos institucionalizados.

## 5.2 Politicamente correto como língua imaginária

Dois anos após a publicação e a precoce retirada de circulação da cartilha *Politicamente Correto & Direitos Humanos*, a *Aurélia: a dicionária da língua afiada* era lançada pela Editora do Bispo, com seus verbetes subversivos que tocam a questão da

sexualidade e colidem com aquilo que se sedimentou historicamente nos discursos institucionais dos governos militares ilegais como “a moral e os bons costumes”. A dicionária, já na apresentação, alerta o leitor desatento sobre a proposta de dicionarização de palavras em língua portuguesa relacionadas à “cultura gay e lésbica”:

> Este dicionário não tem a pretensão de ser politicamente correto. Muitos termos são chulos e pejorativos, podendo ser ofensivos para determinadas pessoas ou grupos. Nesse caso, recomendamos a interrupção imediata da leitura.

Nos chama atenção o uso da palavra “politicamente correto”, da qual se afasta o projeto linguístico da dicionária para indicar o seu viés anti-moralista, que versa sobre palavras que podem ser consideradas “chulas” e “pejorativas”, por isso mesmo, “ofensivas para determinadas pessoas ou grupos”. Os sentidos construídos para as políticas de língua “politicamente corretas”, assim, dizem respeito ao caráter de supressão daquilo que é pejorativo e ofensivo, em um processo de higienização da língua e dos falantes para que ambos se apresentem como dóceis e palatáveis, condizentes com “uma cultura de direitos humanos”. A dicionária não tem a pretensão de ser nem dócil, nem palatável. Como aborda Elias de Oliveira (2020), ao incluir ilustrações sobre veados voadores, pernas cruzadas com um sapato feminino e um masculino, *drag queens* e casais gays, assim como ao construir verbetes que incorporam “temas como práticas sexuais e comportamentos e sentimentos comuns a todos os seres humanos, mas que podem ser considerados imorais, como sexo, roubo, trapaça, inveja”, rompe-se a proposta politicamente correta de higienização da língua e da sociedade:

> Ao tematizar assuntos tabu, em grande parte ligados à sexualidade, Aurélia justifica o aposto “dicionária da língua afiada”, significando uma cultura gay que não se submete ao moralismo; os verbetes descrevem, por exemplo, órgãos e práticas sexuais (como já vimos com “pênis”, “vagina” e “sodomia”, mas que também encontramos em “edi”, “nicaô”, “DP”, “suruba”, entre outras entradas); a relação com drogas legais e ilegais (como em “pudim”, “oxanã” e “nóia”); ações escatológicas (como em “nenar” e “obrar”); trapaças, desejos ruins e maledicências (como em “elza”, “vuduzar”, “xoxar” e “veneno”). Também encontramos na Aurélia, em menor quantidade, o que não é tabu; por exemplo, a comida (“ajeum”), o sentir-se perdido (“ocotô”), o sucesso (“abalar”, “abravanar”), a mudança positiva (“cair na real”). Tanto nos temas tabus quanto nos não-tabus, a dicionária fala de ações, partes do corpo, objetos e sentimentos próprios do humano (ELIAS DE OLIVEIRA, 2022, p. 8).

A palavra “politicamente correto” é exposta à divisão política dos sentidos a partir das diferentes tomadas de posição pelo conhecimento linguístico construído na cartilha e na dicionária. Na cartilha, o “politicamente correto” é um movimento de reflexão e reivindicação por mudanças linguísticas, que se volta para o objetivo de construção de uma outra cultura pelo combate aos preconceitos estabilizados na língua; na dicionária, o politicamente correto é tratado como um movimento que, ao higienizar a língua e os sujeitos para inscrevê-los em uma

proposta outra de sociedade, deixa de fora aquilo que é chulo, pejorativo, possivelmente ofensivo, mas que também é parte da chamada "cultura gay e lésbica". O "politicamente correto" é tomado ora como maneira de se intervir sobre a língua e a sociedade para defender os direitos das "pessoas consideradas diferentes", ora como forma de docilizar para que não seja necessária uma "interrupção imediata da leitura". A dicionária recusa os eufemismos, as atenuações e a maquiagem necessária para obtenção de reconhecimento. Trata-se de projetos fundamentalmente diferentes, tanto em graus de institucionalização quanto em suas maneiras de reclamar sentidos para as urgências por transformação nas dinâmicas de dominação/subordinação em funcionamento do século XXI.

Nessa direção, o *Manual de Comunicação LGBTI+* também retoma a questão do "politicamente correto", ainda na introdução, quando apresenta o sétimo capítulo:

> Já "Informação correta: não é mimimi, é dignidade humana" busca apresentar a reflexão sobre termos que perpetuam estereótipos e preconceitos. Em tempos em que ser politicamente correto é fazer "mimimi", o uso de informação precisa na cobertura jornalística é essencial para promover a dignidade humana. São palavras simples, mas que fazem toda a diferença para quem é constantemente marginalizado: como usar o artigo feminino para se referir à travesti (sim, com crase!) e não chamar de "opção" a orientação sexual de quem é homo ou bissexual, assim como de quem é heterossexual.

No recorte acima, o *Manual* antecipa-se a algumas críticas que poderiam ser feitas quanto à proposta do capítulo "Informação correta: não é mimimi, é dignidade humana". Logo no início, afirma-se que o capítulo "busca apresentar a reflexão sobre termos que perpetuam estereótipos e preconceitos", o que já nos diz que a relação palavra/coisa é tratada em sua evidência: o problema estaria, assim, em alguns "termos", que seriam responsáveis por perpetuar estereótipos e preconceitos, de forma que estes teriam existência nas palavras. Por isso, o *Manual* marca seu posicionamento de que é necessário apresentar a "informação correta" e a "informação precisa" para promover a dignidade humana de "quem é constantemente marginalizado". Nos recordamos aqui das análises de Lauro Baldini (1998, 1999) sobre a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), em que o autor aponta para o autoritarismo da padronização da terminologia gramatical, a partir da qual se apagam diferentes nomes, articulados a diferentes filiações teóricas, em benefício de um nome único. Tudo se passa como se todos falassem sobre a mesma coisa e como se houvesse palavras demais para a mesma coisa. Por isso, a necessidade de excluir, delimitar, escolher certos nomes e não outros. Glozman (2020), em sua proposta de reflexão sobre as evidências inscritas nos discursos que promovem a linguagem inclusiva, também observa como frequentemente se configura a ilusão de uma relação linear e transparente entre palavras e coisas, que leva à afirmação da linguagem como "reflexo", "ferramenta" ou mesmo como a contraparte de "reflexo": a linguagem como aquela

que molda o mundo. No *Manual*, material em que já analisamos como aparecem os sentidos de modelação do mundo e de ferramenta, observaremos ainda que há uma passagem do "correto" para o "ideal" que sustenta a proposição de "termos substitutivos" para as palavras "incorretas", pois estas seriam "preconceituosas". Nessa direção, o saber linguístico LGBTQIA+ no documento vai se formulando também a partir de uma padronização e que vai produzindo a evidência ideológica de maior aceitabilidade de certos nomes.

Além disso, é relevante chamarmos atenção para a palavra "promover", pois ela não significa a "dignidade humana" como algo já-dado e já-garantido, como é estabelecido nos considerandos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Assim, por mais que o *Manual* esteja inscrito na discursividade dos direitos humanos, essa filiação não se realiza sem a possibilidade de deslocamentos. Dizer que a dignidade humana é um objeto a ser alcançado, e não algo inerente, faz movimentar as redes discursivas que sustentam a igualdade como princípio e oferecem às nossas sociedades capitalistas (e suas diversas formas de dividir e explorar as classes desfavorecidas) uma face humanizante. Entretanto, como na cartilha *Politicamente Correto & Direitos Humanos*, o caráter estrutural da produção de assimetrias que afetam a existência dos sujeitos LGBTQIA+ é apagado, dando lugar para a proposição de formas de agir sobre a língua para combater os estereótipos e preconceitos.

"Informação precisa" e "informação correta", por sua vez, são palavras que se inscrevem no mesmo campo semântico do "politicamente correto" proposto pela cartilha para a instauração de uma "cultura dos direitos humanos". No *Manual*, o "politicamente correto" é defendido, em um movimento de retomada e atualização dos seus sentidos como construídos na cartilha, na dicionária *Aurélia*, nas relações cotidianas e nos estudos linguísticos, em condições relacionadas à crise da "maré rosa" na América Latina, que encontra meios de se materializar e significar na conjuntura brasileira por meio da crise do projeto de governo desenvolvido pelo Partido dos Trabalhadores desde 2002. Tal crise, como vimos no capítulo 2, abre espaço para a expansão da extrema-direita e o avanço do neoliberalismo. Nessa conjuntura, os discursos sobre os direitos humanos e a proteção das minorias sociais são ressignificados ora como "mimimi", ora como uma forma de tirania, como atentado à liberdade ou como responsável pelos males da sociedade. Podemos pensar na circulação, aqui no Brasil, dos dizeres "direitos humanos para humanos direitos" e "direitos dos manos"[78], que entram em

[78] Ambas as expressões são chavões do discurso bolsonarista, presentes nos discursos de políticos eleitos vinculados ao bolsonarismo e de usuários das redes sociais. É possível mencionar, por exemplo, o general da reserva do Exército brasileiro, Augusto Heleno, atualmente chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República no governo de Jair Bolsonaro, que afirmou à Rádio Eldorado em 2018: "Direitos humanos são, basicamente, para humanos direitos. Essa percepção, muitas vezes, não tem acontecido. Estamos

conflito com os princípios da DUDH no que diz respeito à dignidade inerente a todo membro da família humana. Quem são os "humanos direitos" e quem são aqueles que não merecem os direitos humanos, os "manos"? É essa divisão relativa a quais vidas merecem ser protegidas e quais devem ser alvos preferenciais de políticas de morte e exposição à morte que aparece configurada no manual, a partir do pré-construído de que nem todas as vidas humanas são-já dignas, orientando o objetivo de promoção da dignidade. É nesse que sentido que a proposta é orientar "o uso de informação precisa na cobertura jornalística". Ao final do recorte anterior, apresentam-se algumas sugestões, como não usar "opção sexual", mas sim "orientação sexual", e usar o artigo feminino para se referir às travestis. Vejamos como essas propostas se textualizam:

> Homossexualismo por homossexualidade
> Termo incorreto e preconceituoso devido ao sufixo "ismo", que denota doença e anormalidade. O termo substitutivo é homossexualidade, que se refere da forma correta à orientação sexual do indivíduo, indicando "modo de ser e sentir".
>
> Orientação sexual
> Opção sexual é uma expressão incorreta. O termo aceito é "orientação sexual". A explicação provém do fato de que ninguém "opta", conscientemente, por sua orientação sexual. Assim como a pessoa heterossexual não escolheu essa forma de desejo, a pessoa homossexual ou bissexual (tanto feminina quanto masculina) também não (ABGLT, 2010).
>
> "O" travesti por "A" travesti
> Utiliza-se o artigo definido feminino "A" para falar da travesti (aquela que possui seios, corpo, vestimentas, cabelos e formas femininas). É incorreto usar o artigo masculino, por exemplo, "O" travesti Maria, pois está se referindo a uma pessoa com identidade de gênero feminino. O termo "O" Travesti, se referiria a uma pessoa travesti do sexo biológico feminino, mas com identidade de gênero masculino (ABGLT, 2010).
>
> Parceiro homossexual e casal homossexual por casal homoafetivo
> Ao falar sobre homoafetividade ou casamento homoafetivo, o ideal é usar a expressão casal homoafetivo. A palavra homoafetiva é sinônimo de homossexual, mas ressalta a conotação emocional e afetiva envolvida na relação amorosa entre pessoas do mesmo sexo/gênero (ABGLT, 2010). É importante ressaltar que, ao se referir a uma pessoa, deve ser usada a palavra homossexual, ou bissexual ou transgênero, conforme o caso.

Nos quatro recortes, observamos mais uma vez a produção de disjunções entre o "correto" e o "incorreto", que nos remete à construção dos espaços discursivos logicamente estabilizados. "Homossexualismo" é "termo incorreto e preconceituoso", "opção sexual" é uma "expressão incorreta", assim como "é incorreto" usar o artigo masculino para se referir a

---

deixando a desejar nesse combate à criminalidade". (EXAME, 2018) Nos discursos bolsonaristas, há uma visão crítica com relação à implementação da política de direitos humanos no Brasil, sob a justificativa de são estas políticas que reforçam a impunidade e atravancam o combate à criminalidade no Brasil. Já podemos entrever que, na verdade, o que se defende é a possibilidade de solucionar o problema por vias não judiciais, como uma política de violência pública que se materializa em operações militares que levam a massacres, como em Jacarezinho.

travestis autoidentificadas com o gênero feminino. Para dar combate aos "estereótipos e preconceitos", o *Manual* propõe a substituição dessas palavras indesejadas: para "homossexualismo", há um "termo substitutivo", que é "homossexualidade"; para opção sexual, há um "termo aceito" (por quem?), que é "orientação sexual"; para "parceiro homossexual" e "casal homossexual", há um termo "ideal". É possível notar deslocamentos do "incorreto" para o "aceito" e para o "ideal", que significa também a produção da normatização linguística também como algo a se alcançar, e não um estado atual da língua. Deseja-se regular e uniformizar o uso de palavras sob a ilusão de que, com isso, os estereótipos e preconceitos serão suprimidos da língua e da sociedade, ao mesmo tempo em que se argumenta que essas palavras substitutas "fazem toda a diferença para quem é constantemente marginalizado". Embora a palavra "politicamente correto" não apareça configurada em nenhum desses recortes, a menção àquilo que é "correto" nos encaminha a essa discursividade em seu percurso de atualização de sentidos para uma "cultura de direitos humanos". No *Manual de Comunicação LGBTI+*, a instauração de uma "cultura de direitos humanos" implica a produção de uma língua imaginária, que se projeta como um espaço de formulações e usos regulares onde não haveria divisão de sentido, em que as palavras são tratadas como "boas" ou "ruins" porque há apagamento da heterogeneidade, das disputas e movimentações dos sentidos.

Em "Homossexualismo por homossexualidade", a substituição de "homossexualismo" por "homossexualidade" é justificada a partir da atribuição dos sentidos de "doença" e "anormalidade" para o sufixo "-ismo", na ilusão de colamento entre morfema/significado. A palavra "homossexualismo" seria, em si, pejorativa, ao contrário da palavra "homossexualidade"? Não estariam ambas as palavras sujeitas aos mesmos processos de determinação histórica de sentidos, já que a sociedade é historicamente LGBTQIA+fóbica e a língua se inscreve na história para que possamos significar? Na proposta de normatização, observa-se a produção de interdições ligadas à reivindicação dos movimentos sociais, que declaram a preferência por outras palavras pela crença de que essas palavras substitutas não seriam atravessadas e entrecortadas pelos dizeres indesejáveis abrigados no interdiscurso e de que seria possível contornar a contradição constitutiva das palavras na sociedade e na história. Se é possível utilizar outra palavra que não seja a mesma fabricada pelo discurso médico-psiquiátrico, como "homossexualidade", é também preciso levar em conta que essa outra palavra também será dividida e afetada pelos sentidos postos em circulação pela ânsia da maquinação do mundo semanticamente normal engendrado pelos discursos médicos do século XIX. Isso porque os sentidos sempre têm a ver não só com aquilo que foi dito no momento da formulação, mas também com o que foi dito em outro momento, em outros lugares.

Em “Orientação sexual”, a sugestão de um outro uso linguístico se justifica pela contestação ao uso da palavra “opção”, já que “ninguém ‘opta’, conscientemente, por sua orientação sexual.”. A circulação da palavra “opção” em dizeres sobre as identificações de sexualidade e gênero significa tais dizeres a partir da ilusão subjetiva de que há controle sobre nossos desejos e ações, como se não houvesse inconsciente. O conhecimento LGBTQIA+ fabricado pelo *Manual* estabelece como padrão o uso da palavra “orientação”, que habita o mesmo campo semântico de outras como “direcionamento” e “propensão”. O que nos interessa observar aqui é o efeito de se retirar dos sujeitos autoidentificados como LGBTQIA+ uma responsabilidade que recai sobre eles quando se utiliza a palavra “opção”; afinal, se a orientação sexual é algo que se pode “escolher”, então a escolha pode ser manipulada, ajustada e questionada na direção da normalização das identificações de gênero e sexualidade.

Em “‘O’ travesti por ‘A’ travesti”, o *Manual* recomenda o emprego do artigo feminino “a” para se referir às travestis cuja identificação de gênero é feminina, e aí se menciona um conjunto de aspectos físicos e sociais que é apresentado sob a evidência da relação direta com o universo feminino, como “seios, corpo, vestimentas, cabelos e formas femininas”. Esse movimento é interessante, pois aponta para uma forma corporal, de vestir-se e apresentar-se no mundo que seria própria das mulheres. O uso do artigo masculino para se referir às travestis identificadas como mulheres é apontado como “incorreto”, pois tal emprego só seria correto se se referisse “a uma pessoa travesti do sexo biológico feminino, mas com identidade de gênero masculino”.

Para além de se repetir a ideia do sexo como biológico, o “incorreto” é significado, mais uma vez, pelo princípio de igualdade que ressoa a partir das demandas dos movimentos LGBTQIA+ e das organizações nacionais e transnacionais que dão suporte ao manual, afetadas pela discursividade dos direitos humanos e pelo objetivo de construir “uma cultura de direitos humanos” no Brasil, como vimos na cartilha do politicamente correto. É pela inscrição nessa discursividade que se tem apoiado as reivindicações por um novo sujeito de uma nova cultura em que se inscrevem novas palavras, línguas imaginárias que, no entanto, entram em conflito com tantas outras que habitam as mil-e-uma constelações das línguas imaginárias.

O último recorte, intitulado “Parceiro homossexual e casal homossexual por casal homoafetivo” nos coloca diante de outras questões, que abordaremos com mais atenção na próxima seção. Até aqui, em nosso trajeto de leitura, olhamos primeiramente para as definições propostas para categorias identitárias, que definem espaços para a circulação dos sentidos e para a identificação dos sujeitos LGBTQIA+, ao mesmo tempo em que cerceiam esses espaços, regulando modos de designação e de nomeação. Em um segundo momento, nos debruçamos

sobre as propostas de rejeição e substituição de palavras em benefício de outras, supostamente menos comprometidas com sentidos dominantes.[79] Esses dois processos de regulação da língua e do sujeito, que objetivam a consolidação e legitimação de narrativas contradominantes, nos apontam para a concomitância de movimentos entre a normatização da língua e a normalização do sujeito, na linha daquilo que Scherer (2012) chamou de desbabelização do mundo: um modo de gerir e transmitir um saber que organiza as relações entre língua e o mundo a partir de práticas como nomear, classificar, delimitar, organizar, assentar e cristalizar; na administração do impossível sob a ilusão de transparência da língua e dos processos discursivos, a partir da constituição de fronteiras claras, evidentes e artificiais; na instauração de espaços discursivos logicamente estabilizados, a partir da maquinação de um mundo semanticamente normal que fundamenta novas línguas imaginárias, a projeção de uma língua imaginária engendrada pelo propósito de construir uma cultura de igualdade sob o capitalismo. A língua imaginária é também palco de uma luta para esses saberes contradominantes, que é a luta para passar à existência, para fazer irromper sentidos do interior do não-sentido, em seu jogo conflituoso com a língua fluida em que os sentidos são divididos, mas ainda há predominância dos sentidos normativos que se deseja combater.

O reaparecimento dos dizeres sobre o politicamente correto na *Aurélia* e posteriormente no *Manual de Comunicação LGBTI+* sustentam o fato de que as redes de saber se ampliam inesgotavelmente e relacionam-se umas com as outras, são parte de um *continuum* que diz respeito a tudo aquilo que veio antes, mas também a tudo aquilo que poderia ter significado, mas não foi. Os saberes não se fecham em si mesmos. A produção de instrumentos linguísticos, inscritos nesse *continuum* relativo à produção de conhecimento metalinguístico, possibilita, assim, a construção de outros instrumentos linguísticos, que engendram, em relação àqueles que vieram antes, relações interdiscursivas (que são relações *entre* sentidos pela memória) que devem ser objeto do analista:

> Os dizeres não são, como dissemos, apenas mensagens a serem decodificadas. São efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz, deixando vestígios que o analista de discurso tem de apreender. São pistas que ele aprende a seguir para compreender os sentidos aí produzidos, pondo em relação o dizer com sua exterioridade, suas condições de produção. Esses sentidos têm a ver com o que é dito ali mas também em outros lugares, assim como com o que não é dito, e com o que poderia ser dito e não

[79] É interessante notar que, ao longo das pesquisas, não foram encontradas em nosso arquivo menções a palavras que seriam supostamente "neutras", mas há um conjunto de instrumentos linguísticos publicados que formulam a proposição de uma língua outra, mais inclusiva, a partir da ideia de "neutralidade". É possível mencionar, por exemplo, o "Guia para 'Linguagem Neutra'", de Ophelia Cassiano, disponível no link: <https://medium.com/guia-para-linguagem-neutra-pt-br/guia-para-linguagem-neutra-pt-br-f6d88311f92b> Acesso em 25 set. 2021.

> foi. Desse modo, as margens do dizer, do texto, também fazem parte dele (ORLANDI, 2010, p. 30).

Em *Lugar de fala: uma ideia como contradiscurso*, Elias de Oliveira (2019) retoma a ideia de "lugar de fala" como significada nos discursos da militância política e aponta para como o conceito propiciou debates sobre a necessidade de novos regimes de autorização do dizer. Tais debates questionam a divisão desigual do direito de tomada da palavra, levando em conta que "a desigualdade de forças que instaura a possibilidade e a impossibilidade de algum sujeito ou domínio de saber se tornar autoridade faz parte do sentido na linguagem" (ELIAS DE OLIVEIRA, 2019, p. 205). Os regimes de autorização não são universais, de maneira que se coloca a questão sobre *quem pode dizer sobre si* e *sobre o que* pode dizer.

Historicamente, sujeitos LGBTQIA+ foram significadas a partir de discursos do *outro*: das ciências médicas, das religiões cristãs, dos textos jurídicos. Os furos produzidos nesses discursos culminaram em uma articulação política que clama pela construção de um lugar de enunciação (ou "lugar de fala") com legitimidade, credibilidade e autoridade para falar sobre si pela inscrição em outra discursividade, que denunciasse processos de dominação e permitisse o acesso a lugares anteriormente interditados de cidadania. Essa questão apareceu configurada no material de análise quando tratamos da afirmação, ainda na introdução, de que o *Manual* é uma ferramenta construída *por* e *para* pessoas diretamente tocados pelo uso dos termos considerados adequados pelo documento: esse lugar de dizer se apresenta como fundamental. É nessa direção que afirmamos a importância de conceber a produção do conhecimento como um *continuum* e que compreendemos a elaboração do *Manual* como parte de um acontecimento mais amplo, em que também estão presentes os debates a partir da noção de "lugar de fala", entre tantas outras propostas, de viés institucionais e/ou militantes, como sintetizado por Elias de Oliveira:

> - Criação de formas morfológicas que questionam a binariedade social de gênero: "queridas, queridos e querides"; "querid@s"; "queridxs";
> - Destaque da marca morfológica feminina ao lado da masculina, lembrando a presença do feminino nos sujeitos referidos: prezados e *prezadas* colegas;
> - Enunciados-palavras de ordem: "lugar de mulher é onde ela quiser"; "meu corpo, minhas regras";
> - Em mecanismos de auto-nomeação/auto-qualificação, ressignificação positiva de palavras, em oposição ao seu valor pejorativo: Marcha das *Vadias*; 100% negro;
> - Questionamento dos direitos a dizer palavras que se estabilizaram como pejorativas [...];
> - Criação de termos para identificar os sujeitos em posições de poder de modo simétrico aos sujeitos minoritários: se você diz que eu sou uma mulher/um homem *trans*, eu digo que você é uma mulher/um homem *cis*. *Mulher* e *homem* são tomados como hiperônimos de *cis* e *trans*, rompendo com o efeito de evidência pelo qual *homem* e *mulher* significam como equivalentes de *não-trans*;

> - Criação de termos para identificar criticamente o sujeito em posição de poder: você/seu dizer reproduz um discurso *heteronormativo*. (ELIAS DE OLIVEIRA, 2019, p. 198-9, grifos da autora)

No *Manual de Comunicação LGBTI+*, tratamos dos mecanismos de autodenominação, do questionamento ao uso de palavras cujos sentidos se sedimentaram como pejorativos, da produção de neologismos e de tantos outros deslocamentos discursivos. Esses debates são parte de um acontecimento cujos movimentos são recentes e ainda atuais no Brasil, onde sujeitos identificados como minorias sociais demandam uma nova epistemologia, capitaneando a produção de novos saberes pela contestação dos regimes de dominação, dos dizeres cis-heteronormativos (em sua relação com a construção de saberes) e dos regimes tradicionais de autorização discursiva. A inevitabilidade de uma reflexão sobre a relação entre a linguagem como prática política e os conflitos sociais produz novos modos de dizer e atualiza os discursos sobre a língua. Ambos nos convocam para pensar a necessidade de tratamento do político na linguagem, que deriva para uma questão ética relativa à produção de conhecimento sobre a língua (ELIAS DE OLIVEIRA, 2019).

Nem a língua, nem a gramática estão em crise, como querem alguns discursos, mas há uma relação tensa e constitutiva entre dominação e resistência, uma dinâmica instável de construção e contestação de saberes, que se movimentam e entram em conflito, materializando as divisões da nossa formação social e colocando o debate sobre se a língua é capaz de transformá-las ou se isso realmente não é possível, mas pode-se ao menos obter efeitos. É questão que diz respeito a que sociedade desejamos construir, e a como as palavras e sentidos na língua nos permitem refletir sobre a contradição dos princípios democráticos que se constituem como os pilares das sociedades modernas, e mais recentemente, de uma discursividade de direitos humanos que atualiza esses pilares.

Como parte de tal acontecimento, essa profusão de discursos sobre a língua que encontra espaço para circular traz a linguística para o debate público, de modo a contribuir para a reflexão sobre a relação entre língua, sociedade e produção do conhecimento. Existe aí a contradição: as propostas de intervenção na língua só podem "pegar" e se inscrever na memória se fizerem sentido para os falantes, isto é, se as condições sociais e de existência foram condizentes com os sentidos instaurados pela política de intervenção em questão. Na outra via, só o fato de que existe espaço para essas propostas, de tal maneira que a reflexão sobre o preconceito na língua se torna objeto de um conjunto de artefatos, nos mostra que há algo aí se transformando e possivelmente ainda em vias de se transformar, há algo aí lutando para fazer

sentido, acenando para os silêncios e para as brechas discursivas da ideologia dominante e da gramática.

É preciso, no entanto, que perguntemos sem ousar responder de forma categórica, mas apontando para a existência da contradição: a transformação social sob o capitalismo é possível? E em que medida essas línguas imaginárias de que tratamos já não emergem domesticadas no interior da dominação?

## 5.3 A revolução será domesticada?[80]

*"Você só pode se rebelar dentro daqueles limites estabelecidos pelas mesmas pessoas contra as quais você se rebela."*
— Malcolm X

No subcapítulo anterior, havíamos deixado em suspenso um recorte do capítulo "Informação correta: não é mimimi, é dignidade humana", em que se sugeria a substituição das palavras "parceiro homossexual" e "casal homossexual" por "casal homoafetivo". Iremos, neste subcapítulo, retomar esse recorte antes de nos encaminharmos para as últimas considerações sobre a pesquisa. Optamos por dedicar o início deste subcapítulo para a análise do recorte porque a proposta do manual, em um primeiro momento, nos surpreendeu, e foi preciso retomar o nosso trabalho de arquivo antes de retornar para a análise. Por qual razão, afinal, seria indesejável dizer "casal homossexual" se existe até mesmo um espaço no *Manual* para a definição da palavra "homossexual" como categoria de identificação para sujeitos LGBTQIA+?

Há um deslizamento na proposição dessa outra forma de interpelação do "casal homossexual", pois não se diz que é "correto" ou "incorreto" chamá-los assim, mas aponta-se para algo que seria "ideal": "o ideal é usar a expressão casal homoafetivo. A palavra homoafetiva é sinônimo de homossexual, mas ressalta a conotação emocional e afetiva envolvida na relação amorosa entre pessoas do mesmo sexo/gênero". Em seguida, o *Manual* torna a ressaltar que, "ao se referir a uma pessoa, deve ser usada a palavra homossexual, ou bissexual ou transgênero, conforme o caso."

A palavra "homoafetivo", assim, deve ser utilizada porque "ressalta a conotação emocional e afetiva envolvida na relação amorosa entre pessoas do mesmo sexo/gênero". A

[80] Referência ao título do documentário "A revolução não será televisionada", que retrata a tentativa frustrada de golpe contra o então presidente venezuelano Hugo Chávez, em 2002.

pergunta que colocamos a partir disso é: por qual razão é necessário ressaltar a conotação emocional e afetiva de relações (que não são quaisquer relações, mas aquelas ditas "amorosas") entre pessoas do mesmo sexo/gênero? Esse movimento é interessante, pois parece que há o funcionamento de um já-dito que coloca o amor e o afeto como elementos que devam ser privilegiadamente ressaltados em relação a outros. Por quê?

Quando nos detivemos na seção 4.4.4.2 sobre a definição proposta para a palavra "homoafetivo", observamos que ela materializa o apagamento da dimensão sexual do relacionamento, o que tem como efeito uma certa docilização da figura do homossexual, representado como "tolerável" a partir do apagamento de sentidos considerados indesejáveis no discurso social, como condição para o reconhecimento de seus relacionamentos e famílias (desde que monogâmicos e monoparentais) pelo Estado de Direito. Os casais homossexuais ainda precisam provar que podem constituir laços de amor e de afeto, e não só isso, mas que a constituição de uma família é o seu objetivo prioritário. Se consideramos a reivindicação legítima, porém, como também analistas do discurso, é necessário "criar problemas" e questionar o que pode parecer óbvio, e que talvez justamente por isso mereça um pouco de nossa atenção: em que se fundamenta o consenso de que é necessário "provar" que se é capaz de constituir laços de amor e de afeto, de tal maneira que se tem como efeito o apagamento da dimensão sexual do relacionamento na produção de uma nova palavra?

Na esteira dessa reflexão, trazemos um trecho da apresentação de Amanda Palha, uma militante transfeminista, travesti e educadora popular, para o Seminário Internacional "Democracia em colapso?", em que ela discute os rumos políticos dos movimentos LGBTQIA+ após a década de 1980 e o lugar da família enquanto uma instituição relacionada ao modo de produção capitalista. Palha defende a necessidade de se olhar a família com outros olhos, compreendendo-a como parte do funcionamento do capitalismo, ao lado das divisões de gênero, raça e classe para a composição da ordem social.[81] Nessa concepção, a família é um polo de acumulação produtiva, fundamentada na evocação do acoplamento macho/fêmea, pênis-vagina (em sua falsa-transparência) como destino humano. A família tomou forma no *continuum* das transformações que levaram ao surgimento do mundo burguês, em sua constituição monogâmica para que permitisse (1) a manutenção da propriedade privada e perpetuação hereditária dos meios de produção pela burguesia, e (2) a produção de nova força de trabalho

[81] Esta era uma questão fortemente debatida no passado e que teve especial espaço de discussão no final da década de 1960. Há um retorno sobre essa questão atualmente, em outras conjunturas, em um outro momento da relação dos movimentos sociais com o Estado.

pela classe trabalhadora, classificando o homem como provedor e relegando à mulher o trabalho doméstico não-remunerado e o dever da reprodução biológica.

> Na minha concepção, não existe forma revolucionária de fazer família, ponto. Por quê? [...] Quando dizem para a gente "ah, o movimento LGBT quer acabar com a família", "ah, o movimento LGBT é um movimento promíscuo, que defende o sexo desregrado", a gente entrou em uma onda dos anos 1990 para cá de se colocar em uma posição defensiva de dizer "não, não, a gente não quer destruir família nenhuma, não, a gente só quer amar" ou "não, não, a gente não tem nada a ver com promiscuidade não, a gente até casa, a gente até tem filhos, a gente até constitui família, e isso é de um retrocesso político violento, que violenta inclusive a história de constituição do movimento LGBT na América Latina. Violenta a história dos ganhos e lutas feministas na América Latina. [...] Cabe a radicalização nossa também de afirmar com todas as letras o que é uma estratégia política crítica antissistêmica. "Ah, porque vocês querem destruir a família". Sim, queremos (PALHA, 2019, s.n.).

O olhar exercitado por Amanda Palha retira a defesa da constituição de uma família, sob o modelo monogâmico, nuclearizado e amparado na retórica da formação de laços de amor e de afeto, da evidência ideológica do capitalismo e da cis-heteronormatividade, que orientam a configuração das relações de parentesco e de organização reprodutiva. Nessa perspectiva, a retórica do amor e do casamento subordina os movimentos LGBTQIA+ às lógicas cis-heteronormativas, cooptando historicamente a agenda radical dos movimentos e suprimindo tanto a possibilidade de constituir arranjos outros de parentesco e afetividade quanto as críticas estruturais ao funcionamento das democracias capitalistas, já que as demandas dos movimentos se deslocam para o "desejo pelo desejo do Estado" (BUTLER, 2003).

É importante olharmos para como a discursividade dos direitos humanos pode trazer à baila a questão da domesticação, inscrita em uma relação tensa entre a pacificação por meio da suavização das assimetrias e a luta política no interior das instituições. O *Manual de Comunicação LGBTI+* nos dá indícios de como se dá esse funcionamento, até porque há um conjunto de organizações internacionais mais ou menos relacionadas ao capitalismo mundializado que configuram o suporte institucional à elaboração do artefato e tem efeitos sobre a produção desse conhecimento linguístico. No quarto capítulo do *Manual*, há uma pequena seção intitulada "Orientação sexual e a identidade de gênero também são direitos humanos" que nos chama atenção:

> Por outro lado, desde 2008, tanto a Organização das Nações Unidas (ONU) quanto a Organização dos Estados Americanos (OEA) têm aprovado declarações e resoluções afirmando que a orientação sexual e a identidade de gênero também devem ser consideradas como direitos humanos.
>
> Além disso, em 09 de janeiro de 2018, a OEA publicou oficialmente a Opinião Consultiva n° 24/17, a qual consolida o reconhecimento do casamento civil igualitário para parceiros de mesmo sexo nas Américas, bem como a possibilidade de Retificação de nome civil e redesignativo de sexo/gênero sem cirurgia de transgenitalização. Os

> Estados-membros da OEA que ratificaram a Convenção Americana de Direitos Humanos, como o Brasil, terão a obrigação de adequar sua legislação interna aos parâmetros internacionais.

O título já nos suscita uma observação importante, que vem à tona pela utilização do advérbio "também". Uma afirmação como "orientação sexual e a identidade de gênero *também* são direitos humanos" nos coloca que esses direitos, considerados direitos humanos, podem não ser direitos em determinados lugares. No enunciado "desde 2008, [...] tanto a Organização das Nações Unidas (ONU) quanto a Organização dos Estados Americanos (OEA) têm aprovado declarações e resoluções afirmando que a orientação sexual e a identidade de gênero também devem ser consideradas como direitos humanos", apontamos ainda para o caráter histórico do reconhecimento de direitos LGBTQIA+ como direitos humanos, em uma divisão do acesso a lugares de cidadania. Nesse sentido, lembramos o trabalho de Nagamine (2019), que discute como o compromisso das Nações Unidas com os direitos LGBTQIA+ é recente, cabendo, inclusive, a observação de que não há menção à orientação sexual ou identidade de gênero na Declaração Universal de Direitos Humanos, de 1948, ou nos Pactos Internacionais da ONU, de 1966. O debate sobre direitos LGBTQIA+ na ONU permaneceria incipiente até o início dos anos 2000:

> Dos anos 1990 até meados dos anos 2000, a ONU se ocupou, assim, apenas muito pontualmente das demandas por direitos de gays e lésbicas. Em regra, essas demandas eram formuladas, juridicamente, junto ao Comitê de Direitos Humanos e, politicamente, nas conferências da organização dedicadas a outros temas de direitos humanos. Por isso não é descabido afirmar que, no período, as discussões sobre direitos de identidade sexual na ONU ocorreram no bojo das negociações acerca de direitos e políticas para outras minorias, em especial as mulheres e minorias raciais. Não se chegou a reconhecer, nessa época, uma minoria sexual, por exemplo. (NAGAMINE, 2019, p. 33)

Assim, a afirmação de que orientação sexual e a identidade de gênero *também* são direitos humanos marca um momento importante para os movimentos LGBTQIA+ no direito internacional. Destacamos ainda o "devem ser" no primeiro recorte, em que há uma imposição da orientação e da identidade de gênero como direitos humanos, o que irá afetar as disputas pelo reconhecimento dos direitos LGBTQIA+ nos Estados nacionais. Uma forma de existir no mundo é imposta enquanto direito humano, como efeito dos discursos da ONU e da OEA, de forma que ela já passa a funcionar por um efeito de sustentação nesse texto. Assim, há um efeito de sustentação de que orientação sexual e identidade de gênero são direitos humanos universais: orientação sexual é um direito humano universal e identidade de gênero é um direito humano universal.

No segundo recorte, diz-se que a OEA tem publicado resoluções que convocam os Estados que firmaram a Convenção Americana de Direitos Humanos a adequarem suas legislações internas a parâmetros internacionais, como "o reconhecimento do casamento civil igualitário para parceiros de mesmo sexo nas Américas" e "a possibilidade de Retificação de nome civil e redesignativo de sexo/gênero sem cirurgia de transgenitalização". Nessa intervenção dos parâmetros transnacionais sobre os espaços nacionais, o Estado é convocado para conferir reconhecimento, seja por meio do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, seja por meio da retificação de nome civil. Sobre isso, consideramos relevante tecer algumas considerações sobre o jogo contraditório dessas lutas no terreno jurídico.

Comentamos no Capítulo 2 que a epidemia de aids foi um ponto de inflexão na história dos movimentos LGBTQIA+. Na década de 1990, a relação entre movimentos sociais LGBTQIA+ e Estado seria reconfigurada, já que muitas organizações passariam a depender do financiamento possibilitado por órgãos como o FMI (Fundo Monetário Internacional) para executar suas ações contra a epidemia e pela conscientização contra preconceitos históricos de orientação sexual e gênero. Isso não se deu sem efeitos. Nessa reconfiguração, os movimentos LGBTQIA+ são convocados a atuar sob as rédeas mediadoras do capitalismo democrático e são domesticados em sua possibilidade de uma oposição radical à produção e manutenção das assimetrias sociais. Nossos questionamentos não devem ser entendidos como uma crítica à disputa do Estado: o Estado é ele-mesmo incontornavelmente palco de disputas. Questionamos, no entanto, as evidências que sustentam uma atuação domesticada de movimentos sociais no interior das instituições.

O cenário pós-década de 1990 na política global é marcado pela consolidação mundializada das políticas neoliberais e pelo colapso da União Soviética, que também engendram efeitos de absorção da resistência anticapitalista e de uma crítica estrutural aos regimes de dominação. É a ausência de um horizonte de transformação do maquinário social ─ que (re)produz as identidades ─ que esvazia a agenda radical dos movimentos sociais, tornando possível a incorporação das evidências fabricadas pela ideologia capitalista. Refiro-me a uma dessas evidências a partir daquilo que Asad Heider (2019) denomina como "figurino jurídico do mais direitos". O "lema do mais direitos", que apresenta as demandas por reconhecimento do Estado como evidentes, como só-poderia-ser-assim, leva à perda de uma crítica ao fato de que a desigualdade histórica de gênero e orientação sexual é combinada à injustiça econômica[82];

[82] Vale lembrar aqui uma pesquisa realizada pelo grupo Santo Caos, em que se confirmou que 33% das empresas brasileiras não contratariam sujeitos LGBTQIA+ para cargos de chefia e que 90% das travestis estão se

enfim, à perda de uma crítica ao capitalismo, tendo como efeito uma limitação ao terreno da inclusão no mundo burguês. E como salienta o filósofo brasileiro Silvio de Almeida, o mundo burguês é elástico e maleável porque isso é parte do que o sustenta, permitindo que ele possa absorver e domesticar as resistências. Assim, "ainda que possa gerar conflitos e trazer mudanças significativas na vida das pessoas, 'mais direitos' não constitui um problema sério para o capitalismo: conceder direitos evidencia a plasticidade de um sistema que precisa ser reformável para continuar se reproduzindo" (ALMEIDA, 2019, p. 14).

A provocação de Judith Butler (2003) relativa à discussão sobre a legalização das uniões homossexuais na França nos orienta para a mesma direção. Enquanto convocavam-se os sujeitos para uma posição a favor ou contra a união homossexual no debate público, Butler interroga como a discussão foi deslocada para essa questão e como ela se transformou no problema. Tomar posição a favor ou contra essa questão é aceitar os termos nos quais o debate está posto. O que é que está sendo eclipsado pela aceitação desses termos, quando o campo sexual é restrito pela redução da reflexão sobre as sexualidades não-normativas à questão do casamento, e o que podemos dizer sobre aqueles arranjos sociais outros que não correspondem ao modelo nuclear formalizado pelo jurídico? A centralização da demanda pela aprovação do casamento homossexual materializa a imersão de novas hierarquias no discurso público, que distingue as vidas homossexuais entre legítimas e ilegítimas quanto à adequação de suas práticas sexuais e relacionamentos à forma da lei. Ser legitimado pelo Estado é aceitar os termos de legitimação oferecidos e operar dentro da norma instituída, ao mesmo tempo que viver sem reconhecimento produz sofrimento psíquico.

Nosso propósito não é o de produzir juízos de valor ou certezas sobre o que deve ser feito para responder a esse dilema, mas "criar problemas" a partir da leitura do nosso objeto de pesquisa em sua relação com a exterioridade social, política e ideológica que lhe é constitutiva. Devolver a opacidade àquilo que se apresenta como transparente e evidente. A ênfase *sobre* as demandas por "mais direitos" (como o casamento), a produção e reiteração de categorias de identificação que instauram um novo semanticamente normal, a não-presença de uma crítica estrutural que articule os regimes de dominação de gênero e orientação sexual ao capitalismo e outras divisões produzidas por ele são efeitos da inscrição do *Manual de Comunicação LGBTI+* na ideologia jurídica e em uma posição liberal na discursividade dos direitos humanos. A

prostituindo por não terem conseguido emprego (CUT.ORG, 2018, s.n.). Outra pesquisa, realizada pelo Projeto Além do Arco-Íris/Afroreggae, constatou que apenas 0,02% da população transgênera está nas universidades, ao passo que 72% não possuem o ensino médio e 56% não possuem o ensino fundamental (ESQUERDA DIÁRIO, 2020, s.n.). Isso mostra como o capitalismo produz modos de aprofundamento da exploração, marginalização e privação econômica amparados na diferença de gênero e orientação sexual, e isso não se dá por acidente.

dimensão da domesticação, no entanto, não é a única em funcionamento, pois há que se lembrar a tensão incontornável entre a reprodução e a transformação das condições sociais que se materializa na organização das instituições do Estado e do Mercado. A ideologia jurídica e dos direitos humanos nem sempre permitem a paz social e o apaziguamento da luta de classes, pois transformar em lei as demandas sociais pode também ter o efeito de engendrar contradições e produzir outras (e mais) tensões. Questões como a do matrimônio entre casais do mesmo gênero e de sua assimilação ao esquema familiar autorizado pelo Estado são também a materialização da luta social no interior dos aparelhos ideológicos do Estado, em um trajeto que poderia nos encaminhar para a realização de um novo projeto de pesquisa.

No que se refere à formulação de um saber linguístico LGBTI+ no *Manual*, observamos como a recomendação para que se utilize "casal homoafetivo" ao invés de "casal homossexual" é afetada por um efeito de memória do discurso jurídico, que organiza os sentidos produzidos em relação a sujeitos identificados como homossexuais a partir da ideologia cis-heteronormativa familista: é homossexual que ama, que se casa e "até" constitui família, em um apagamento de regiões indesejáveis da subjetividade, consideradas incorretas ou imorais. Buscando "criar problemas" e suspender as evidências, recorremos novamente à leitura de Butler (2003, p. 239):

> Não existem outras maneiras de sentimento possíveis, inteligíveis ou mesmo reais, além da esfera do reconhecimento do Estado? Não deveriam existir outras maneiras? Faz sentido que o movimento lésbico e gay se volte para o Estado, dada sua história recente: a tendência recente para o casamento gay é, de certo modo, uma resposta à AIDS e, em particular, uma resposta envergonhada, uma resposta na qual a comunidade gay busca desautorizar sua chamada promiscuidade, uma resposta na qual parecemos saudáveis e normais e capazes de manter relações monogâmicas ao longo do tempo.

Dessa maneira, a absorção das demandas dos movimentos LGBTQIA+ pelo Estado produz novas divisões, como a higienização da homossexualidade dos seus sentidos considerados indesejável para a ordem social. É um efeito da organização em torno do lema "mais direitos", que produz o apagamento do fato de que as demandas poderiam sempre ser *outras*, e não essas que estão postas. Essas formas de cooptação que analisamos são parte do que permite o reconhecimento dos direitos LGBTQIA+ em nosso tempo, na materialização de suas lutas no interior das instituições do Estado e do Mercado. Nesse movimento contraditório, se a língua era anunciada pelo *Manual de Comunicação LGBTI+* como uma ferramenta para a transformação social, observamos até aqui que essa transformação se parece mais com uma "pequena reforma", em que se organiza um conhecimento linguístico a ser disseminado com o propósito de fortalecer a luta, mas que ainda é conduzido e atravessado por aquilo que emana

da ideologia liberal, jurídica e cis-heteronormativa, com as suas próprias contradições. A repetição de sentidos oferecidos pela ideologia cis-heteronormativa e a ausência de uma crítica social mais ampla nos indicam que há muito o que remexer nas evidências de sentido. Em outras palavras, a transformação tão almejada não descerá "pela graça do céu"[83].

[83] Expressão que tomamos emprestada de Michel Pêcheux (2014, p. 4), no trecho: "A ideologia da classe dominante não se torna dominante pela graça do céu ..."

## UM NOVO MOMENTO DE GRAMATIZAÇÃO?

*"Se a língua é bela, é porque um mestre a lava".*
— D. Laporte, em "Histoire de la Merde"

Não quisemos chamar esta última seção de "considerações finais", pois não acreditamos que seja um desfecho. Nessas circunstâncias, é preciso haver um desfecho formal, é claro. Mas na verdade, tudo que está aqui continuará produzindo sentidos, a partir de diferentes trajetos de leitura...

Aproveitaremos este espaço para tecer nossos últimos comentários e ousar a composição de alguns diálogos entre os processos que abordamos. Em nossa leitura do *Manual de Comunicação LGBTI+* e o saber linguístico nele formulado, buscamos apontar para modos de formulação de um saber que não é apenas sobre a língua, mas sobre os sujeitos da língua, levando ainda em conta uma hibridez constitutiva de instrumentos linguísticos como os manuais, que podem ser tanto instrumento linguísticos como também instrumentos de metassaberes. Trata-se, portanto, de um funcionamento do tipo enciclopédico (NUNES, 1996), em que se delimita um domínio temático (a questão LGBTQIA+) e elaboram-se definições para palavras que nomeiam categorias de identificação, as quais se confundem com os sujeitos.

Em nossa pesquisa, também percorremos as circunstâncias históricas da relação dos movimentos LBTQIA+ brasileiros com o Estado e com o Mercado, o que não se dá em uma única direção, nem da mesma forma em qualquer formação social. No cenário do agravamento das condições materiais de existência devido à epidemia de aids, uma parte dos movimentos LGBTI+ aproximou-se do Estado brasileiro a partir de seus projetos de combate à epidemia financiados pelo Banco Mundial. A partir desse momento, ao longo dos próximos quinze ou vinte anos, parte desses movimentos teria a oportunidade de se sentar à mesa com estadistas e empresários, mas a custo de um apoio que vacilou em períodos de turbulência. Tendo ainda em conta outros processos relacionados à cooptação da agenda radical dos movimentos, direcionamos nosso olhar para os modos como a ideologia dominante capitalista e cis-heteronormativa se faz presente nas demandas historicamente consolidadas pelos movimentos LGBTQIA+ e no saber linguístico LGBTQIA+ constituído no *Manual de Comunicação LGBTI+*.

No *Manual*, observamos como a reivindicação pela constituição e circulação de sentidos outros, que contestam a evidência dos sentidos normativos historicamente consolidados pela ideologia dominante cis-heteronormativa, encontra diferentes modos de

materialização nos discursos militantes e jornalísticos, assim como também vai se domesticando nas disputas institucionais no interior de instituições do Estado e/ou do Mercado, inscrita na contradição constitutiva dos processos de reprodução/transformação. Esse trabalho sobre a evidência dos sentidos provenientes da cis-heteronormatividade vai predominantemente (e não de maneira que não haja espaços para falhas) se constituindo no *Manual* a partir de três funcionamentos discursivos que estão produzindo ressonâncias no processo de manualização e formulação desse saber linguístico LGBTI+, sendo que os dois primeiros estão intimamente relacionados:

(a) o discurso pedagógico, característico de alguns processos de didatização do conhecimento científico, que vai sendo sobredeterminado e vai tendo suas polêmicas apagadas. Esse processo funciona na sala de aula, na divulgação científica e na elaboração de materiais didáticos, como manuais. No caso de nosso trabalho, ele está presente por uma relação entre ciência, jornalismo, militância, divulgação e didatização, em um funcionamento a partir do qual o saber linguístico LGBTQIA+ é apresentado como uniforme, homogêneo e fechado em si mesmo por meio da produção dos espaços logicamente estabilizados;

(b) um discurso da normatividade da língua, que compreendemos como relacionada ao discurso pedagógico, ao apagamento das polêmicas constitutivas dos saberes e à produção dos espaços logicamente estabilizados. Esse processo é observado a partir de formulações como "termo incorreto", "expressão incorreta", "o correto é", "o termo mais aceito", "o termo ideal é". Além disso, o funcionamento das classificações e definições como formas discursivas levam a uma tensão em que a normatividade da língua declina, de forma diferente dos discursos dominantes cis-heteronormativos, para uma normatividade de gênero. Isso é um efeito de proposições, já analisadas por Silva e Pfeiffer (2014), que se estruturam pelo formato do discurso pedagógico em que "x" é "x", criando lugares de interpretação que se apresentam como logicamente estáveis, e muitas vezes, entram em conflitos com outros sentidos reivindicados no interior dos movimentos LGBTQIA+. A questão da normatividade da língua ainda coloca como questão um laço entre as formas reivindicadas como corretas e os discursos sobre o "bem falar" e o "bem dizer", atravessados por uma questão moral sobre linguagem e sobre os sujeitos, que precisam ser instruídos, que são divididos entre aqueles que sabem e aqueles que não sabem...

(c) uma posição liberal no interior do discurso dos direitos humanos, relacionada ao apoio institucional de organizações como a UNAIDS Brasil, que tem como um de seus efeitos a circunscrição das reivindicações dos movimentos LGBTQIA+ ao espaço jurídico mediado pelo Direito e o apagamento da possibilidade de se constituir demandas *outras*, relacionadas a

críticas mais amplas ao funcionamento da formação social capitalista ou à formação de sentidos para a constituição de uma outra formação social.

Essa esquematização não é exaustiva, ou seja, certamente há outros funcionamentos presentes e que poderiam ser analisados, a partir de outros trajetos de pesquisa e leitura. O que observamos em nosso gesto analítico não pode ser tomado como a totalidade do que acontece na ordem discursiva.

Por fim, nos vemos em condições de dizer algumas palavras sobre o que temos considerado como um novo momento da gramatização do português brasileiro no século XXI, com base nos trajetos de análise e nas diferentes rotas de sentido que percorremos nesta pesquisa. É nossa intenção que uma reflexão mais detida sobre esse novo momento de gramatização seja desenvolvida em um projeto de pesquisa ainda por vir.

Em outro momento deste trabalho, ressaltamos o caráter necessariamente provisório da produção do conhecimento. Mesmo quando este se constitui a partir de pretensões de completude, não podemos perder de vista que há sempre um *continuum* na produção do conhecimento. Esse *continumm* não é pensado em termos de uma cronologia ou de uma evolução. Há descontinuidades, deslocamentos, rupturas... (ou, lembrando o título de um artigo de Pêcheux, há delimitações, inversões, deslocamentos...) É porque há *continuum* que colocamos diferentes artefatos em paralelo, compreendendo que a produção do *Manual de Comunicação LGBTI+* em 2018 não é acontecimento isolado, mas inscrito em uma rede de acontecimentos outros, na articulação com *outras* políticas de línguas que produziram as condições para a emergência dessa nova série, um conjunto de artefatos que reúnem as coisas-a-saber sobre os sujeitos LGBTQIA+ e sobre a língua. Esses artefatos sustentam relações interdiscursivas uns com os outros e com aquilo que veio antes, com sentidos que já circulavam e que retornam, de um jeito ou de outro. Novas formas e novos sentidos produzidos a partir de formas e sentidos já existentes. Nem poderia ser de outro jeito.

Nesse sentido, o *Manual*, além de fazer parte de um recente conjunto de produções que tematizam e constituem um saber linguístico LGBTQIA+, pode também ser inscrito e compreendido em sua relação com um processo de gramatização mais amplo, com a produção de novos artefatos, dentre os quais podemos destacar a cartilha *Politicamente correto e direitos humanos* (QUEIROZ, 2004), o *Manual para o uso não sexista da linguagem* (RIO GRANDE DO SUL, 2014a) e a cartilha *Direitos iguais na diferença* (RIO GRANDE DO SUL, 2014b), entre outros. O grau de institucionalização desses últimos documentos citados, produzidos por secretarias a nível estadual e federal, demonstra a existência desse momento específico da formulação de um saber metalinguístico sobre a língua brasileira. Esses objetos têm em comum

a prescrição de certas formas linguísticas, tendo como objetivo a denúncia dos efeitos sociais produzidos a partir da utilização de palavras que reforçariam representações negativas e que sustentariam preconceitos, e sua constituição se dá em uma conjuntura específica.

Como discutimos, o fortalecimento dos movimentos LGBTQIA+ nas últimas décadas se dá a partir de um processo inseparável do estreitamento das relações com o Estado e do apoio financeiro e institucional de organizações internacionais do capitalismo globalizado, alinhadas ao discurso da igualdade jurídica e a uma perspectiva liberal dos direitos humanos, o que teve como efeito a proliferação de um desejo por um saber LGBTQIA+ que antes tinha sua circulação restrita a grupos sociais específicos.

Em *Saberes linguísticos cotidianos*, Ferreira (2020b, p. 332) nos lembra que

> o desejo de saber é sempre determinado por condições materiais de existência. Essa determinação do saber, das múltiplas coisas-a-saber, não se dá apenas pela regulação, pela normatização e pela descrição, mas também pelas múltiplas urgências do cotidiano.

Nas formas de organização política que fortalecem laços sociais e rechaçam o culto à individualidade e à competição promovidas pelo neoliberalismo, nas demandas que pressionam o Estado para intervir na realidade social e corrigir as assimetrias, nas pequenas resistências cotidianas e nos mais variados âmbitos da vida, no questionamento dos fundamentos da cis-heteronormatividade que conduz a reflexões sobre como a língua pode ser uma aliada da transformação social, em todos esses processos estamos postos diante da constituição contínua de um saber que não é já-lá e não é evidente. É saber que se movimenta e que é disputado, que mobiliza diferentes modos de falar e que também pode ser regulado por processos normativos. Há sentidos novos que se fundam e sentidos velhos que se repetem, alguns que são contestados e outros que se consolidam, movimentos na direção da transformação e da manutenção das relações sociais. A manualização possibilita a disseminação de um conhecimento importante sobre pessoas e grupos que historicamente foram os alvos preferenciais da violência física, simbólica e institucional, ao mesmo tempo que sedimenta outros processos discursivos que materializam dizeres normativos.

Nesse movimento, sujeitos articulados aos movimentos sociais, que lutam pela transformação de um ou mais aspectos das assimetrias da formação social capitalista, conduzem à contestação que estremece os domínios discursivos da ideologia dominante. Sujeitos identificados com as populações que são alvo privilegiado da hostilidade e da violência, a partir de posições em rota de colisão com os sentidos normativos (e vale lembrar que há outras posições possíveis para estes sujeitos, que não necessariamente incorporam a contestação), mobilizam-se, então, para

elaborar novas propostas de vida em sociedade que passam necessariamente pela questão da linguagem.

Este tem sido o percurso da militância LGBTQIA+ (mas, enfatizamos, o modo como isso tem se desenvolvido não é consensual e sempre há contradição). Nas demandas por representações e sentidos outros, ou nas propostas de mudanças linguísticas do que se convencionou chamar pejorativamente de "politicamente correto"; no conjunto de artefatos que têm a diversidade de experiências de sujeitos LGBTQIA+ com a língua e o corpo como uma coisa-a-saber sobre (e que constroem um algo a saber sobre esses sujeitos que não pode ser confundido com suas existências empíricas, mas sim entendido como um conjunto de coisas-a-saber *sobre* elas), ou nas propostas de adoção de uma "linguagem neutra" ou "linguagem inclusiva" no espaço público; trata-se de confrontos que correspondem ao movimento dos sujeitos na sociedade, e cujos desdobramentos têm o discurso como campo de disputa, como lugar de materialização da luta de classes. A língua é convocada para o centro do debate. É dentro de tal recorte que compreendemos esse novo momento da gramatização da língua brasileira.

Do outro lado, o Estado e as organizações intergovernamentais e empresas transnacionais relacionadas ao capitalismo globalizado movimentam-se para atender a esse desejo de saber, contribuindo com os contornos da formulação de um saber linguístico LGBTQIA+, que já emerge domesticado no interior da dominação. No caso de nosso material de análise, destacamos a inscrição desse saber na discursividade dos direitos humanos, relacionada ao conjunto de organizações, como a UNAIDS Brasil, que tomam parte na produção do *Manual*. Os objetivos propostos são, assim, diferentemente textualizados, como em "contribuir para a transformação social e para a consolidação de uma sociedade onde haja zero discriminação" ou em "fazer avançar os direitos humanos e os direitos das pessoas LGBTI+", o que, por sua vez, faz lembrar o objetivo de "construir uma cultura de direitos humanos", anunciado no documento *Politicamente correto & direitos humanos*. Há um deslizamento digno de nota entre "transformação social" e "sociedade onde haja zero discriminação" para "fazer avançar os direitos humanos e os direitos das pessoas LGBTI+", na medida em que, neste último, as demandas LGBTQIA+ são textualizadas como demandas por direitos; portanto, inscritas na discursividade dos direitos humanos, em que a questão da igualdade jurídica, mediada pelo Direito, ganha força, colocando-se como horizonte em torno do qual devem se organizar as reivindicações dos movimentos LGBTQIA+. É interessante notar, por exemplo, que a possibilidade de macrotransformações na direção de uma revolução social não é mencionada, como poderia ter sido em outros tempos, seja devido ao funcionamento da evidência de que o capitalismo é o "fim da história", seja porque os suportes institucionais do *Manual* estão, de alguma forma, relacionados ao Estado capitalista ou ao Mercado globalizado.

Essa discussão nos remete a um texto de Silvia Federici (2000), intitulado "Rumo a Pequim: Como a ONU colonizou o movimento feminista", em que a filósofa italiana analisa como, nas décadas de 1980 e 1990, a promoção dos direitos das mulheres anunciada como objetivo pela ONU impactou o movimento feminista, limitando o potencial revolucionário do movimento especialmente no que se refere à resistência das mulheres à globalização, entendida como uma reestruturação neoliberal da economia mundial. Em um cenário em que o movimento feminista vinha desafiando não só as relações desiguais de gênero, mas toda a estrutura social patriarcal, a ONU contribuiria para domesticar o movimento feminista para fazê-lo funcionar não mais de maneira antissistêmica, mas de modo que fosse capaz de apoiar a agenda neoliberal. Esse movimento se desenhou como necessário para destruir modelos de organização responsáveis pela resistência à exploração capitalista em suas mais variadas formas. Em uma nota de rodapé sobre a IV Conferência Mundial da Mulher, realizada na Cidade do México, Federici observa a estreita relação entre a ONU e um sem-número de corporações cujos nomes eram impressos nos folhetos sobre o programa distribuídos em Pequim:

> A longa lista de duas páginas de patrocinadores impressa em Look at the World Through Women's Eyes: Plenary Speeches from the NGO Forum Beijing '95 [Olhar o mundo através dos olhos das mulheres: discursos das plenárias do fórum das ONGs em Pequim 1995] é um quem-é-quem do capital internacional, desde o Banco Mundial até a Usaid, do governo da Austrália e do Japão até Apple, Hewlett Packard, Midland Bank, The Royal Thai International Airways, Samsung Electronics, Fatima bint Mubarak Al Ketbi (viúva do sheik Zayed bin Sultan Al Nahyan, de Abu Dhabi, um dos fundadores dos Emirados Árabes Unidos), entre dezenas de outros grupos empresariais e de agências internacionais filiadas ou que fazem parte da ONU (FEDERICI, 2000, p. 243).

Nessa direção, Federici aponta para como, paradoxalmente, enquanto a ONU anuncia a defesa dos direitos das mulheres, suas condições de vida em todo o mundo se deterioravam em decorrência das políticas de austeridade impostadas pelas mesmas corporações que se somavam à ONU nas conferências mundiais, como o Banco Mundial, o FMI e a OMC. Nas plataformas de ação, problemáticas como a eliminação da violência contra a mulher são tratadas como estritamente infligidas pelo homem no âmbito individual, sem se dizer sobre a violência de caráter institucional que também impacta as mulheres. Entre outras observações, a autora enfatiza a sugestão de que mulheres tomem parte da "resolução de conflitos" e da "cultura de paz" na sociedade e na família.

Dessa forma, é com base nas observações de Federici e nas análises que desenvolvemos que testemunhamos, ao olharmos para como essas organizações contribuem para configurar as demandas dos movimentos sociais de determinada maneira, e não de outra, sobre os mecanismos a partir dos quais a intervenção de instituições do capitalismo globalizado, disfarçadas com um "rosto humano" proporcionado pelo discurso dos direitos humanos, têm operado para domesticar a resistência dos movimentos sociais, forçando-os a adentrarem a

política institucional e agirem de forma domesticada no interior dela, e não de outra forma. Os discursos da ONU e das entidades capitalistas globais inscrevem as demandas dos movimentos sociais no interior dos direitos humanos e projetam uma atmosfera de emancipação que confere legitimidade às forças capitalistas e desmobiliza a resistência à exploração.

Essa é possivelmente uma das facetas desse momento de gramatização que propomos chamar de "gramatização inclusiva": a participação de organizações transnacionais na produção de instrumentos linguísticos, na direção de intervenções linguísticas que objetivam uma língua *outra*, que seja inclusiva, e/ou neutra e/ou que reivindique termos que possibilitem a transformação social e/ou o avanço dos direitos humanos.

Não foi simples chegar a essa nomeação. O que significa dizer que um processo de gramatização é inclusivo? Nesse movimento, "inclusão" já não é mais uma palavra, mas faz parte de um gesto de análise, que a transforma em uma noção. Antes disso, outros nomes foram ponderados e discutidos, mas a tensão é permanente. Essa tensão diz respeito justamente à complexidade dos instrumentos linguísticos de gramatização inclusiva que são produzidos no século XXI, inscritos no jogo contraditório das relações de força que movimentam os discursos sobre a inclusão na/a partir da língua. Esses artefatos, em suas diferentes concepções de língua e linguagem na relação com os sujeitos e a sociedade, assim como do que deve ser reivindicado e de que maneira, conferem diferentes sentidos à ideia de inclusão. Outros ainda não falam em inclusão, como o *Manual de Comunicação LGBTI+*, mas se autodenominam por outros percursos de sentidos, por meio de outros determinantes, aludindo a uma "linguagem neutra"[84], "não sexista"[85], a uma "neolinguagem"[86] ou apenas referindo a existência de "termos corretos". A dificuldade de nomear diz respeito ao gesto de tatear de que ordem é esse acontecimento, que foi possível explorar a partir do material de análise que selecionamos, mas que está para além dele. A "gramatização inclusiva" é da ordem de um discurso sobre a língua, que se faz presente na contemporaneidade, em que se atualiza a posição militante do gramático do século XIX, colocando-se questões próprias do século XXI. Que língua é essa que falamos? É a nossa língua, uma língua realmente de todos? Se não é, que língua podemos e devemos falar? Quem somos nós e que língua queremos?

Tal tensão, que se materializa na complexidade de dar um nome, não pode ser perdida, mas deve ser trazida à tona para que seja possível indagar a textualidade dos manuais, cartilhas e guias de linguagem inclusiva, não-binária, neutra, etc., bem como o apagamento da espessura

[84] Ver Cassiano (2019).
[85] Ver Rio Grande do Sul (2014a).
[86] Ver Orientando.org (s.d.)

política da língua e dos saberes linguísticos formulados e difundidos por esses materiais. Esse conflito será uma questão importante para um próximo trabalho.

O que observamos até aqui é que a guerra contra determinadas palavras, que é também uma batalha por palavras específicas, tem uma relação intrínseca com a *pacificação por meio das palavras*, que é sustentada pela ilusão de colamento entre palavras e sentidos. As demandas dos movimentos sociais são judicializadas, inscritas no campo do jurídico e da escrita de documentos oficiais, o que distancia esses movimentos de uma crítica antissistêmica e limita seu movimento ao interior do campo democrático capitalista, ao mesmo tempo em que se empreende movimentos de higienização da língua e da sociedade para se atingir os objetivos de combater preconceitos e reduzir desigualdades. É uma das maneiras a partir das quais se aplaca a possibilidade de uma outra ordem social em nossa época, ao mesmo tempo em que atender a essas demandas sociais produz atritos e faz ranger o motor da história, em um contato tenso com o irrealizado da transformação social...

Entre tantas outras, uma faceta da gramatização inclusiva (não podemos correr o risco de reduzir a sua complexidade) que até aqui investigamos parece ser a busca pela transformação social a partir de intervenções linguísticas, tomando o acesso a "informações precisas" como suficientes para o cumprimento de tal objetivo, em um apagamento do social, do político e da ideologia nos processos discursivos. A partir do acesso a esse conhecimento sobre a língua, caberia aos sujeitos adequar-se de forma individuada às expressões corretas e permitir o nascimento de uma sociedade mais justa. "Se a língua é bela, é porque um mestre a lava", diz Dominique Laporte, citado por Michel Pêcheux e Françoise Gadet (2004, p. 97). É preciso lavar a língua, livrá-la de todo conflito, torná-la plenamente inclusiva, um lugar de "zero discriminação", como a sociedade... Enfim, em uma série de discursos que invocam a igualdade para dissimular o conflito entre as classes sociais, no apagamento de toda sujeira e de toda contradição.

**REFERÊNCIAS**


ALIANÇA NACIONAL LGBTI+. Site oficial. Disponível em: <http://aliancalgbti.org.br/sobre/> Acesso em 12 fev. 2021.

ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos de Estado*. Nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. 6ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

ALMEIDA, S. L. Prefácio da edição brasileira. In: HEIDER, A. *Armadilha da identidade*: raça e classe nos dias de hoje. Tradução de Leo Vinicius Liberato. São Paulo, SP: Veneta, 2019.

ANDERSON, B. R. *Comunidades imaginadas*: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução de Denise Bottman. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2008.

ANDREU-FUNO, L. B. Memória discursiva e esquecimento: revisitando o chapéu de Clémentis. *In: Palimpsesto (Rio de Janeiro. Online)*, v. 15, p. 1-11, 2012.

ANTUNES, R. *O privilégio da servidão*: o novo proletariado de serviços na era digital. 1ª ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2018.

ANZALDÚA, G. Queer(izar) a escritora – Loca, escritora y chicana. Tradução de Tatiana Nascimento. In: KEATING, A. L. (Org.). *The Gloria Anzaldúa Reader*. Durham, USA: Duke University Press, 2009. p. 163-175.

AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Tradução de Eni Puccineli Orlandi. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.

BAGAGLI, B. P. O discurso transfeminista e o abalo das evidências do sexo: reunindo reflexões a respeito da cisgeneridade. In: VIEIRA, M. S. P.; ALMEIDA, P. V. (Orgs.). *Por palavras e gestos*: a arte da linguagem. Vol. I. 1ª ed. Editora Ártemis, 2020, p. 139-151.

BENVENISTE, E. *Problemas de linguística geral*. Tradução de Maria da Glória Novak e Luiza Neri. São Paulo, SP: Editora Nacional; Editora da Universidade de São Paulo, 1976.

BRASIL DE FATO. *Como o FMI e o Banco Mundial asseguram o "imperialismo alimentar" dos EUA*. Publicado em 15/07/2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/07/15/como-o-fmi-e-o-banco-mundial-asseguram-o-imperialismo-alimentar-dos-eua/> Acesso em 03 mar. 2021.

BROWN, W. *Nas ruínas do neoliberalismo*: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. Tradução por Mario A. Marino e Eduardo Altheman C. Santos. São Paulo, SP: Editora Filosófica Politeia, 2019.

BALDINI, L. A NGB e a autoria no discurso gramatical. In: *Línguas e Instrumentos Lingüísticos*, Campinas - SP: Pontes, 1998.

BALDINI, L. *A Nomenclatura Gramatical Brasileira interpretada, definida, comentada e exemplificada*. Dissertação (Mestrado em Linguística) — Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 1999.

BARROS, M. *Porque falar assexuado é errado*. In: Naive Heart. Publicado em 17/10/2018. Disponível em: <https://naiveheart.org/2018/10/porque-falar-assexuado-e-errado/> Acesso em 04 abr. 2021.

BBC BRASIL. *Quem são os assexuais*: relatos de brasileiros que não se interessam por sexo. Publicado em 24/09/2018 por Vinícius Lemos. Disponível em: < https://www.bbc.com/portuguese/geral-45634242> Acesso em 04 abr. 2021.

BUTLER, J. *Problemas de gênero*: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, J. O parentesco é sempre tido como heterossexual? In: *Cad. Pagu [online]*, 2003, n. 21, p. 219-260. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332003000200010&lng=en&nrm=iso&tlng=pt> Acesso em 05 mai. 2021.

BUZZFEED BRASIL. *Por que estamos adotando a sigla LGBTI+ no BuzzFeed Brasil*. Publicado em 2018. Disponível em: <https://buzzfeed.com.br/post/por-que-estamos-adotando-a-sigla-lgbti-no-buzzfeed-brasil> Acesso em 09 mar. 2021.

BUZZFEED BRASIL. *Um pequeno guia sobre as sexualidades que você talvez não conheça*. Publicado em 2018. Disponível em: <https://buzzfeed.com.br/post/um-pequeno-guia-sobre-as-sexualidades-que-voce-talvez-nao-conheca> Acesso em 09 mar. 2021.

BUZZFEED BRASIL. *10 coisas que pessoas intersexuais querem te dizer*. Publicado em 2019. Disponível em: <https://buzzfeed.com.br/post/10-coisas-que-pessoas-intersexuais-querem-te-dizer > Acesso em 09 mar. 2021.

CASSIANO, O. *Guia para Linguagem Neutra*. 2019 [online]. Disponível em: <https://medium.com/guia-para-linguagem-neutra-pt-br/guia-para-linguagem-neutra-pt-br-f6d88311f92b>. Acesso em 13 mai. 2021.

CASTANHO, G. A construção de uma comunidade sensível: corpo, afeto e emoção nos escritos de Guigo I. In: *Pasado Abierto ─ Revista do CEHis*, n. 9, Mar del Plata, 2019.

CAZAL, S. M. (Org.). *Manual LGBT Paraguayo*. Asunción, PAR: SOMOSGAY, 2014.

CHAMAYOU, G. *A sociedade ingovernável*: uma genealogia do liberalismo autoritário. Coleção Explosante. São Paulo, SP: Ubu Editora, 2020.

CHAUÍ, M. *O que é ideologia*. 2ª ed. (Coleção Primeiros Passos). São Paulo, SP: Brasiliense, 2012.

CUT SANTA CATARINA. As dificuldades da inserção da Comunidade LGBTI no mercado de trabalho. Publicado em 29/06/2018. Disponível em: <https://sc.cut.org.br/noticias/as-dificuldades-da-insercao-da-comunidade-lgbti-no-mercado-de-trabalho-1c42> Acesso em 05 mai. 2021.

COSTA, M. I. S. A construção do imaginário de homogeneidade da língua na gramática. In: *Memento*, v. 4, p. 42-63, 2013.

COWEN, B. Homossexualidade, ideologia e "subversão" no regime militar. In: GREEN, J.; QUINALHA, R. (Orgs.). *Ditadura e homossexualidades*: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2019.

DE NARDI, F. S. Identidade, memória e os modos de subjetivação do sujeito. *In: I Seminário de Estudos em Análise de Discurso*, 2003, Porto Alegre. I Seminários de Estudos em Análise de Discurso - Michel Pêcheux e a Análise de Discurso: uma relação de nunca acabar, 2003.

DW BRASIL. *Comunidade LGBTQ da Hungria teme repressão e perseguições*. Publicado em 23/07/2021. Disponível em: < https://www.dw.com/pt-br/comunidade-lgbtq-da-hungria-teme-repress%C3%A3o-e-persegui%C3%A7%C3%B5es/a-58602763> Acesso em 12 set. 2021.

EDUCA+BRASIL. *Qual o significado da sigla LGBTQIA+?*. Publicado em 06/10/2020. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/dicas/qual-o-significado-da-sigla-lgbtqia>. Acesso em 12 set. 2021.

ELIAS DE OLIVEIRA, S. *Cidadania*: história e política de uma palavra. 1ª ed. Campinas: Pontes/RG, 2006.

ELIAS DE OLIVEIRA, S. Lugar de fala: uma ideia como contra-discurso. In: VENTURINI, M. C.; LOREGIAN-PENKAL, L.; WITZEL, D. G. (Orgs.). *Linguística na contemporaneidade*: interfaces, memórias e desafios. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019.

ELIAS DE OLIVEIRA, S. A língua afiada da Aurélia. In: R*evista ECOS da UNEMAT*, n. 31, no prelo 2022.

ENGELS, F. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. 9ª ed. Tradução de Leandro Konder. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1984.

ESQUERDA DIÁRIO. LGBTs negros: a relação entre a polícia, trabalho precário e a educação. Texto de Giovanna Maria. Publicado em 28/06/2020. Disponível em: < https://www.esquerdadiario.com.br/LGBTs-negros-a-relacao-entre-a-policia-trabalho-precario-e-a-educacao> Acesso em 05 mai. 2021.

ESTADÃO. Partiu de Lula a ordem para suspender cartilha. Publicado em 06/05/2005. Notícia publicada originalmente no site do jornal O Estado de S.Paulo. Disponível em: < https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/307726/noticia.htm?sequence=1> Acesso em 27 abr. 2021.

ESTADÃO E-MAIS. *Assexualidade:* pouco discutida, mais comum do que se imagina. Publicado em 05/10/2017 por Hyndara Freitas. Disponível em: < https://emais.estadao.com.br/noticias/comportamento,assexualidade-pouco-discutida-mais-comum-do-que-se-imagina,70002028481> Acesso em 04 abr. 2021.

ESTEVES, P. M. S. *O que se pode e se deve comer*: uma leitura discursiva sobre sujeito e alimentação nas enciclopédias brasileiras (1863-1973). Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) — Universidade Federal Fluminense, UFF, Brasil, 2014.

EXAME. *General Heleno defende direitos humanos para "humanos direitos"*. Publicado em 01/11/2018. Disponível em: <https://exame.com/brasil/general-heleno-defende-direitos-humanos-para-humanos-direitos/>. Acesso em 25 set. 2021.

FACCHINI, R. Múltiplas e diferentes identidades. In: Dossiê temático ─ O movimento LGBT brasileiro: 40 anos de luta ─ *Revista Cult*, n. 235, jun. 2018.

FÁTIMA, W. S. *As sexualidades mal ditas no discurso religioso neopentecostal*. 2018. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) — Universidade Federal Fluminense, UFF, Brasil.

FEDERICI, S; COX, N. Contraplanejamentos da cozinha. [1975]. In: FEDERICI, S. *O ponto zero da revolução*. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo, SP: Elefante Editora, 2019.

FEDERICI, S. Rumo a Pequim: Como a ONU colonizou o movimento feminista. [2000] In: FEDERICI, S. *O ponto zero da revolução*. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo, SP: Elefante Editora, 2019.

FERNANDES, M. Desejo transformador e revolucionário: o movimento das lésbicas feministas no Brasil. In: Dossiê temático ─ O movimento LGBT brasileiro: 40 anos de luta ─ *Revista Cult*, n. 235, jun. 2018.

FERREIRA, A. B. H. *Mini Aurélio*: o dicionário da língua portuguesa. Coordenação de Marina Baird Ferreira. 8ª ed. rev. atual. Curitiba: Positivo, 2010.

FERREIRA, A. C. F. As coisas-a-saber sobre uma cidade na Wikipédia e na Desciclopédia: Pouso Alegre entre edifícios e buracos. In: *RUA (UNICAMP)*, v. 18, p. 35-58, 2012.

FERREIRA, A. C. F. O papel e o poder fundador da linguagem na reflexão sobre conhecimento e tecnologia. *In: Entremeios*, v. 11, p. 75-98, 2015.

FERREIRA, A. C. F. A Análise de Discurso e a construção de uma História das Ideias Linguísticas do Brasil. In*: Revista Fragmentum*, Número Especial, p. 17-47, jul./dez. 2018.

FERREIRA, A. C. F. O cotidiano na história das ideias linguísticas. *In: Línguas e instrumentos linguísticos*, v. 23, p. 4-30, 2020a.

FERREIRA, A. C. F. Saberes linguísticos cotidianos. In: *Porto Das Letras*, 6(5), 324-351, 2020b. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/portodasletras/article/view/10399> Acesso em 24 mar. 2020.

FERREIRA, M. C. L. O caráter singular da língua no discurso. In*: Organon (UFRGS)*, Instituto de Letras/UFRGS, v. 17, n.35, p. 189-200, 2003.

FRANCO, L. N. *Políticas públicas no Brasil voltadas para a população LGBT*: reflexos que o Movimento enfrenta com relação à sociedade civil. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

FRASER, N. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era "pós-socialista". In: *Cadernos De Campo (São Paulo - 1991)*, 15(14-15), 2006.

FRASER, N. Crise de legitimação? Sobre as contradições políticas do capitalismo financeirizado. Tradução de José Ivan Rodrigues de Sousa Filho. In: Cadernos De Filosofia Alemã: Crítica E Modernidade, v. 23, n. 2 p. 153-188, 2018.

FRASER, N. *O velho está nascendo e o novo não pode nascer*. São Paulo, SP: Autonomia Literária, 2020.

FOCUS.JR. *"Já falei o que vagabundo do MST merece: é tiro mesmo", dispara André Fernandes*. Publicado em 07/06/2019. Disponível em: <https://www.focus.jor.br/ja-falei-o-que-vagabundo-do-mst-merece-e-tiro-mesmo-dispara-andre-fernandes/> Acesso em 02 fev. 2021.

FOLHA DE S. PAULO. *'Sobrevivi', diz vítima de operação da polícia de caça a travestis há 31 anos.* Publicado em 17/01/2018. 2018. Disponível em: < https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/01/1951067-sobrevivi-diz-vitima-de-operacao-da-policia-de-caca-a-travestis-ha-31-anos.shtml> Acesso em 21 nov. 2020.

FONSECA, R. O. O Discurso: Estrutura ou Acontecimento, de Michel Pêcheux. Porto Alegre: In*: PPG de Letras da UFRGS*, 2010.

GADET, F.; PÊCHEUX, M. *A língua inatingível*. Tradução de Bethania Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Mello. Campinas SP: Pontes, 2004.

GADET, F.; PÊCHEUX, M. A língua inatingível: In: PÊCHEUX, M. *Análise de Discurso*. Textos selecionados por Eni Puccinelli Orlandi. 2ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

GALILEU. *O que é assexualidade?* 5 pontos para entender esta orientação sexual. Publicado em 11/03/2020. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/Comportamento/noticia/2020/03/o-que-e-assexualidade-5-pontos-para-entender-esta-orientacao-sexual.html> Acesso em 04 abr. 2021.

GARCIA, D. A.; NUNES, J.H. A Documentação e a divulgação do saber linguístico na Revista do IHGB. In: *Linguagem em (Dis)curso*, v. 11, p. 463-495, 2011.

GARCIA, D. A.; SOUSA, L. M. A. A manualização do saber linguístico e a constituição de uma linguagem não sexista. In: *Línguas & Letras (UNIOESTE)*, v. 17, p. 86-106, 2016.

GAYLATINO. Site oficial. Disponível em: <https://www.redgaylatino.org/gay-latino/> Acesso em 12 fev. 2021.

GLOZMAN, M. La ilusión del todo. Lengua(je), discurso y política de géneros em perspectiva materialista. In: *Revista Latinoamericana del Colegio Internacional de Filosofía*, n. 8, 2020.

GREEN, J. N. Visão retrospectiva: um balanço histórico e memorialístico. In: Dossiê temático ─ O movimento LGBT brasileiro: 40 anos de luta ─ *Revista Cult*, n. 235, jun. 2018.

GREEN, J. N.; QUINALHA, R. Introdução. In: GREEN, J.; QUINALHA, R. (Orgs.). *Ditadura e homossexualidades*: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2019.

GREEN, J. N. O grupo Somos, a esquerda e a resistência à ditadura. In: GREEN, J.; QUINALHA, R. (Orgs.). *Ditadura e homossexualidades*: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2019.

GRIGOLETTO, E.; DE NARDI, F. S.; SOBRINHO, H. F. S. Ler as formas culturais e estéticas do cotidiano nas materialidades artísticas e digitais. In: GRIGOLETTO, E.; DE NARDI, F. S.; SOBRINHO, H. F. S. (Orgs.). *Sujeito, sentido, resistência*: entre a arte e o digital. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019.

GUILBERT, T. *As evidências do discurso neoliberal na mídia*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020.

GUIMARÃES, E. *Semântica do acontecimento*: um estudo enunciativo da designação. Campinas, SP: Pontes, 2002.

GUIMARÃES, E. *Multilinguismo, divisões da língua e ensino no Brasil*. Coleção Linguagem e Letramento em foco. Produzido pela Universidade Estadual de Campinas em parceria com Cefiel e Ministério da Educação. 2005.

GUIMARÃES, E. Política de línguas na linguística brasileira: da abertura dos cursos de Letras ao Estruturalismo. In: ORLANDI, E. P. (Org.). *Política linguística no Brasil*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.

GUIMARÃES, E. Significação e Valores Éticos (Sondagens Preliminares). In: *Língua e Instrumentos Linguísticos*, v. 23, p. 3-27, 2020.

HAROCHE, C.; PÊCHEUX, M.; HENRY, P. A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. Tradução de Roberto Baronas e Fábio Montanheiro. In: *Linguasagem*, n. 3, 2008. Disponível em: < http://www.ufscar.br/linguasagem/edicao03/traducao_hph.php> Acesso em 22 abr 2020.

HAROCHE, C. *Fazer dizer, querer dizer*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1992.

HEIDER, A. *Armadilha da identidade*: raça e classe nos dias de hoje. Tradução de Leo Vinicius Liberato. São Paulo, SP: Veneta, 2019.

HOMEM, M.; CALLIGARIS, C. *Coisa de menina?* Uma conversa sobre gênero, sexualidade, maternidade e feminismo. Campinas, SP: Papirus 7 Mares, 2019. (Coleção Papirus Debates)

INDURSKY, F. *A fala dos quartéis e as outras vozes*: uma análise do discurso presidencial da Terceira Republikca Brasileira (1964-1984). Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP, 1992. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/270684>. Acesso em 06 abr. 2021.

INDURSKY, F. Lula lá: estrutura e acontecimento. In: *ORGANON (UFRGS)*, Porto Alegre, v. 17, n.35, p. 101-121, 2003.

INDURSKY, F. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. In: MITTMANN, S.; GRIGOLETTO, E.; CAZARIN, E. (Orgs.). *Práticas Discursivas e identitárias*. Sujeito & Língua. Porto Alegre, Nova Prova, PPG-Letras/UFRGS, 2008.

INDURSKY, F. A memória na cena do discurso. In: INDURSKY, F.; MITTMANN, S.; FERREIRA, M. C. L. (Orgs.). *Memória e história na/da Análise do Discurso*. 1ª ed. Campinas: Mercado de Letras, 2011, p. 1-335.

ISTOÉ. *Confira tudo que você precisa saber sobre assexualidade*. Publicado em 16/04/2020. Disponível em: <https://istoe.com.br/confira-tudo-o-que-voce-precisa-saber-sobre-assexualidade/> Acesso em 04 abr. 2021.

J.K. ROWLING. Tweet sobre "pessoas que menstruam" em sua conta oficial no Twitter. Publicado em 06/06/2020. Disponível em: <https://twitter.com/jk_rowling/status/1269382518362509313?ref_src=twsrc%5Etfw%7Ctwcamp%5Etweetembed%7Ctwterm%5E1269382518362509313%7Ctwgr%5E%7Ctwcon%5Es1_&ref_url=https%3A%2F%2Fd-20867274353868975351.ampproject.net%2F2103261048002%2Fframe.html> Acesso em 08 abr. 2021.

JUNQUEIRA, R. D. Heteronormatividade e vigilância de gênero no cotidiano escolar. In: RODRIGUES, A.; DALLAPICULA, C.; FERREIRA, S. R. S. (Orgs.). *(Trans)posições*: lugares e fronteiras em sexualidade e educação. Vitória, ES: EDUFES, 2015.

LAGAZZI, S. M. O político na Linguística: processos de representação, legitimação e institucionalização. In: ORLANDI, E. P. (Org.). *Política linguística no Brasil*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.

LIBI, F.; VIP, A. *Aurélia: a dicionária da língua afiada*. São Paulo, SP: Ed. Bispo, 2006.

LIMIAR. Direção: Coraci Ruiz. Produção: Julio Matos. Campinas, SP: 2020. Acesso por meio de plataforma de streaming.

LAMPIÃO DA ESQUINA. *No rio, pessoal cria mais um grupo homo*. Nº 17, out. 1979. Disponível em: <https://memoriamhb.blogspot.com/2009/04/em-15091979-surge-o-somosrj.html> Acesso em 16 fev. 2022.

LULA DA SILVA, L. I. Carta ao Povo Brasileiro. 2002. In: Folha de S. Paulo. *Leia íntegra da carta de Lula para acalmar o mercado financeiro*. 24/06/2002. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml> Acesso em 11 jul. 2020.

MARIANI, B. S. C. Políticas de colonização lingüística. *In: Letras (UFSM)*, Santa Maria, RS, 1o sem, p. 73-82, 2006.

MARX, K. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. Tradução e notas de Nélio Schneider. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

MARQUES, V. Prefácio à edição brasileira. In: FRASER, N. *O velho está morrendo e o novo não pode nascer*. São Paulo, SP: Autonomia Literária, 2020.

MARTINS et al. (Orgs.). *Manual de Comunicação LGBT*. Niterói, RJ: ABGLT, 2010.

MEDEIROS, L. V. A. *Essa língua não me representa*: discursos sobre língua e gênero. Dissertação (Mestrado em Linguística) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). 2016.

MEDEIROS, L. V. A. Nossos corpos nos pertencem: o sujeito de direito no discurso feminista. In: *Entremeios*, v. 18, p. 163-172, 2019.

MEDEIROS, M. S. *Torcida que canta, vibra e luta*: um estudo discursivo de páginas de torcidas *queer* de futebol. Monografia (Licenciatura em Letras) — Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2019.

MEDEIROS, M. S. Gol da diversidade? Discursos de consenso e sentidos sobre homossexualidade em campanhas de clubes de futebol no twitter. *In: Língua, Literatura e Ensino (Unicamp)*, v. 14, p. 53-62, 2020.

MEDEIROS, M. S.; ZOPPI-FONTANA, M. G. O "time do povo" e o discurso da inclusão periférica: cis-heteronormatividade, futebol, ideologia. *In: Entremeios*, v. 21, p. 257-273, 2020.

MEDEIROS, M. S.; ZOPPI-FONTANA, M. G. Lugares de enunciação, silenciamento e demandas políticas por legitimidade pelas torcidas queer de futebol. *In: Anais da III Jornada Internacional Semântica e Enunciação, 2021*. Anais eletrônicos. Campinas, Galoá, 2021. Disponível em: <https://proceedings.science/jise-2021/papers/lugares-de-enunciacao--silenciamento-e-demandas-politicas-por-legitimidade-pelas-torcidas-queer-de-futebol>. Acesso em: 13 dez. 2021.

MELLO, L.; BRITO, W.; MAROJA, D. Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades. In: *Cad. Pagu*, Campinas, n. 39, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332012000200014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 11 jul. 2020.

MENEZES, L. Uniões homoafetivas. In: *IBDFAM (Instituto Brasileiro de Direito de Família)*, 13/09/2005. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/artigos/200/novosite> Acesso em 06 abr. 2021.

MERRIAM-WEBSTER DICTIONARY. Definition of gender fluid. s.d. Disponível em: <https://www.merriam-webster.com/dictionary/gender%20fluid> Acesso em 16 abr. 2021.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Política Nacional de DST/aids*: princípios e diretrizes. Coordenação Nacional de DST e Aids. 1ª ed. Brasília: Ministério da Saúde, 1999.

MODEFICA. *Economia Afetiva e as possibilidades para a moda transcender a si mesma*. Publicado em 10/12/2019. Disponível em: <https://www.modefica.com.br/podcast-jackson-araujo-economia-afetiva-moda/> Acesso em 10 fev. 2022.

MODESTO, R. Uma história das ideias linguísticas no Brasil: o debate sociolinguístico em torno do conceito de Transmissão Linguística Irregular. *In: Língua e Instrumentos Linguísticos*, v. 36, 2015.

MODESTO, R.; SOUZA, A. L. de. Dois gestos de leitura em história das ideias linguísticas: a ortografia e o dicionário em pauta. In: *Macabéa – Revista Eletrônica do Netlli*, v. 8., n. 2., 2019.

MOREIRA, A. S. A homossexualidade no Brasil no século XIX. In: *Bagoas: Revista de Estudos Gays*, v. 6, p. 253-279, 2012.

NAGAMINE, R. V. V. K. Os direitos de pessoas LGBT na ONU (2000-2016). *In: Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro) [online]*. 2019, n. 31, p. 28-56. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2019.31.03.a> Acesso em 27 set. 2021.

NASCIMENTO, F. A. S. *Definir/conceituar*: história e sentidos da palavra-conceito cultura em dicionários de línguas e de terminologias. 2019. Tese (doutorado) ─ Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/334010>. Acesso em 24 ago. 2020.

NARDI, H. C. Nas bordas do humano: lutas pelo reconhecimento e capturas identitárias. In: RODRIGUES, A.; DALLAPICULA, C.; FERREIRA, S. R. S. (Orgs.). *(Trans)posições*: lugares e fronteiras em sexualidade e educação. Vitória, ES: EDUFES, 2015.

NOGUEIRA, L.; PEREIRA, M.; TOITIO, R. *O Brasil fora do armário*: diversidade sexual, gênero e lutas sociais. 1ª ed. São Paulo, SP: Expressão Popular, Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.

NOTÍCIAS UFSC. *Conselho Universitário aprova Moção em defesa da área de pesquisa em Estudos de Gênero no Brasil*. Publicado em 04/05/2016. Disponível em: <https://noticias.ufsc.br/tags/mocao-em-defesa-da-area-de-pesquisa-em-estudos-de-genero-no-brasil/>. Acesso em 12 set. 2021.

NUNAN, A. *Homossexualidade*: do preconceito aos padrões de consumo. 1ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Caravansarai, 2003.

NUNES, J. H. *Discurso e instrumentos linguísticos no Brasil*: dos relatos de viajantes aos primeiros dicionários. Tese (Doutorado em Linguística) — Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Brasil. 1996.

NUNES, J. H. Dicionarização no Brasil: condições e processos. In: NUNES, J. H.; PETTER M. (Orgs.*). História do Saber Lexical e Constituição de um Léxico Brasileiro*. 1ª ed. São Paulo/Campinas: Humanistas/Pontes, 2002.

NUNES. J. H. Apresentação no Simpósio 9 - Interpretação (historicidade): Leitura de arquivo - historicidade e compreensão. 2005. Disponível em: < https://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/2SEAD/SIMPOSIOS/JoseHortaNunes.pdf> Acesso em 07 out. 2021.

NUNES, J. H. O discurso documental na História das Idéias Lingüísticas e o caso dos dicionários. In: *Alfa: Revista de Linguística (UNESP. Impresso)*, v. 52, p. 81-100, 2008a.

NUNES, J. H. Uma articulação da análise de discurso com a história das idéias linguísticas. In: *Letras (UFSM)*, v. 18, p. 107-124, 2008b.

OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA. *Dicionário gay presta homenagem a Aurélio*. Publicado em 30/05/2006. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/entre-aspas/dicionario-gay-presta-homenagem-a-aurelio/> Acesso em 02 mar. 2021.

OCANHA, R. F. As rondas policiais de combate à homossexualidade na cidade de São Paulo (1976-1982). In: GREEN, J.; QUINALHA, R. (Orgs.). *Ditadura e homossexualidades*: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2019.

ORIENTANDO.ORG. *O que significa LGBTQIAPN+?*. s.d. Disponível em: <https://orientando.org/o-que-significa-lgbtqiap/> Acesso em 12 set. 2021.

ORIENTANDO.ORG. *Guia pró-neolinguagem de linguagem neutra universal*. s.d. Disponível em: < https://orientando.org/guia-de-linguagem-neutra-universal/> Acesso em 09 fev. 2022.

ORLANDI, E. P. Segmentar ou Recortar. In: *Lingüística: Questões e Controvérsias*, Série Estudos, n 10. Uberaba, MG: Fiube, 1984.

ORLANDI, E. P. Confronto pela linguagem. In: ORLANDI, E. P. (Org.). Política linguística na América Latina. Campinas, SP: Pontes, 1988.

ORLANDI, E. P. *Terra à vista*! Discurso do confronto: velho e novo mundo. São Paulo, SP: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1990.

ORLANDI, E. P. Ética e política linguística. In: *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, n. 1. Campinas: HIL/Pontes, 1998.

ORLANDI, E. P. Identidade linguística escolar. In: SIGNORINI, I. (Org.). Lingua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998a.

ORLANDI, E. P. Do não-sentido e do sem-sentido. In: JUNQUEIRA FILHO. (Org.). Silêncio e Luzes: sobre a experiência psíquica do vazio e da forma. Casa do Psicológico, São Paulo, 1998b.

ORLANDI, E. P. Do sujeito na história e no simbólico. *In: Escritos*, Campinas, n.4, p. 17-22, 1999.

ORLANDI, E. P. Apresentação: In: ORLANDI, E. P. (Org). *História das idéias lingüísticas no Brasil*: construção do saber rnetalingüístico e constituição da língua nacional. Campinas, SP: Pontes; Cáceres, MT: Unemat Editora, 2001a.

ORLANDI, E. P. (Org.). *Discurso fundador*: A formação do país e a construção da identidade nacional. 2ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2001b.

ORLANDI, E. P. A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso. 4ª ed. São Paulo, SP: Pontes Editores, 2006.

ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio*: no movimento dos sentidos. 6ª ed. Campinas, SP: Unicamp, 2007a.

ORLANDI, E. P. O sujeito discursivo contemporâneo: um exemplo. In: INDURSKY, F.; LEANDRO FERREIRA, M. C. (Org.). *Análise do discurso no Brasil*: mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos: Claraluz, 2007b, p. 11-20.

ORLANDI, E. P. Historicidade, Indivíduo e Sociedade: o sujeito na contemporaneidade. In: *Anais do III Seminário de Estudos em Análise do Discurso*. Porto Alegre: UFRGS, 2007c.

ORLANDI, E. P. Há palavras que mudam de sentido... outras não. In: ORLANDI, E. P. (Org.). *Política linguística no Brasil*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007d.

ORLANDI, E. P. *Interpretação*: autoria, leitura e efeitos do trabalho do simbólico. 5ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007e.

ORLANDI, E. P. Língua imaginária e língua fluida. In: ORLANDI, E. P. *Língua brasileira e outras histórias*: discurso sobre a língua e ensino no Brasil. Campinas, SP: Editora RG, 2009.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso*: princípios e procedimentos. 11ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2010.

ORLANDI, E. P. Prefácio. In: ORLANDI, E. P. (Org.). *Discurso, espaço, memória*: caminhos da identidade no sul de Minas. Campinas, SP: Editora RG, 2011.

ORLANDI, E. P. *Discurso e texto*: formulação e circulação dos sentidos. 4ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

ORLANDI, E. P. Entrevista com Eni Orlandi. Entrevista concedida a José Simão da Silva Sobrinho. In: *Polifonia*, Cuiabá, MT, v. 22, n. 31, p. 565-585, janeiro-junho, 2015.

ORLANDI, E. P. *Discurso em análise*: sujeito, sentido e ideologia. 3ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017a.

ORLANDI, E. P. *Eu, tu, ele*: discurso e real da história. 2ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017b.

ORLANDI, E. P.; GUIMARÃES, E. Formação de um Espaço de Produção Linguística: a gramática no Brasil. In: ORLANDI, E. (Org.) *História das Ideias Linguísticas:* Construção do Saber Metalinguístico e Constituição da Língua Nacional. Cáceres: Unemat/Campinas: Pontes, 2001.

ORLANDI, E. P.; SOUZA, T. C. C. A língua imaginária e a língua fluida: dois métodos de trabalho com a linguagem. In: ORLANDI, E. P. (Org.). Política linguística na América Latina. Campinas, SP: Pontes, 1988.

PALHA, A. O movimento LGBT e o fim da família. In: Seminário Internacional "Democracia em colapso?", Mesa "Família, religião e política". 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mIi2tFYbGmc&ab_channel=TVBoitempo> Acesso em 05 mai. 2021.

PAYER, M. O. Linguagem e sociedade contemporânea. Sujeito, mídia e mercado. In: *RUA (UNICAMP)*, Campinas - SP, v. XI, p. 9-26, 2005.

PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni. (Org.). *Gestos de leitura*: da história no discurso. Tradução de Bethânia Mariani et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, p. 55-66, 1994.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso*: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução de Bethania S. Mariani et al. 3ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997a.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso*: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi et al. 3ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997b.

PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: ACHARD, P. et al. (Org.). *Papel da memória*. Tradução e introdução de José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, M. *O discurso*: Estrutura ou acontecimento. Tradução de Eni P. Orlandi. 4ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2006.

PÊCHEUX, M. Delimitações, inversões, deslocamentos. In: *Cadernos De Estudos Lingüísticos*, 2012, p. 7-24.

PÊCHEUX, M. Ousar pensar e ousar se revoltar: Ideologia, marxismo, luta de classes. In: *Décalages*: vol. 1, n. 4. 2014. Disponível em: <https://scholar.oxy.edu/decalages/vol1/iss4/15> Acesso em 17 mar. 2021.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução de Bethania S. Mariani et al. 3ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

PEREIRA, L. N.; SILVA, T. D. Sentidos (tra)vestidos: a individuação e a constituição do sujeito travesti pelo Estado. *In: Rua (UNICAMP)*, v. II, p. 321-339, 2015.

PEREIRA, L. N. *A (des)estabilização de sentidos para corpo-e-sujeito inscritos pela sexualidade e pelo gênero:* efeitos de ruptura. Tese (Doutorado em Ciências da Linguagem) — Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS), Pouso Alegre-MG, 2017.

PÕE NA RODA. *Não ficar com pessoas trans é questão de atração ou transfobia? Este vídeo responde!*. Publicado em 29/01/2020. Disponível em: <https://poenaroda.com.br/videos/nao-ficar-com-pessoas-trans-e-questao-de-atracao-ou-transfobia-este-video-responde/> Acesso em 08 abr. 2021.

PÕE NA RODA. Disponível em: <https://poenaroda.com.br/videos/nao-ficar-com-pessoas-trans-e-questao-de-atracao-ou-transfobia-este-video-responde/> Acesso em 18 set. 2021.

PORTAL DE NOTÍCIAS G1. *Mudança de sigla de GLBT para LGBT divide comunidade gay*. Publicado em 12/06/2008. Disponível em: <https://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL597188-5606,00-mudanca+de+sigla+de+glbt+para+lgbt+divide+comunidade+gay.html> Acesso em 24 mar. 2021.

PUAR, J. K. Homonacionalismo como mosaico: viagens virais, sexualidades afetivas. *In: Revista Lusófona De Estudos Culturais*, 2015, n. 3, p. 297-318.

PUECH, C. Manualização e disciplinarização dos saberes da língua: o caso da enunciação. *In: Fragmentum*. Número especial: jul.-dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/fragmentum/article/view/36594>. Acesso em 04 jan 2019.

QUEIROZ, A. C. *Politicamente correto e direitos humanos*. Brasília, DF: SEDH, 2004.

QUINALHA, R. Apresentação. In: Dossiê temático ─ O movimento LGBT brasileiro: 40 anos de luta ─ *Revista Cult*, n. 235, jun. 2018.

QUINALHA, R. Marxismo e sexualidade no Brasil: recompondo um histórico. *In: Margem Esquerda*, v. 33, 2019.

REIS, T. (Org.). *Manual de Comunicação LGBTI+*. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI/ GayLatino, 2018.

RIO GRANDE DO SUL. *Manual para o uso não sexista da linguagem*: o que bem se diz bem se entende. Secretaria de Políticas para as Mulheres. 2014a.

RIO GRANDE DO SUL. *Direitos iguais nas diferenças*: cartilha da diversidade de gênero. Secretaria de Políticas para as Mulheres. 2014b.

RIZZOTTO, C. C. Constituição histórica do poder na mídia no Brasil: o surgimento do quarto poder. *In: Revista de Estudos da Comunicação (Impresso)*, v. 13, p. 111-120, 2012.

ROUSSEFF, D. Mensagem da Dilma. 2010. In: Folha de S. Paulo. *Leia a nota "Mensagem da Dilma" na íntegra*. 16/10/2010. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po1610201010.htm> Acesso em 11 jul. 2020.

SAAD FILHO, A. *Brasil*: neoliberalismo versus democracia. 1ª ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2018.

SALLUM JR., B. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo. In: *Tempo soc.*, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 23-47, out. 1999. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20701999000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 26 nov. 2020.

SCHERER, A. E. A procura da língua universal: entre a memória e a história. In: ZANDWAIS, A. (Org.). *Histórias das ideias*: diálogos entre linguagem, cultura e história. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2012.

SCHONS, C. R.; MITTMANN, S. A contradição e (re)produção/transformação na e pela ideologia. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L. (Orgs). *O discurso na contemporaneidade*: materialidades e fronteiras. 1ª ed. São Carlos: Claraluz, 2009.

SILVA, D. B. A contradição discursiva no processo de universalização do sujeito de direitos humanos. In: *Entretextos (UEL)*, v. 13, p. 415-430, 2013.

SILVA, M. V. Manuais escolares e saberes linguísticos. In: *Boletin de la Sociedad Espanola de Historiografia Lingüística*, v. 11, 2017.

SILVA, M. V.; PFEIFFER, C. Pedagogização do Espaço Urbano. In: *Rua (UNICAMP)*, v. especial, 2014.

SILVA SOBRINHO, J. S. Espaço de enunciação brasileiro no imaginário do Museu da Língua Portuguesa. In: *Língua e Instrumentos Linguísticos*, v. 1, p. 195-220, 2015.

SOUZA, P. *Análise de Discurso*. Florianópolis, SC: LLV/CCE/UFSC, 2011.

SOUZA, P. *Confidências da carne*: o público e o privado na enunciação da sexualidade. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

SPARGO, T. *Foucault e a teoria queer*: seguido de Ágape e êxtase: orientações pós-seculares. Tradução de Heci Regina Candiani. 1ª ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2017.

STREECK, W. As crises do capitalismo democrático. In: *Novos estud. – CEBRAP*. São Paulo, n. 92, p. 35-56, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002012000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 18 Jun 2020.

TEIXEIRA, L. R.; MOTA, M. B. Edward Sapir e Mattoso Câmara Jr.: intersecções. In: *Working Papers em Linguística (Impresso)*, v. 12, p. 15-34, 2011.

TOITIO, R. D. *Cores e contradições*: a luta pela diversidade sexual e de gênero sob o neoliberalismo brasileiro. Tese (Doutorado) ─ Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2016. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/321973>. Acesso em 02 fev. 2021.

TOITIO, R. D. A disputa entre movimento LGBT e neoconservadorismo religioso no governo Dilma. In: *41º Encontro Anual da Anpocs*, 2017, Caxambu. Anais do 41º Encontro Anual da Anpocs, 2017.

TOITIO, R. D. A luta pela diversidade sexual e de gênero diante do Estado capitalista: o que a atual crise tem a nos ensinar? *In: Margem Esquerda*, v. 33, 2019.

TONI REIS. 2013? Site oficial. Disponível em: <https://www.tonireis.com.br/?page_id=5> Acesso em 12 fev. 2021.

UFMG. *População LGBTQI relata discriminação, depressão e solidão na pandemia*. Publicado em 29/01/2021. Disponível em: <https://www.ufmg.br/prae/noticias/populacao-lgbtqi-relata-discriminacao-depressao-e-solidao-na-pandemia/> Acesso em 12 set. 2021.

UOL COTIDIANO. *Governo Temer reduz a zero repasses a políticas contra homofobia; Planalto diz investir em campanha*. Publicado em 29/09/2017. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/09/29/governo-temer-zera-repasses-a-politicas-contra-homofobia-planalto-diz-fazer-campanha.htm>. Acesso em 02 fev. 2021.

UOL ECONOMIA. *Temer perdoou R$ 47,4 bi de dívidas de empresas, maior anistia em 10 anos.* Publicado em 21/01/2019. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2019/01/21/temer-perdoou-r-474-bi-de-dividas-de-empresas-maior-anistia-em-10-anos.htm>. Acesso em 02 fev. 2021.

UOL UNIVERSA. *Alguns ativistas querem mudar a sigla LGBTQ+ para LGBTQQICAPF2K+*; entenda.... Publicado em 29/06/2018. Disponível em <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2018/06/29/alguns-ativistas-querem-mudar-a-sigla-lgbtq-para-lgbtqqicapf2k-entenda.htm> Acesso em 12 set. 2021.

UOL UNIVERSA. *Bissexual e pansexual são a mesma coisa?* Entenda a diferença entre os dois. Publicado em 22/11/2018. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2018/11/22/bi-ou-pan-entenda-o-que-sao-as-sexualidades-fluidas.htm> Acesso em 13 abr. 2021.

VOGUE. *O que é assexualidade*: mitos e verdades sobre ser assexual. Publicado em 17/11/2020. Disponível em: <https://vogue.globo.com/atualidades/noticia/2020/11/o-que-e-assexualidade-os-mitos-e-verdades-sobre-ser-assexuado.html> Acesso em 04 abr. 2021.

ZANDWAIS, A. Subjetividade, sentido e linguagem: desconstruindo o mito da homogeneidade da língua. In: ZANDWAIS, A. (Org.). *Histórias das ideias*: diálogos entre linguagem, cultura e história. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2012.

ZOPPI-FONTANA, M. G. Arquivo jurídico e exterioridade. A construção do corpus discursivo e sua descrição/interpretação. In: GUIMARÃES, E.; BRUM DE PAULA, M. R. (Org.). *Sentido e memória*. 1ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2005, p. 93-116.

ZOPPI-FONTANA, M. G.; DINIZ, L. R. A. Declinando a língua pelas injunções do mercado: institucionalização do português língua estrangeira (ple). *In: Estudos Lingüísticos (São Paulo)*, v. 37, p. 89-119, 2008.

ZOPPI-FONTANA, M. G. Althusser e Pêcheux: um encontro paradoxal. *In: Conexão Letras*, v. 12, p. 23-36, 2014.

ZOPPI-FONTANA, M. G. Língua oficial e políticas públicas de equidade de gênero. *In: Língua e Instrumentos Linguísticos*, v. 36, p. 221-243, 2015a.

ZOPPI-FONTANA, M. G. Uma língua de estado não sexista. Descolonizando a língua oficial da dominação sexual. *In: Atas do V Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa*, 2015, p. 505-522.

ZOPPI-FONTANA, M. G. 'Lugar de fala': enunciação, subjetivação, resistência. In: *Conexão Letras*, v. 12, p. 63-71, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/conexaoletras/article/viewFile/79457/46458> Acesso em 03 set 2020.

ZOPPI-FONTANA, M. G.; FERRARI, A. J. Apresentação: uma análise discursiva das identificações de gênero. In: ZOPPI-FONTANA, M. G; FERRARI, A.J. (Orgs.). *Mulheres em discurso*: identificações de gênero e práticas de resistência. 1ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2017, v. 2.